

Revista
Brasileira de

Linguística Antropológica

Vol. 11, nº 2 – Dez. 2019



UnB



Universidade de Brasília

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor

Enrique Huelva Unternbäumen

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Adalene Moreira Silva

Diretora do Instituto de Letras

Rozana Reigota Naves

Descrição da capa: Professores Katukína, Terra indígena do Rio Campinas, Acre (1984). Foto: Nietta Lindenberg Monte

Cover description: Katukína Indians, Indigenous Land of Rio Campinas, Acre (1984). Photo: Nietta Lindenberg Monte.

R454 Revista Brasileira de Linguística Antropológica / Ana Suely Arruda Câmara Cabral, Editora – v. 11, n. 2 (Dez. 2019) – Brasília: Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2019.

Semestral
ISSN 2176-834X

1. Linguística antropológica. 2. Línguas e culturas indígenas – Américas. 3. Linguística histórica. 4. Tipologia linguística. I. Cabral, Ana Suely Arruda Câmara.

CDU 81'27

Conselho Editorial

EDITORA
editor • Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
(Universidade de Brasília)

DIRETORES
managers • Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
(Universidade de Brasília)

Jorge Domingues Lopes
(Universidade Federal do Pará)

Marci Fileti Martins
Museu Nacional, (Universidade Federal do Rio
de Janeiro)

ORGANIZADORES DE EDIÇÃO
assistant managers •

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
(Universidade de Brasília)

Marci Fileti Martins
Museu Nacional, (Universidade Federal do Rio
de Janeiro)

EDITORAÇÃO
desktop publishing •

Mateus Seabra
(LALLI, UnB)

CAPA
cover •

Rudá Cabral e Mateus Seabra
(LALLI, UnB)

Conselho Científico

IN MEMORIAM

Aryon Dall'Igna Rodrigues
(Universidade de Brasília)
Bartomé Melià
(Centro de Estudios Paraguayos)
Eric Hamp
(University of Chicago)
Francisco Mauro Salzano
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

MEMBROS HONORÁRIOS honorary members •

Lyle Richard Campbell
(University of Hawai'i at Mānoa)
Rodolfo Cerrón Palomino
(Pontificia Universidad Católica del Perú)
Sarah Grey Thomason
(University of Michigan at Ann Arbor)
Terrence Kaufman
(University of Pittsburgh)

MEMBROS NO EXTERIOR members abroad •

Willem Adelaar
(Universiteit Leiden)
William Poser
(University of British Columbia)
Marianne Mithun
(University of California at Santa Barbara)
Marie-Claude Mattei-Muller
(Universidad Central de Venezuela)
Elena Ruzickova
(California States University Los Angeles)
María Emilia Montes Rodriguez
(Universidad Nacional de Colombia)
Jon Landaburo
(Ministerio de Cultura de Colombia)
Verónica M. Grondona
(Eastern Michigan University)
Daniel Leonard Everett
(State University of Illinois)
Wolf Dietrich
(Universität Münster)

Susan Berk-Selligson
(Vanderbilt University)

Pilar Valenzuela
(Chapman University)t

MEMBROS NO BRASIL
members in Brazil •

Pablo Diener
(Universidade Federal do Mato Grosso)

Enrique Huelva Unternbäumen
(Universidade de Brasília)

Maria Luiza Ortíz Alvaréz
(Universidade de Brasília)

Marci Fileti Martins
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Rozana Reigota Naves
(Universidade de Brasília)

Betty Mindlin
(Instituto de Estudos Avançado, Universidade de São Paulo)

Julio Cezar Melatti
(Universidade de Brasília)

Thereza Maher
(Universidade Estadual de Campinas)

Roque de Barros Laraia
(Universidade de Brasília)

Sanderson Castro Soares de Oliveira
(Universidade Federal do Amazonas)

Abdelhak Razky
(Universidade Federal do Pará)

Carmen Sylvia Junqueira
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Priscila Faulhaber
(Museu de Astronomia, Rio de Janeiro)

Fábio Bonfim Duarte
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Francisco Silva Noelli
(Universidade Estadual de Maringá)

Apresentação

Sendo a língua um dos principais constituintes das culturas humanas, os estudos linguísticos, tanto sincrônicos quanto diacrônicos, devem estar associados, naturalmente, não só ao conhecimento dos diversos aspectos dessas culturas, como organização social, conhecimento do respectivo meio ambiente, cultura material e tecnológica, práticas artísticas e lúdicas e tradições históricas, mas também aos fatores biológicos e psicológicos dos falantes, e ao meio físico e social em que vivem.

É essa concepção da língua como envolvendo todo esse conjunto de propriedades das sociedades humanas que nos motiva a lançar a Revista Brasileira de Linguística Antropológica para ser um fórum aberto a contribuições não só de linguistas, mas também de antropólogos, arqueólogos, biólogos, psicólogos, e outros especialistas no aprofundamento dos conhecimentos sobre os seres humanos, neste caso, sobre os indígenas das Américas e, mais particularmente, os sul-americanos.

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica é constituída das seguintes seções:

- Espaço do Editor
- Artigos
- Do passado e do presente (traduções)
- Relembrando
- Recensões
- Notícias

Presentation

As language is one of the main constituents of human cultures, the linguistic studies, either synchronic or diachronic, should be naturally associated not only to the knowledge of the several aspects of those cultures, such as their social organization, natural environment, material and technological culture, ludic and artistic practices, and historical traditions, but also to the biological and psychological factors of the speakers as well as to their physical and social environments.

It is this concept of language as involving this whole set of properties of human societies which motivate us to inaugurate the *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, as a forum to contributions not only by linguists, but also by anthropologists, archeologists, biologists, psychologists, and other scholars interested in the deepening of the knowledge on human beings, in this case, on American natives, the South American native peoples

Revista Brasileira de Linguística Antropológica consists of the following sections:

- Editors's corner
- Articles
- Past and present (translations)
- Remembering
- Reviews
- News

Objetivo e Política Editorial

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica (RBLA) é uma revista semestral, publicada pelo Laboratório de Línguas Indígenas, Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Fundada em 2009 por Aryon Dall'Igna Rodrigues e Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, a revista visa ser um fórum frutífero para os estudos acadêmicos sobre as línguas e culturas dos povos nativos das Américas, com foco especial no continente sul-americano. Seus principais interesses são artigos, relatórios de pesquisa, diários de campo, ensaios bibliográficos e resenhas de estudos linguísticos que enfatizem a interface entre língua e cultura em uma perspectiva descritiva ou histórica. A revista publica estudos sobre línguas e culturas nativas, entre os quais, léxico, fonologia, gramática, sistemas e campos semânticos, classificações culturais de plantas e animais, etnografia, etno-história, onomástica, sistemas de parentesco, pré-história linguística e cultural, genética humana, contato de línguas, processos de obsolescência e de revitalização linguística, análises de texto e de discurso, artes verbais, linguagem ritual e expressões linguísticas de distinções de gênero. Estudos sobre interpretações e discussões de material de arquivo, documentos históricos editados e contribuições à história do campo da linguística antropológica são também bem-vindos.

Aim and editorial policy

- Objetivo y Política Editorial • Objectif et Politique Éditoriale

Revista Brasileira de Linguística Antropológica (RBLA) is a semi-annual journal published by the Laboratório de Línguas Indígenas, University of Brasília. Founded in 2009 by Aryon Dall'Igna Rodrigues and Ana Suely Arruda Câmara Cabral, the journal aims to contribute as a fruitful forum for scholarly studies on the languages and cultures of native peoples of the Americas, with special focus on the South American continent. Its main concerns are articles, research reports, and bibliographical essays and reviews of linguistic studies highlighting the interface between language and culture in descriptive or historical perspectives. It publishes studies on a variety of aspects of the native languages and cultures, among which lexicon, phonology, grammar, semantic systems and fields, cultural classifications of plants and animals, ethnogeography, ethnohistory, onomastics, kinship, linguistic and cultural prehistory, human genetics, language contact, language obsolescence and language revitalization processes, text and discourse analyses, verbal arts, ritual language, and linguistic expressions of gender distinctions. Studies on interpretations and discussion of archival material and edited historical documents, ethnohistorical studies and contributions to the history of the field are as well welcome.

La Revista Brasileira de Linguística Antropológica es un instrumento periódico de promoción y divulgación de estudios científicos en las áreas de intersección de la lingüística sincrónica y diacrónica con las investigaciones sobre las culturas en el presente y en el pasado de los pueblos nativos de las Américas, con los estudios sobre las afinidades genéticas entre esos pueblos y las investigaciones sobre el medio ambiente en que se desarrollan. Así la revista incentiva la colaboración no sólo de lingüistas, sino también de antropólogos, arqueólogos, biólogos y otros investigadores que traigan contribuciones para mejor comprender la multiplicidad de lenguas que caracteriza nuestro continente.

Revista Brasileira de Linguística Antropológica est une publication semestrielle qui a pour but de promouvoir et divulguer des études scientifiques dans les domaines d'intersection entre la linguistique synchronique et diachronique et la recherche sur les cultures actuelles et anciennes des peuples indigènes des Amériques et sur les affinités génétiques entre ces peuples, aussi bien que celles sur l'ambiance naturelle dans laquelle ils se sont développés. Cette publication veut stimuler la collaboration non seulement de la part des linguistes, mais aussi des anthropologues, des archéologues, des biologistes et d'autres chercheurs qui puissent apporter des contributions pour mieux comprendre la multiplicité de langues qui caractérise notre continent.

Tiago Kapawandu Zoró
Quesler Fagundes Camargos

135 Nominalizações em A'uwẽ (Xavante), com foco especial no nominalizador de nome de ação

Eliseu Waduiπί Sipré
Andérbio Márcio Silva Martins

151 Orações Relativas em Nheengatú ou Ingatú
Edilson Martins Melgueiro

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
Marci Fileti Martins

167 Notas sobre a fala masculina e feminina entre os Apyãwa-apirapé

Koxamaxowoo Tapirapé
Mônica Cidele Cruz

179 O estatuto dos sintagmas posposicionais em Tenetehára

Ricardo Campos Castro

195 Do passado e do presente • Past and present
Campbell, Lyle. 2016. Documentação lingüística e lingüística histórica

Traduzido por Thiago Costa Chacon

221 As consequências estruturais da morte de línguas

Tradução de Letícia Aquino

239 NOTÍCIAS

Esta edição

O presente número da Revista Brasileira de Linguística Antropológica - RBLA (v. 11 n. 2, 2019) reúne trabalhos de pesquisadores estrangeiros e brasileiros dedicados aos estudos linguísticos e antropológicos de povos indígenas da América do Sul. O v.11 n.2, 2019 destaca-se, sobretudo, pelo protagonismo de pesquisadores indígenas nos estudos linguísticos e antropológicos de suas respectivas línguas e culturas. Esse protagonismo foi propulsionado pelas lutas dos povos indígenas pela garantia de seus direitos constitucionais e resultou em políticas de acesso de povos minorizados ao ensino superior implementadas no Brasil na primeira década do ano 2000, das quais destacam-se o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) e a Política de Cotas Raciais, ambos em execução desde 2003.

Neste número da RBLA, colaboram pesquisadores indígenas egressos de dois dos 20 cursos de Licenciatura Intercultural Indígena: da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) e da Universidade de Rondônia, Campus de Ji-Paraná, assim como pesquisadores indígenas egressos, ou atuais alunos de programas de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, e em Antropologia da Universidade de Brasília e do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A participação de pesquisadores indígenas neste número reitera o compromisso da Universidade de Brasília com a inclusão e valorização da produção acadêmica de indígenas no ensino superior, desde que se destacou como a primeira Universidade Federal brasileira a adotar o sistema de cotas raciais, em 2004, seguindo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro que, em 2003, tornou-se a primeira Universidade brasileira a implantar esse sistema de cotas. A Universidade de Brasília, destaca-se também por ser a primeira Universidade do Brasil a instituir um sistema de cotas para indígenas, em um programa de pós-graduação em Linguística (2006). A acessibilidade de indígenas a um programa de pós-graduação, por meio de editais de mestrado e de doutorado, têm encontrado obstáculos de várias naturezas, que vão desde o preconceito, passando pela intolerância ou pela não valorização dos conhecimentos tradicionais, até à falta de subsídios para manutenção de sua estadia nas cidades em que estudam.

Além disso, a participação de pesquisadores indígenas neste número da RBLA harmoniza-se com as diferentes manifestações feitas por indígenas em diferentes partes do mundo neste ano de 2019, que é o ano eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como o “Ano Internacional das Línguas Indígenas”.

O presente número compõe-se de nove artigos e duas traduções, elencados a seguir:

No artigo *A negação em Záparo revisitada*, os autores Johan Van Der Auwera e Olga Krasnoukhova, professores e pesquisadores do Departamento de Linguística da Universidade de Antwerp, Bélgica, revisitam a negação, notadamente, a negação padrão, em três línguas Zaparoanas, Iquito, Záparo e Arabela. Os autores analisam negação em Iquito, demonstrando ser coerente com a perspectiva do Ciclo de Jespersen e, em Záparo e Arabela, outra hipótese do Ciclo, a do Ciclo Existencial Negativo se mostrou esclarecedora para a análise desse tema. Os autores levantam a hipótese de que tanto em Iquito quanto em Záparo existe um vínculo diacrônico entre a expressão formal da negação e o conceito de ‘deixar’/‘ir’ e mostram que, pelo menos quanto ao aspecto estrutural da negação, a posição do Arabela está mais próxima do Záparo do que de Iquito. As três línguas que são foco do estudo encontram-se criticamente ameaçadas de extinção.

Francisco Sarmiento, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade de Brasília, retoma, de sua dissertação de mestrado, o tema da ocupação ancestral da região do alto Rio Negro. O artigo *O Alto Rio Negro indígena em mais de dois mil anos de história* focaliza a ocupação ancestral da região por seus diferentes povos indígenas. Mostra que a interação desses povos resultou na formação de um sistema regional peculiar envolvendo um diálogo interdisciplinar dos resultados das ciências acadêmicas (como a etnologia, a arqueologia, a linguística histórica, o registro histórico e discussões da ecologia histórica) com os conhecimentos e tradições dos povos dessa região, contribuindo para o estabelecimento de nexos entre o passado e o presente.

O artigo *Verbos auxiliares e a morfossintaxe do aspecto em algumas línguas Jê*, de autoria de Maxwell Miranda, linguista e professor no Curso de Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), é fundamentado na Teoria da Gramaticalização proposta por Heine (1993, 2018). Tratando de verbos auxiliares usados para a expressão de aspecto em línguas Jê meridionais e setentrionais, o artigo objetiva a reconstrução de um antigo padrão sintático original a partir do qual os padrões encontrados na atualidade nas línguas desses dois ramos da família se desenvolveram. O autor explora a constituição morfossintática das orações com verbos auxiliares, bem como destaca os principais verbos auxiliares usados na codificação de aspecto nas respectivas línguas.

Em *A Terra é de vocês! Compreendendo a efetivação do Direito ao Território no seio do Povo Pyanáwa*, Jósimo da Costa Constant, graduado em Antropologia pela Universidade de Brasília, Mestre em Sociologia e Mestre em Direitos

Humanos e Cidadania pela mesma Universidade, e atualmente doutorando no Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reúne elementos da história, memória, assim como de relatos de grandes protagonistas que participaram de forma ativa no processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Puyanawa. O autor analisa aspectos da política necessária à demarcação da TI, destacando a primordial relação dos Puyanawa com a terra. Mostra que sempre houve por parte dos Puyanawa, o sentimento de propriedade e ambivalência indígena. Destaca ainda, a importância do protagonismo *ũdi kuĩ*, bem como o papel dos profissionais não indígenas no processo de demarcação da TI Puyanawa.

Tiago Kapawandu Zoró, graduado em Licenciatura em Educação Básica Intercultural pela Universidade Federal de Rondônia, e Quesler Fagundes Camargos, linguista, professor do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), apresentam o artigo *Estruturas interrogativas polares e informacionais na língua Pangyjěj*, no qual descrevem as propriedades gramaticais de estruturas interrogativas polares e informacionais nessa língua, conhecida como língua Zoró, pertencente à família Mondé, tronco Tupí. O artigo trata de perguntas polares e informacionais, mostrando como essas perguntas se distinguem quanto à colocação sintática da partícula *te*. Os autores apresentam também uma análise das perguntas de longa distância, que envolvem a interrogação de um constituinte de uma predicação encaixada. Este artigo é uma contribuição relevante para o conhecimento linguístico de uma língua indígena brasileira sobre a qual se sabe muito pouco, mas que agora começa a ser documentada e estudada com a fundamental participação de pesquisadores nativos, até então pouco considerados como protagonistas nas pesquisas linguísticas das línguas de Rondônia.

Orações Relativas em Nheengatú ou Inगतú é um artigo escrito por Edilson Martins Melgueiro, falante nativo de Nheengatú, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, Marci Fileti Martins, professora do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas – PROFLLIND, do Departamento de Antropologia - Museu Nacional – UFRJ e Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, professora no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília. O artigo aborda as orações relativas da língua Nheengatú em uma perspectiva descritiva e tipológica, a partir de dados coletados na cidade de São Gabriel da Cachoeira, sede do município de São Gabriel, Amazonas, junto a duas mulheres de origem Baré (Aruák), para as quais o Nheengatú é a língua materna, e se apresenta em suas respectivas falas como uma variedade mais conservadora da língua. A abordagem é orientada pela tipologia de orações relativas proposta por Keenan e Comrie (1977, 1979), Keenan (1985), e Givon (1990) e se beneficia também das contribuições aos estudos tipológicos das orações relativas de autoria de Lehmann (1986). O artigo mostra que as relativas do Nheengatú apresentam

características peculiares de interesse tanto para os estudos linguísticos tipológicos como para os de natureza histórico-comparativa. Por se ter acesso às estruturas do antigo Tupinambá, do qual o Nheengatú é a versão atual, mas também modificada pelo contato com o Português e com diversas línguas indígenas, ao longo de mais de 300 anos, a análise do Nheengatú permite a identificação da natureza e direções de mudanças ocorridas.

Eliseu Uadupi Xavante, mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade de Brasília, e Andérbio Marcio Silva Martins, professor na Universidade da Grande Dourados (MS), contribuem com um estudo sobre *Nominalizações em A'uwẽ (Xavante), com foco especial no nominalizador de nome de ação*. Esse tipo de nominalização apresenta alta funcionalidade na gramática da língua, formando temas nominais de verbos transitivos e intransitivos, núcleos de predicados estativos/existenciais, obrigatórios em vários contextos morfossintáticos, inclusive na realização do complexo sistema de concordância da língua.

Notas sobre fala masculina e feminina entre os Apyãwa-Tapirapé, de autoria de Koxamaxowoo Tapirapé, graduada em Licenciatura Intercultural Indígena, com habilitação em Línguas, Artes e Literatura pela Faculdade Indígena Intercultural-FAINDI/UNEMAT, e de Mônica Cidele Cruz, Diretora da Faculdade Indígena da Universidade Estadual do Mato Grosso, trata da distinção de gênero biológico que distingue a fala do homem da fala da mulher *Apyãwa*. A pesquisa que embasou o trabalho foi motivada pela observação de Koxamaxowoo Tapirapé, de que essa importante distinção encontra-se enfraquecida na fala dos mais jovens e, por ser ela professora em sua aldeia, interessou-se em registrar, junto às pessoas mais velhas, as expressões linguísticas dessa distinção. As autoras reúnem termos de parentesco, verbos e partículas de modalidade que apresentam, cada uma delas, formas diferenciadas segundo o sexo do falante. O estudo é uma contribuição à documentação linguística da língua *Apyãwa-Tapirapé*, em que se destaca a participação nativa, a principal interessada no fortalecimento da língua.

Ricardo Campos Castro, professor visitante no Departamento de Linguística da Universidade da Geórgia (UGA, EUA), e no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP, Brasil) é autor do artigo *O estatuto dos sintagmas posposicionais em Tenetehára*. O artigo oferece um tratamento teórico acerca da morfologia relacional de contiguidade que emerge no interior dos PPs em Tenetehára (Tupí-Guaraní). O autor evidencia o pressuposto teórico de que há apenas uma ordem básica dos constituintes nas línguas naturais – SVO – sendo as outras ordens alcançadas por meio de movimento. Ricardo Campos Castro segue uma abordagem Gerativa que, embora se destaque diante da natureza da RBLA, é uma contribuição igualmente importante para as discussões teóricas sobre aspectos gramaticais das línguas indígenas.

Na Seção *Passado e Presente*, este número da RBLA inaugura um projeto de acessibilidade de alunos indígenas e não indígenas, não falantes ou leitores de línguas como o Inglês, o Francês e o Alemão, dentre outras, a trabalhos relevantes sobre modelos teórico-metodológicos de documentação e análise linguística – sincrônica e diacrônica. O projeto é inaugurado com a publicação da tradução para o Português de dois artigos de importância fundamental para o conhecimento de perdas e inovações linguísticas características de vários estágios de línguas em estado de obsolescência. Ao mesmo tempo, os dois artigos oferecem conhecimentos sobre análise e documentação linguística necessários ao conhecimento de como e porquê as línguas mudam, as naturezas e direções das mudanças e suas respectivas implicações para universais linguísticos.

Um dos artigos é *Documentação linguística e linguística histórica (Language documentation and historical linguistics)*, de autoria do renomado linguista americanista e indo-europeanista, Lyle Richard Campbell, professor emérito pela Universidade de Hawaii, Manoa. O artigo foi publicado originalmente no livro *Language Contact and Change in the Americas: Studies in honor of Prof. Marianne Mithun*, editado por Andrea L. Berez, Diane M. Hintz, e Carmen Jany (Amsterdam: John Benjamins, 2016:249-271 2016). A tradução foi feita pelo linguista Thiago Costa Chacon, ex-orientando de doutorado de Campbell, atualmente professor adjunto do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, e membro do Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma Universidade.

O outro artigo, *As consequências estruturais da morte de línguas (The structural consequences of language death)* é de autoria de Lyle Richard Campbell e Martha Claire Muntzel Lucy, que é antropóloga e linguista, professora e pesquisadora no Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), México. O artigo publicado no livro *Investigating Obsolescence: Studies in Language Contraction and Death*, editado por Nancy Dorian (Cambridge University Press, 2009: 181-196), é um uma rica e citada referência no âmbito de estudos sobre obsolescência linguística. O artigo foi traduzido por Letícia de Souza Aquino, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística de Brasília.

Agradecemos a Lyle Richard Campbell por nos autorizar a publicação da tradução dos dois artigos, assim como aos autores e autoras dos artigos publicados neste número da Revista Brasileira de Linguística Antropológica.

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
Marci Fileti Martins

Zaparoan negation revisited¹

Negação em Záparo revisitada

Johan van der Auwera²

Olga Krasnoukhova³

DOI 10.26512/rbla.v11i02.27300

Recebido em setembro/2019 e aceito em outubro/2019.

Abstract

The paper revisits negation in the Zaparoan languages Arabela, Iquito and Záparo. For Iquito, which exhibits single, double as well as triple negation, we adopt a Jespersen Cycle perspective and for Záparo and Arabela it is the Negative Existential Cycle which proves enlightening. We speculate that both in Iquito and Záparo there is a diachronic link between the formal expression of negation and the concept of ‘leaving’. We address the internal subclassification of the Zaparoan languages, showing that, at least for the structural feature of negation, the position of Arabela is closer to Záparo than to Iquito.

Key words: Zaparoan. Standard negation. Existential negation. Prohibitives. Jespersen Cycle. Negative Existential Cycle.

Resumo

O artigo revisita a negação nas línguas Záparo Arabela, Iquito e Záparo. Para Iquito, que exhibe negação única, dupla e tripla, adotamos a perspectiva do Ciclo de Jespersen e, para Záparo e Arabela, é o Ciclo Existencial Negativo que se mostra esclarecedor. Hipotetizamos que tanto em Iquito quanto em Záparo existe um vínculo diacrônico entre a expressão

¹ This paper emanates from a larger project on the typology of negation in the indigenous languages of South America, supported by the Research Foundation Flanders. We are grateful to Joshua Birchall (Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém), Cynthia Hansen (Grinnell College, Iowa), and Lev Michael (UC Berkeley) for comments on earlier versions of the paper. We follow the orthography and the glossing of the sources as closely as possible. On Iquito orthography see <http://tipishca.blogspot.com/2014/08/normalizacion-del-alfabeto-de-la-lengua.html>.

² Professor Emérito de Linguística Geral e de Inglês, Universidade de Antwerp, Departamento de Linguística, Bélgica. johan.vanderauwera@uantwerpen.be.

³ Pós-doutoranda, Universidade de Antwerp, Departamento de Linguística, Bélgica. olga.krasnoukhova@uantwerpen.be

formal da negação e o conceito de ‘partir’. Abordamos a subclassificação interna das línguas zaparoanas, mostrando que, pelo menos quanto ao aspecto estrutural da negação, a posição de Arabela está mais próxima de Záparo do que de Iquito.

Palavras-chave: Záparo. Negação padrão. Negação existencial. Proibitivos. Ciclo de Jespersen. Ciclo Existencial Negativo.

1. Introduction

The Zaparoan languages are spoken in Peru and Ecuador. They constitute a small family, with Hammarström et al. (2019) (*Glottolog*), for instance, listing six languages, all of them highly threatened. This paper focusses on three languages, viz. Arabela (glottocode arab1268, Peru), Iquito (glottocode iqui2018, Peru) and Záparo (glottocode zapa1253, Ecuador), probably the only ones that still have native speakers (Wise 1999: 308, 2005: 51-52; Crevels 2012: 211; Hansen 2018: 131; Beier & Michael 2018: 406). Iquito has the best descriptions, especially in the form of two doctoral dissertations at the University of Texas at Austin (Lai 2009 and Hansen 2011) and most relevant, given that this paper is about negation, is a specialist study of subordinate and interrogative negation (Hansen 2018). Our paper also refers to the older description of Iquito by Eastman & Eastman (1963). For Arabela, our two sources are older too, viz. Rich (1975, 1999) and we also have recourse to Peeke (1954), which deals with the (very nearly) extinct close relative Andoa. Záparo has seen three recent studies, Moya (2007, 2009) and Beier et al (2014) and two older ones (Peeke 1962, 1991).

Zaparoan negation has some intriguing properties. This paper aims to help explain these properties. It strongly relies on Hansen’s (2018) work on Iquito negation, but it differs in four respects. First, for Iquito Hansen focusses on how subordinate and interrogative negation strategies work, as partially different from standard negation. Our focus is on how some of the strategies relate to one another in terms of the number of exponents. Second, we dare to put forward a hypothesis on possible diachronies, grounded on differences between the various language-specific accounts and on what we know about negation typologically. Third, we also bring in Arabela and Záparo. Fourth, we show how the negation facts relate to the internal classification of Zaparoan.

2. Iquito negation

In the world’s languages clausal negation usually has just one exponent, double negation is not rare, triple exponence is rarer, and quadruple and quintuple negation even more so (van der Auwera & Krasnoukhova (Forthc.)). This is best studied for declarative main clauses (cf. Dryer 2013; Vossen 2016). Iquito has single, double as well as triple negation. There are furthermore two subtypes of double as well as of single exponence, and all of the by now five strategies

except one are restricted to specific clause types, with the main (interacting) parameters being \pm subordinate, \pm yes/no interrogative, and \pm irrealis. The combination of triple exponence, two subtypes of double exponence and two subtypes of single exponence, and the complicated contextual parameters probably makes for a *rarissimum*. (1) to (3) illustrate the variable exponence of negation in non-imperative main clauses – we turn to imperative ones later. Specifically, (1) shows a single exponence, which can be either with a preverbal *kaa* particle or a suffixal *-ji*. (2) illustrates double marking: *kaa* combines with *-ji* and both orders are possible. (3) shows triple exponence: it has *kaa* both before and after *-ji*.

(1) Iquito (Hansen 2018: 137, 143)

a. *Kaa nu=jikatii-Ø*
 NEG 3GEN=leave.IMPF-NPST
 ‘He is not leaving.’

b. *Kániika nñti-’ji-ki-Ø iyákumata?*
 who run-NEG-PRF-NPST quickly
 ‘Who didn’t run quickly?’

(2) Iquito (Hansen 2018: 149, 151)⁴

a. *Kániika kaa áni-’ji-aárii-Ø?*
 who NEG1 arrive-NEG2.INCP-NPST
 ‘Who won’t be arriving?’

b. *Kániika amátana nñti-’ji-rñ-Ø kaa?*
 who quickly run-NEG1-MMT.PRF-NPST NEG2
 ‘Who will not run quickly?’

(3) Iquito (Hansen 2018: 121)

Kániika kaa jikata-’ji-rii-Ø kaa nu-náana?
 who NEG1 remove-NEG2-PRF-NPST NEG3 3GEN.POSS=wood
 ‘Who will not remove his/her wood?’

Let us focus first on double negation with its two exponents, the particle *kaa* and the suffix *-ji-*. Givón’s one-liner (1971: 413) that “today’s syntax is tomorrow’s morphology” makes it plausible that the suffix is older than the particle. It is not only bound, it occurs close to the verbal root and is followed by other verbal morphology. This does not mean, however, that *-ji-* is older than *kaa* in its negator function. We will see below that prohibitive negation can be double too, also with a particle and a suffix. The particle is again *kaa*, but the suffix is *-kuma*. A Givón inspired hypothesis would have *-kuma* as the older

⁴ The number following the NEG glosses, i.e., the difference between NEG1, NEG2 and NEG3, reflects the position in the linear order.

formative, but it is one of potentiality, not of negation, to the extent even that grammarians are reluctant to consider it as a negator (see below). However, in the case of Iquito, *-ji-* is likely to be an older negator than *kaa* and not just an older formative. Hansen (2018: 157) points to Peeke's (1954: 175) description of a *-u-/-yu-* verbal negator in Andoa, which could be related, and together with Lev Michael (personal communication to Cynthia Hansen), she thinks that one could therefore reconstruct it to a proto-Zaparoan negator.

All of this is not to say that we can't say anything about an earlier non-negative meaning of the *-ji-* negator. Hansen (2018: 142) mentions that Iquito has a *ji* postposition meaning 'from, out of'. She basically considers the similarity between the suffix and the postposition to be a case of homonymy. Synchronically, this cannot be questioned. She does not go into the diachrony, apart from saying that '[d]irectional are not generally considered to be a historical source for negative marking' and pointing to literature suggesting an indirect link between 'movement from' and partitive case and between partitive case and negators (Hansen 2018: 142). However, already Heine & Kuteva (2002: 192) (now also Kuteva et al. 2019: 255-256), referred to in Miestamo (2005: 223), speak about a direct link between the semantics of 'movement from' and negation. In Dewoin (glottocode dewo1238, Liberia) *se* means 'leave' but it also serves as a negator.

(4) Dewoin (Heine & Kuteva 2002: 142, referring to Marchese 1986: 182)

ḡ	séē	sāye	pī
3SGM	NEG.PRF	meat	cook
'He has not cooked meat.'			

For an Amazonian illustration, we can bring in Nadëb (glottocode nade1244, Brasil) and Wari' (glottocode wari1268, Brazil). In Nadëb, the prohibitive negator *manih* might derive from the verb *a-niih* 'leave' (Weir 1984: 256-257). In Wari', the postverbal modifier *mao* 'negative' (terminology of Everett & Kern 1997: 171) is hypothesized to originate in the verb *mao* 'go/leave' (Hober 2019). The verb *mao* 'go/leave' is commonly used as part of a serial verb construction and can occur at the end of a serialization (Joshua Birchall, p.c.). In Wari' it is common for verbs in the final position of a serialization to be reanalysed as a type of modifier (*idem*, see Birchall 2014), in this case with the negator function. These data suggest that in Iquito there may be a non-trivial link between the andative postposition *-ji* and the negator *-ji-* particularly, as Iquito's own 'leave' and 'remove' verbs *jikatii* and *jikata* (see (1a) and (3)) are formally similar, too.

How direct the link is between the postposition *ji* and the negator *-ji-* must be left open. Lev Michael (p.c.) informs us that on the basis of phonological and morphological evidence, a direct link between the postposition and the negator

would be ‘extremely’ unlikely and stresses that our language-internal evidence so far only consists of two short forms with two currently different meanings. There is, however, family-internal evidence to support a link between a ‘leave’ verb and a negator. Záparo has a preverbal standard negator *taykwa* (Peeke 1962: 130; Moya 2007: 174, 198). The *-kwa* part is formally close to the Iquito negative particle *kaa* and could thus be related. Crucially, Záparo has also an andative suffix *-kwa* meaning ‘leaving, going away from’ (Beier et al 2014: 54). And there is also a verb with ‘go/leave, travel’ semantics (‘ir’, ‘viajar’ in the source material) in the form of *ikwanu* (Beier et al 2014: 37), which contains the root *ikwa* ‘go’, listed as a Záparoan etymology in de Carvalho (2013: 112). So Záparo allows for an andative conjecture, too. Of course, once again, we have no direct evidence that the *-kwa* in *taykwa* is related to the suffix as well as the verb, and we don’t know what *tay-* is. The sceptic would furthermore say that the likelihood of one conjecture is not strengthened by bringing in another one. Still, rejecting the andative conjecture out of hand is not right either. We know that negation may come from ‘leave’ semantics and we here have two languages in which exponents of negation and ‘leaving’ are similar. Interestingly, the languages, i.e., Iquito and Záparo, are closely related, but the formatives, i.e., *-ji* and *-kwa* are not. If the andative conjectures are supported, this similarity in pattern, but not matter, could be a result of a contact-induced grammaticalization process discussed in Heine & Kuteva (2003: 533) and Gast & van der Auwera (2012: 389). And while these authors discuss cases involving unrelated languages, it is no less possible for sister-languages, as these “continue to reside side by side, allowing regular contact and transference among their speakers” (Epps et al. 2013: 211–212). Let us now return to the syntactic pattern of double negation in Iquito. When two negators cooccur in order to express just one semantic clausal negation, this invites a Jespersen Cycle analysis. Even though there is more than one definition of a Jespersen Cycles (van der Auwera 2009, van der Auwera et al Forthc.), there is agreement that a doubling pattern develops out of a pattern with just one negator. In the classical Jespersen Cycle, as in the textbook case of French, the doubling pattern, which involves a reinterpretation of a noun *pas* ‘step’ as a negator, gets replaced by a pattern with just one negator, just like in the pre-doubling stage, but the negators in the first and third stage are different.

- (5) French
 $ne\ V \rightarrow ne\ V\ pas \rightarrow V\ pas$

The alternative to a return to single exponence is a continuation to triple exponence. (6) is an example from the mid-twentieth century Brabantian Belgian Dutch dialect.

- (6) Brabantian Belgian Dutch (van der Auwera 2010: 84-85, referring to

Pauwels 1958: 454)

Pas	op	dat	ge	<i>nie</i>	<i>en</i>	valt	<i>nie</i>
fit	one	that	2SG	NEG1	NEG2	fall	NEG3

‘Take care that you don’t fall.’

In Dutch *en* is the oldest negator, which was strengthened by *nie* – or *niet* – in a way similar to the way French *ne* got strengthened. But there is a difference, too, for in Dutch the doubling stage allows both the *en ... nie* and *nie ... en* order, the latter being the one in finite subordinate clauses. In standard Dutch *en* then disappeared, but in the Flemish and Brabantic dialects it stayed on, though in Brabantic only in finite subordinate clauses, the assumption being that this clause type is better at keeping archaisms (see Salaberri 2017: 4-8 for a discussion and references). In Brabantic the Jespersen Cycle took a new round copying *nie* in a clause-final position, usually yielding doubling, but in the case of Brabantic finite subordinate clauses, it yielded tripling (van der Auwera 2010: 83-84). The latter structure is both archaic (retention of *en*) and innovative (copying *nie*).

(7) Brabantic Belgian Dutch

	<i>en V nie</i>	→	<i>V nie</i>	→	<i>V nie ...nie</i>
<i>enV</i>	↗				
	↘				
	<i>nie en V</i>	→			<i>nie en V nie</i>

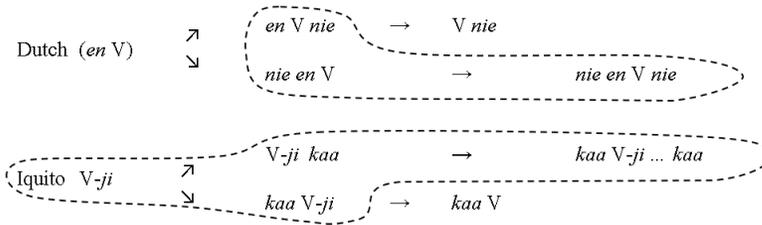
A Jespersen Cycle looks promising for Iquito, for as we have seen in (1) to (3), the language does not only have double negation, but also single and triple negation. There are more similarities. First, like in Dutch, the single exponence pattern is the most frequent and contextually least restrained pattern. Second, like in Brabantic, the doubling pattern allows two orders, i.e., *V-ji kaa* and *kaa V-ji*. Third, like in Brabantic, one of the double exponence orders is restricted to what is arguably an archaic context: whereas *V-ji kaa* occurs in both realis and irrealis contexts, the *kaa -ji* order only occurs in irrealis contexts, and the latter have been argued by Hansen (2011: 224-231) to derive from subordinate clauses. Fourth, the tripling order is restricted to irrealis, with old subordinate clause order, but it combines retention and innovation, and the innovation happens with a postverbal copy, not unlike what is hypothesized for Brabantic. Fifth, not unlike in Brabantic, in which single exponence is no longer attested – at least not with a negative meaning⁵ – in Iquito the single exponence pattern is of limited grammaticality.⁶ (8) sketches the commonalities. The most restricted

⁵ In some dialects it survived as a marker of subordination, as this was the context in which it survived longest (van der Auwera 2009: 59-60, Van de Velde & Norde 2016: 12-13).

⁶ The single exponence pattern never occurred in Hansen’s (2011) text corpus, the informant with the ‘strongest grammaticality judgments’ rejected single exponence, three others used

patterns are enclosed with the dashed line. Dutch single *en*, which is not used for negation anymore, is put between brackets.

- (8) old single double new single triple
 exponence exponence exponence exponence



Of course, there are differences, too. Most importantly, in the old single exponence pattern the Dutch negator is preverbal, but postverbal in Iquito and, relatedly, the new negator is postverbal in Dutch, but preverbal in Iquito. The direction of the Jespersen Cycle in Iquito is thus not the ‘classical’ left-to-right one, but that it is only because the classical directionality is based on French and English. There is nothing extraordinary about non-classically directed Jespersen Cycles anymore: it has been posited for other languages (van der Auwera & Vossen 2016; Vossen 2016 *passim*; Krasnoukhova & van der Auwera 2019: 454). Furthermore, the right-to-left direction is in line with another principle owed to Jespersen (1917: 5), i.e., the ‘Negative First’ principle – a term coined by Horn (1989: 293) – basically saying that everything else being equal, it is important to express the negation early in the sentence. Interestingly, deriving *kaa V-ji kaa* from *V-ji kaa* is also in conformity with the principle: what *kaa V-ji kaa* does as compared to *V-ji kaa* is to add an early negator.

Of course, it is not to be ruled out that *kaa V-ji kaa* derives from *kaa V-ji*. This is not unreasonable: tripling would add a postverbal *kaa*, just like *V-ji kaa* doubling adds a postverbal *kaa* to *V-ji*. *kaa V-ji kaa* and *kaa V-ji* share an irrealis feature – at least synchronically – and they are the only ones that only allow irrealis readings – synchronically again. Also, in a totally different domain, Iquito allows doubling of one and the same element, viz. a demonstrative, both in the preverbal and a postverbal position, somewhat like the way negation tripling involves doubling of an identical element, viz. *kaa* in preverbal and postverbal positions (Hansen 2011: 71, 163-168).

- (9) Iquito (Hansen 2011: 163)
 Íina máaya nu íina iricatájuu-ri-ø íina íimina icuáni
 DET child 3SG DET repair-MMT.PRF-EC DET canoe man

it only in irrealis interrogatives, and the fourth one both in realis interrogatives and in one type of irrealis interrogatives.

‘The child will repair this canoe of this man.’

There is thus a similarity and this could ease a change from *kaa* V-*ji* to *kaa* V-*ji kaa*. The similarity is superficial though, as Hansen (2011: 166-167) also remarks, and she convincingly explains determiner doubling as a reinterpretation of coreferential pronouns.

In any case the scenario sketched in (8) must remain very tentative. Yet it remains highly plausible that both the *kaa* single exponence pattern and tripling result from doubling. That the *-ji-* single exponence is the older pattern is plausible too, but that does not mean that current speakers take the single *-ji-* negator as a relic. Speakers are not linguists: they may not have intuitions about the meaning of *-ji-* other than that it is a concomitant of the negator *kaa*: it could be seen as being necessary for negation without itself being negative. However, precisely because it is a noticeable concomitant of the negator *kaa*, the latter could ‘contaminate’ it with negative meaning – and we will see, when we come to prohibitives, that there is independent Iquito evidence for this kind of process. Hansen (2018: 143) mentions both analyses of *-ji* too, i.e., the view that it is an old, relic negator and the view that it is a new one, owing its negative force to its co-occurrence with the *kaa* negator. The point we are making here is that these analyses do not exclude each other. The first one is about the change from a protoform and the second is about ongoing or recent change.

Let us now turn to Iquito prohibitives. Like main clause declaratives, prohibitives do not use the *-ji-* negator but only the *kaa* negator.⁷

- (10) Iquito (Lai 2009: 263)
ca=quina=cuhasi-Ø-cuma saaca
 NEG=2PL=talk=GNR.PFV-POT thing
 ‘You all, don’t say anything.’

In this construction the verb uses a potentiality suffix, indicating ‘a weak prediction in the distant future’ (Lai 2009: 222). Example (10) shows a 2nd plural prohibitive. When the prohibitive is addressed to a 2nd singular addressee, Lai (2009: 60) claims that *kaa* – together with the cliticized subject pronoun – is optional.

- (11) Iquito (Lai 2009: 60)
 (*Caa=quia*) iicua-*Cuma*
 NEG=2SG go-POT
 ‘Don’t leave/go!’

⁷ Lai (2009) spells *kaa* as *caa*. In the examples we will respect the orthography of the source, as announced in note 1, but in the text we uniformly use the spelling *kaa*. *Mutatis mutandis*, we do the same for the spelling variation with *kuma* (Eastman & Eastman 1963) vs. *cuma* (Lai 2009).

One could expect that when *kuma* expresses prohibition all but itself, it is not a potentiality marker anymore, but, to wit, a prohibitive marker, but Lai (2009) does not go that far.

The earlier description by Eastman & Eastman (1963: 165) is both different and similar in an interesting way. They agree that *kuma* is a suffix of potentiality in a distant future – in their words ‘far-distant or never-to-come future’. But, according to Eastman & Eastman, the prohibitive only uses the *kuma* suffix, i.e., there is no optional *kaa* negator. Thus Eastman & Eastman (1963) would have an even stronger reason than Lai (2009) to analyse the *kuma* suffix of the prohibitive pattern to be the exponent of prohibition, but they don’t do that either. Be that as it may, it is clear that Iquito prohibitives can do without *kaa*.

How do we account for this? There are three possible hypotheses. The first one is implicit in the account of Eastman & Eastman (1963: 165). The *kuma* only version of (11) would invoke the hearer to leave in so distant a future that it makes no sense to leave at or closely following the moment of speaking. This is not implausible, but assuming Lai (2009) to be right that *caa* can or has to be added, Eastman & Eastman (1963) would have to consider this as a further development, pushing prohibitives into a general template requiring *kaa*. But it is puzzling to see that this later stage would have progressed furthest in the 2nd plural pattern, which is cross-linguistically less typical and, we assume, less frequent in the imperative than the 2nd singular (van der Auwera, Dobrushina & Goussev 2003). A second account takes us to Pakendorf & Schalley (2007). They have shown that a potential marker can acquire a preventive meaning, which can turn into a prohibitive meaning. The potential ‘You might fall’ turns into a preventive ‘Be careful not to fall’ and then to a prohibitive ‘Don’t fall’. Here too, we have to assume a further stage in which the negator-free prohibitive adjusts to the general format of pairing negative meaning with *kaa* or *-ji*.

- (12) V-kuma > V-kuma > V-kuma > kaa V-kuma
 V-POT V-PREV V-PROH NEG V-PROH

It is true that the cases studied by Pakendorf & Schalley (2007) do not document any language introducing a clausal negator to a construction that is already prohibitive. But that does not mean that it does not exist. However, this account has the same problem as that implicit in Eastman & Eastman (1963). In the second account the most progressive structure is not found in the 2nd singular. This is unlikely: the second singular prohibitive is bound to show the change first. And there is another problem: with a warning, the second stage of the second scenario, one is more likely to warn somebody about the immediate future. The meaning of *kuma*, however, relates to a distant future.

There is a third account, one that harks back at the Jespersen contamination hypothesis offered for the single *-ji-* pattern: *kaa* imbued *kuma* with negative

meaning to the extent that *kuma* can now express prohibition by itself. In this approach we should not hesitate to gloss the suffix *kuma* alone as prohibitive, just like nobody hesitates glossing French *pas* in (5) as negative, even though it once meant and can still mean ‘step’.

- (13) kaa V-kuma > kaa ... V-kuma > V-kuma
 NEG V-POT NEG V-PROH V-PROH

For completeness’s sake, and because it makes a nice contrast with what we see in Záparo and Arabela, we can mention that existential negation is expressed with a dedicated marker *ajapaqui* (Lai 2009: 59; Hansen 2018: 141).

- (14) Iquito (Lai 2009: 59)
Ajapaqui paapaaja (tiira).
 NEG.EXI fish there
 ‘There is no fish (there).’

To conclude, despite a good amount of unclarity, for Iquito a Jespersen Cycle scenario makes sense, both for the *-ji-* and *kaa* makers, both in their single exponence pattern and in combination with each other and with a former potential marker *kuma*.

3. Záparo negation

According to Peeke (1962: 130-131), discussed this way also by Adelaar & Muysken (2004: 453), Záparo standard negation has double exponence.

- (15) Záparo (Peeke 1962: 130-131)
Taykwá ko mi-*no* korAKA čiripaka ira.
 NEG1 I have-NEG2 money papaya for
 ‘I have no money for the papaya.’

The two negators are *taykwá* and *-no*. The first negator contains *kwa*, which we have already discussed. Like in Iquito the second negator is suffixal, but there is no connection with any andative meaning and perhaps it is not ‘really’ negative or not negative yet. At least in the later description by Moya (2007: 177), the suffix (spelled as *-nu*) is considered to be an infinitival suffix, an analysis endorsed by Lev Michael and Cynthia Hansen (p.c.).

- (16) Záparo (Moya 2007: 177)⁸

⁸ There is a difference in spelling of *taykwa* between the two sources. Peeke (1962) spells it as *taykwá*, whereas Moya (2007: 174) suggests the spelling *táykwa* noting that it can be pronounced in a number of ways: [táykwá], [tákwá], and [táku]. In the examples we keep the spelling of the source.

Táykwa táwku ku páni-nu.
 NEG man I like-INF
 ‘I don’t like the man.’

The disagreement between the two grammarians could be indicative of an ongoing change affecting the infinitival suffix, in that they capture varieties reflecting a different stage in the development of the meaning of this element. In the variant studied by Peeke (1962) the suffix could be turning negative by its frequent co-occurrence with the standard negator. It is not originally negative, but is now being contaminated, just like argued for the Iquito prohibitive *cuma* and allowed as a possibility for Iquito *-ji-*. It is also possible that the Peeke’s (1962) language variety shows contact interference. It is noted in Peeke (1962: 125) that her data come from three Záparo speakers, two of which were bilingual in Quichua. Quichua allows double negation (van der Auwera & Vossen 2016: 197-201) and perhaps these speakers were influenced by Quechua⁹, with Záparo being in a state of attrition. Perhaps the speakers ‘made a mistake’; but, as we recalled in the discussion of the Iquito single *-ji-* pattern, native speakers are not linguists and how do languages change, if not through innovative uses or mistakes? Of course, Peeke’s (1962) analysis could also be a descriptive error. In any case, the potential for a change from infinitive marker to negator is there, just like we have seen it for Iquito *kuma*.

The next thing we have to explain is why the older negator would combine with an infinitival suffix. The scenario we propose is that the structure with the negator followed by an infinitive was originally an existential structure. Applied to (16) this hypothesis puts ‘there is no my liking of the man’ as the original meaning.¹⁰ Potential support comes from the fact that the person marker, such as *ku/ko* shown in (15-16) is also used in possessive (see Peeke 1962: 152). Although this feature is found in many South American languages, particularly Amazonian (cf. Dixon & Aikhenvald 1999: 9), this could support the idea that the predicate was construed as a possessed element.¹¹ Note that we are not claiming that (16) still means ‘there is no my liking of the man’. That the existential meaning may well be disappearing is suggested by the fact that the verb does not have to take the *nu-* suffix. In (17) the verb that combines with the *táykwa* negator takes an ordinary tense marker.

9 There is no information about the informants in Moya (2007). Clearly, Quichua could have its influence felt there as well.

10 Interestingly, under the lemma for French *non* ‘no’ Beuchat & Rivet (1908: 244) list *táykwa* with the meaning *il n’y pas* ‘there is no’.

11 This is also the case in Iquito (Hansen 2011: 28). A predicate-as-possessioned-entity analysis would make most sense for the derivation verb stem used with *-ji-*, but this form does not allow person prefixing, at least not in the negative use.

- (17) Záparo (Moya 2007: 177)
Táykwa ku páni-cha tánahika.
 NEG I want-PRS honey
 ‘I don’t want honey.’

This boils down to the hypothesis that *taykwa* is undergoing a Negative Existential Cycle (Croft 1991, Veselinova 2013, 2014, 2016, Veselinova & Hamari (eds.) (Forthc.)). The ambivalent status of a *taykwa* is also shown when *taykwa* combines with a nominal. *Taykwa* can express existential negation by itself, but one can also add an existential verb in the *-nu* form.

- (18) Záparo (Moya 2007: 175)
Táykwa (ikun-nu)¹² kwadirnu.
 NEG be-NEG notebook
 ‘There is no notebook’

A further indication for the idea that *taykwa* may be losing its existential meaning is that there seem to be other and dedicated markers of existential negation, both combinable with *taykwa*,

- (19) Záparo (Moya 2007: 175, 179, 176)
 a. (*Táykwa*) áwnika chay ñaw.
 NEG tobacco NEG.EXI
 ‘There is no tobacco.’
 b. (*Táykwa*) kána ikwaka áwnika
 NEG 1PL NEG.EXI tobacco
 ‘We don’t have tobacco.’

When *taykwa* is present, the examples in (19) show double exponence. About the (a)-case Moya (2007: 179) tells us that doubling produces emphasis. The *ikwaka* element in (b) is claimed to be from *ikunu* ‘be’ (Moya 2007: 176), but one could be tempted to assume it to contain *kwa* element as well.

We now come to the prohibitive and we see the two grammarians again do not agree. Peeke (1991: 41) reports the uses of a *-kwa*, preceded by various vowels, depending on vowel harmony.

- (20) Záparo (Peeke 1991: 41)
 Ča atí-ikwa kwi
 2SG speak-PROH 1SG.COM
 ‘Don’t speak to me.’

In Moya (2007), however, we find the *-kwa* suffix together the particle

¹² The version with *ikunu* is made up on the basis of examples with different lexical items found in Moya (2007: 175).

taykwa and the *-kwa* suffix is analysed as a kind of future or durative (Moya 2007: 202, 207).

- (21) Záparo (Moya 2007: 178)
- | | | | |
|---------------|-----|------|----------|
| <i>Táykwa</i> | cha | ta | húykwa. |
| NEG | 2SG | EMPH | play.FUT |
- ‘Don’t play.’

It is possible that one of the two grammarians is simply mistaken. However, if we assume that both grammarians are at least partially right, the analysis we offered for the Iquito future suffix *kuma* and the Záparo infinitival suffix *-no* suggests that we could again be dealing with a contamination of a non-negative suffix with negative meaning.

To conclude about Záparo. The details are not clear, but there is a case for thinking that (i) both an infinitival and a tense aspect suffix are being reanalysed into a negator, a standard negator and a prohibitive one, thus once again, instantiating subtypes of a Jespersen Cycle, and (ii) that the existential negator may be undergoing a Negative Existential Cycle and thus becoming a standard negator.

4. Arabela negation

Arabela is not reported to have double negation, but there are two standard negation strategies.

- (22) Arabela (Rich 1999: 49, 60)
- a. *Maja* na niishi-nu
 NEG 3SG know-INF
 ‘He doesn’t know.’
- b. Ua toji-yaqui-rii.
 2SG listen-NEG-PRF
 ‘You didn’t listen.’

The first strategy has a negator followed by a verb in the infinitival form, as shown in (22a). We have had a strategy with an infinitival verb form in Záparo too and the two suffixes, i.e. *-no/-nu* in Záparo and *-nu* in Arabela, are no doubt related (de Carvalho 2013: 113). Rich (1999), like Moya (2007) but unlike Peeke (1962), does not see any reason for taking *-nu* to be contaminated by the negator and thus form a doubling construction. The form *maja* is puzzling. The *ma* formative has negative meaning in a large number of South American languages (David Payne 1990: 76; van der Auwera & Krasnoukhova submitted). If it is negative, then *maja* ends up with two negative markers, for the *ja* part has negative meaning, too. We see the latter in the negator *yaqui*, which easily splits into a negative *ya* and an existential *qui* (see below). Of course, we have

to accept then that the two negators (i.e., *ma* and *ja*) merge in a conversation, but this has been argued for other languages too, e.g. in Austronesian Lewo (Vossen 2016: 197, based on Early 1994a: 420, 1994b: 77) or in Bantu Kanincin (Devos, Kasombo Tshibanda & van der Auwera 2010: 167). The fact that *maja* requires the infinitival ending (like in 22a) suggests that it has an existential origin. Like with Záparo *taykwa* the existential meaning may be bleaching: in (23) the negator *maja* is used in a clause where existence or, at least, location is expressed with a ‘be/exist’ verb.

- (23) Arabela (Rich 1999: 38)
- | | | | | | | |
|------|-------|-------------|--------|----------|-----|----------|
| Quia | mueja | <i>maja</i> | kanaa | jiya-co | na | qui-niu. |
| 2SG | son | NEG | 1PL.EX | house-in | 3SG | be-INF |
- ‘Your son is not in our house.’

Note that the form of the existential verb in (23) is *qui*, the second component of the *yaqui* negation strategy shown in (22b). So it seems that, on the basis of the decomposability of *yaqui* into ‘not’ and ‘exist’, *yaqui* is in origin an existential construction. The presence of two strategies (as in 22) makes sense in the light of the Negative Existential Cycle. As soon as the former negative existential *yaqui* developed into a standard negation marker, a new negative existential strategy (with *maja*, in this case) emerged to fill in the void. Finally, *yaqui* has a counterpart in Iquito, viz. *ajapaqui*, illustrated in (14) (Lai 2009: 59; Hansen 2018: 141), but for Iquito the existential negator is not claimed to be developing a standard negator use.

For the prohibitive, Rich (1975: 10) reports the use of *maja* with an infinitival verb, but there is also a mysterious suffix *-ti* (24).

- (24) Arabela (Rich 1975: 19)
- | |
|--------------------|
| tomakho- <i>ti</i> |
| touch-PROH |
- ‘Do not touch!’

To conclude about Arabela: the documentation is sparse, but this much seems clear: there are two standard negators, one of which also takes care of prohibition, and they could both have a negative existential origin.

5. Subclassifying Zaparoan

We have presented tentative hypotheses on some aspects of negation in three Zaparoan languages. Let us now see how this particular element of grammar relates to the internal classification of Zaparoan. For the latter we first go back to Mason (1950). At that point of time, Mason (1950: 248) notes:

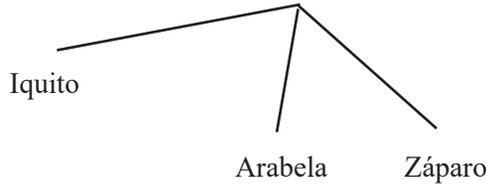
The classification of the component languages and dialects of the Záparoan family is in utter confusion; no attempt has ever been made

to do this on a scientific linguistic basis, and the available data are insufficient. Most compilers have merely given a list of names of groups [...]

This bleak judgment is repeated by McQuown (1955: 560) and today we often again just have lists (e.g. Fabre 1998: 1256; Adelaar 2004: 451; Hansen 2011: 3, 2018: 131; Wise 1999, 2005; Crevels 2012: 211). Similarly, though Michael, Beier & Wauters (2011) have made headway in reconstructing Proto-Zaparoan phonology, they claim they need more morphological work to dare to attempt an internal classification.

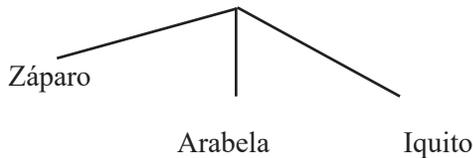
There are nevertheless three different subclassification proposals. In what follows we report these only with respect to the three languages studied in this paper. One is proposed by Kaufman (1994: 63), Fabre (2019), and Eberhard et al (eds.) (2010) (*Ethnologue*): Arabela is put together with Záparo.

(25)



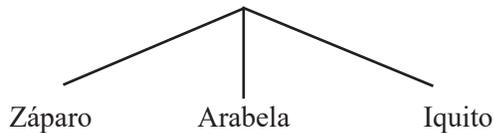
The second view is taken by De Carvalho (2013: 111), who worked on sound correspondences and cognates and this view is followed by Hammarström et al (2010) (*Glottolog*). Here Arabela is closer to Iquito.

(26)



The third view is adopted by Kaufman (2007: 69). It is arguably just a list again, but there could a difference. One can abstain from subgrouping because one lacks all knowledge – the ‘pure’ list approach, but also because there is knowledge but it does not show any subgroups (yet).

(27)



With respect to negation, the facts are clear. Arabela resembles Záparo more than Iquito and it thus aligns with the Kaufman – Ethnologue view in (25). Only in Arabela and Záparo do we see the workings of a Negative Existential Cycle

and only in Iquito do we see a Jespersen Cycle variation between single, double, and triple exponence. Of course, negation is just one niche in the grammar of a language. It is perfectly possible that Arabela sometimes sides with Záparo and sometimes with Iquito, thus giving a constellation more like (27).

There are a few languages that are sometimes listed as possibly Zaparoan or close to Zaparoan, and one could look for similarities in their negation systems. The best case has probably been made for Yagua (yagu1244, Payne 1984, 1985; Kaufman 1994: 63). But, with respect to negation, Zaparoan and Yagua are different. Then there is Taushiro (taus1253, Peru) (Kaufman 1994: 63; Wise 2005: 51) but, again, the relevant negators are very different (Alicia Ortiz 1975: 107-110). Omurano (omur1241, Peru) is yet another potential Zaparoan language (Wise 1999: 308), but data on negation is lacking and the language is extinct by now. Intriguingly, there is a look-alike in the staunchly isolated language Urarina (urar1246), which uses a *kwa* negator, more particularly in the prohibitive (28). Urarina is spoken in the Loreto province of Peru and thus in the ‘wider vicinity’ of Iquito (Olawsky 2006: 6) – though the phrase ‘wider vicinity’ ‘is not meant to imply actual proximity’ (Olawsky 2006: 6).

- (28) Urarina (Olawsky 2006: 262)
kwa kurata-sa-ĩ ti-a
 PROH two-times-PRT give-NTR
 ‘Don’t tell it twice.’

There is also a complex form *kwatia* used for emphasizing negation and thereby manifesting double exponence, with, in some cases (as in (29)), a negative *-ji*.

- (29) Urarina (Olawsky 2006: 263)
 [...] *kwatia* kauatça-ri-*ji*=ta
 NEG good-IRR-NEG.3SGA=FRS
 ‘[...] it would not be good’

Intriguingly again, the *-tia* bit of *kwatia* also resembles an old Yagua negator *-ta* or *-tya* (‘occasionally *-vitya*’, Payne 1985b: 88).

6. Conclusion

In this paper we revisited negation, primarily standard negation, in the three Zaparoan languages Iquito, Záparo and Arabela. On a purely descriptive level, we relied on the extant studies, assuming that they are basically correct, and we have also considered the differences found in the synchronic analyses of the languages in question. We suggested that a difference can be interpreted from a diachronic perspective. For Iquito, which exhibits single, double as well as triple

negation, we applied a Jespersen Cycle perspective and found it to be useful. For Záparo and Arabela another Cycle hypothesis proved enlightening, i.e., the Negative Existential Cycle. We also speculated that both in Iquito and Záparo there is a diachronic link between the formal expression of negation and of the concept for leaving/going. Finally, we addressed the internal subclassification of the Zaparoan languages, showing that, at least for the structural feature of negation, the position of Arabela is closer to Záparo than to Iquito.

Abbreviations

1 first person	
2 second person	IRR irrealis
3 third person	M masculine
A subject of transitive clause	MMT momentary
COM complement	NEG negation
DET determiner	NPST non-past
EXI existential	NTR neutral
EC extended current (tense)	PL plural
EMPH emphasis	POSS possessive
EX exclusive	POT potential
FRS frustrative	PREV preventive
FUT future	PRF perfective
GEN general (number)	PROH prohibitive
GNR general (aspect)	PRS present
IMPF imperfective	PRT participle
INCP Inceptive	SG singular
INF infinitive	v verb

References

- Adelaar, Willem F. & Pieter C. Muysken. 2004. *The languages of the Andes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Alicea Ortiz, Neftalí. 1975. *Análisis preliminar de la gramática del idioma Taushiro*. Lima: Instituto Lingüístico de Verano.
- Beier, Christine, Brenda Bowser & Vivian Wauters. 2014. Diccionario Záparo Trilingüe: Sápara-Castellano-Kichwa / Castellano-Sápara y Kichwa-Sápara. Quito: Abya-Yala.
- Beier, Christine & Lev Michael. 2018. Language revalorization in Peruvian Amazonia, through the lens of Iquito, Leanne Hinton, Leena Marjata Huss & Gerald Roche (eds.) *The Routledge Handbook of Language Revitalization*, Abingdon : Routledge, 406-414.

- Beuchat, H. & P. Rivet. 1908. La famille linguistique zaparo. *Journal de la Société des Américanistes de Paris* 5: 235-249.
- Birchall, Joshua. 2014. The multi-verb benefactive construction in Wari' and Oro Win, Francesc Queixalós, Stella Telles & Ana Carla Bruno (eds.) *Incremento de Valencia en las Lenguas Amazónicas*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 111-132.
- Campbell, Lyle. 2012. Classification of the indigenous languages of South America, Campbell & Grondona (eds.), 59-166.
- Campbell, Lyle & Verónica Grondona (eds.) *The indigenous languages of South America: A comprehensive guide*. Berlin: De Gruyter.
- Crevels, Mily. 2012. Language endangerment in South America: The clock is ticking. Campbell & Grondona (eds.), 166-233.
- Croft, William. 1991. The evolution of negation. *Journal of Linguistics* 27: 1-27.
- de Carvalho, Fernando O. 2013. On Záparoan as a valid genetic unity: Preliminary correspondences and the status of Omurano. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 5: 91-116.
- Devos, Maud, Michael Kasombo Tshibanda & Johan van der Auwera. 2010. Jespersen cycles in Kanincin: double, triple and maybe even quadruple negation, *Africana Linguistica* 16: 155-182.
- Dixon, R.M.W. & Alexandra Aikhenvald 1999. Introduction. R.M.W. Dixon & Alexandra Aikhenvald (eds.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-22.
- Dryer, Matthew S. 2013. 'Order of Negative Morpheme and Verb', Matthew S. Dryer & Martin Haspelmath (eds.), *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology <http://wals.info/chapter/143>, accessed on 11 July 2019.
- Early, Robert. 1994a. A grammar of Lewo, Vanuatu. Doctoral dissertation Australian National University.
- Early, Robert. 199b. Lewo. Peter Kahrel & René van der Berg (eds.) *Typological studies in negation*. Amsterdam: Benjamins, 65-93.
- Eastman, Elizabeth & Eastman, Robert. 1963. Iquito syntax. Benjamin F. Elson (ed.), *Studies in Peruvian Indian Languages* 1, 145-192. Norman: Summer Institute of Linguistics.
- Eberhard, David M., Gary F. Simons, and Charles D. Fennig (eds.). 2019. *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-second edition. Dallas, Texas: SIL International. (Available online at <http://www.ethnologue.com>, Accessed on 2019-08-13).
- Epps, Patience, John Huehnergard & Na'ama Pat-El. 2013. Introduction: Contact among genetically related languages. [Special issue]. *Journal of Language Contact* 6(2): 209-219.
- Fabre, Alain. 1998. *Manual de las lenguas indígenas sudamericanas*. München: LINCOM Europa.

- Fabre, Alain. 2019. Diccionario Etnolingüístico y Guía Bibliográfica de los Pueblos Indígenas Sudamericanos. www.ling.fi/Entradas%20diccionario/Dic=Zaparo.pdf <accessed on July 11 2019>
- Gast, Volker & Johan van der Auwera. 2012. What is ‘contact-induced grammaticalization’? Examples from Mayan and Mixe-Zoquean languages. Björn Wiemer, Bernhard Wälchli & Björn Hansen (eds.) *Grammatical replication and borrowability in language contact*. Berlin: De Gruyter Mouton, 381-425.
- Givón, Talmy. 1971. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist’s field trip. *Chicago Linguistic Society* 7: 394-415.
- Hammarström, Harald, Robert Forkel & Martin Haspelmath. 2019. *Glottolog 4.0*. Jena: Max Planck Institute for the Science of Human History. (Available online at <http://glottolog.org>, Accessed on 2019-08-28.)
- Hansen, Cynthia 2011. Expressing reality status through word order: Iquito irrealis constructions in typological perspective. PhD Dissertation, University of Texas at Austin.
- Hansen, Cynthia. 2018. Subordinate and interrogative clause negation in Iquito. *Linguistic Typology* 22(1): 119-163.
- Heine, Bernd & Tania Kuteva. 2002. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heine, Bernd & Tania Kuteva. 2003. On contact-induced grammaticalization. *Studies in Language* 27(3): 529-572.
- Hober, Nicole. 2019. The grammaticalization of motion verbs in the languages of the Americas and Austronesia: Beyond the encoding of motion. Paper presented at Paper presented at the Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea (SLE), Leipzig, 21-24 August 2019.
- Horn, Laurence R. 1989. *A natural history of negation*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Kaufman, Terrence, with the help of Brent Berlin. 1994. The native languages of South America. Christopher Moseley & R. E. Asher (eds.), *Atlas of the world’s languages*. London: Routledge, 46-72.
- Kaufman, Terrence, with the help of Brent Berlin. 2007. South America. R. E. Asher & Christopher Moseley (eds.), *Atlas of the world’s languages*. 2nd ed. London: Routledge, 61-93.
- Krasnoukhova, Olga & Johan van der Auwera. 2019. Standard negation in Awa Pit: From synchrony to diachrony. *Folia Linguistica Historica* 40(2): 439-474.
- Kuteva, Tania, Bernd Heine, Bo Hong, Haiping Long, Heiko Narrog & Seongha Rhee. 2019. *Word Lexicon of Grammaticalization*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Lai, I-Wen. 2009. Time in the Iquito Language. PhD Dissertation, University of Texas at Austin.

- Marchese, Lynell. 1986. *Tense/aspect and the development of auxiliaries in Kru languages*. Arlington, Texas: Summer Institute of Linguistics.
- Mason, J. Alden. 1950. 'The languages of South American Indians. Julian H. Steward (ed.) *Physical anthropology, linguistics and cultural geography of South American Indians*. Vol 6. Washington: Smithsonian Institution, 159-317.
- McQuown, Norman A. 1955. The indigenous languages of South America. *American Anthropologist* 57: 501-570.
- Miestamo, Matti. 2005. *Standard negation. The negation of declarative verbal main clauses in a typological perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Moya, Ruth. 2007. *Esbozo gramatical de la lengua sápara*. Quito: UNESCO.
- Moya, Ruth. 2009. *Pana sápara atupama, Nuestra lengua sápara: Diccionario trilingüe Sápara-Castellano-Quichua*. Ecuador: Ministerio de Educación.
- Olawsky, Knut J. 2006. *A Grammar of Urarina*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- Pakendorf, Brigitte & Ewa Schalley. 2007. From possibility to prohibition: A rare grammaticalization pathway. *Linguistic Typology* 11: 515-540.
- Pauwels, J.L. 1958. *Het dialect van Aarschot en omstreken*. Brussel: Belgisch interuniversitaire centrum voor Neerlandistiek.
- Payne, Doris L. 1984. Evidence for a Yaguan-Zaparoan connection. *Work Papers of the Summer Institute of Linguistics, University of North Dakota Session* 28: 131-156.
- Payne, Doris L. 1985a. Aspects of the grammar of Yagua: a typological approach. Doctoral dissertation, University of California at Los Angeles.
- Payne, Doris L. 1985b. *-ta* in Zaparoan and Peba-Yaguan. *International Journal of American Linguistics* 51: 529-531.
- Payne, David L. 1990. Some widespread grammatical forms In South American Languages. Doris L. Payne (ed.) *Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American languages*. Austin: University of Texas Press, 75-87.
- Peeke, Catherine. 1954. Shimigae, idioma que se extingue. *Peru Indígena* 5: 171-178.
- Peeke, Catherine. 1962. Structural summary of Záparo. Benjamin F. Elson (ed.), *Studies in Ecuadorian Indian languages* 1, 125-216. Norman, Oklahoma: Summer Institute of Linguistics of the University of Oklahoma.
- Peeke, Catherine (revised by Mary Ruth Wise & Stephen Levinsohn). 1991. Bosquejo gramatical del zaparo. (Cuadernos Ethno-Lingüísticos 14). Quito: Instituto Lingüístico de Verano
- Rich, Rolland. 1975. Sufijos verbales y apuntes gramaticales sobre el idioma arabela. (Datos Ethno-Lingüísticos 18) Lima: Instituto Lingüístico de Verano.
- Rich, Rolland. 1999. *Diccionario Arabela-Castellano*. Lima: Instituto Lingüístico de Verano.
- Salaberri, Iker. 2017. Subordination and syntactic change: A cross-linguistic study. Ms.
- van der Auwera, Johan. 2009. The Jespersen cycles. Elly van Gelderen (ed.) *Cyclical change*. Amsterdam: Benjamins, 35-72.

- van der Auwera, Johan. 2010. On the diachrony of negation. Laurence R. Horn (ed.) *The expression of negation*. Berlin: De Gruyter Mouton, 73-109.
- van der Auwera, Johan, Nina Dobrushina & Valentin Goussev. 2003. A Semantic Map for Imperative-Hortatives. Dominique Willems, Bart Defrancq, Timothy Coleman & Dirk Noël (eds.), *Contrastive Analysis in Language. Identifying Linguistic Units of Comparison*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 44-66.
- van der Auwera, Johan & Olga Krasnoukhova. Forthc. The typology of negation. Viviane Déprez & M. Teresa Espinal (eds.), *The Oxford handbook of negation*. Oxford: Oxford University Press.
- van der Auwera, Johan & Olga Krasnoukhova. Subm. Negative *ma* in South America with a focus on its standard negative postverbal *ma* in Panoan, Takanan and Tukanoan. In Mily Crevels, Hein van der Voort & Matti Miestamo (eds.) *Negation in Amazonian Languages*. [Studies in Diversity Linguistics series]. Berlin: Language Science Press.
- van der Auwera, Johan, Olga Krasnoukhova & Frens Vossen. Forthc. Intertwining the negative cycles. Veselinova & Hamari (eds.)
- van der Auwera, Johan & Frens Vossen. 2016. Jespersen cycles in the Mayan, Quechuan and Maipurean languages. In Elly van Gelderen (ed.), 189-218.
- Van de Velde, Freek & Muriel Norde. 2016. Exaptation. Taking stock of a controversial notion in linguistics', Muriel Norde & Freek Van de Velde (eds.). *Exaptation and language change*. Amsterdam: Benjamins, 1-35.
- Van Gelderen, Elly (ed.) *Cyclical change continued*. Amsterdam: Benjamins.
- Veselinova, Ljuba 2013. Negative existentials: a cross-linguistic study, *Italian Journal of Linguistics* 25: 107-145.
- Veselinova, Ljuba 2014. The negative existential cycle revisited', *Linguistics* 52: 1327-1389.
- Veselinova, Ljuba. 2016. The negative existential cycle viewed through the lens of comparative data. van Gelderen (ed.), 139-187.
- Veselinova, Ljuba & Arja Hamari (eds.) Forthc. *The Negative Existential Cycle from a historical-comparative perspective*. Language Science Press.
- Vossen, Frens. 2016. On the typology of the Jespersen cycles. Doctoral dissertation University of Antwerp.
- Weir, E.M. Helen. 1984. A negação e outros tópicos da gramática Nadëb, Master thesis Universidade Federal de Campinas.
- Wise, Mary Ruth. 1999. Small language families and isolates in Peru. R.M.W. Dixon & Alexandra Y. Aikhenvald (eds.) *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 306-340.
- Wise, Mary Ruth. 2005. Apuntes sobre las lenguas Záparos – familia que se extingue. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos* 11: 51-69.

O Alto Rio Negro indígena em mais de dois mil anos de história

The indigenous Upper Rio Negro in over two thousand years of history

Francisco Sarmiento¹

DOI 10.26512/rbla.v11i02.26900

Recebido em agosto/2019 e aceito em setembro/2019.

Resumo

Este artigo busca uma compreensão dos processos históricos e culturais do Alto Rio Negro em mais de dois mil anos, focalizando a ocupação ancestral da região por diferentes povos indígenas, cuja interação resultou na formação de um sistema regional peculiar, o qual requer um diálogo interdisciplinar envolvendo o conhecimento e tradições dos povos indígenas dessa região, a etnologia, a arqueologia, a linguística histórica, e o registro histórico e as discussões da ecologia histórica, em que são estabelecidos nexos entre o passado e o presente. Ao final, propõe questões sobre a ocupação dos Tukano Orientais com alguns elementos para a reconstrução dessa ocupação presentes em suas tradições orais.

Palavras-chave: Amazônia indígena. Alto Rio Negro. Povos Nadahup-Arawak-Tukano. Sistema cultural. Reconstrução histórica.

Abstract

This article seeks an understanding of the historical and cultural processes of the Upper Rio Negro in more than two thousand years, focusing on the ancestral occupation of the region by different Indigenous peoples, whose interaction resulted in the formation of a peculiar regional system. This system requires an interdisciplinary dialogue involving the knowledge and traditions of the Indigenous peoples of this region, ethnology, archeology, historical linguistics and the historical records and discussions of historical ecology, establishing links between the past and the present. Finally, it proposes questions about the occupation of the Eastern Tukano with some elements for the reconstruction of this occupation present in their oral traditions.

Keywords: Indigenous Amazonia. Upper Rio Negro. Nadahup-Arawak-Tukano peoples.

¹ Tukano (*Ye'pa-Mahsã, Di'ipeé-Porã*) – Teiá, Alto Rio Negro, noroeste do Amazonas, Brasil –, doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Tem se dedicado ao estudo do Noroeste Amazônico nas áreas de etnologia, mitologia, sociolinguística e etnohistória, sobretudo, dos grupos Tukano Orientais.

Cultural system. Historical reconstruction.

1. Introdução

Para uma compreensão dos processos históricos e culturais do Alto Rio Negro se faz necessário um diálogo interdisciplinar que leve em conta as tradições dos povos da região, que nos aproximar de um entendimento do presente a partir de elementos de um passado distante ou mais recente. Nessa perspectiva, apresento uma discussão da questão para fins de análise histórica e cultural da área², entendida como uma região cultural e vista aqui com a ideia de longa duração, conceito advindo dos estudos de Fernand Braudel. A abordagem segue uma visão mais abrangente aceita por muitos dos autores utilizados por nós. Deve servir para entender a antiguidade da presença dos povos indígenas da região, assim como o conhecimento de mobilidades de seus respectivos grupos ao longo do tempo, motivadas por fatores internos ou por fatores externos .

A região do Alto Rio Negro³, entre as fronteiras e adjacências do Brasil, Colômbia e Venezuela, é habitada por cerca de 29 povos pertencentes às famílias linguísticas Arawak/Maipure do Norte⁴, Tukano Oriental⁵, Nadahup⁶, Kákua-Nukak⁷ e Yanomami⁸, sendo a Amazônia a área de maior diversidade

2 Este artigo foi elaborado a partir da primeira parte do segundo capítulo de minha dissertação de mestrado (Sarmiento 2018), porém, conta com vários acréscimos que não estão no primeiro texto.

3 O Alto Rio Negro, considerado dessa forma, envolve aqui desde o curso médio ao alto, em que se destacam as sub-bacias do Waupés, Isana, Inírida e, ainda, Apaporis (este fluente do Caquetá-Japurá, desaguando fora da bacia do rio Negro).

4 Baniwa, baré, kuripako, tariana e werekena.

5 Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kubewa, Makuna, Pirititapuya, Piratapuya, Pisamira, Siriana, Taiwano, Tatuyo, Tukano, Tuyuka, Wanana, Yeba-mahsã e Yuruty. São chamados de Tukano Orientais por pesquisadores para os distinguir dos Tukano Ocidentais: Koreguahe, Maihüki, Secoya e Siona – que estão na região do Napo, nas fronteiras entre Colômbia, Equador e Peru. Ambos os grupos, separados regionalmente, seriam um só no passado distante. Usaremos ainda só Tukano para nos referir aos primeiros.

6 Döw, Hupda, Nadëb e Yuhupde. O termo “Makú” ou “maku”, de origem Aruák, é usado em toda região do rio Negro. No entanto, possui caráter depreciador. Nos últimos tempos, linguistas e antropólogos que trabalham com esses coletivos vêm tentando alternativas para nomear esta família linguística, como Nadahup (EPPS 2005) ou Negro-Japurá (Ramírez 2001), por exemplo, embora não pareça dar conta do caldeirão multilinguístico para o qual não há consenso entre os estudiosos, incluindo a discussão acerca de quais grupos fazem parte da família, pois há ainda quem inclua os Kákua e os Nukak entre a mesma ou separe estes numa família diferente (Lolli 2016).

7 Kákua e Nukak.

8 O Yanomami aqui se refere a um único grupo desta família, chamado também yanomami, que está afastado mais ao nordeste da área, mas sem relações e costumes que lhe inclua no

étnica e linguística e, também, uma região relativamente documentada desde o século XVIII em crônicas e em relatos de naturalistas, missionários, militares, representantes do governo e em etnografias realizadas etnógrafos.

Os trabalhos etnográficos constataam que os povos desta região possuem um complexo sistema regional aberto, articulados entre si por diferentes circuitos e redes de intercâmbio que envolvem matrimônios, objetos rituais e cultura material, compartilhando ainda características gerais de organização social (unidades exogâmicas patrilineares e segmentares organizadas hierarquicamente, residência patri/virilocal, terminologia dravidiana de parentesco, unidade de casa comunal como modelo típico de assentamento etc.), de ciclos ritualísticos baseados nas festas intergrupais de oferecimento e trocas de alimentos, de danças, utilização de flautas e trombetas sagradas durante a iniciação masculina, segmentos de narrativas míticas e conhecimentos xamânicos. Tradicionalmente, realizam casamentos entre grupos de fratrias interétnicas, no caso dos Tukano, ou entre fratrias internas, no caso dos Nadahup e Arawak⁹. Esta configuração desse ser levada em conta neste modo de análise para que ela não seja considerada como anacrônica.

Por seu lado, as pesquisas arqueológicas (Neves 2005, 2012b) demonstram que as origens deste sistema regional são anteriores à chegada dos europeus. Os Tukano fariam parte do último contingente indígena a chegar e integrar um sistema já em formação. Em relação a estes, os estudos que cruzam dados da linguística histórica e da etnologia (Cayón & Chacon 2014) mostram que entre 2.500 e 2.000 AP começou um processo de divisão dos Proto-Tukano em dois ramos, ocidental e oriental; aqueles mais ao oeste da região se relacionaram durante séculos com povos de famílias distintas e, por isso, adquiriram modos de vida muito diferentes.

Sintetizando o quadro que veremos, os Tukano, vindos do Oeste, chegaram ao Alto Rio Negro onde já se encontravam grupos antigos das famílias Arawak e Nadahup. Ao chegarem à região, em vista de conquistar territórios e

complexo rionegrino aqui verificado.

9 Grande parte dos casos de exogamia configura-se também como exogamia linguística, principalmente, entre os grupos Tukano. Porém, o cenário dos últimos tempos vem demonstrando que o ideal da exogamia de língua vem progressivamente deixando de ocorrer, como pode ser notado pela predominância da língua tukano adotada por outros grupos. Nos últimos tempos, considerações como de Àrhem (2002), S. Hugh-Jones (2004) e Cayón & Chacon (2013) chamam atenção que a correspondência povo-língua ou noção de exogamia linguística é sobrevalorizada quando considerada dentro de realidades mais locais. Assim como estes autores, entendemos que a língua é um elemento que pode ser condicionante e, ao mesmo tempo, condicionado por padrões de organização social e culturas mais amplas e, para o Noroeste Amazônico, deve ser considerada com base nos processos históricos e socioculturais pelos quais têm passado seus povos, questões como as que procuramos apresentar neste trabalho.

relações, passaram a interagir com povos de línguas arawak, inicialmente com conflitos que resultaram, provavelmente, em trocas ou laços de casamentos e intercâmbios econômicos e culturais. Dessa forma, adquiriram o estilo cultural que se apresenta na região, ainda que resguardem marcas de costumes e identidade linguística que os diferencie no meio desse sistema, assim como se pode pensar que também contribuíram de algum modo para o construí-lo e assegurá-lo. Assim, desde cerca de dois milênios, conformaram com os falantes de Aruak o núcleo de um sistema regional aberto, multilíngue e pluriétnico, no qual também há povos Nadahup que o integram, ainda que estes guardem características também diferentes dos demais, fazendo dessa região um caso único no contexto da Amazônia.

As discussões para o caso do Alto Rio Negro somam-se a outras regiões da Amazônia e ajudam a reconstruir a história indígena em seu vale. Sabe-se que, nos últimos tempos, a história cultural amazônica está sendo revelada sob novas formas, com descobertas e discussões advindas, sobretudo, da arqueologia (Neves 2001, 2006, 2011, 2012a; Heckenberger 2002, 2005, 2011; Petersen, Neves & Heckenberger 2001; Eriksen 2011) e da ecologia histórica (Balée 1989, 1992, 2013; Posey & Balée 1989; Balée & Erickson 2006), em conjunto com a etnologia e a demografia histórica que permitem enxergar a Amazônia não mais como um ambiente homogêneo, mas com uma diversidade ecológica construída pela atividade humana durante muito tempo, fazendo vir abaixo a imagem de que seu passado fora marcado pela vida social monótona de baixa demografia, com nível tecnológico rudimentar e insignificante de cultura agrícola, representando alteração antrópica ambiental quase nula, enfim, com formas de organização social de seus povos conformadas a uma resposta adaptativa às características e às limitações ambientais. Ao contrário, estas pesquisas sugerem que há milênios a Amazônia era um centro tanto de inovação tecnológica, apresentando as datas mais antigas do continente para a invenção da cerâmica, como de um inigualável processo de domesticação de plantas que configurou a paisagem atual da floresta (Oliver 2001; Neves 2016; Levis et al. 2017; Cayón et al. 2018), pois suas sociedades teriam sido responsáveis, em grande medida, pela produção e reprodução da diversidade ambiental ou que realizaram modificações marcantes e duradouras nas condições naturais dos biomas que hoje se verificam (Balée 1989, 2013; Heckenberger 2005a; Balée & Erickson 2006).

Estes estudos, assim como a impressão contada pelos europeus nos seus primeiros registros e os documentos que atestam suas práticas de dominação, demonstram que, no passado, a Amazônia sustentou uma numerosa população (Roosevelt 1980; Denevan 1992; Heckenberger et al. 1999). Nessa complexidade, há cerca de dois mil anos atrás, teriam se formado sistemas regionais integrados altamente dinâmicos, que levaram ao aumento dessa população e da densidade das redes sociais, inclusive com intercâmbios econômicos entre terras baixas

e altas (Ramírez de Jara 1996; Hornborg 2005), retratando uma complexidade política no milênio anterior à chegada dos europeus (Fausto & Heckenberger 2007).

O registro arqueológico aponta que, na Amazônia, suas formas de organização sociopolítica tenham sido alteradas no primeiro milênio DC, havendo um crescimento demográfico com assentamentos amplamente ocupados, produzindo mudanças importantes na composição dos solos e da vegetação (ver Petersen et al. 2001; Neves 2011, 2012a), derivados de atividades humanas num mesmo lugar durante vários séculos, entre outros. Tais alterações não estariam associadas a uma única tradição nem a uma única família linguística, pois o registro mostra uma grande diversidade cultural que se refletiu no desenvolvimento simultâneo de distintas fases ou tradições cerâmicas em diferentes lugares, que por volta dos séculos XI e XII DC teriam levado ao destaque da cerâmica policroma por uma vasta região entre o sopé dos Andes e o baixo Amazonas, assim como a construção de estruturas defensivas, situações relacionadas com a dispersão de falantes tupi que se dirigiam ao vale do Amazonas (Neves 2011, 2015). Nessa mesma época, com os sistemas regionais multiétnicos já há muito estabelecidos, também haveria especialidades de produção, sendo seus produtos trocados numa extensa rede comercial de longa distância (Hornborg 2005).

Ao lado da existência de grande população, os registros que deixaram os primeiros europeus também apontam a constatação dos sistemas regionais em várias regiões da Amazônia, entre os quais nas bacias do Orinoco e Negro (Whitehead 1994; Arvelo-Jiménez, Morales & Biord 1989; Arvelo-Jiménez & Biord 1994; Biord 2006; Zucchi 2010). Segundo Neves, estes sistemas regionais podem ser caracterizados por uma série de aspectos básicos:

Em primeiro lugar, são multiétnicos, sendo a língua um importante marcador étnico. Em segundo lugar, são integrados por atividades religiosas periódicas e também por redes de comércio, neste caso com produção especializada de diferentes tipos de mercadoria, utilitárias e não utilitárias. Em terceiro lugar, como o nome indica, estes são sistemas regionais onde interagem regularmente populações locais dispersas em aldeias às vezes localizadas dezenas de quilômetros de distância. (Neves 2005:73)

As discussões indicam que estes sistemas demonstram, no mínimo, entre as formas de relações sociopolíticas, a existência de uma postura contrária à centralização do poder, em que as relações hierárquicas e horizontais, no passado, podiam ser relativas e contextuais num universo pluriétnico e multilíngue (Cayón et al. 2018). No entanto, durante o avanço europeu sobre as regiões, as características destes sistemas regionais permitiram tanto a resistência indígena como a dominação colonial que incentivou as guerras interétnicas e a captura de escravos (S. Hugh-Jones 1981; Useche 1990; Whitehead 1992; Wright 1992,

2005; Andrello 2010; Cayón & Chacon 2014; Meira 2018).

A formação de sistemas regionais na Amazônia tem sido associada à dispersão de povos falantes de línguas Aruák (Hill & Santos-Granero 2002; Santos-Granero 2002; Zucchi 2002; Heckenberger 2002, 2005a; Fausto 2005; Hornborg 2005; Hornborg & Hill 2011; Hornborg & Eriksen 2011; Eriksen 2011) como veremos à frente. As análises afirmam que por trás desses sistemas está certa matriz Aruák, sustentada por princípios organizativos e um ethos distintivo ao longo de um contínuo intercâmbio de ideias, valores, práticas e conhecimentos com povos vizinhos, voltado a um estilo de relações pacíficas e diplomáticas (Hill & Santos-Granero 2002; Santos-Granero 2002; Fausto 2005). Constata-se ainda atualmente que falantes de línguas Aruák convivem com povos de outras línguas que formam sistemas regionais multilíngues, como no Alto Xingu e no Alto Rio Negro¹⁰. O caso deste último é o que veremos aqui.

2. Hipóteses da ocupação humana no Rio Negro

No Alto Rio Negro, pesquisas combinadas entre arqueologia, evidências linguísticas e narrativas ancestrais dos povos da região estão levando a discutir algumas hipóteses da ocupação humana antes da chegada dos colonizadores e indicam que seu sistema regional é de origem pré-colonial (Neves 2005:91, 2012:236; Cayón & Chacon 2014:213). As investigações realizadas até o momento sinalizam que os povos Nadahup, Aruák e Tukano estão há, não menos, do que mais de dois mil anos na região do rio Negro e seu entorno (Neves 2006, 2012; Meira 2006: 191).

Já indicações contidas nos registros dos primeiros viajantes, os históricos e dados de registros das políticas de escravidão, capturas, descimentos e massacre nos primeiros séculos (XVII e XVIII) permitem supor que, na área, a população era bem maior do que se vê atualmente (ver Sweet 1974; Farage 1991; Wright 1991, 2005; Meira 1994, 2006, 2018; Sarmiento 2018). Dentro deste cenário histórico, muitos povos deixaram também de existir no contato com os estrangeiros em decorrências de escravização, guerras e epidemias. Portanto, havia no passado maior diversidade de povos e estes possuíam relações muito

¹⁰ Ainda que possuam características próprias, nos sistemas dessas duas regiões se destacam o intercâmbio, a hierarquia e a vida cerimonial, em oposição a outras regiões amazônicas onde estas características não aparecem tão marcadas (Andrello, Guerreiro & Hugh-Jones 2015). A identidade comum pode provir de um ideal pacífico de vida que envolve um conjunto de comportamentos, valores morais e estéticos e trocas em que se ritualiza o poder político dos chefes, como no caso do Alto Xingu (Fausto 2005; Guerreiro 2016), ou no compartilhar tanto um conjunto de ideias que envolve ancestralidade, territorialidade e direitos exclusivos sobre bens materiais e imateriais, como redes de trocas, uma etiqueta e um sistema semelhante de conhecimento associado a narrativas, rituais, cultura material, etc., codificado na geografia e na memória, como no caso do Alto Rio Negro (C. Hugh-Jones 1979; S. Hugh-Jones 1979, 2012; Hill 2011; Cayón 2012, 2013; Cayón et al. 2018).

dinâmicas e sofisticadas.

Na região, com exceção das terras firmes, as outras não são utilizadas para agricultura. Os povoados estão situados nas margens altas, possuindo entorno com extensão de solos que possam ser aproveitados durante muitos anos. Mas a baixa demografia da área corresponde mais ao desequilíbrio ou decréscimo populacional provocado pelas ações externas ao longo dos últimos séculos. Assim, a paisagem regional nos faz pensar que no passado pode ter havido realmente uma maior interatividade de seus povos com o ambiente.

Desse modo, ao percorrer os diversos rios na região, se percebem imensas extensões de terras desabitadas, mas que apresentam paisagens com evidências de modificações antrópicas que podem ser percebidas na textura da floresta que recobre os locais, sendo muitas vezes sítios com terras pretas e com sinais de cerâmica. Em trechos desses rios, há lugares em que pedaços de cerâmica afloram nas próprias beiradas ou barrancas. Tivemos a oportunidade de ver peças inteiras ou cacos de cerâmica antiga em diferentes locais, nos rios Waupés, Teiá, Wenewexi, Wayuanã, Marauiá e Darahá, como em taperas no próprio rio Negro e na extensão do povoado Santa Inês, na sede de Santa Isabel do Rio¹¹. Também neste último se pode encontrar machados de pedra. Na verdade, muitas pessoas encontram esses tipos de machados e cerâmicas em toda região e referem-se aos primeiros como “pedra de Arú” que, segundo os estas, “provoca trovão”¹². Além disso, se constata, na bacia do rio Negro, a maior concentração de petroglifos do vale amazônico, situados em dispersos locais de seus rios que vai desde o baixo até seus afluentes do alto (ver Stradelli 1990; Koch-Grünberg 2010 [1907]; Vale 2002; Xavier 2008, 2012). Assim, podemos imaginar como eram ricamente habitados esses rios no passado. Para discutir essas questões da ocupação humana na área, iniciamos apresentando e relacionando pesquisas

11 Desde a laje de pedra em frente ao prédio da associação indígena local em direção ao leste – a povoação portuguesa de Santa Isabel foi colocada neste local em 1774, sendo transferida de Yanauarí, local abaixo da foz do Yurubaxi. Instalou-se a nova povoação num local antes chamado Uatauarí, ao leste dessa laje de pedra. Conforme o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1983), em 1785, quando este passou pelo local, o mapa apenso de sua população indicava índios das nações “uaupés” (qual?), “juris” (yuri, yurupixuna), “passes”, “uerequenas”, “baniúas” (do isana?), “baiana” (de língua baré), “maquiritari” (do Padamo no Orinoco?) e “macu” (qual?), todos advindos da prática de descimentos (Sarmento 2018a: 89-90). Como o antigo nome do lugar atesta, este devia ser habitado anteriormente por povos Arawak da própria intermediação – geralmente os Arawak nomeavam os locais onde habitavam com o nome do seu próprio chefe (a partícula “-ari”, indicador de rio ou curso de água, é comum também tanto em nomes de chefes como de antigos locais habitados na região).

12 Arú é o ente relacionado à friagem de mesmo nome que chega à região em meados dos anos, sendo que: “[...] os antigos machados de pedra são chamados de ‘pedra de Aru’. Dizem que esses tipos de machados possuem capacidade de provocar trovões, raios, relâmpagos e atrair chuvas com tempestades” (Sarmento 2018b: 9).

interdisciplinares.

A primeira hipótese sobre a ocupação da região fora elaborada por Nimuendajú (1955: 163-166) após passar na área em 1927. Para o autor, a característica social dessa região teria sido formada a partir de três “estratos” culturais: 1) o mais antigo seria de grupos “caçadores e coletores seminômades” identificados com os atuais “Maku” (Nadahup) e os uaicá e xiriana (grupos conhecidos hoje como yanomami); 2) o segundo teria vindo, no início da era cristã, de grupos com “culturas mais avançadas”, como os Aruák e Tukano; 3) o último teria sido formado a partir da chegada dos europeus no contato com representantes do segundo estrato, resultando em uma cultura híbrida (“cabocla”). Para Nimuendajú, os Aruák teriam sua origem ao norte, em regiões do alto Orinoco e Guainia, representados pelos Baré, Manao, Werekena, Baniwa, Kuripako e Tariana, que teriam chegado em ondas sucessivas, atingindo zonas do médio rio Negro e rios como Yurubaxi, Waupés, Isana, Xié e Cassiquiare. Os Tukano teriam vindo de algum lugar do oeste, possivelmente das regiões do Içá e Napo, pois aí ainda se encontram os chamados Tukano ocidentais que chegaram desalojando os Aruák e continuaram se expandindo.

A esta hipótese, Galvão (1979 [1959]: 152) acenou que os tipos e sucessão de ocupação podem ser aceitáveis mas somente em parte, pois teriam necessidade de evidências arqueológicas e, que “a concentração de aruak no baixo Rio Negro, pode ser indicativa que essa onda migratória tivesse vindo pelo Amazonas e subido aquele rio”. Quanto à inclusão dos Yanomami (“uaicá”, “xiriana”) na mesma, considerando que Nimuendajú tenha passado na região em 1927 e publicado seu relatório em 1950, verificamos que até fim da década de 1930 esse grupo não era ainda notícia no rio Negro. De acordo com as histórias orais dos mais velhos, representantes dos povos do rio Negro, somente em fins da década de 1940 é que os Yanomami começam a aparecer nos afluentes Cawaburi e Marauí e margem norte do médio rio Negro, vindos das regiões de Parima, na Venezuela, por encontrar agora áreas desocupadas pelos antigos habitantes Aruák, diminuídos por séculos de contato com os estrangeiros e, nesse momento, os restantes nas mãos dos padrões de extrativismo e dos missionários salesianos. Portanto, não daria para incluir este grupo na hipótese de Nimuendajú ao lado dos demais que estariam há milhares de anos na região. Por outro lado, ele pode ter adquirido notícias para a época por meio das divulgações dos missionários no rio Negro a partir dos fins de 1940 e, sobretudo, informações nos escritos bem anteriores de Koch-Grünberg, mas para zonas bem distantes da área¹³.

Posteriormente, o trabalho de Reichel-Dolmatoff (1985) concluiu, após análise de narrativas de grupos Tukano, que o sistema sociocultural do Waupés

13 Trata-se dos escritos de Theodor Koch-Grünberg, como o vol. 3 de Von Roraima zum Orinoco [Do Roraima ao Orinoco] (1916-1923) e A distribuição dos povos entre rio Branco, Orinoco, rio Negro e Japurá (1922).

poderá ser melhor verificado dentro de uma perspectiva que inclua os padrões de relações entre eles e os Aruák do Noroeste Amazônico. Reichel-Dolmatoff (1997 [1985]) considerou tradições orais dos Tukano e sugere que quando estes chegaram ao Waupés já haviam outros povos na área, referidos como *behkára* e *pojá*, respectivamente grupos Aruákk e “Makú”. Ao longo do tempo, aqueles tiveram que prevalecer e se estabelecer sobre estes no território do Waupés, após guerras e conflitos que foram resolvidos por relações de trocas matrimoniais, que levaram às regras de exogamia, ao aperfeiçoamento da agricultura e à adoção de ritos de origem Aruák. Os *Behkarã* são identificados com os *Heemadakenai* (“povo da anta”), fratria Baniwa do alto Isana. Contudo, vimos que os Baniwa Waliperi-dakenai referem-se à anta (*heema*) também como seu avô. A palavra *behkára/behkarã*, em desana e tukano, é o termo para chamar os Baniwa. A referência que temos é que estes foram assim nomeados em Tukano porque antigamente se viu que entre eles se comia carne de cobras *diautikaro* (sucuriyú) e *mahkãpirõ* (esp. s/ trad.). No entanto, *behkára/behkarã* está próximo também de *wehkurã* (*wehkur*: anta; *-rã*: povo) e, ainda, de *bthkurã* (velhos, antigos, avós) – “anta” e “avô” são duas coisas que estão associadas entre os Baniwa. Quanto aos Nadahup, estes são, realmente, referidos como *pojá*, em desana, e *posá/peorã*, em tukano. A questão é que a discussão acima aponta os Nadahup e os Aruák anteriores na região.

Por outro lado, Vidal (1987) verificou para os Piapoco (Aruak) que suas histórias orais, narrativas tradicionais e registros escritos indicam que eles, em tempos pré-coloniais, teriam se deslocado, saindo do Aiari, no Isana, até o Guaviare, na Colômbia. As discussões de Hill & Wright (1988), como Vidal (1987) e Vidal & Zucchi (2000), indicaram também que cantos cerimoniais dos Wakuenai (Baniwa) e Hohodene (fratria Baniwa) sobre as viagens de *Kuwai* (herói criador de grupos Aruák no Noroeste Amazônico) – por uma vasta área que abrange desde os Andes, a foz do Amazonas e o delta do Orinoco – podem estar relacionados às suas narrativas tradicionais de migração. Os estudos etnohistóricos desenvolvidos por Wright (1992, 2005) também estão nessa direção. Porém, primeiramente, a antiga hipótese de Nimuendajú sobre a ocupação dos Aruák a partir do Norte é discordada por Wright (1992: 256s). Este considera que a ocupação da área por este povo é muito mais antiga à época cristã, podendo ter origem interna e não externa e ter partido no sentido sul-norte e não norte-sul, como se supôs. Para esta nova hipótese, Wright considera análise de tradições orais dos grupos Aruák/Maipure do Norte, sobretudo dos hohodene (fratria baniwa), e reconstruções linguísticas destes. As menções contidas nas tradições orais, as evidências linguísticas dos grupos, a presença de petroglifos nas cachoeiras (embora ainda não haja estudos arqueológicos) indicariam uma ocupação mais antiga dos Aruák no Isana. A discussão traçada pelo autor (1992: 258s) indica que, ao contrário das tradições dos grupos Tukano que contam suas migrações com pontos de origem fora da região que depois sobem o rio Negro

e Waupés ocupando a bacia deste, as tradições Aruák de viagens de *Kuwai* têm como ponto de origem e retorno o Noroeste Amazônico; na maior parte dos casos, o lugar de Hípana, na cachoeira do Apuí (no Aiari, Isana). Nos lugares por onde passou teria deixado a música das flautas para as gerações seguintes. Segundo Wright, tudo indica que suas viagens estariam dentro do território histórico dos Aruák no Norte Amazônico, pois há uma correspondência do mapa de suas viagens com o mapa de distribuição dos grupos dessa família.

De fato, Zucchi (2002: 218-219, 2010) sugere algumas hipóteses que poderiam explicar a expansão dos Aruák/Maipure do Norte no Noroeste Amazônico, a partir da bacia do Isana, pois, segundo a autora, esta região demonstra evidências de ocupação Proto-Aruák entre 4.000 e 3.500 anos AP, que iniciaram uma primeira expansão gradual no alto rio Negro e baixo Guainía. Depois, entre 3.000 e 2.500 anos AP, o aumento populacional, o aperfeiçoamento da agricultura etc., teriam levado a uma segunda dispersão destes Aruák para outras regiões, como o leste, o oeste, o Orinoco e o baixo rio Negro, marcando ou associando os eventos míticos e históricos desse tempo a lugares específicos dentro de sua cosmografia e ligados com a “escrita topográfica” (os petroglifos).

Meira (2005: 192) cita estudos arqueológicos mais antigos que reúnem tanto dados arqueológicos como linguísticos e de tradição oral indígena a exemplo de Lathrap (1970) e Zucchi (1987), respectivamente, que indicam a presença de Proto-Aruák/Maipure entre 3.000 e 1.000 AC na foz do rio Negro e médio Amazonas, a partir dos quais teriam se dividido em quatro grupos. Destes, três teriam se deslocado para o rio Negro: os Proto-Kurypako para o Waupés e Isana; os Proto-Baré para o médio, alto rio Negro e Cassiquiari; e os Proto-Manao para o médio rio Negro e seus afluentes. O mesmo autor cita outros trabalhos, como os de Vidal (1987), Perez (1988) e Nimuendajú (1944) que apontam, em tempos pré-históricos, os Baré no médio rio Negro e seus tributários Wayuanã, Marié, Cawaburi e Iá.

Pesquisas mais recentes com metodologias teóricas reformuladas e interdisciplinares têm revelado novos entendimentos. Para o rio Negro ainda há poucas pesquisas de arqueologia. Algumas existentes são apresentadas por Neves (2015: 53) e se limitam às regiões do baixo rio Negro e a que fora efetuada pelo próprio autor (Neves 1997) no alto rio Negro, na região do médio Waupés – que veremos adiante. Devido a isso, ainda, há muitas lacunas que só virão a ser clareadas por pesquisas futuras na região. No entanto, fontes como de Silva Costa (2009) e Heckemberg et al. (1999) apontam indústria lítica (ferramentas de pedra) de 9.460 AP e sequências de indústria cerâmica entre 6.850 e 400 AP, na região do baixo rio Negro.

Um estudo que dá melhores evidências de antiga ocupação humana na bacia do rio Negro vem do trabalho de Neves (2012a) na área de interflúvio do rio Negro e Solimões, quase que defronte à Manaus, chamado sítio Dona

Stella, com ocupação que remonta ao início do Holoceno, por volta de 6.500 AC. Esta área aponta registro de assentamentos em zonas de campinarana e junto de igarapés, em que seus habitantes produziam objetos de pedra, incluindo pontas de projéteis bifaciais conseguidos a milhares de quilômetros do local, ao norte. Isso pode elucidar que, nesse tempo, locais de terra firme com igarapés próximos, ou não, aos grandes rios eram habitados. Para Neves (2015: 53), é possível que os primeiros habitantes do rio Negro tenham tido modos de vida baseados na caça e pesca e no manejo de plantas domesticadas e não domesticadas. Modo esse encontrado ainda hoje entre os grupos Nadahup no Alto Rio Negro. Segundo o mesmo autor, ao contrário do que se pôde pensar sobre o que sejam modos de vida atrasados ou superados pelo advento da agricultura, os registros arqueológicos indicam um modelo de estabilidade surpreendente “com conhecimento sofisticado das florestas e seus recursos, mais ainda que grupos ribeirinhos como os baré” (Neves 2015: 53).

Anteriormente, para a área do alto rio Negro, Neves (1998) pesquisou a região do médio Waupés e, a partir daí, sugeriu algumas hipóteses sobre a história antes do contato na região. Entre elas é que a ocupação desta área por povos Nadahup, Aruák e Tukano é muito antiga, tendo não menos que dois mil anos (Neves 2005, 2012b). Segundo o autor, no baixo Waupés foram encontrados sítios antigos de Aruák que datam de, pelo menos, 2.550 anos AP (Neves 2005: 93). Por outra parte, algumas narrativas Tariana (Aruák) forneceram algumas pistas que levaram o arqueólogo a localizar e a escavar um sítio onde teria existido uma fortaleza defensiva e estratégica em combates dos Tariana contra os Wanana (Tukano) entre o fim do século XIV e início do XV, confirmando detalhes de narrativas contadas ainda hoje e registradas já por Brandão de Amorin em fins do século XIX (ver Brandão de Amorin 1928). Isso comprova ainda outras menções dos Tariana que teriam sido o último grupo Aruák a migrar do Aiari (no Isana) para o Waupés, onde já estavam grupos Tukano. Neves argumenta, ainda, em favor da hipótese, que existiu em tempos pré-contato um sistema regional que integrava povos Aruák ao norte, oeste e leste do Waupés e povos Tukano do Waupés e Apaporis (Neves 2005, 2012b).

Num esforço de esboçar a história dos povos do alto rio Negro desde o ano 1.000 DC até o presente, Neves (2005:91) diz que o “sistema regional do Alto Rio Negro é estruturalmente similar ao que era antes do século XVI” ou que a conquista europeia nesta região não teria feito uma compressão de sua população para áreas de refúgio, mas que, ao contrário, fez com que houvesse a “expansão de alguns grupos anteriormente localizados, falantes do Tukano, para áreas mais extensas”. O rio Papuri (no Waupés) teria sido o território tradicional da maior parte dos grupos Tukano e que estes, no século XV, já ocupavam até o médio Waupés há centenas de anos. Nesse sentido, Neves (2005) sustenta que, até aquele século, a maioria de seus grupos não eram distintos linguisticamente e que não teriam migrado de lugar abaixo no rio Negro, mas se fosse o caso, isso

teria ocorrido muito antes que começasse a diferenciação das línguas Tukano na região.

Neves (2005:92s, 2012b) ainda defende que, até aquele tempo, a mesma sociedade tinha a prática da caça e da agricultura com base na mandioca brava, mas devido aos limites do uso de machado de pedra, confiava no cultivo de pupunha, açaí, bacaba e japurá, silviculturas mais perenes. Este modo de agricultura e a existência de territórios de grupos bem definidos eram fatores que diminuía a mobilidade, sendo as localidades ocupadas durante gerações. Ainda para Neves, o baixo Waupés e o baixo Tiquié (afluente do primeiro) eram ocupados por grupos Tukano e Aruák – compondo o tipo de “fronteira étnica” sugerido por Wright (1992, 2005). Entre os Tukano, nesta fronteira, estavam ao menos os Arapaso e os Mirititapuya. Dos Aruák, com base em evidências históricas e linguísticas disponíveis, Neves (2005) sugere que no baixo Waupés estavam grupos ligados aos Baré ou aos Werekena. De outro lado, como já visto, um grupo de ancestrais dos Tariana teria chegado ao Waupés a partir do Aiari, permanecendo estável no ponto de encontro com o Papuri durante as primeiras décadas de penetração europeia. No entanto, a intensa prática de captura de escravos, levada a cabo a partir dessa penetração, fez com que o baixo Tiquié e o baixo Waupés sofressem drástica baixa populacional, permitindo grupos Tukano do Papuri se deslocarem para estas localidades. Os Wanano e os Kubewa seriam os únicos grupos que permaneceram até hoje nos seus tradicionais territórios. Neves intui nisso o motivo pelo qual os Wanana seriam um dos poucos grupos Tukano que, segundo Chernela (1993), ainda guardariam o padrão ideal de assentamento em que os sibs de alta hierarquia são localizados rio abaixo.

Uma última hipótese acerca dos Tukano, após revisão das anteriores e empregando as informações arqueológicas, estudos linguísticos e antropológicos, foi apresentada por Cayón & Chacon (2014). Estes, considerando as interações socioculturais dos Tukano e Aruák na região e análises de línguas Tukano orientais e Tukano ocidentais, estas dos rios Caquetá, Putumayo e Napo (região fronteira entre Colômbia-Ecuador-Perú), indicam, a partir dos estudos elaborados por Chacon (2013, 2014), que os dois ramos da família Tukano começaram a diferenciar-se há 2.000 e 2.500 anos AP, e esta causa está associada à separação geográfica que tomaram, produzida pela chegada de um contingente de família linguística diferente. Propões, então:

“que os Proto-Tukano teriam como lugar de dispersão o interflúvio dos rios Apaporis e Caquetá (Chacon 2013: 236), uma vez que a única região onde existiam remanescentes, ainda nos começos do século XX, de línguas dos dois ramos era o médio Caquetá” (Cayón & Chacon 2014: 210).”

A hipótese os fez pensar num grupo até então não muito considerado nos processos de povoamento da região. Trata-se do povo Carijona (Karib) que, até fins do século XIX, ocupou um território que compreendia as partes altas dos rios Waupés e Apaporis, assim como alguns afluentes importantes do médio Caquetá. Este grupo pode ter advindo dos vales interandinos da Colômbia ou desde as Guianas, chegando à região do médio Caquetá, separando os Tukano, pois até o século XIX os Karijona se relacionavam com seus vizinhos Kubewa, ao leste, e com os Tukano Ocidentais, no oeste (Cayón & Chacon 2014: 210-211). Segundo os autores, outra possibilidade de separação dos Tukano pode derivar da chegada de povos de línguas também diferentes, como os Witoto e os Miraña que se localizavam entre os rios Caquetá e Putumayo; ainda que a presença Karíb possa ser mais antiga, haja vista a inimizade entre àqueles povos e os Karijona, enquanto estes últimos faziam intercâmbios com os Tukano. Os autores completam que os Proto-Tukano teriam inicialmente a forma de vida similar aos caçadores-coletores, com agricultura incipiente ou ocasionais e que, ao iniciar os intercâmbios matrimoniais com os Aruák, adquiriram o complexo ritual do *yurupary*, a vida ribeirinha e o cultivo intensivo da mandioca brava.

Em seguida, Cayón & Chacon (2014: 213), ao cruzarem dados linguísticos Proto-Tukano com as narrativas de alguns de seus representantes atuais sobre a obtenção da agricultura, sugerem que pode ser que isso tenha ocorrido a partir de grupos originariamente falantes de Aruák, que começaram a se estabelecer na área há uns 2.500 anos AP (segundo contingente destes descritos por Zucchi 2002) e, assumindo a ideia de Neves (2011), que o presente etnográfico amazônico iniciou a construir-se há dois mil anos, seria provável que o sistema regional tenha começado a formar-se durante o primeiro milênio DC.

Portanto, a presença dos grupos indígenas na região é milenar e as formas culturais e de organização social que estes grupos apresentam resultaram das antigas interações entre eles, que vêm se constituindo há dois milênios. O rio Negro, propriamente dito, demonstra ser ocupado há mais de dois mil anos por grupos da família Aruák e, como verificamos, para muitos autores, aqui teria sido o centro de origem dessas populações, devido a grande quantidade e diversidade de representantes dessa família na região (Neves 2015).

3. Sistemas interétnicos de integração e a etnogênese regional

Ao que vimos acima, para o início da construção da configuração do sistema sociocultural do Alto Rio Negro, vem somar-se uma forma de entendimento de estudos que indicam manifestação de redes de integração de comércio, que envolviam grandes extensões da Amazônia a partir do primeiro milênio DC, em que povos de língua Aruák teriam um papel fundamental (Hill & Santos-Granero 2002; Santos-Granero 2002; Zucchi 2002; Heckenberger, 2002, 2005a; Hornborg 2005; Hornborg & Hill 2011; Hornborg & Eriksen 2011;

Eriksen 2011). Entre muitas características que envolvem modelos específicos de cerâmica e formas de organização social (hierarquias, aldeias com grande população, intensificação da agricultura, valorização das relações de parentesco) descritos pela arqueologia e antropologia, verificados por regiões do Noroeste Amazônico, médio Orinoco, alto Xingu e Caribe, os Aruák revelam, entre suas relações sociais, um grande valor voltado aos intercâmbios sociopolíticos em que davam privilégio ou estima para acordos e relações pacíficas no lugar das guerras e conflitos (Arvelo-Jimenez 1982; Arvelo-Jimenez et al. 1989; Hill & Santos-Granero 2002; Santos-Granero 2002; Fausto 2005; Heckenberg 2005a, 2005b; Hornborg & Hill 2011; Guerreiro 2016).

O crescimento demográfico e assentamentos de longa duração, nesse período, teriam produzido marcas importantes de ocupação humana verificada pelos solos antropogênicos nas regiões da Amazônia, chamados de “terras pretas”, derivados da ação humana devido ao uso prolongado ou à reutilização de um local por até centenas de anos, acúmulo de lixo orgânico geralmente ao lado ou atrás das habitações etc. (Neves 2015: 47).

Como acenamos acima, no rio Negro, e para além deste, em uma região ainda mais ampla da Amazônia, encontram-se cerâmicas antigas com decorações semelhantes entre si, incluindo as incisadas, as modeladas e o abundante uso de pinturas na cor amarela, laranja, cor-de-vinho e vermelha. Estas cerâmicas são denominadas de “Pocó-Açutuba”, com sítios datados a partir do ano 1.000 AC e que teriam sido produzidas por falantes de línguas geneticamente próximas entre si, provavelmente, da família Aruák (Neves 2015: 54). De acordo com Neves (2015: 56), “os dados de ocupações Pocó-Açutuba no rio Negro mostram que a região já era parte dessa teia milenar de relações entre grupos Aruak, que conecta há milênios o Caribe, o norte da América do Sul e o coração da Amazônia”.

Entretanto, há uma fase que demonstra mudanças em boa parte da Amazônia por volta da passagem do primeiro ao segundo milênio DC. No rio Negro, são correlatos sítios arqueológicos ou recuperação de sítios mais antigos que apresentam outro tipo de cerâmica, mais vistosa e ricamente decorada com pinturas em vermelho, laranja, preto e branco, denominadas de “tradição policroma da Amazônia” (Neves 2015). Segundo Neves (2015: 56), as datas obtidas para esse modelo indicam que ele surge entre os séculos IX e XII e que a cronologia dos assentamentos onde aparecem indica um movimento do leste para o oeste – isto é, no rio Negro, de sua foz em direção ao alto. Ainda que precise de muitas pesquisas, datas mais antigas dessas cerâmicas foram obtidas próximas de Barcelos (médio rio Negro), embora se considere o alto rio Madeira como o centro de povos que tenham produzido ou iniciado esse modelo e que se tem associado a distribuição da tradição policroma à expansão de grupos falantes do tronco Tupí pela Amazônia ocidental por volta desse tempo (Neves 2011, 2015: 56), ainda que não tenham penetrado no rio Negro.

Essas mudanças, como a substituição de modelos de cerâmica e a chegada de povos Tupí numa vasta região da Amazônia nesse período, sugerem um grande papel desempenhado pelos Aruák no Noroeste Amazônico, que atuavam nas redes de intercâmbios multiétnicos conectando várias sub-regiões ou calhas de rios, pois enquanto o avanço dos Tupí é acenado pela intensificação das guerras, os Aruák tinham políticas de interação pacífica com diversos povos de outras línguas na região.

Nesse sistema de intercâmbio, de acordo com as análises de Cayón & Chacon (2014: 214-215), se permite sugerir a intensificação da agricultura incentivada para elaboração das bebidas fermentadas de mandioca e outros que tinham seu consumo cerimonial orientado para a manutenção de relações sociais entre os grupos, ideias apoiadas pelos registros das cerâmicas para guardar bebidas, como o caxiri. De acordo com os mesmos autores, embora a chegada dos grupos Tupí na Amazônia tenha tido muitos efeitos, parece que a rede comercial não fora muito afetada, como se pode ver pelas primeiras descrições dos europeus que chegaram à Amazônia no século XVI e que, inclusive, estas redes serviram para prosperar a captura de escravos, alastrar os inumeráveis efeitos nocivos que causou o contato, com seus sucessivos e desastrosos ciclos extrativos.

Levando em conta um diálogo entre estudos antropológicos, linguísticos, arqueológicos, ecológicos e pesquisa de arquivos históricos, a partir dos anos 1980, iniciaram-se as pesquisas dentro de um entendimento que concebe um “sistema regional de integração” na região, noção que busca mostrar a importância de uma perspectiva que pudesse dar direção a um entendimento do sistema social contemporâneo do Alto Rio Negro (Jackson 1983; Wright 2005). Além do rio Negro, sistemas regionais são descritos em outras áreas, como o alto Xingu, o Orinoco, na Venezuela, o Ucayali, no Perú, e as terras altas, nas Guianas.

No Alto Rio Negro, os intercassamentos, a especialização na confecção de objetos para o processamento da mandioca e de uso cerimonial, a arquitetura, o intercâmbio de conhecimentos tecnológicos, ecológicos, agrícolas, terapêuticos, xamânicos, as mobilidades, as alianças, são padrões que estão entre os que têm sido descritos em seu sistema regional. Do médio ao alto rio Negro, ainda hoje é possível verificar estes tipos de interações, seja nos casamentos, nas mobilidades, nas viagens à procura de tratamento de doenças por meio de xamanismo, nas trocas de objetos, sobretudo, dos relacionados ao sistema de processamento da mandioca.

Pesquisas de cunho histórico (Sweet 1974; Farage 1991; Vidal & Zucchi 2000; Wright 2005) verificaram que o comércio e a interação entre os povos do rio Negro, até os tempos de pré-contato, eram intensos. Aqui participavam intensamente os povos Aruák, especialmente os Manao, Guaypunaves e Baré. Como grandes comerciantes, estes povos percorriam uma corrente que ligava

chefias subandinas com povos dos rios Amazonas, Solimões, Negro, Branco, Orinoco e as Guianas. Essas pesquisas e algumas narrativas indígenas indicam que os Manao casavam e realizavam comércio com os Tariana do Waupés e estes, por sua vez, estendiam conexões ao Noroeste que chegavam com outros povos até os Andes.

Morey (1975) e Wright (2005) indicam que esses intercâmbios e expedições se davam por regras formais caracterizadas pelo acerto de negociações e prazos para os mesmos, com cerimônias de recepção, prática da exogamia interétnica, acordos de paz, proteção e cooperação. Entre os Guaypunaves, Baré e Manao existiam celebrações de rituais de encontro dos visitantes e formação de alianças que envolviam consumo de bebidas e comidas, simulação de confrontos e pactos de não agressão.

Alguns autores, para descrever os múltiplos processos sociais e históricos que ocorreram entre os povos na região, utilizaram a noção de “etnogênese”. O termo, além de descrever a emergência dos povos e suas diferenças, é um conceito que abrange os processos culturais e, ao mesmo tempo, políticos dos povos para criar identidades em contextos gerais de mudança radical e descontinuidade (Vidal 1993; Hill 1996, Wright 2005).

Por outro lado, Vidal & Zucchi (1999) e Vidal (2002) verificaram a questão na ideia de “macromodelos” em termos de duração de séculos e as mudanças socioculturais pelas quais as sociedades do Noroeste Amazônico e Orinoco podem ter passado. Elas discutiram a formação de “confederações multiétnicas” no primeiro século de contato no rio Negro. Isso inspirou Wright (2005) a analisar uma série de acontecimentos no rio Negro dentro dessa ideia, inclusive considerar o movimento indígena da região pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) dos últimos anos nessa linha.

Sobre a história dos povos do Alto Rio Negro, Wright (1980) parece inaugurar uma forma de análise em que toma as histórias orais dos baniwa integradas com análises de fontes escritas. Wright (1980, 2005) reúne textos reelaborados em que procura documentar diversos momentos críticos de transição entre os séculos XVIII e XX. Há um esforço de reconstrução histórica, tomando dados da etnografia, arqueologia e documentos do século XVIII, inéditos até então, para verificar as primeiras ações dos portugueses na região, principalmente a escravização, e como os povos indígenas foram afetados e em que tipo de circunstâncias puderam desenvolver estratégias mediadas por padrões culturais que estavam sendo ressignificados.

Os estudos sobre a história, o ritual e as narrativas indígenas de Wright & Hill (1986) e Hill & Wright (1988) apontaram que os Wakuenai e Baniwa tiveram uma longa história de relações interétnicas, quando portugueses e espanhóis avançavam na região, e que essa história está imbricada numa série de discursos e falas rituais. De nossa parte, tanto analisando as publicações

de narradores indígenas da região, como ouvindo as histórias orais de velhos conhecedores, percebemos como suas narrativas, além de contar sobre o surgimento, a distribuição dos grupos e os feitos dos antepassados, acabam também colocando histórias do contato, as viagens a partir de relações com os estrangeiros, as práticas de violências que os mesmos executavam na região e a colonização missionária.

Por fim, como forma de verificar essa rede de comércio nos períodos que os europeus começavam a avançar na região, tomemos a descrição feita pelo padre jesuíta Samuel Fritz (2006) do que presenciou, em 1689, no médio Solimões, quando se encontrava entre os Jurimáguas. É um dos poucos registros que se possui sobre os Manao que se situavam no rio Negro (e seus afluentes como o Darahá e o Yurubaxi), pois há muitas menções posteriores desse povo relativas ao comércio que executavam em grande extensão, ao uso de rotas do Yurubaxi ao Japurá e sobre seus embates contra a penetração portuguesa no rio Negro no século XVIII (ver Sampaio 1985; Noronha 2006; Ferreira 1983; e, ainda, Sweet 1974). Nesse relato podemos perceber, ao mesmo tempo, além dos itens comercializados, as características dos Manao e a rota utilizada por eles entre o alto rio Negro, o Yurubaxi, o Japurá e o Solimões. Segundo o jesuíta:

[...] veio comerciar com os Jurimáguas, em umas dez canoas, uma tropa de Manaves¹⁴, índios gentios. [...] São esses índios Manaves muito valentes e temidos dos gentios vizinhos, e fizeram frente há anos a uma tropa portuguesa.

Sua arma é arco e flecha envenenada; não criam cabelo, dizem, para que não tenham por onde possam ser agarrados nas peles; andam nus; a fronte até as orelhas tingem com uma resina preta, semelhante ao bálsamo¹⁵. Suas terras estão para as bandas do Norte sobre um riacho chamado *Jurubets*¹⁶, onde se chega pelo rio Japurá¹⁷. Saem de ordinário no tempo da enchente, porque então os dois rios se comunicam, de modo que podem, em canoas, penetrar do Jurubets no Japurá. O comércio que têm esses Manaves com os Aisuares, Ibanomas e Jurimáguas¹⁸ consta de umas lâminas de ouro, vermelhão, raladores de *Yuca*, redes *cachibanco*, com outros gêneros de cestinhos e *macanas* que lavram curiosamente.

14 Trata-se dos manao, escrito também “manáos”, “manaós”, “managús” (este último por padre Acuña em *Nuevo Descubrimiento del gran Rio de las Amazonas*).

15 Tinta de genipapo.

16 Rio Jurubaxi/Yurubaxi (Maiuixi/Maiuishi).

17 Rio Japurá.

18 Aisuares, Ibanomas e Jurimáguas – são grupos catequisados pelos jesuítas entre os anos de 1683 e 1727, hoje inexistentes ou de difícil identificação que estavam situados entre os rios Solimões, Tefé, Coari e Purus.

O ouro não o tiram eles, mas vão resgatá-lo, navegando o rio Iquiari; e este é o rio, entre tais gentios, muito afamado de ouro (Fritz 2006: 78-82).

Podemos ver aqui alguns itens comercializados como lâminas de ouro, vermelhão (possivelmente tinta de carayurú), raladores de *yuca* (mandioca), redes de *cachibanco* (tucum), cestinhos e *macanas* (cacetes ou tacapes). O rio mencionado, “Iquiari”, certamente é Caiari-Waupés em que estavam os Tariana que podiam conseguir ouro de outros povos próximos dos Andes. Os raladores de mandioca podiam ser conseguidos também com os Tariana após serem repassados para esses dos Baniwa do Aiari-Isana ou diretamente dos Baniwa no próprio Waupés ou mesmo no Isana.

Desse modo, tanto a discussão sobre a ocupação milenar, como sobre as redes de comércio demonstram complexas dinâmicas de interação entre os povos da região que existiram no passado. Por outro lado, esclarece, também, que há uma visão equivocada sobre as regiões da Amazônia, pois, costuma-se imaginar essa região como vazia, com grandes rios inabitados, que parece impossível pensar em complexas interações sociais, muito menos que aí existiram sistemas de intercâmbios que integravam diversos povos, com línguas e costumes diferentes, com acordos mútuos de políticas pacíficas. Até mesmo hoje, as interações multiétnicas e relações de trocas acontecem na região do rio Negro, no entanto, parecem estar invisíveis aos olhos estrangeiros, embora as marcas do passado nas paisagens e as relações e práticas culturais ainda vividas revelam dinâmicas que não se apagam.

4. A ocupação regional Tukano: um desafio de análise

Vimos como as pesquisas situam os povos do rio Negro dentro de uma perspectiva que nos ajuda entender muitas questões históricas. Elas passaram inclusive, nos últimos tempos, a dar uma maior relevância às narrativas orais tradicionais dos povos da região, pois estas as ajudam tanto no entendimento de suas organizações sociais como em chegar a muitos entendimentos sobre o passado, inclusive oferecendo pistas para avanço de novos trabalhos. Vê-se que as duas formas de entendimento podem ser relacionadas, pois elas não se excluem. Pelo contrário, se complementam favorecendo entendimentos combinados e ainda mais ricos.

Segundo discussões desenvolvidas por Severi (2010 [2004], 2014), a fala e a imagem articuladas por uma apropriada técnica de memória, numa linguagem de pensamento simbólico ou xamânico, prevaleceu como uma rica alternativa entre muitas sociedades sobre o sistema da escrita. E que tal forma de saber opera por estabilizar uma relação de sistemas ordenados de elementos

iconográficos diversos¹⁹. Em nossa percepção, isso parece ter permitido os complexos e diversificados modos de construção de conhecimento encontrados entre muitos povos indígenas na Amazônia.

As narrativas indicam como os povos da região pensam sua origem, consideram seus territórios e mobilidades, instituições, organizações e relações sociais, organizam seus conhecimentos, vivem a ética e manifestam a estética, entre outros, ao ponto que podemos dizer que as narrativas embasam uma teoria sobre o mundo. Contudo, estas histórias, assim como outros conhecimentos, práticas e ritos, não eram registradas em livros, mas gravadas e exercitadas na memória e no repasse de uma geração para outra, pois as sociedades do rio Negro, como da Amazônia em geral, desenvolveram outras formas de garantir suas tradições e conhecimentos, conforme seu modo de vida, associadas a uma sofisticada arte da narrativa mnemônica (Sarmento s/d).

O nível de colonização implantada há séculos na Amazônia, todavia, fez com que muitos grupos perdessem partes de suas histórias tradicionais. No Alto Rio Negro, isso provocou alguns indivíduos, nos últimos anos, a procurar registrar suas narrativas na forma de escrita, pois o contexto contemporâneo ameaça fazer com que estas histórias e outras tradições desapareçam. Dessa forma, surgiram escritos por parte dos próprios indígenas que estão voltados para a guarda e repasse desses conhecimentos às novas e futuras gerações. Trata-se de uma preocupação de deixar as narrativas e outros conhecimentos para os filhos e os netos²⁰. Por outro lado, narrativas de alguns grupos, tanto das origens como de outras histórias, foram registradas e estão também integradas por trabalhos etnográficos, publicação de missionários e relatos de viajantes na região.

Não é nosso propósito apresentar aqui qualquer versão de origem Tukano²¹, mas tão somente pontuar uma questão que seja: aquela que remete ao desafio de análise interdisciplinar ligada ao processo de como os povos Tukano entendem seu trajeto de ocupação territorial na região, um percurso inverso do que apontam as disciplinas acadêmicas, sem necessariamente que isto implique em apontar equívocos por estas. Isto é, como entender a ocupação Tukano a partir de um processo exógeno vindo do oeste, como apontam as análises disciplinares vistas acima, e a ocupação a partir de um deslocamento vindo do leste, subindo o rio

19 Ver a ideia de Severi ser aplicada para análise de iconografias dos povos Tukano no Alto Rio Negro por Hugh-Jones (2012).

20 Ver a série *Narradores Indígenas do Rio Negro* (FOIRN), entre os quais: Pārökumu & Kehíri ([1980] 1995), Diakuru & Kisibi (1996, 2006), Cornélio et al (1999), Barbosa & Garcia (2000), Ñahuri & K̄marō (2003), Galvão & Galvão (2004), Ak̄to & Kí'mâro (2004), Carvalho et al (2004); ver ainda publicações de Moreira & Moreira (1994), Gentil (2000, 2005), Garnelo et al (2005), Tukano (2017), AETU (2005), França (2015), entre outros.

21 Exemplos disso estão nas publicações de narrativas tukano apontadas acima.

Negro, de acordo com as narrativas tradicionais pelos grupos Tukano? Faremos somente uma síntese da viagem da origem, segundo o coletivo Tukano, de modo que se aproxima do que se conta também entre outros grupos da mesma família linguística.

Assim, de acordo com o pensamento dos *Ye'pa-Mahsã*, os Tukano²², os coletivos étnicos do Noroeste Amazônico, formaram-se a partir das ações do Avô do Mundo (*Hmtukoho Ñekkt*), da Avó do Mundo (*Hmtukoho Ñehko*) e dos deuses do princípio (õ'amarã, como *Ye'pa Õ'akt* e outros). Eles criaram a primeira humanidade (*Pa'muri Mahsã*). E estes iniciaram uma viagem de transformação/evolução da humanidade há milhares de anos que iniciou num ponto chamado Lago de Leite (*Õhpeko Dihtara*) e percorreu o rio Negro primordial, o Rio de Leite (*Õhpeko Diá*), por meio da Canoa de Transformação (*Pa'muri Pirõ-Yuhktst*), uma grande canoa com formato de cobra. No decorrer da viagem, foram parando em diversos lugares, chamados Casas de Transformação (*Pa'muri Wi'i*) e, nessas Casas, essa gente ia fazendo cerimônias e festas, adquirindo conhecimentos e elementos culturais.

Assim, do rio Negro entraram no Caiari-Wapés (*Diá Pohsa*). Tiveram seu ponto máximo quando saíram definitivamente para a terra a partir do buraco da cachoeira de Ipanoré (*Tõhopa-duri*), no seu médio curso. Cada chefe ancestral foi saindo para a terra por uma ordem subsequente (hierarquia que é considerada hoje), representando os povos existentes no Alto Rio Negro.

Depois da emersão dos coletivos, ao longo do tempo, cada grupo foi buscando seu território. Nesse processo, cada um adquiriu peculiaridades culturais e linguísticas. Os Tukano se dirigiram ao Papuri (*Ahko Ñiisaha*), afluente direito do médio Waupés, hoje marca divisória dos estados brasileiro e colombiano, fixando-se, primeiramente, no igarapé Turi (*Pohsaya*). O Papuri foi, na verdade, o território tradicional da maior parte dos grupos Tukano, assim como também atestam as pesquisas.

Com o tempo, alguns grupos se deslocaram do Papuri para o Tiquié, o Waupés e, em menor proporção, para afluentes da margem direita do rio Negro, como o Curicuriari, o Teiá, o Wenewexi e, ainda, para o Tukano (região de Balaio) e Traíra (no Japurá), sobretudo, depois que as práticas europeias despovoaram essas áreas. Atualmente esse povo, com dezenas de patri-sibs, está localizado, sobretudo, nessas sub-regiões desde o Papuri, com presença de moradores também nas cidades de Mitú (na Colômbia), São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Manaus.

De um modo geral, há muitos paralelos entre as tradições orais dos diferentes grupos, o que marca uma característica dos povos da região. Considerando os

²² *Dahsea* (de *dahse*, ave tukano) é como são chamados os *Ye'pa-Mahsã*. Como acontece na relação de tantas sociedades, esta é uma alcunha dada por outros grupos da região ao longo de suas relações, apelido que depois foi traduzido à língua não indígena e se popularizou.

grupos tanto Nadahup, Aruák e Tukano, percebemos como os eventos de suas histórias tradicionais se desenvolvem dentro do círculo que recobre áreas do rio Negro, Isana e Waupés²³. Em nossa perspectiva, estes territórios podem ser pensados de forma integrada na análise desses povos.

Por exemplo, os Baniwa têm como referência o Isana, com o local de Hípana no Aiari como o ponto de surgimento dos antepassados dos grupos e, ainda, sugestão de andanças de seus heróis por uma ampla área que envolve o Noroeste Amazônico (ver Hill & Wright 1988; Vidal & Zucchi 2000; Wright 1992, 2005; Cornélio et al. 1999). Do mesmo modo se pode dizer dos Tariana com referência ao surgimento no Aiari (ver Barbosa & Garcia 2000: 23). Os Baré remetem muitas histórias de seus heróis e ancestrais que envolvem desde o Aiari, no Isana, até o médio rio Negro, ou da foz do rio Negro até o Isana (ver Brandão de Amorim 1928:169-180; José Roberto 1928; França 2015). Os Tukano, Desana e outros da mesma família, por sua vez, marcam em suas histórias uma viagem que sobe o rio Negro e o Waupés para ocupar a bacia destes. Ou seja, as tradições dos Aruák regionais indicam uma origem interna à região. Ao contrário, as tradições dos Tukano contam uma ocupação que se deu a partir de pontos externos, como notou Wright (1992).

No que se refere aos Tukano, levando em conta o que foi visto sobre as hipóteses de sua ocupação na área, temos elaborações acadêmicas que indicam que eles chegam ao Waupés a partir de um ponto do oeste, fazendo, se imagina, o percurso por terra ou cabeceiras de rios. Por outro lado, temos uma elaboração de narrativas tradicionais que indicam os Tukano vindos do Leste para ocupar a região, em que fazem o percurso por navegação. Há raras menções que tenham partido antes do Oeste, baixado por algum rio (Japurá, Solimões?) para depois adentrar no rio Negro²⁴. Entre este trecho, geralmente, citam que passam por um local chamado Casa da Noite, por exemplo, tempo em que se chamam Ñamiri Mahsã (Gente da Noite), talvez por significar um tempo obscuro, pois até mesmo as menções a esse tempo não são claras, com locais, passagens e relações com grupos humanos não identificáveis. Os pontos com evidências estão quando viajam nos próprios rios Negro e Waupés, como pode se ver nas referências geográficas. Há que se considerar, entretanto, elaborações ou extensões que foram acrescentadas a partir do tempo de contato com europeus, como o litoral brasileiro, desde a Bahia da Guanabara e, talvez, o rio Amazonas, isso para questões de pesquisa.

A questão é: por mais que se possa considerar esta viagem pelo leste,

23 Para o caso dos grupos Nadahup, como estão mais distantes entre si, não há um único ponto de referência de surgimento, mas quando se aponta alguma localização neste sentido esta está na própria região e recorda uma trajetória ou andanças (ver algo em Münzel, 1969; Athias, 2010; Lolli, 2012).

24 Não temos como apresentá-las agora, pois estão num processo de pesquisa. Uma discussão nesse sentido, pretendemos elaborar em trabalho futuro.

subindo o rio Negro, como uma viagem simbólica, surpreende o significativo conhecimento e importância desse rio nas narrativas, nas encantações xamânicas e no conhecimento geográfico altíssimo que possuem os Tukano wapesinos, enquanto que, para o lado oeste não há o mesmo nível de conhecimento e importância dos lugares. Portanto, devemos nos perguntar em que momento há esta inversão do percurso até o Waupés, isto é, do percurso feito pelo Oeste para o percurso feito do Leste subindo o rio Negro. Metaforicamente, temos um desafio de discussão que busque perceber por que e em que momento uma árvore que caiu do oeste se inverteu para estar caída do leste nas histórias Tukano.

Entretanto, para isso devemos ter em conta algumas questões que podem levar a outras. Para uma reconstrução histórica da região, deve-se considerar que os povos do rio Negro tiveram consequências desastrosas com a chegada dos europeus, de forma que muitas relações que envolveram no passado os povos regionais não poderão vir a ser conhecidas porque percebe-se que os povos indígenas tinham relações, tratos e mobilidades muito sofisticadas e dinâmicas, antes da chegada dos estrangeiros. Em outras palavras, a região será marcada por perdas e destruição de muitos coletivos e, assim, de seus valores culturais, pois muitos povos desapareceram quando os europeus lá penetraram a partir dos inícios do século XVIII (ver Wright 1991, 2005: 27-82; Meira 1994, 2006, 2018: 259-318; Ramirez 2001: 13-19; Sarmiento 2018: 71-106). Portanto, muitos povos do curso do rio Negro e de seus afluentes foram aniquilados. Por exemplo, a mobilidade dos Tukano e de outros grupos do Papuri para o Tiquié, para o baixo Waupés e demais rios, a partir de fins do século XVIII e início do XIX (Sarmiento 2018: 126), aconteceu porque estes se encontravam agora desabitados devido ações portuguesas e espanholas de captura de escravos, descimentos, guerras e doenças estrangeiras nestas áreas, com a ajuda, inclusive, de grupos indígenas que passaram a trabalhar para estas práticas após serem derrotados ou persuadidos.

Assim, como saber das relações, dos contatos e influências de grupos mais abaixo do Waupés e do rio Negro com os Tukano? Poderíamos, ainda, perguntar o que os Aruák desaparecidos teriam repassado, tanto aos Tukano como aos próprios grupos Aruák contemporâneos, já que inúmeros elementos culturais entre os representantes desses grupos de hoje são semelhantes. Como saber, inclusive, se os Tukano não estiveram ou passaram realmente pelo rio Negro antes da chegada dos europeus?

Como vimos, Neves (2005) sustenta que até o século XV a maioria dos grupos Tukano no Waupés não eram distintos linguisticamente e que não teriam vindo de lugar mais abaixo, mas se for o caso, isso teria ocorrido muito antes que se iniciasse a diferenciação linguística. Desse modo, poderíamos pensar alguma relação de grupos Tukano com os topônimos de rios mais abaixo, habitados tradicionalmente por grupos Aruák? Por exemplo, ainda que saibamos que topônimos de rios na região, como Ucaiari/Caiari, Aiari etc., com presença da

partícula “-ia-” antes mesmo de “-ri” (indicador de rio) sejam propriamente Aruák e que outros nomes de rios também terminados em “-iá” possam ser considerados Aruák, como Maraiuí, Maiá, Iá etc. (ver Ramirez 2001: 36), esta partícula (-iá, -yá ou -ya) também está presente em tukano para indicar rio ou igarapé, por coincidência ou não²⁵ (como *Pohsaya*, *Komeya*, *Yaiya*, *Teya* etc).

Além disso, de que forma e até que áreas os grupos do Waupés atingiam em suas viagens para negociar e socializar? Teriam alguns de seus grupos migrado também para fora? E de que forma os grupos Tukano foram afetados e reagiram ao contato dos europeus? Alguns dos seus teriam se aliado a outros da região para fazer excursões mais abaixo para confrontar ou interagir com as forças de penetração estrangeira?

Segundo uma tradição que se conta na minha família, os *Di'ipeé Porã* (sib tukano) ganharam estima no Tiquié pelo papel de guerreiros e, no tempo em que ouviam de avanços de brancos no baixo, preparavam-se com frotas de grandes canoas e homens treinados. Então, desciam e para o rio Negro, meses, conseguindo atingir até o baixo, provavelmente saqueando, pois retornavam com artefatos estrangeiros como machados, facões e mosquetes. Diferentemente, não sabemos se entravam em combate propriamente dito, pois sempre retornavam. Na volta, para demonstrar sucesso, sinalizavam nos trechos do rio com tiros de canhões artesanais e toque de trombetas tradicionais e, ao chegar em Santo Antônio (*Baya-pee*), realizavam grande festa de caxiri. No entanto, embora tenhamos essa referência, não localizamos cronologicamente quando isso ocorria, se em fins do século XVIII ou início do XIX, pois a ordem exata de gerações lembradas não atinge este período. Contudo, podemos pensar que os Tukano não ficaram isentos. Além disso, muitos grupos Tukano, como tantos outros da região, com a chegada estrangeira, desapareceram.

5. Considerações finais

Aqui nos detemos a uma discussão com fins de reconstrução de uma história de ocupação e formação da configuração sociocultural rionegrina. Esta se mostra dentro de uma construção de longa duração que se deu de forma muita dinâmica, em que seus diferentes povos souberam fazer relações tanto em câmbios comerciais como de elementos culturais, ao mesmo tempo permitindo-lhes manter traços distintivos. Em vez de guerras e extermínios de uns e outros, enxergaram a pacificidade, postura muito contrária à postura que empreenderam os colonizadores com sua chegada. Discussões nesse sentido dão, a nosso

25 Narradores tukano, ao se referirem ao Maraiuí, dizem que ele ganhou este nome pelo fato que os antigos, na viagem de transformação, adentraram nele para buscar puçanga (*bará* [*mará*] em tukano) e, assim, o chamaram de “rio de pusanga” – Puçanga é substância mágica de origem vegetal, animal, mineral, usada de diversas formas para atrair, proteger, afastar ou prejudicar.

ver, uma grande contribuição para se pensar sobre relações que envolveram, no passado, os povos indígenas, com a finalidade de se entender o presente. Tratamos de levantar discussões desse matiz já realizadas, mas também novas questões para pensar.

Entre tais questões estão imbricadas algumas direções e também desafios de como entender as análises das disciplinas com as tradições indígenas e vice-versa. Como melhor combiná-las? Parece que um esforço de análise nesse sentido apenas iniciou-se. Quiçá investigações no futuro poderão clarear muitas coisas, mas, para isso, será preciso investir em pesquisas de áreas afins como a arqueologia, a linguística e a história indígena, além da própria etnologia na região. Além do mais, pesquisadores nativos deverão ser formados nessas áreas e investir nos conhecimentos autóctones, entre os quais as tradições orais e a versatilidade linguística. Estes poderão pesquisar em conjunto para somarem informações, assim como ainda se aliarem, em investigações e diálogos, aos pesquisadores estrangeiros.

Por outro lado, para indagações que possam surgir sobre pesquisas feitas por indígenas, penso que são válidas também investigações em níveis mais gerais, como a que apresentamos aqui, levantando uma discussão interdisciplinar acerca de uma história interétnica. Ademais, não basta uma simples autoinvestigação, qualquer que seja. É preciso ir além dos conhecimentos que os indígenas temos, por mais que possamos trazê-los para os estudos que buscamos, em que podemos enxergar outras formas de investigação, inclusive diálogos interdisciplinares, tanto para entendimento de assuntos outros como os que se voltam para a temática indígena ou regional.

Referências bibliográficas

- AETÛ (Associação Escola Indígena Ûtapinozona Tuyuka). 2005. *Wiseri Makañe – Casa de Transformação: Origem da vida ritual Ûtapinozona Tuyuka*. São Gabriel da Cachoeira: AETÛ; São Paulo: ISA.
- Åhrem, Kaj. 2002. “Prefacio”. In: L. Cayón. *En las aguas de yuruparí: cosmología y xamanismo Makuna*. Bogotá: Ediciones Uniandes, pp. 9-13.
- Akito & Ki'mâro. 2004. *Ësâ Yëkisimia Masike'. O conhecimento dos nossos antepassados. Uma narrativa Oyé*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 6. São Gabriel da Cachoeira: COIDI/FOIRN.
- Andrello, Geraldo. 2010. Escravos, descidos e civilizados: índios e brancos na história do rio Negro. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. V, nº 1, 107-144.
- Arvelo-Jimenez, Nelly. 1982. The political struggle of the Guayana region's indigenous peoples. *Journal of International Affairs*, v. 36, n. 1, spring/summer 1982, pp. 43-60.
- Arvelo-Jimenez, Nelly; F. Morales Méndez & Horacio B. Castillo. 1989. Repensando la historia del Orinoco. *Revista de Antropologia*, v. V, ns. 1-2, pp. 155-174.

- Arvelo-Jiménez, Nelly & Horacio Biord. 1994. "The Impact of Conquest on Contemporary Indigenous Peoples of the Guiana Shield: The System of Orinoco Regional Interdependence". In: A. Roosevelt (org.). *Amazonian Indians from Prehistory to the Present*. Tucson: The University of Arizona Press, pp. 55-78.
- Athias, Renato. 2010. "Ocupação espacial e territorialidade entre os Hupdah do Rio Negro, Amazonas". In: G. C. Becerra (ed.). *Viviendo en nel bosque. Um siglo de investigaciones sobre los makú del Noroeste Amazônico*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia/Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, pp. 57-84.
- Balée, William. 1989. "Cultura na vegetação da Amazônia brasileira". In: W. Neves (org.). *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 95-109.
- Balée, William. 1992. "People of the fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America". In: *Conservation of Neotropical Forests: Working from traditional resource use*. New York: Columbia University Press, pp. 33-57.
- Balée, William. 2013. *Cultural Forest of the Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press.
- Balée, William & Clark Erickson (eds.). 2006. *Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*. New York: Columbia University Press.
- Barbosa, Manuel Marcos & Adriano Manuel Garcia. 2000. *Upíperi Kalisi. História de Antigamente. História do Antigos Taliaseri-Phukurana*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 4. São Gabriel da Cachoeira: UNIRVA/FOIRN.
- Brandão de Amorim, Antonio. 1928. Lendas em Nheêngatú e em Português. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 100, vol 154, 9-475. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Carvalho, Crispiano et al (orgs.). 2004. *Pamiri-Masa: A origem do nosso mundo. Revitalizando as culturas indígenas dos rios Uaupés e Papuri*. São Paulo: Saúde Sem Limites.
- Cayón, Luis. 2013. *Pienso, luego creo. La teoría makuna del mundo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia.
- Cayón, Luis. 2012. "Lugares sagrados y caminos de curación. Apuntes para el estudio comparativo del conocimiento geográfico de los Tukano oriental". In: G. Andreollo (org.). *Rotas de criação e transformação. Narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA, pp. 168-194.
- Cayón, Luis & Thiago Chacon. 2013. Considerações sobre a exogamia linguística no noroeste amazônico. *Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*. V. 6, n. 1/2, ano VI, dez/2013, 6-20.
- Cayón, Luis. 2014. Conocimiento, historia y lugares sagrados. La formación del sistema regional del alto río Negro desde una visión interdisciplinar. *Anuário Antropológico/2013*. Brasília, UnB, v. 39, n. 2: 201-233.
- Cayón, Luis; Francisco Sarmento & Túlio Sávio Diniz. (2018). "A formação do sistema regional do Alto Rio Negro e a história de *longue durée* dos povos tukano orientais".

- Projeto de pesquisa em construção, 22 pp.
- Chernela, Janet. 1993. *The Wanano Indians of the Brazilian Amazon: a sense of space*. Austin: University of Texas Press.
- Cornélio, José Marcelino et al. 1999. *Waferinaipe Ianheke. A Sabedoria dos nossos Antepassados. História dos Hohodeni e dos Walipere-Dakenai do rio Aiari*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 3. São Gabriel da Cachoeira: ACIRA/FOIRN.
- Denevan, William. 1992. "Native american populations in 1492: recente research and a revised hemispheric estimate". In: *The native population of the Americas in 1492*. Madison: The University of Madison Press, pp. xvii-xxx.
- Diakuru & Kisibi. 1996. *A Mitologia Sagrada dos Desana – Wari Dihputiro Põrã*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 2. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN.
- Diakuru & Kisibi. 2006. *Bueri Kãdiri Marĩriye. Os ensinamentos que não se esquecem*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 8. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN.
- Eriksen, Love. 2011. *Nature and Culture in Prehistoric Amazonia. Using G.I.S. to reconstruct ancient ethnogenic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory*. Tese de Doutorado. Universidad de Lund.
- Farage, Nádia. 1991. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a Colonização*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Paz e Terra.
- Fausto, Carlos. 2005. Entre o passado e o presente: Mil anos de história indígena no Alto Xingu. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 2, p. 9-51, dez. 2005.
- Fausto, Carlos & Michael Heckenberger. 2007. "Introduction. Indigenous History and the History of the "Indians". In: C. Fausto & M. Heckenberger (orgs.). *Time and Memory in Indigenous Amazonia. Anthropological Perspectives*. Gainesville: University Press of Florida, pp. 1-43.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues. 1983. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG/CNPq.
- França, Bráz. 2015. "Baré-Mira Iupirungá. Origem do Povo Baré". In: M. Herrero & U. Fernandes (orgs.). *Baré: povo do rio*. São Paulo: Edições Sesc, pp. 30-40.
- Fritz, Samuel. 2006 "Diário". In: R. F. Pinto (org.). *O Diário do Padre Samuel Fritz*. Manaus: EDUA/FSDB, pp. 64-122.
- Galvão, Eduardo. 1979 [1959]. "A aculturação indígena no rio Negro". In: *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 135-192.
- Galvão, Venceslau & Raimundo Galvão. 2004. *Livro dos Antigos Desana – Guahari Diputiro Porá*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 7. Pato/São Gabriel da Cachoeira: ONIMRP/FOIRN.
- Garnelo, Luiza et al. (org.) (2005). *Cultura, escola, tradição: mitoteca na escola Baniwa*. Manaus: Rasi/Ufam.
- Gentil, Gabriel. 2000. *Mito Tukano*. Zürich/Basel: Waldgut.
- Gentil, Gabriel. 2005. *Povo Tukano. Cultura, história e valores*. Manaus: EDUA.

- Guerreiro, Antonio. 2016. Do que é Feita uma Sociedade Regional? Lugares, Donos e Nomes no Alto Xingu. *Ilha*, v. 18, n. 2, p. 23-55, dezembro de 2016.
- Heckenberger, Michael. 2002. "Rethinking the Arawakan Diaspora: Hierarchy, Regionality, and the Amazonian Formative". In: J. Hill & F. Santos-Granero (orgs.). *Comparative Arawakan Histories. Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, pp. 99-122.
- Heckenberger, Michael. 2005a. *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. New York; London: Routledge.
- Heckenberger, Michael. 2005b. "Ecologia e poder: a base simbólica da economia política na Amazônia". In: L. C. Forline, R. S. Murrieta & I. C. Vieira (orgs.). *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 39-69.
- Heckenberger, Michael; James Petersen & Eduardo Neves. 1999. Village Size and Permanence in Amazonia: Two Archeological Examples from Brazil. *Latin American Antiquity*, 10(4): 353-376.
- Hill, Jonathan. 1983. *Wakuenai Society: a processual-structural analysis of indigenous cultural life in the Upper Rio Negro region of Venezuela*. Tese de doutorado. The University of Microfilms International, University of Indiana.
- Hill, Jonathan. 1993. *Keepers of the Sacred Chants: the Poetics of Ritual Power in an Amazonian Society*. Tucson: University of Arizona Press.
- Hill, Jonathan. 1996. "Introduction". In: J. Hill (org.). *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, pp. 1-19.
- Hill, Jonathan. 2011. "Sacred Landscapes and Environmental Histories in Lowland South America". In: A. Hornborg & J. Hill (orgs.). *Ethnicity in Ancient Amazonia. Reconstructing the Past identities from Archeology, Linguistics, and Ethnohistory*. Boulder: University Press of Colorado, pp. 259-277.
- Hill, Jonathan & Robin Wright. 1988. "Time, Narrative and Ritual: Historical Interpretations from a Amazonian Society". In: J. Hill (org.) *Rethinking History and Myth: Indigenous Perspectives on the Past*. Urbana: University of Illinois Press, pp. 133-135.
- Hill, Jonathan & Fernando Santos-Granero. 2002. "Introduction". In: J. Hill & F. Santos-Granero (orgs.). *Comparative Arawakan Histories. Rethinking language family and culture are in Amazonia*. Urbana: University of Illinois Press, pp. 1-22.
- Hornborg, Alf. 2005. Ethnogenesis, Regional Integration, and Ecology in Prehistoric Amazonia. *Current Anthropology*, 46 (4): 589-620.
- Hornborg, Alf & Jonathan Hill. 2011. "Introduction: Ethnicity in Ancient Amazonia". In: A. Hornborg & J. Hill (orgs.). *Ethnicity in Ancient Amazonia. Reconstructing the Past identities from Archeology, Linguistics, and Ethnohistory*. Boulder: University Press of Colorado, pp. 1-27.
- Hornborg, Alf & Love Eriksen. 2011. "An Attempt to Understand Panoan Ethnogenesis in Relation to Long-Term Patterns and Transformations of Regional Interaction in Western Amazonia". In: A. Hornborg & J. Hill (orgs.). *Ethnicity in Ancient*

- Amazonia. Reconstructing the Past identities from Archeology, Linguistics, and Ethnohistory*. Boulder: University Press of Colorado, pp. 129-151.
- Hugh-Jones, Cristine. 1979. *From the Milk River: Spatial and temporal process in Northwest Amazonia*. London: Cambridge University Press.
- Hugh-Jones, Stephen. 1979. *The palm and the Pleiades: Initiation and cosmology in Northwest Amazonia*. London: Cambridge University Press.
- Hugh-Jones, Stephen. 1981. Historia del Vaupés. *Maguari*, I. Bogotá, 29-51.
- Hugh-Jones, Stephen. 2004. “Epílogo”. In: I. Goldman. *Cubeo Hehénewa Religious Thought. Metaphysics of a Northwestern Amazonian People*. New York: University Press, pp. 405-412.
- Hugh-Jones, Stephen. 2012. “Escrita na pedra, escrita no papel”. In: G. Andrello (org.). *Rotas de criação e transformação; narrativas de origem e povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: ISA/FOIRN, pp. 138-167.
- Jackson, Jean. 1983. *The Fish People: Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- José Roberto, Maximiano. 1928. Kukuhy – Lenda Baré. (Das Lendas Indígenas Recolhidas por Max J. Roberto, Transcritas por Antonio Amorim – Ineditas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 104, v. 158, 740-752.
- Koch-Grünberg, Theodor. 2010 [1907]. *Petróglifos sul-americanos*. Belém/São Paulo: Museu Paraense Emílio Goeldi/Instituto Socioambiental.
- Levis, Carolina et al. 2017. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science*, 355: 925-931.
- Lolli, Pedro. 2012. “Nos caminhos dos Yuhupdeh: travessias e conhecimento no igarapé Castanha”. In: G. Andrello (org.). *Rotas de criação e transformação; narrativas de origem e povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: ISA/FOIRN, pp. 211-222.
- Lolli, Pedro. 2016. A plasticidade Maku. *Ilha*, v. 18, n. 2, p. 177-198, dezembro de 2016.
- Meira, Márcio (org.). 1994. *Livros das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- Meira, Márcio. 2005. “Índios e brancos nas Águas Pretas: histórias do rio Negro”. In: L. Forline, R. S. Murrieta & I. C. Vieira (orgs.). *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 183-226.
- Meira, Márcio. 2018. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico*. São Carlos: EdFSCAR.
- Morales, Filadelfo & Nelly Arvelo-Jiménez. 1981. Hacia um modelo de estrutura social Caribe. *América Indígena*, vol. XLI (4), 603-626.
- Moreira, Ismael & Angelo Moreira. 1994. *Mitologia Tariana*. Manaus: IBPC.

- Morey, Nancy. 1975. *Ethnohistory of the Colombian and Venezuelan Llanos*. Tese de doutorado. University of Utah.
- Morey, Robert & Nancy Morey. 1975. Relaciones comerciales en el pasado em los llanos de Colombia e Venezuela. *Montalban*, n. 4, Caracas, 533-564.
- Münzel, Mark. 1969. Notas preliminares sobre os Kaborí (Makú entre o rio Negro e o Japurá). *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 137-181.
- Neves, Eduardo. 1998. *Paths in the Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon*. Tese de doutorado. Department of Anthropology, Indiana University.
- Neves, Eduardo. 1999. Arqueologia, História Indígena e o Registro Etnográfico: exemplos do Alto Rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 3, Suplemento, 319-330.
- Neves, Eduardo. 2005. “Tradição oral e Arqueologia na história indígena no Alto Rio Negro”. In: L. C. Forline, R. S. Murrieta & I. C. Vieira (orgs.). *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 71-108.
- Neves, Eduardo. 2011. “El nacimiento del “Presente Etnográfico”: la emergencia del patron de distribución de sociedades indígenas y familias lingüísticas en las tierras bajas suramericanas, durante el primer milenio d. C.”. In: J-P. Chaumeil, O. Espinosa de Rivero & M. Cornejo Chaparro (orgs.). *Por donde hay soplo. Estudios amazónicos en los países andinos*. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, pp. 39-65.
- Neves, Eduardo. 2012a. *Sob os tempos do equinócio: 8.000 anos de história na Amazônia Central (6.500 a.C. – 1.500 d.C.)*. Tese de livre-docência. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP.
- Neves, Eduardo. 2012b. “A história dos Tariano vista pela oralidade e pela arqueologia”. In: G. Andrello (org.). *Rotas de criação e transformação; narrativas de origem e povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: ISA/FOIRN, pp. 223-245.
- Neves, Eduardo. 2016. “Não existe neolítico ao sul do Equador: as primeiras cerâmicas amazônicas e sua falta de relação com a agricultura”. In: C. Barreto, H. Pinto Lima & C. Jaimes Betancourt (orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia. Rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN, pp. 32-39.
- Nimuendajú, Curt. 1950. Reconhecimento dos rios Içána, Ayarí, e Uaupés. *Journal de la Société des Americanistes*. Tome 39: 125-182.
- Nimuendajú, Curt. 1955. Reconhecimento dos rios Içána, Ayarí, e Uaupés, março a julho de 1927. Apontamentos linguísticos. *Journal de la Société des Americanistes*. Tome 44: 149-178.
- Noronha, José de Monteiro. 2006. *Roteiro da Viagem do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1768)*. São Paulo: Edusp.
- Ñahuri & K̄marõ. 2003. *Dahsea Hausirõ Porã ukûshe wiophesase merã bueri turi. Mitologia sagrada dos TukanoHausirõ Porã*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 5. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN.

- Oliver, José. 2001. “The Archaeology of Forest Foraging and Agricultural Production in Amazonia”. In: C. McEwan, C. Barreto & E. Neves (orgs.). *Unknown Amazon. Culture in Nature in Ancient Brazil*. London: The British Museum Press, pp. 50-85.
- Pārōkumu, Umusi & Tōrāmu Kehiri. 1995 [1980]. *Antes o mundo não existia. Mitologia dos Antigos Desana – Kehipōrā*. Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 1. São João Batista do Rio Tiquié/São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN.
- Pérez, Antônio. 1988. “Los Balé (Baré)”. In: J. Lizot (ed.). *Los aborígenes de Venezuela. Etnologia Contemporânea II*, vol. III. Caracas: Fundação La Salle de Ciencias Naturales/Monte Ávila Editores.
- Petersen, James; Eduardo Neves & Michael Heckenberger. 2001. “Gift from the Past. Terra Preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia”. In: C. McEwan, C. Barreto e E. Neves (orgs.). *Unknown Amazon. Culture in Nature in Ancient Brazil*. London: The British Museum Press, pp. 86-105.
- Posey, Darrell & William Balée. 1989. Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies. *Advances in Economic Botanic*, Bronx, v. 7, pp. 1-21.
- Ramirez, Henri. 2001. *Línguas Arawak da Amazônia Setentrional: Comparação e Descrição*. Manaus: EDUA.
- Ramírez de Jara, María Clemencia. 1996. “Territorialidad y dualidad en una zona de frontera del Piedemonte Oriental: el caso del Valle dl Sibundoy”. In: C. Caillavet e X. Pachón (orgs.). *Frontera y poblamiento: estudios de historia y antropologia de Colombia y Ecuador*. Bogotá: Instituto Francés de Estudios Andinos, Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Universidad de Los Andes, pp. 111-136.
- Reichel-Dolmatoff, Ricardo. 1997 [1985]. “Evitación del tapir en el Noroeste Amazónico colombiano”. In: *Chamanes de la selva pluvial*. Foxhole, Dartington, Totnes, Devon: Themis Books, pp. 77-110.
- Roosevelt, Anna. 1980. *Parmana: Pre-historic Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and the Orinoco*. New York: Academic Press.
- Sampaio, Francisco Xavier Ribeiro de. 1985. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*. Manaus: ACA – Fundo Editorial.
- Santos-Granero, Fernando. 1998. Writing History into the Landscape: Space, Myth and Ritual in Contemporary Amazonia. *American Ethnologist*, Vol. 25, No. 2 (May), pp. 128-148.
- Santos-Granero, Fernando. 2002. “The Arawakan Matrix: Ethos, Language and History in Native South America”. In: J. Hill & F. Santos-Granero (orgs.). *Comparative Arawakan Histories. Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, pp. 25-50.
- Sarmiento, Francisco. 2018a. *O médio rio Negro indígena: aspectos históricos, socioculturais e panorama antropológico contemporâneo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.
- Sarmiento, Francisco. 2018b. Aru, personagem da friagem do rio Negro. *Aru. Revista de Pesquisa Intercultural da Bacia do Rio Negro*, n. 2, agosto de 2018, 2-10.

- Sarmento, Francisco. s/d. *Uukūsehé ma'a dahsea yeé*. O caminho da fala tukano. (inédito).
- Severi, Carlo. 2010 [2004]. *El sendero y la voz. Uma antropologia de la memoria*. Buenos Aires: Editorial sb.
- Severi, Carlo. 2014. Transmutating Beings: A Proporsal for an Antropology of Though. *Hau: Journal of Ethnographic Theory* 4 (2): 41-71.
- Silva Costa, Fernando Walter da. 2009. *Arqueologia das campinaranas do baixo rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central*. Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Stradelli, Ermmano. 1900. Iscrizioni indigene della regione dell' Uaupes. *Bollettino della Societa Geographica Italiana*, v. 4, n. 1, pp. 547-483.
- Sweet, David. 1974. *A Rich Realm of Nature Destroyed. The Amazon Valley. 1640-1750*. Tese de doutorado. University Microfilms, Ann Arbor.
- Useche, Mariano. 1990. "Colonización española e indígenas en el alto Orinoco, Casiquiare y río Negro". In: R. Pineda Camacho & B. Alzate Angel (orgs.). *Los meandros de la historia en Amazonia*. Quito: Abya-Yala, pp. 95-124.
- Valle, Raoni. 2012. "Arqueologia rupestre no baixo rio Negro: diálogo com perspectivas indígenas do alto rio Negro – Amazônia ocidental brasileira". In: G. Andrello (org.). *Rotas de criação e transformação; narrativas de origem e povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: ISA/FOIRN, pp. 102-135.
- Vidal, Silvia. 1987. *El modelo del proceso migratori pre-hispanico de los Piapoco: Hipotesis e evidencias*. Dissertação de mestrado. Caracas: Instituto Venezolano de Investigaciones Cientificas.
- Vidal, Silvia. 1987. 1993. *Reconstrucción de los procesos de etnogenesis y de reproducción social de los Baré de rio Negro, siglos XVI-XVIII*. Tese de doutorado. Centro de Estudios Avanzados, Instituto Venezolano de Investigaciones Cientificas.
- Vidal, Silvia. 1987. 2002. "Secret religious cults and political leadership: multiethnic confederacies from Northwestern Amazonia". In: J. Hill & F. Santos-Granero (org.). *Comparative Arawakan Histories. Rethiking language family and culture are in Amazonia*. Urbana: University of Illinois Press, pp. 248-268.
- Vidal, Silvia & Alberta Zucchi. 2000. "Los caminos de Kúwai: evidencias de conocimiento geopolítico de las expansiones y migraciones de grupos arawakos". In: L. Herrera & M. Cardale de Schripff (eds.). *Caminos precolombinos: las vías, los ingenieros y los viajeros*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología y História, pp. 87-113.
- Wright, Robin. 1981. *The history and religion of the Baniwa peoples of the upper Rio Negro valley*. Tese de doutorado. University Microfilms, Ann Arbor.
- Wright, Robin. 1991. Indian slavery in the Northwest Amazon. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Série Antropologia, vol 7(2):149-179.
- Wright, Robin. 1992. "História indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões, e perspectivas". In: M. Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São

- Paulo: APESP/Companhia das Letras/SMC, pp. 253-266.
- Wright, Robin. 2005. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas/São Paulo: Mercado da Letras/ISA.
- Wright, Robin & Jonathan Hill. 1986. History, Ritual and Myth: Nineteenth Century Millenarian Movements in the Northwest Amazon. *Ethnohistory*, 33(1), pp. 31-54.
- Xavier, Caco. 2008. *A cidade grande de Ñaperikoli e os petroglifos do Içana: uma etnografia de signos baniwa*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Xavier, Caco. 2012. “A escrita de Ñaperikoli”. In: G. Andrello (org.). *Rotas de criação e transformação; narrativas de origem e povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: ISA/FOIRN, pp. 195-210.
- Zucchi, Alberta. 2002. “A new model of the northern Arawakan expansion”. In: J. Hill & F. Santos-Granero (orgs.). *Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture are in Amazonia*. Chicago: University of Illinois Press, pp. 199-222.
- Zucchi, Alberta. 2010. “Antiguas migraciones Maipures y Caribes: dos areas ancestrales y diferentes rutas”. In: E. Pereira & V. Guapindaia (orgs.). *Arqueologia Amazônica*, v. 1. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

A morfossintaxe do aspecto em línguas Jê: uma abordagem diacrônica

The morphosyntax of aspect in Jê languages: a diachronic approach

Maxwell Miranda¹

DOI 10.26512/rbla.v11i02.27670

Recebido em outubro/2019 e aceito em outubro/2019.

Resumo

Este artigo examina comparativamente a morfossintaxe de construções oracionais que empregam verbos auxiliares para expressão de aspecto em línguas Jê meridionais e setentrionais, com vistas à reconstrução sintática de um antigo padrão sintático original a partir do qual os padrões encontrados na atualidade nas línguas desses dois ramos da família se desenvolveram. O presente estudo explora a constituição morfossintática das orações com verbos auxiliares, bem como destaca os principais verbos auxiliares usados na codificação de aspecto nas respectivas línguas. A análise fundamenta-se na Teoria da Gramaticalização (Heine 1993, 2018; Heine e Kuteva 2007), cuja metodologia de reconstrução repousa em três componentes principais: (a) reconstrução diacrônica via método comparativo, (b) reconstrução interna, e (c) generalização tipológica. Os resultados indicam que a variação sincrônica encontrada nas línguas investigadas é o reflexo de mudanças diacrônicas contínuas e graduais que levaram ao desenvolvimento de construções oracionais com verbos auxiliares, os quais têm se tornado cada vez mais gramaticalizados, principalmente, nas línguas Jê meridionais. Assim, a análise comparativa demonstra a regularidade das construções oracionais com verbos auxiliares, cujas formas são reconstruídas para o Proto-Jê (Davis 1966, 1968), tornado possível a reconstrução do padrão sintático original a partir do qual se desenvolveram as construções com verbos auxiliares em boa parte das línguas da família.

Palavras-chave: Verbos auxiliares. Aspecto. Morfossintaxe. Línguas Jê. Tronco Macro-Jê.

Abstract

¹ Professor Adjunto II da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA), em Barra do Garças – MT, e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT).

This article examines comparatively the morphosyntax of clause constructions that employ auxiliary verbs for the expression of aspect in southern and northern Jê languages in order to reconstruct an original syntactic pattern from which the patterns found currently in the languages of these two branches of the family have developed. The study explores the morphosyntactic constitution of clauses with auxiliary verbs, as well as the main auxiliary verbs used in coding aspect. The analysis is based on the theory of grammaticalization (Heine 1993, 2018; Heine and Kuteva 2007), whose methodology rests on three main components: (a) diachronic reconstruction via comparative method, (b) internal reconstruction, and (c) typological generalization. The results show that the synchronic variation found in the investigated languages are the reflects of continuous and gradual diachronic changes that led to the development of clause constructions with auxiliary verbs, some of which have become increasingly grammaticalized, especially in the Southern Jê languages. The comparative analysis demonstrates the regularity of close constructions with auxiliary verbs, whose forms are reconstructed for Proto-Jê (Davis 1966, 1968), making it possible to reconstruct the original syntactic pattern from which the constructions with auxiliary verbs were developed in most languages of the Jê family.

Keywords: Auxiliary Verbs. Aspect. Morphosyntax. Diachrony. Languages Jê. Macro-Jê stock.

1. Introdução

Construções oracionais com verbos auxiliares são um dos traços morfossintáticos mais notáveis de grande parte das línguas da família Jê (Macro-Jê), e podem ser usadas para diferentes funções em diversos contextos morfossintáticos. Embora seja nítido o papel que tais orações desempenham na gramática dessas línguas, ainda não foram submetidas à uma análise comparativa, a fim de estabelecer correspondências sistemáticas de forma e função com vistas à reconstrução sintática de padrões oracionais relativos a diferentes estágios históricos da família. Uma análise dessa natureza pode auxiliar-nos a estabelecer e prever possíveis direções de mudança linguística, as quais resultaram em graus variados de gramaticalização dentro da família Jê nesse domínio da gramática.

O objetivo deste artigo é examinar a expressão morfossintática do aspecto mediante o uso de verbos auxiliares em diversas línguas Jê, e demonstrar a regularidade dessas construções dentro da família, tornando possível a reconstrução sintática do padrão oracional a partir do qual as orações atuais se desenvolveram nas línguas dos ramos setentrional e meridional. Nessa perspectiva, argumento que os casos existentes de variação sincrônica são o reflexo de diferentes estágios de gramaticalização decorrentes de mudanças diacrônicas contínuas e graduais.

O presente artigo² organiza-se nas seguintes seções. Na seção Verbos

²Agradeço ao povo krahô, da comunidade Pedra Branca, com qual tenho convivido e aprendido um pouco de sua língua e cultura e, em especial, às minhas *pɛxwɔj*, Letícia

auxiliares: uma caracterização funcional, apresento uma caracterização funcional dos verbos auxiliares nas línguas Jê e mostro os diferentes papéis que podem desempenhar no desenvolvimento de novas funções gramaticais, como expressões de tempo, modo e aspecto, seguindo Heine (1993). A seção intitulada Propriedades morfossintáticas das orações com verbos auxiliares trata das propriedades morfossintáticas das orações com verbos auxiliares em línguas Jê e as respectivas categorias aspectuais às quais esses verbos se associam. Na sequência, a seção Uma proposta de reconstrução da morfossintaxe de aspecto na família é destinada à reconstrução sintática de um padrão oracional existente em um estágio anterior das línguas investigadas aqui, com base na metodologia proposta por (Heine 2018). Destaco, ainda, nessa seção, as possíveis direções de mudança linguística que levaram distintos cenários de gramaticalização. Na última seção, sublinho os principais resultados alcançados com o presente estudo e suas contribuições para futuras pesquisas acerca do papel que os verbos auxiliares desempenham na família Jê, assim como da importância da reconstrução sintática de aspectos gramaticais da família como um todo.

2. Verbos auxiliares: uma caracterização funcional

Verbos auxiliares, em diferentes línguas do mundo, podem apresentar uma multiplicidade de formas e funções nas construções oracionais das quais fazem parte. Esses verbos são compreendidos como combinações monoracionais de forma e função, que ocorrem em diversos tipos de construções e são usados para expressar categorias de tempo, modo e aspecto (Anderson 2006; Heine 1993). Payne (1998:84), além de destacar as funções semânticas típicas envolvidas no uso de verbos auxiliares, destaca também propriedades morfológicas e sintáticas comumente associadas à classe de palavras à qual eles se vinculam, isto é, a dos verbos, como por exemplo, a expressão formal de algum tipo de informação flexional, concordância sujeito/objeto e marcação de tempo/modo/aspecto, e a ocorrência em posições específicas na sentença.

Verbos auxiliares denotam primariamente eventos e estados, e abrangem conceitos básicos, como atividades, processos, localização, movimento, volição, posição/postura, relação e posse (Harris e Ramat 1987). A partir desses conceitos básicos, Heine (1993:31) propõe os seguintes esquemas principais como prováveis fontes para a gramaticalização de categorias gramaticais de tempo e aspecto (Tabela 1).

Jõhkàhkwy”j Krahô e Creuza Prũmkwỳj; meus *ikwỳnõ* (amigos), Edivaldo Wakê Krahô, Lindalva Craxỳ Krahô, Potyt Krahô, José Miguel (Cõc) Krahô e Pajhõt Krahô; a minha família krahô, Hacàc Krahô, Xõhtyc Krahô, Pêt Krahô (*itõ*), Ceci Krahô e ao meu *hõpĩn* (amigo formal), Domingos Crate. Agradeço também aos meus amigos Tempty Suyá, Yaconhongarti Suya e Nanblá Gakran, os quais têm colaborado e me auxiliado a compreender certos fatos gramaticais de línguas Jê. É desnecessário dizer que eventuais erros e/ou equívocos são de minha inteira responsabilidade.

Tabela 1. Principais esquemas de eventos (Heine 1993:31)

FORMA CONCEITUAL	RÓTULO PROPOSTO
a. “X está em Y”	Local
b. “X move para/a partir de Y”	Movimento
c. “X faz Y”	Ação
d. “X quer Y”	Volição
e. “X torna-se Y”	Mudança de estado
f. “X é (igual) um Y”	Igualdade
h. “X está com Y”	Companhia
g. “X tem Y”	Posse
h. “X fica em um modo Y”	Modo

As funções gramaticais mais comuns derivadas a partir desses esquemas abrangem diferentes contrastes temporais e aspectuais, como os que são apresentados na Tabela 2 (Heine 1993:47).

Tabela 2. Esquemas de evento e funções gramaticais

Local	Progressivo, ingressivo, contínuo
Movimento	Ingressivo, futuro, perfeito, passado
Ação	Progressivo, contínuo, ingressivo, completivo, perfeito
Volição	Ingressivo, futuro
Mudança de estado	Ingressivo, futuro
Igualdade	Resultativo, progressivo, perfeito, futuro
Companhia	Progressivo
Posse	Resultativo, perfeito, futuro
Modo	Progressivo

Diversas línguas da família Jê apresentam um conjunto consistente e limitado de verbos que funcionam como auxiliares, usados para contrastar diferentes valores aspectuais (Miranda, no prelo). Cabral et al. (2018) mostram que parte desses verbos compartilha formas cognatas que expressam as mesmas categorias aspectuais, mas exprimindo valores distintos. As correspondências formais e funcionais indicam, por um lado, a presença de verbos auxiliares em estágios históricos mais antigos da família e, por outro, que as construções oracionais nas quais eles figuram nas línguas modernas podem ser provenientes de uma mesma fonte diacrônica. Assim, variação sincrônica encontrada na expressão morfosintática de aspecto pode ser explicada com base nas mudanças gramaticais contínuas que teriam sido impulsionadas pelo desmembramento e consequente diversificação das línguas da família.

As línguas Jê que dispõem de verbos auxiliares³ empregam comumente

³As únicas exceções dentro da família são as línguas do ramo central, Xerente e Xavante, e Panará, do ramo setentrional.

os esquemas (b), (c) e (h) (Tabela 1) e exprimem valores aspectuais como progressivo, continuativo, habitual, ingressivo e terminativo, cuja distribuição apresento no Quadro 1, com suas respectivas formas verbais plenas e nominalizadas (não-finitas), singulares/plurais e duais⁴.

Quadro 1: Verbos auxiliares em línguas Jê

Perfectivo	'completivo': Kra <i>-pa(-r)</i> ; Kdj <i>-hwa</i> (> matar.PL); 'acabar': Kra <i>-amrẽ</i> (-r); 'terminar': Apj <i>-apeč</i> 'ir.PL': Kng/Lak <i>-mũ</i>		
Imperfetivo	Habitual	'ficar/morar': Kra <i>-pa</i> 'ficar'; Kdj <i>-pa</i> 'permanecer' 'ir.SG': Lak <i>-tẽ</i> ; Kng <i>-tĩ</i>	
	Contínuo	Não progressivo	'continuar': Kra <i>-kre</i> ; 'ir': Lak <i>-tẽ</i> ; Kra <i>-tẽ(-m)</i> ; 'estativo': Lak <i>-wã</i> . 'parar': Kra <i>-ikuw</i>
		Progressivo	'ir': Apj/Kdj/Mbk <i>-mõ</i> ; Kra <i>-mõ(-r)</i> ; 'andar': Kra <i>-pra(-r)</i> ; 'estar.sentado.SG': Apj <i>-jiĩ</i> ; Kdj/Mbk <i>-jiĩ (-rĩ)</i> ; Kng <i>-nĩ</i> ; Kra <i>-jĩ(-r)</i> ; Lak <i>-nẽ</i> ; Xer <i>-da</i> (Apj/Mbk <i>-krĩ.PL</i> ; Kra <i>-k'rfĩ</i> ; Kng <i>-nĩgnĩ.PL</i> ; Lak <i>-jãgnẽ</i> ; Xer <i>-sburõ.PL</i> e <i>simãsi-kw.DUAL</i>); 'estar.deitado.SG': Apj/Kdj <i>-nõ</i> ; Kng <i>-nỹ</i> ; Kra <i>-nõ(-r)</i> ; Lak <i>-nõ</i> ; MbK <i>-nõ(-rõ)</i> ; Xer <i>-nomro</i> ; 'estar.deitado.PL': Apj <i>-ikwĩ.PL</i> ; Kng <i>-nỹtĩ.PL</i> ; Kra <i>-ik'wa.PL</i> ; Kng <i>-nỹgnỹ.PL</i> ; Lak <i>-jãgnõ.PL</i> ; MbK <i>-ika.PL</i> ; Xer <i>-saikwar</i> ~ <i>-nmĩkwar.PL</i> e <i>-simãsa.DUAL</i>); 'estar.em.pé.SG': Apj <i>-čã</i> ; Kdj <i>-ta</i> ; Kng <i>-jẽ</i> ; Kra <i>-tsa(-m)</i> ; Lkl <i>-jã</i> ; MbK <i>-dza(-m)</i> ; Xrt <i>-nãmr</i> 'estar.em.pé.PL': Apj/Mbk <i>-ku?e.PL</i> ; Kra <i>-ku?he.PL</i> ; Lak <i>-kójã.PL</i> ; Xer <i>-simãsa.PL</i> e <i>-simẽkwar.DUAL</i>).

Como pode ser notado, no Quadro 1, a maior parte dos esquemas de evento com suas respectivas funções gramaticais envolve os mesmos verbos auxiliares, embora seu valor aspectual possa diferir em maior ou menor grau, como é o caso do verbo de movimento *-mõ(-r)*, que nas línguas Jê setentrionais expressa aspecto progressivo (imperfetivo), enquanto nas línguas do ramo meridional – Kaingáng e Laklãñõ (Xoklêng) – o verbo *-mũ* exprime aspecto perfectivo (Gonçalves 2007, 2011; Gakran 2015). Maiores detalhes sobre as propriedades morfossintáticas das orações com verbos auxiliares serão discutidos mais adiante.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à seleção do verbo auxiliar. Em línguas Jê setentrionais, o aspecto progressivo pode ser marcado tanto pelo verbo *-mõ(-r)* 'ir' quanto por um dos verbos posicionais. Desse modo, além do valor aspectual que se pretende transmitir na sentença, a escolha do verbo

⁴Abreviatura das línguas: APJ: Apinajé; LAK: Laklãñõ (Xoklêng); KDJ: Kĩsêdjê (Suyá); KNG: Kaingang; KRA: Krahô; MBK: Mẽbêngôkre; XRT: Xerente.

auxiliar depende das experiências cognitivas dos falantes acerca de eventos/estados tipicamente denotadas por esses verbos. Essas escolhas envolvem principalmente verbos posicionais/posturais⁵, em que a posição e/ou localização que os referentes podem estar e/ou ocupar é determinante, bem como as atividades que são comumente realizadas em determinadas posições (Newman 2002; Watkins 1976).

Na seção seguinte, analiso as propriedades morfossintáticas das orações com verbos auxiliares. As línguas investigadas foram subdivididas em dois grupos principais (Grupo I e Grupo II), os quais correspondem respectivamente aos ramos setentrional e meridional, com base em propriedades gramaticais compartilhadas entre as línguas.

Propriedades morfossintáticas das orações com verbos auxiliares

A morfossintaxe das orações com verbos auxiliares na maioria das línguas Jê é relativamente consistente e regular com respeito à disposição dos constituintes na sentença, cuja ordem é SOV (Rodrigues 1999), na maioria das línguas Jê. As línguas que adotam essas orações como principal estratégia gramatical para expressão de aspecto apresentam com frequência o seguinte padrão sintático em (1):

SUJEITO [(OBJ. INDIR) (OBJ DIR) + NÚCLEO LEXICAL (POSP)] + AUX

Com base nesse padrão, podemos dividir as línguas em dois grupos principais, sendo o Grupo I formado pelas línguas que empregam posposições das quais os núcleos lexicais, isto é, nomes de ação, são complemento, e o Grupo II, por oposição, por aquelas que não empregam posposições nessa estrutura morfossintática. A presença de posposição desencadeia (a) uma série de reajustes morfossintáticos, como a nominalização do núcleo lexical, contribuindo, assim, para a distinção de valores aspectuais, e (b) o sistema de marcação de caso, cujos argumentos pronominais seguem o padrão Nominativo-Absolutivo (Cabral e Costa 2004 [2002])⁶.

2.1 Línguas do Grupo I

Em Apinajé, Mëbêngôkre, Kĩsêdjê (Suyá) e Krahô (Timbira), orações no aspecto progressivo têm como auxiliar o verbo *-mõ* ou um dos verbos posicionais (cf. Quadro 1) e apresentam uma estrutura proposicional do tipo

⁵Usos especializados de verbos posicionais, para fins classificatórios, por exemplo, são encontrados em Laklãnô (Xoklêng), em que a sua escolha, além da posição (horizontal/vertical), também é determinada por traços semânticos como forma, tamanho e consistência do referente nominal (Gakrán, comunicação pessoal).

⁶Esse padrão se caracteriza por marcar o sujeito intransitivo duplamente, tanto por pronomes nominativos quanto absolutivos, sendo que estes se cliticizam ao verbo. Nesse contexto estrutural, S e O são indexados pelos mesmos pronomes pessoais, enquanto o sujeito de núcleos lexicais transitivos não é marcado e é expresso apenas por pronomes nominativos.

X ir/estar sentado/em pé/deitado com Y, conforme o esquema Comitativo (Tabela 2). Nessas línguas⁷, o núcleo lexical é determinado pela posposição instrumental *tɔ/rɔ/ɔ* e o núcleo lexical é um nome de ação derivado por meio de nominalização (Comrie 1976). Em diversas línguas Jê, a nominalização de temas verbais resulta na derivação de nomes de ação, os quais são formados por meio do sufixo nominalizador *-r(V)* e seus alomorfes *-m*, *-n*, *-t*, *-k*, *-j* ou *-∅* (Costa 2003; Miranda 2010; Gakran 2015; Cotrim 2016).

Apinajé

- (1) *na pa r ic-tik ɔ mõ*
 RLS 1 ASP 1-die.NF do go.AUX
 ‘I’m dying.’ (Oliveira 2005:293)
- (2) *ka na ka a-grer ɔ ča*
 2 RLS 2 2-sing.NF do stand.AUX
 ‘You are dancing.’ (Oliveira 2005:294)

Mëbêngôkre⁸

- (3) *Bir nẽ krẽ-n ɔ mõ*
 N.PESS RLS comer-NMLZ INSTR ir.AUX
 ‘Bir está comendo (em movimento)’ (Stout e Thomson 1974:3)
- (4) *mẽ=kunĩ na mẽ=tɔ-rɔ ∅-ɔ dʒa*
 PL=todos RLS PL=festejar-NMLZ R¹-ASS.INSTR estar.em.pé.AUX
 ‘Todos estão festejando.’ (Costa 2015:305)

7Abreviaturas: 1 = 1ª Pessoa; 2 = 2ª Pessoa; ADVT = Advertivo; ASP = Apecto; ASSOC/ INSTR = Associativo/Instrumental (Posposição); ATEN = Atenuativo; AUX = Auxiliar; CNJ = Conjunção; CAUS = Causativo; COMPL = Completivo; DAT = Dativo; DIR = Direcional; DUAL = Dual (Número); ENF = Enfático; FEM = Feminino; FOC = Foco; HAB = Habitual; LOC = Locativo; IMPERF = Imperfectivo; INT = Interrogativo; IRLS = Irrealis; MS = Marca de Sujeito; MASC = Masculino; NF = Não-Finito; N.PESS = Nome pessoal; NEG = Negação; NOMLZ = Nominalizador; OBL = Oblíquo; RLS = Realis; PERF/PFV = Perfectivo; POSP = Posposição; PROG = Progressivo; PL = Plural; RL = Relational Prefix; R¹ = Relacional de Contiguidade; R² = Relacional de não-contiguidade; REFLX = Reflexivo; RLS = Realis; SING = Singular; TRANS = Translativo.

8Os dados da língua Mëbêngôkre são provenientes das variedades faladas pelos povos Txukuhamëi, Gorotire, Mëkrãgnôti, publicados por Stout e Thomson (1975), e da língua Xikrín (Costa 2015).

Kĩsêdjê (Suyá)⁹

- (5) *hn wa adzi-mbə-rə rɔ jĩ*
 ASP 1PL 1PL-chorar-NMLZ POSP estar.sentado.AUX
 ‘Nós estamos chorando’ (Santos 1997:87)
- (6) *mmbi-ye ra s-ɔhwe-n rɔ ta*
 homem-PL MS R²-trabalhar/fazer-NMLZ POSP em.pé.AUX
 ‘Os homens estão trabalhando’ (Santos 1997: 87)

Krahô (Timbira)

- (7) *pea=mã Pitwĩre Ø-katɔ-r nẽ i-k^hv-r Ø-tɔ mõ*
 então Lua R¹-sair-NMLZ CNJ R²-gritar-NMLZ R¹-INSTR ir.AUX
 ‘Então, Lua saiu e foi gritando.’ (lit. Então, Lua houve o cantar de Lua e ele foi com o gritar dele) (Melatti 2010:53)
- (8) *Hapor h-ɔpɛ-n Ø-tɔ tsa*
 N.PESS R²-comer-NMLZ R¹-INSTR estar.em.pé.AUX
 ‘Hapôr está comendo (algo)
 (Hapôr está em pé com o comer (de algo)) (Melatti 2010:53)
- (9) *pĩje ko ma mẽ=in-k^hre-r -tɔ pra*
 mulher.PL rio DIR PL=R²-cantar-NOMLZ R¹-INSTR andar.AUX
 ‘As mulheres andam cantando na direção do rio.’
 (lit. As mulheres andam com o cantar delas na direção do rio) (Melatti 2010:53)

Em Krahô, construções no aspecto progressivo podem também ser marcadas pelo verbo de movimento *-pra(-r)* ‘andar’¹⁰, como mostra o exemplo (9). Conforme mencionado na nota 5, somente o sujeito de núcleos lexicais intransitivos é marcado duplamente (exemplos (1) e (2) do Apinajé e exemplo (5) do Kĩsêdjê (Suyá)). Argumentos nominais, entretanto, não são marcados por meio pronomes (exemplo (3) do Mẽbêngôkre, exemplo (6) do Kĩsêdjê (Suyá), e exemplos (7-9) do Krahô), sendo o núcleo lexical flexionado por prefixos

9 Os dados da língua Kĩsêdjê (Suyá) foram reanalisados por mim, a fim de oferecer uma exposição mais clara e abrangente dos argumentos apresentados aqui.

10 Em Kĩsêdjê (Suyá), é provável que a forma correspondente desse verbo seja *mbra* e também desempenhe a função de auxiliar, mas com valor habitual, e poderia ser traduzido no exemplo seguinte por “Liana anda alegre”.

- (a) *liana ra kĩn kãm na mbra*
 N.PESS MS alegre POSP ? verbo.POS (SING)
 ‘Liana é alegre.’ (Santos 1997:89)

relacionais de não contiguidade. Já os núcleos lexicais transitivos compartilham o mesmo sujeito com o verbo auxiliar, conforme ilustram o exemplo (10) do Krahô e (11) do Kĩsêdjê (Suyá):

- (10) *i=Ø-tõji [Øi k^hwər j-ate-n Ø-tɔ] jĩi*
 1SG=R¹-irmã mandioca R¹-espremer-NMLZ R¹-INST estar.sentado.AUX
 ‘Minha irmã está sentada espremendo mandioca.’
 (Minha esposa está sentada com o espremer da mandioca) (Miranda, notas de campo)

- (11) *hn [Øi tɛ kake-n rɔ] jii*
 ASP perna coçar-NMLZ POSP estar.sentado.AUX
 ‘Ele está coçando a perna.’ (Santos 1997:85)

Construções oracionais no aspecto ingressivo parecem ser menos frequentes que aquelas no aspecto progressivo, têm como auxiliar o verbo de movimento *-tẽ(-m)* ‘ir’ e o núcleo lexical é complemento da posposição locativa *-k^hãm* (exemplos (12) e (13) da língua Krahô (Miranda, notas de campo).

- (12) *wa ha i=jɔpe-n Ø-k^hãm tẽ*
 1SG IRLS 1SG=R¹-trabalhar-NMLZ R¹-LOC ir.AUX
 ‘Eu vou começar a trabalhar.’ (lit. Eu vou em meu trabalho)

- (13) *ku ha põhi Ø-kajpre-Ø Ø-k^hãm mẽ=tẽ*
 I.DUAL IRLS milho R¹-amarrar-NMLZ R¹-LOC PL=ir.AUX
 ‘Nós vamos começar a amarrar o milho’
 (lit. Nós vamos na amarração do milho)

O aspecto continuativo, por sua vez, é expresso por meio da construção oracional que tem o verbo *-krɛ* ‘continuar’ como núcleo sintático, enquanto o núcleo lexical é complemento da posposição locativa *-k^hãm* ‘locativo’ (exemplos (14) e (15)). Esse padrão oracional é encontrado apenas nas variedades Timbira – Canela-Ramkôkamekra¹¹ e Krahô, como é mostrado nos exemplos (14) e (15).

11 Em Canela-Ramkôkamekra, ao contrário do Krahô, o complemento do verbo auxiliar pode ser determinado tanto pela posposição *k^hãm* ‘locativo’ quanto *tɔ* ‘instrumental’, tal como é indicado seguintes exemplos extraídos de Popjes e Popjes (1986:181). A variação quanto à posposição empregada, contudo, parece estar relacionada com a natureza semântica (evento vs. estado) do complemento do sintagma posposicional.

a-cakôc to a-crà
 2-speak SUBORD 2-continue
 ‘You continue to speak.’
capi te rop kĩ kãm incrà
 capi HAB dog like SUBORD 3-continue
 ‘Capi continues to like the dog.’

(14) *ku ha mẽ=pan=Ø-krɛ-r Ø-kʰãm mẽ=pan=Ø-krɛ*
 1dual IRLS PL=1PL=R¹-cantar-NMLZ R¹-LOC PL=1PL=R¹-continuar.AUX
 ‘Nós vamos continuar cantando.’
 (lit. Nós vamos continuar em nosso cantar aqui) (Miranda 2014:274).

(15) *wa ha mẽ=a=j-ikaj-Ø Ø-kʰãm mẽ=i=Ø-krɛ*
 1SG IRLS PL=2SG=R¹-esperar-NMLZ R¹-LOC PL=1SG=R¹-continuar.AUX
 ‘Nós vamos continuar esperando vocês.’
 (lit. Nós vamos continuar em nossa espera de vocês) (Miranda 2014:274).

As orações com o verbo *-krɛ* comportam-se de modo distinto com respeito à concordância com o sujeito. Apesar de haver outros casos similares, em línguas Jê, essa não parece ser uma condição obrigatória quando verbos auxiliares são examinados em uma perspectiva mais ampla.

Já as orações no aspecto habitual são marcadas pelo auxiliar *-pa* ‘ficar’, sendo, em Krahô, derivado etimologicamente do verbo ‘morar’, e pelo verbo *pa* em Kĩsêdjê (Suyá), o qual foi interpretado por Santos (1997: 89) como um verbo posicional plural, em oposição a forma singular *m̃bra*, sem que o autor mencione, contudo, o seu conteúdo semântico. Embora ambas as línguas adotem o mesmo verbo auxiliar com função análoga, as construções das quais ele é núcleo sintático divergem com respeito à concordância do sujeito com verbo auxiliar e à escolha das posposições: *-tɔ* ‘instrumental’, em Krahô, exemplo (16) e (17), e *kãm* ‘locativo’ em Kĩsêdjê, exemplos (18) e (19).

(16) *ka h̃irmã a=Ø-r̃it-Ø Ø-tɔ a=Ø-pa*
 2SG para.lá 2SG=R¹-olhar-NMLZ R¹-INSTR 2SG=R¹-ficar.AUX
 ‘Você fica olhando para lá.’ (Lit. Você fica com o teu olhar para lá) (Miranda 2014:276)

(17) *wa kʰwər Ø-ku-r Ø-tɔ i=Ø-pa*
 1SG mandioca R¹-comer-NMLZ R¹-INSTR 1SG=R¹-ficar.AUX
 ‘Nós ficamos comendo mandioca (lit. Nós ficamos com o comer da mandioca) (Miranda 2014:277)

(18) *kaṭĩreye ra aykrɔkatsi kãm na pa*
 criança MS BRINCAR LOC ? permanecer
 ‘Crianças brincam sempre.’ (Santos 1997:88)

(19) *karolina ra kuken rɔ pa*
 N.PESS MS LAVAR INSTR permanecer
 ‘A Karolina está lavando roupa.’ (Santos 1997:89)

Perífrases verbais denotando aspecto terminativo são constituídas pelos verbos auxiliares *-ikuw* ‘parar’ e *-amrẽ(-r)* ‘acabar’. Os dados (20) e (21), que ilustram o uso desses verbos auxiliares, são provenientes da língua

Krahô, em que os núcleos lexicais dessas construções, semelhantes àqueles no aspecto progressivo e habitual, são determinados também pela posposição –to ‘instrumental’.

- (20) *ke ha aʔkhrəjɛ mẽ=h-ɔʔkuʔkhrɛ-n Ø-to h-ikuw*
 ENF IRLS criança.PL PL=R²-correr.PL-NMLZ R¹-INSTR R²-parar.aux
 ‘As crianças vão parar de correr.’
 (lit. As crianças vão parar com o correr delas) (Miranda 2014:282)

- (21) *wa ha ra i=j-ɔpɐ-n Ø-to h-amrẽ*
 1SG IRLS JÁ 1SG=R¹-comer-NMLZ R¹-INSTR R²-acabar.AUX
 ‘Eu vou acabar de comer.’
 (lit. Eu vou acabar parar com o meu comer) (Miranda 2014:283)

As orações no aspecto completivo selecionam como auxiliar o verbo –*pa*, em Apinajé e Mëbêngôkre, –*pa(-r)* em Krahô¹² e *hwa* em Kísêdjê (Suyá), sendo o padrão sintático bastante regular entre as línguas Jê setentrionais. No entanto, as construções oracionais às quais esse auxiliar se vincula diferem daquelas discutidas acima por não empregarem posposições na qualidade de determinantes dos núcleos lexicais, como pode ser visto a partir dos exemplos abaixo.

Apinajé

- (22) *n wa kawrə pa*
 CNJ DU COLLECT CNCL
 ‘Then we finished gathering.’ (Oliveira 2005:336)
- (23) *nẽ kuʔðn pa*
 CNJ WASH.NF CNCL
 ‘Then you finished washing.’ (Oliveira 2005:336)

Mëbêngôkre

- (24) *aròp nẽ ba i-jàpênh pa*
 já RLS 1SG 1SG-trabalhar COMPL
 ‘Eu já terminei meu trabalho’ (Stout e Thomson 1974:3)
- (25) *ga na ga a=j-ð Ø-kwə Ø-krẽ-n pa*
 2 RLS 2 2-R¹-pertence R¹-PART R¹-comer-NMLZ CESS
 ‘você cessou o seu comer.’ (Costa 2015:307)

¹² Em Krahô, esse verbo pode combinar-se com a palavra *tu*, que denota completude relativa a nomes descritivos, resultando na forma composta *par=tu* (Miranda 2014:284)

Kĩsêdjê (Suyá)

(26) *hn wa ɲ- k-r hwa*
 ASP 1 R¹-comida comer-NMLZ COMPL
 ‘eu comi a comida toda (até o fim)’ (Santos 1997:91)

(27) *liana ra ay-kwã s--r hwa ɲĩ i-mã kere*
 N.PESS MS PL-3+POSP R²-dar-NMLZ COMPL CNJ 1-POSP NEG
 ‘Liana deu tudo para os outros, mas nada para mim’ (Santos 1997:91)

Krahô (Timbira)

(28) *i=Ø-te h-ĩ Ø-to Ø-krij-Ø par*
 1SG=R¹-OBL R²-carne R¹-INSTR R²-cortar.PL-NOMLZ COMPL
 ‘eu cortei a carne por completo.’ (lit. Houve o cortar completo da carne por mim) (Miranda 2014:285)

(29) *i=Ø-te pur Ø-kare-r par*
 1SG=R¹-OBL roça R¹-limpar-NMLZ COMPL
 ‘eu limpei a roça por completo.’ (lit. Houve o limpar completo da roça por mim) (Miranda 2014:285)

Um fato a ser destacado aqui diz respeito ao verbo *hwa*, da língua Kĩsêdjê (Suyá), e *-pa* da língua Mẽbêngôkre (Xikrin), nas quais ele também é empregado como verbo pleno, significando ‘matar.PL’. Nesses casos particulares, é provável que historicamente esse verbo significasse algo como ‘eliminar’, ‘exterminar’, cuja semântica relacionada com a completude de um evento, tenha favorecido a sua gramaticalização como verbo auxiliar. As demais línguas do ramo setentrional, como Apinajé e Krahô (Timbira), teriam, por sua vez, restringido o uso do verbo *-pa/-par(-r)* apenas como auxiliar (completivo), tornando-o ainda mais gramaticalizado, e consequentemente teriam substituído a antiga forma *-pa/-par(-r)* para ‘matar’ pelo verbo *-ĩbeč* ‘matar.PL’, ‘exterminar’, ‘executar’ (Oliveira 2005:379) e *-ipej* ‘matar.PL’, ‘eliminar’ (Miranda 2014: 85), com conteúdo semântico análogo.

Conforme foi mostrado, nesta seção, as línguas do Grupo I caracterizam-se por apresentar consistentemente o padrão sintático, esboçado em (1), com alguma variação relativa ao uso de posposições distintas para o mesmo valor aspectual. Note-se que, em Krahô, há a presença de concordância do sujeito em alguns verbos auxiliares. Outra particularidade a ser sublinhada é a eliminação gradativa da posposição, como se observa nos exemplos de (22) a (29). Retomo essa questão mais adiante, em que argumento que essa e outras mudanças gramaticais envolvendo verbos auxiliares constituem uma das principais diferenças entre as línguas do Grupo I e II.

2.2 Línguas do Grupo II

O Grupo II reúne as línguas Kaingáng e Laklãnõ (Xoklég), as quais representam os casos mais gramaticalizados de verbos auxiliares dentro da família Jê. Apesar de tais verbos serem obrigatórios em diversos tipos de predicados, tanto verbais quanto nominais, bem como parte deles ter correspondentes em línguas Jê setentrionais, mas com funções distintas, o padrão sintático empregado para fins aspectuais é relativamente mais simplificado em Kaingang e Laklãnõ (Xoklég) se comparado com as línguas do Grupo I.

Diferentemente das línguas do Grupo I, nas línguas Kaingáng e Laklãnõ, de um modo geral, o complemento de verbos auxiliares não é regido por posposição e argumentos não são marcados por meio de pronomes absolutivos. Apesar da ausência de posposição, alguns núcleos lexicais ainda conservam a forma nominalizada (não finita), a qual é derivada pelo nominalizador de nome de ação *-g*, em Kaingáng (Gonçalves 2012:35)¹³, e *-g*, *-n* e *-Ø* em Laklãnõ (Gakran 2016:160)¹⁴.

Em ambas as línguas, o aspecto perfectivo é marcado por meio do verbo auxiliar *mũ* ‘ir.PL’ (Gonçalves 2011:104), como mostram os exemplos (30) e (31) do Kaingáng, e (32) e (33) do Laklãnõ (Xoklég).

- (30) *kyrũ ta tĩ ra kasor vỹ ti to kyr mũ*
 rapaz MS IR quando cachorro MS 3 para latir PFV
 ‘Quando o rapaz estava passando, o cachorro latiu para ele.’ (Gonçalves 2012:222)

- (31) *fongue tỹ vãnhgénh kar kãtĩ mũ kã*
 fongue MS GUERRA depois vir PFV então
 ‘Depois que o Fongue veio da guerra.’ (Gonçalves 2012:222)

13 Ainda que as correspondências entre os morfemas de ambas as línguas sejam evidentes, essa não é a interpretação de Gonçalves (2012:35), segundo a qual esse morfema é acrescido a verbos para expressar “uma referência temporal passada”. Por mais que esta seja um efeito secundário decorrente da natureza resultativa da nominalização, impulsionada por mudanças gramaticais, tais formas nominalizadas são parte das exigências estruturais para que um verbo possa funcionar numa função tipicamente nominal ou numa relação de subordinação a outro elemento, afetando a sentença como um todo (Givón 2016).

14 Há, ainda, casos que envolvem o uso de formas nominalizadas obtidas por meio de supleção verbal, como em:

- (a) *ti tel wã*
 he die+stative stative
 ‘He died’ (Urban 1985:173)
- (b) *tã wũ ĩ mũ*
 he 3.NOM die+active active
 ‘He die’ (Urban 1985:173)

- (32) *goj ki ta kutã mũ*
 água POSP 3MASC cair PERF.AUX
 ‘Ele caiu na água.’ (Gakran 2016:171)
- (33) *jug jé nũ kul kójam mũ*
 pai POSP 1SG roupa comprar PERF.AUX
 ‘Eu comprei roupa para meu pai.’ (Gakran 2016:172)

O aspecto imperfectivo nas duas línguas é expresso pelo verbo auxiliar *tĩ/tẽ*, o qual tem origem no verbo de movimento ‘ir.SG’. Em alguns contextos, o verbo auxiliar *tĩ/tẽ* sugere uma leitura habitual, como nos exemplos (34) e (35) do Kaingáng, e de (36) a (38) do Laklãõ (Xoklég):

- (34) *Áranh ne tỹ ãn kã nĩ-g tĩ*
 N.PESS diz.que DEM LOC:ali permanece/ficar-PST HAB
 ‘Áranh disse que morava ali’ (Gonçalves 2011:37)
- (35) *kanhgág si ag ta ka tỹ pĩ han tĩ*
 índio antigo 3pl ms pau com fogo fazer hab
 ‘Os antigos sabiam fazer (faziam) fogo com ‘pauzinhos’ (Gonçalves 2011:120)
- (36) *jan mã=mẽ tẽ*
 cantar 2PL IMPERF.AUX
 ‘Vocês cantam/Vocês vão cantar’ (Gakran 2016:186)
- (37) *kute vũ ãn te bantẽ*
 mato ms casa ESPEC POSP IMPERF.AUX
 ‘O mato está (fica) ao redor da casa’ (Gakran 2016:194)
- (38) *ẽnh ja nũ pẽ klég tẽ*
 1SG ENF 1SG lenha cortar IMPERF.AUX
 ‘Eu vou cortar lenha/Eu mesmo vou cortar lenha.’ (Gakran 2016:194)

Em Laklãõ, diferentemente do Kaingáng, o verbo auxiliar *tẽ* pode alternar entre uma leitura habitual e prospectiva, como mostram os exemplos (36) e (38). Ainda que a função desse verbo auxiliar difira daquela encontrada em Krahô (aspecto ingressivo), ambos os casos denotam eventos imperfectivos, indicando, dessa forma, a manutenção de certas propriedades semânticas da fonte diacrônica a partir da qual se desenvolveram.

Já para o aspecto progressivo, existem dois modos principais de exprimi-lo nas línguas Kaingang e Laklãõ (Xoklég): (i) por meio do auxiliar estativo *vã/vẽ*¹⁵, e (ii) por meio de verbos auxiliares posicionais.

15 A função primária desse auxiliar em Kaingang é análoga àquela encontrada em Laklãõ (Xoklég), sugerindo que ambas sejam formas cognatas. Por esse motivo, considera-se,

A seleção do auxiliar estativo *vã* desencadeia uma série de mudanças morfofossintáticas, em Laklãnõ (Xoklém), em virtude da natureza nominal dos predicados que o têm como núcleo sintático. Essas mudanças envolvem a marcação de S e O, que são tratados de modo idêntico, em oposição a A que é regido pela posposição translativa/instrumental *tõ*, portanto em numa função oblíqua. Nesse aspecto, o núcleo lexical ocorre em sua forma nominalizada (nome de ação). Mudanças no sistema de marcação de caso não são encontradas, por exemplo, em Kaingang, constituindo um enigma a ser resolvido ainda. Do ponto de vista histórico, a fonte diacrônica da qual o auxiliar *vã/vẽ* se desenvolveu não é tão evidente como os demais casos, conforme pode ser visto nos exemplos (39) e (40) do Kaingang e (41) e (42) do Laklãnõ (Xoklém).

- (39) *kãru ta re ko vẽ*
 cavalo MS GRAMA comer ESTAT
 ‘O cavalo está comendo (grama).’ (Goncalves 2007:133)
- (40) *fi kajika han vẽ paçoca*
 3.FEM canjica fazer ESTAT paçoca
 ‘Ela está fazendo canjica e paçoca.’ (Goncalves 2007:133)
- (41) *ẽnh ja jan-Ø vã*
 1SG ENF cantar-NMLZ ESTAT.AUX
 ‘Eu mesmo que estou cantando.’ (Gakran 2016:187)
- (42) *zi ha tõ ko kan-Ø vã*
 3FEM ENF TRANS terra cavar-NMLZ ESTAT.AUX
 ‘Ela está cavando buraco.’ (Gakran 2016:187)

Além do auxiliar estativo *vã/vẽ*, orações no aspecto progressivo nas línguas Jê meridionais podem ter como núcleo sintático verbos posicionais. As orações marcadas por esses verbos são pragmaticamente orientadas, já que a sua seleção depende de traços semânticos do evento e dos referentes envolvidos nele. Analiso, inicialmente, os dados da língua Laklãnõ (Xoklém), apresentados em seguida:

- (43) *klángne nũ gla nẽ*
 carne MS ASSAR estar.sentado.AUX
 ‘A carne está assando (sentada).’ (Gakran 2016:178)

neste estudo, *vẽ* como auxiliar estativo ao contrário do que foi proposto por Gonçalves (2011:156) que o interpretou como “um operador que exprime Modalidade Epistêmica”, embora não seja descartada a hipótese de que sejam palavras homófonas, com funções gramaticais distintas.

(44) *jan zi jã*
 cantar 3FEM estar.em.pé.AUX
 ‘Ela canta/Ela está cantando (em pé).’ (Gakran 2016:178)

(45) *jan óg nõdẽ*
 cantar 3PL AUX.PL
 ‘Eles cantam/Eles estão cantando (em posição indefinida) (Gakran 2016:179)

As línguas Jê setentrionais não marcam a concordância de número entre o sujeito da oração e verbo auxiliar por meio da indexação de pronomes pessoais (dependentes), como ocorre com as línguas do Grupo I. Em Laklãnõ (Xoklég), é o uso de formas verbais supletivas (singular vs. plural) que cumpre esse papel, como em (44) e (45).

A língua Kaingang também emprega verbos posicionais com funções semelhantes àsquelas do Laklãnõ (Xoklég), mas difere desta por apresentar usos ainda mais gramaticalizados com respeito a esses verbos, tendo expandido sua função para outros domínios da gramática além de aspecto, como modalidade epistêmica. Nessa língua, é possível empregar dois verbos posicionais em sequência, sendo que o último desempenha o papel de auxiliar, como destacam os exemplos de (46) a (49).

(46) *maria tỹ vẽnhkype jẽ*
 N.PESS MS TOMAR.BANHO em.pé.AUX
 ‘Maria está tomando banho.’ (Gonçalves 2011:131)

(47) *nãn tỹ pũn nỹ*
 mato MS QUEIMAR deitado/horizontal.AUX
 ‘o mato está queimando.’ (Gonçalves 2011:131)

(48) *fi tỹ horta han jẽ nĩ*
 3SG.F MS HORTA fazer em.pé IMPERF.AUX
 ‘ela está fazendo horta.’ (Gonçalves 2011:132)

(49) *isỹ ãn han jẽ nĩ*
 1SG.MS CASA FAZER em.pé IMPERF.AUX
 ‘eu estou construindo (levantando) a casa.’ (Gonçalves 2011:132)

Conforme observado por Gonçalves (2011:132), os enunciados (48) e (49) poderiam ocorrer sem o verbo posicional *jẽ* ‘estar.em.pé’, mantendo sua gramaticalidade. No entanto, a presença apenas do verbo auxiliar (imperfectivo) *nĩ* exclui qualquer referência à posição, mesmo que ele tenha se desenvolvido de um verbo posicional, significando ‘estar.sentado’. Em contraste com verbos auxiliares originários de verbos posicionais, *nĩ* é o que parece estar mais gramaticalizado em Kaingang, expressando atualmente a noção de duratividade

do evento (2011:135), como no exemplo (50).

- (50) gĩr vỹ kanhir nĩ nĩ
 criança MS BRINCAR sentado IMPERF.AUX
 ‘A criança está brincando.’ (Gonçalves 2011:134)

Examino, aqui, a constituição morfossintática das construções oracionais que empregam distintos verbos auxiliares na expressão de aspecto. Embora parte deles corresponda a formas cognatas, como verbos de movimento e posicionais, as funções e os valores aspectuais que expressam diferem em graus variados dentro da família, refletindo diferentes estágios de gramaticalização na história das línguas. Mesmo considerando a variação sincrônica existente, os verbos auxiliares ainda conservam traços semânticos tanto das fontes diacrônicas por meio das quais se desenvolveram quanto das categorias aspectuais às quais se vinculam.

Na seção seguinte, apresento uma proposta de reconstrução sintática do padrão oracional que teria dado origem às construções atuais com verbos auxiliares nas línguas Jê. Questões relativas ao sistema de marcação de caso serão também exploradas, visto que a distribuição e expressão dos argumentos nucleares implicam o uso de formas pronominais distintas, assim como o acionamento de padrões de marcação de caso específicos.

3. Uma proposta de reconstrução da morfossintaxe de aspecto na família Jê

A reconstrução de padrões sintáticos tem sido continuamente discutida no âmbito da Linguística História como uma área que ainda oferece grandes desafios teóricos e metodológicos, se comparada com áreas bem estabelecidas, como a reconstrução lexical e fonológica por meio do Método Comparativo (Harris e Campbell 1995; Harris 2003, 2008; Viti 2015). No entanto, em anos recentes, alguns esforços têm sido empreendidos no desenvolvimento de metodologias alternativas para a reconstrução sintática de estágios históricos das línguas ou das fontes etimológicas a partir das quais novos padrões oracionais surgem e se desenvolvem ao longo do tempo (Seržant 2015).

Uma dessas alternativas metodológicas é teoria da Gramaticalização, na medida em que objetiva descrever o “modo por meio do qual formas gramaticais surgem e se desenvolvem através do espaço e tempo” e, ao mesmo tempo, “explicar por que elas são estruturadas no modo que são”. Assim, a gramaticalização é concebida como “um processo que é hipotetizado ser essencialmente unidirecional” (Heine 2003:575). Apesar do modelo enfatizar o surgimento de novas formas gramaticais, as quais se desenvolvem a partir de itens lexicais ou tornam ainda mais gramaticais aquelas já existentes na língua, é de utilidade na abordagem das construções oracionais das quais tais formas

gramaticais pertencem ou mesmo com segmentos discursivos maiores (Heine e Kuteva 2002:2).

A metodologia de reconstrução proposta por Heine (2018) fundamenta-se principalmente em três componentes: (a) reconstrução diacrônica via método comparativo, (b) reconstrução interna, e (c) generalização tipológica. Com base nos dados das línguas Jê apresentados aqui, essa metodologia pode ser exemplificada da seguinte forma. Já que apenas os verbos de movimento e posicionais apresentam correspondências sistemáticas de forma e função, a probabilidade é que essas sejam as formas verbais mais antigas dentro da família, sendo a maioria delas reconstruídas para o Proto-Jê com suas respectivas formas nominalizadas: **mō* (*mōr*) ‘ir’; **tē*ⁿ; **ñĩ* (*ñĩr*) ‘sentar’; **nō* (*nōr*) ‘deitar’ (Davis 1966:21-22, 1968:43). A reconstrução interna indica que a função lexical seja mais antiga que a auxiliar e não o inverso, já que algumas formas ainda são usadas lexicalmente como verbos plenos, ao passo que outras tenham perdido parcial ou complemento o conteúdo semântico referencial, como o auxiliar estativo *vã/vě* nas línguas Laklãñō (Xokleng) e Kaingang, ou ainda estejam em processo de desemantização, como o verbo *nĩ* ‘estar.sentado’ na última língua. A generalização tipológica nos mostra, por sua vez, que o recrutamento de certos verbos para cumprir funções gramaticais, como tempo, modo e aspecto etc., é uma tendência universal nas línguas e independe da filiação genética. A gramaticalização de verbos auxiliares representa apenas um estágio histórico a partir do qual pode levar, em alguns casos, ao desenvolvimento de morfemas presos (Givón 2001).

Tomando como base o padrão sintático esboçado em (1) e o comportamento morfossintático dos elementos envolvidos nas diversas línguas Jê, proponho uma reconstrução sintática desse padrão em três estágios com mudanças graduais na sua constituição interna.

Estágio I: Proto-Jê

**[(SUJ)_i [(POSS + GEN)_i (+OBJ.INDIR) [(+OBJ.DIR) + NOME DE AÇÃO + POSP]] VER-
BO_i]

Estágio II

*[(SUJ)_i (+OBJ.INDIR) [(+OBJ.DIR) ARG.ABS_i=NOME DE AÇÃO + POSP] AUX_i]

Estágio III

a. *SUJ.OBL (+OBJ.INDIR) [(+OBJ.DIR) + NOME DE AÇÃO] AUX

b. *[(SUJ) (+OBJ.INDIR) (+OBJ.DIR) + NOME DE AÇÃO + AUX]

Inicialmente, no Estágio I, as orações apresentavam sujeito próprio e verbos na função de núcleo sintático com eventuais complementos circunstanciais, regidos por posposição. Nesse estágio, a mudança substancial foi o emprego de

nomes de ação como complemento desses sintagmas, convertendo a estrutura argumental de um verbo para a morfossintaxe nominal via nominalização, cujo argumento de núcleos transitivos passa então a ser codificado em um sintagma oblíquo marcado no caso genitivo. O recrutamento específico de nomes de ação pode ser explicado tanto por fatores funcionais quanto estruturais. Do ponto de vista funcional, nomes de ação conservam as propriedades eventivas do verbo a partir do qual derivam, mas dentro de um protótipo nominal, passando a adquirir, nesse caso, propriedades referenciais e morfossintáticas nominais, como a habilidade de flexionar para gênero, número, caso etc., e funcionar como argumentos de predicados (Givón 2016). O fator estrutural decorre da relação de dependência que é estabelecida com a posposição, já que na qualidade de nome pode ocorrer tanto como argumento de predicado quanto complemento de adjuntos.

Esses fatos explicam, por exemplo, a manutenção da nominalização do núcleo lexical nas línguas do Grupo I, enquanto nas línguas do Grupo II existem apenas alguns vestígios desse estágio, o que nos leva a hipotetizar que a nominalização oracional tenha sido sobreposta por outros processos regulares nessas línguas, como supleção e reduplicação verbais, verbos classificatórios, causativização, dentre outros. Além disso, explica também a marcação pessoal do núcleo lexical ser idêntica à do possuidor de sintagmas possessivos.

O Estágio II abrange a situação encontrada atualmente somente nas línguas do Grupo I. A principal mudança verificada é o apagamento do sintagma oblíquo na função de possuidor de nomes de ação a partir de temas transitivos, mantendo apenas o sujeito nominativo da oração principal com o qual é correferente. No entanto, o argumento absolutivo de nomes de ação derivados a partir de temas intransitivos e transitivos, se pronominais, são marcados pela mesma série de pronomes pessoais e presos no complemento do sintagma posposicional. Esse sistema de marcação de caso ainda é mantido nas línguas em questão. Em Krahô, certos verbos auxiliares, como *-krv* ‘continuar’ e *-pa* ‘ficar’, desencadeiam concordância com o sujeito independente da transitividade do núcleo lexical, uma situação que não é observada nas demais línguas Jê setentrionais.

O Estágio III representa, finalmente, o cenário mais gramaticalizado das construções que empregam verbos auxiliares como principal estratégia gramatical para expressão de aspecto. Nesse estágio, coexistem dois padrões oracionais que se manifestam distintamente conforme a categoria aspectual do verbo auxiliar selecionado ou da natureza perfectiva do evento denotado pela construção. A princípio, essa é a situação recorrente nas línguas do Grupo II, cujas mudanças gramaticais resultaram na (i) eliminação da posposição, da qual o núcleo lexical é complemento, (ii) ausência da marcação possessiva no nome de ação, e (iii) cisão na expressão e marcação do argumento sujeito. Em Laklânô (Xoklêng), por exemplo, o padrão (a) é restrito ao aspecto estativo, em que o argumento sujeito é marcado numa função oblíqua pela posposição translativa/

instrumental *tõ*, enquanto as demais categorias aspectuais (perfectivas e imperfectivas) seguem o padrão (b). Conforme menciono, nas línguas do Grupo II, a concordância entre o sujeito e o verbo auxiliar é estabelecida por meio de formas supletivas e pode ser vista como uma consequência de reajustes funcionais decorrentes de processos de mudança sintática que, por sua vez, desencadearam o desenvolvimento de novos padrões oracionais nessas línguas.

Por mais que as diferenças morfossintáticas sejam notáveis entre as línguas dos dois grupos com respeito às orações com verbos auxiliares, contudo, a comparação dos dados sugere a regularidade de mudanças linguísticas e a possibilidade de que essa possa ter sido a direção natural pelas quais as línguas Jê passaram, sobretudo as do ramo meridional, Kaingang e Laklãnõ (Xoklêng). Nas línguas Jê setentrionais, esse cenário pode ser visualizado nas construções que empregam o verbo auxiliar *-pa* para expressar aspecto completivo, em que os núcleos lexicais não são determinados por posposição, similar às línguas Jê meridionais, conforme evidenciado nos exemplos de (22) a (29). Outros casos, como o verbo *-ikuw* ‘parar’, nas variedades Timbira, Krahô (Miranda 2014) e Canela-Ramkokamekrá (Popjes e Popjejs 1986), a variação existente reside no contraste entre eventos perfectivos *vs.* imperfectivos, e que se reflete diretamente na relação de dependência que o nome de ação estabelece com a posposição *-tõ*, exemplos (51) e (52), em comparação com (53).

- (51) *rɔp* *Ø-te* *wahi* *Ø-kupɛ-n* *j-ikuw-Ø*
cachorro R¹-OBL osso R¹-roer-NMLZ R¹-parar-NMLZ
‘O cachorro parou de roer o osso.’
(lit. Houve o parar de roer do osso pelo cachorro) (Miranda 2014:284)

- (52) *cu-te* *ih-cakôc* *jicu*
3-PAST 3-speak stop
‘He stoped speaking’ (Popjes e Popjes 1986:183)

- (54) *ku* *ha* *mẽ* *krero* *Ø-kre-Ø* *Ø-tõ* *h-ikuw*
1DU IRLS PL inhame R¹-plantar-NMLZ R¹-INSTR R¹-parar
‘Nós vamos parar de plantar o inhame.’
lit. Nós vamos parar com o plantar inhame (Miranda 2014:282)

A língua Kîsêdjê (Suyá) apresenta uma situação análoga a do Krahô com respeito à variação relativa à presença/ausência de posposição. Além do verbo *mõ*, orações no aspecto progressivo podem também ser marcadas com o verbo auxiliar *t*, ainda que essas sejam menos frequentes na língua. Em (55), o núcleo lexical não é determinado pela posposição *rɔ*, como seria esperado, embora sejam conservadas as demais propriedades morfossintáticas, como a nominalização e marcação possessiva.

- (55) *hn wa adʒ=nĩ-rĩx' t*
 ASP IPL IPL=sentar-NMLZ ir.AUX
 'Nós estamos sentando.' (Santos 1997:88)

Os casos analisados neste artigo são ilustrativos de como podemos avançar e compreender os mecanismos atuantes em processos de mudança linguística, bem como indicam as prováveis direções que ela pode seguir a partir da reconstrução de padrões sintáticos mais antigos e das fontes diacrônicas a partir das quais se desenvolveram e se gramaticalizaram. Na seção seguinte, formulo algumas considerações gerais e as perspectivas de futuros estudos no âmbito da Linguística Histórica das línguas Jê.

4. Considerações finais

Ao longo deste estudo, demonstrei a regularidade de padrões sintáticos em diferentes línguas Jê que empregam verbos auxiliares para exprimir diferentes valores aspectuais, e examinei a constituição morfossintática das construções oracionais usadas para essa função.

Considerando a variação sincrônica existente nesse domínio da gramática das línguas em questão, reuni os membros em dois grupos principais, a fim de examinar detalhadamente as propriedades morfossintáticas compartilhadas por elas, comparando-as, e de identificar as correspondências de forma e função e eventuais divergências e/ou inovações linguísticas. Os resultados revelam que dos verbos auxiliares, apenas verbos de movimento e posicionais são reconstruídos para estágios históricos mais antigos da família Jê (Cabral et al. 2018), e que os demais verbos auxiliares constituem desenvolvimentos relativamente recentes na história dessas línguas, principalmente daquelas pertencentes ao ramo setentrional (Grupo I). As línguas Jê meridionais (Grupo II), por sua vez, apresentam os casos mais gramaticalizados da família, ainda que sejam percebidas variações consideráveis entre elas, sobretudo quanto ao papel sincrônico de antigas nominalizações e ao sistema cindido de marcação caso existente em Laklãnõ (Xoklég), mas não em Kaingang.

A reconstrução sintática aqui proposta postula a existência de três estágios, a partir dos quais os padrões oracionais que fazem uso de auxiliares se desenvolveram nas línguas Jê, com ênfase nas principais mudanças gramaticais que teriam ocorrido ao longo do desenvolvimento histórico desses padrões. Apesar da escassez de dados abrangendo diversos contornos aspectuais, o presente estudo se constitui em um avanço considerável na testagem de novas hipóteses e na aplicação e avaliação de metodologias alternativas para o estudo histórico-comparativo das línguas Jê.

As construções oracionais com verbos auxiliares nas línguas desse agrupamento genético constituem um excelente campo para a descrição não só dos princípios gramaticais que regem seu uso sincrônico, mas também das

motivações que levaram ao desenvolvimento dos padrões atuais das línguas, além de nos oferecer ferramentas indispensáveis para a compreensão e explicação de como as experiências sociocognitivas dos falantes e dos contextos discursivo-pragmáticos podem contribuir na moldagem dos usos linguísticos.

Referências

- Anderson, G. D. S. 2006. *Auxiliary verb constructions*. New York: Oxford University Press.
- Cabral, A. S. A. C et al. 2018. Verbos posicionais em línguas da família Jê (tronco Macro-Jê). *Revista Polifonia*, v. 25, n. 38.1, p. 01-192.
- Cabral, A. S. A. C. Costa, L. S da. 2004. Notas sobre ergatividade em Xikrín. *LIAMES*, n. 4, pp. 7-19.
- Comrie, B. 1976. The syntax of action nominals: a cross-language study. *Lingua*, vol. 40, n. 2/3.
- Costa, L. S. da. 2015. Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília: Brasília.
- _____. 2003. Flexão relacional, marcas pessoais e tipos de predicados em Xikrín: Contribuição para os estudos sobre ergatividade em línguas Jê. Dissertação Mestrado, Universidade Federal do Pará.
- Cotrim, Rodrigo G. P. M. 2016. Uma descrição da morfologia e de aspectos morfossintáticos da língua Akwê-Xerente (Jê Central). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.
- Davis, I. 1968. Some Macro-Jê Relationships. *International Journal of American Linguistics*, vol. 34, nº. 1, p. 42-47.
- _____. 1966. Comparative Jê phonology. *Estudos Linguísticos: Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada*, vol. 1, n. 2, p. 10-24.
- Gakran, N. 2015. Elementos fundamentais da gramática Laklãñõ. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – UnB.
- Givón, T. 2016. Nominalization and re-finitization. In: Chamoreau, C. Estrada-Fernández, Z. (Eds.). *Finiteness and nominalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- _____. 2001. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- Gonçalves, S. A. 2012. Perfectividade no Kaingang Sul (Jê). *Revista Estudos Linguísticos*, nº 41 (1), p. 220-230.
- _____. 2011. Tempo, Aspecto e Modo em contextos discursivos no Kaingang Sul (Jê). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas – SP.
- _____. 2007. Aspecto no Kaingang. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas: Campinas – SP.
- Harris, A. C. 2008. Reconstruction in syntax: Reconstruction of patterns. In: Ferraresi,

- G. & Goldbach, M. (Eds.) *Principles of Syntactic Reconstruction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- _____. 2003. Cross-Linguistic perspectives on syntactic change. In: Joseph, B. D. & Janda, R. D. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Harris, A. C., & Campbell, L. 1995. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harris, M. & Ramat, P. (Eds.). *Historical development of auxiliaries*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1987.
- Heine, B. 2018. Grammaticalization in Africa: Two contrasting hypotheses. In: Heine, B. & Narrog, H. (Eds.). *Grammaticalization from typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 2003. Grammaticalization. In: Joseph, B. D. & Janda, R. D. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing.
- _____. *Auxiliaries – Cognitive forces and grammaticalization*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.
- Heine, B. & Kuteva, T. 2007. *The genesis of grammar – A reconstruction*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 2002. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melatti, J. C. O mito de Sol e Lua: um comentário. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. v. 2, n. 1, 2010, p. 13-76.
- Miranda, M. G. no prelo. Verbos auxiliares em Krahô. In: Silveira, M. (Org). *Línguas e culturas Macro-Jê*. Londrina: EDUEL.
- _____. 2014. *Morfologia e morfossintaxe da língua Krahô (família Jê)*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília.
- Newman, J. 2002. A cross-linguistic overview of the posture verbs ‘sit’, ‘stand’, and ‘lie’. In: Newman, John (ed). *The linguistics of sitting, standing, and lying*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Oliveira, C. C. de. 2005. *The language of the Apinajé people of central Brazil*. (Tese de Doutorado). University of Oregon.
- Payne, T. 1997. *Describing morphosyntax: A guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Popjes, J. Popjes, J. 1986. Canela-Krahô. In: Derbyshire, Desmond C. Pullum, Geoffrey K. (eds.) *Handbook of Amazonian Languages*, vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1999. Macro-Jê. In: Dixon, R. M. W. Aikhenvald. Alexandra Y. (Orgs.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Santos, L. C. dos. 1997. *Descrição de aspectos morfossintáticos da língua Suyá/Kisêdjê (Jê)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.

- Seržant, I. A. An approach to syntactic reconstruction. In: Viti, C. (Ed.). *Perspectives on Historical Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- Stout, M. Thomson, R. 1974. Modalidade em Kayapó. *Série Linguística*, nº 3, p. 69-97.
- Urban, G. 1985. Ergativity and accusativity in Shokleng (Gê). *International Journal of American Linguistics*, vol. 51, nº. 2, p. 164-187.
- Viti, C. 2015. Historical syntax: problems, materials, methods, hypotheses. In: Viti, C. (Ed.). *Perspectives on Historical Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- Watkins, L. J. 1976. Position in grammar: sit, stand, lie. *Kansas Working Papers in Linguistics*. vol. 1.

A Terra é de vocês! Compreendendo a efetivação do direito ao Território no seio do povo indígena Puyanawa

The land is yours! Understanding the implementation Puyanawa Rights to the Territory

Jósimo da Costa Constant¹

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28444

Recebido em novembro/2019 e aceito em dezembro/2019.

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar aspectos da política necessária à demarcação da Terra Indígena (TI) Puyanawa. Reúnem-se elementos da história, memória, assim como relatos de grandes protagonistas que participaram de forma ativa no processo de demarcação em pauta. O estudo contribui com novos elementos sobre a história de um povo que teve suas relações sociais quebradas, e para o qual a terra é o principal elemento que lhes identifica como povo diferenciado e propagador de uma cultura milenar que, aos poucos, têm-se estruturado de forma surpreendente. Todos os pontos apresentados e questionados concluem que sempre houve por parte do povo Puyanawa o sentimento de propriedade e ambivalência indígena. A luta e o protagonismo *ũdi kuĩ*, bem como o papel dos profissionais não indígenas, serão os principais focos do presente artigo.

Palavras-chave: Puyanawa. Demarcação de Terras Indígenas. História, Protagonismo Indígena.

Abstract

This paper aims to analyze the processes and gather the elements, a policy that required the demarcation of Puyanawa Indigenous Land (TI). Objective here to gather history, memory and reports of great protagonists who recorded actively and effectively in the process of demarcation. To make a deeper analysis of the history of a people whose social relations were broken, is essential. Thus, a terrain for the Puyanawa people is the main element that identifies as a differentiated people and propagator of a millenary culture gradually structuring in a surprising way. All points presented and questioned conclude that there has

¹ Doutorando no Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em antropologia pela Universidade de Brasília é Mestre em Sociologia e Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília. josimo.constant@gmail.com

always been from the Puyanawa people a sense of indigenous ownership and ambivalence. The *ũdi kuĩ* struggle and protagonism, as well as the role of non-indigenous professionals, will be the main focus of this short article.

Keywords: Puyanawa. Demarcation of Indigenous Lands. History, Indigenous Protagonism.

1. Introdução

Sou um indígena da etnia Puyanawa (*ũdi kuĩ*), meu povo foi severamente colonizado, escravizado e passamos muitos anos sofrendo imensas censuras nas mãos dos “patrões da borracha”. Objetivo, neste trabalho, apresentar alguns pontos fundamentais sobre o processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Puyanawa. Para escrever este artigo, precisei analisar e me apoiar no fazer etnográfico, acessando ângulos, formas, potencialidades e propósitos da antropologia, assim como, documentos, imagens, e realizar uma profunda navegação serena na memória daqueles que participaram deste processo, principalmente os anciões de meu povo.

Nasci em 1989, na beira do igarapé Grande (*Behkua*), um pouco no contexto dos costumes tradicionais Puyanawa, mas meu crescimento foi cercado de imensos desafios, pois ainda guardávamos com grande pavor as fortes sequelas da colonização. Estávamos dando os primeiros passos para efetivar o processo de retomada da nossa terra, porém, essa conquista representou também inúmeras lutas para a consolidação do nosso direito. No início do ano de 1990, ainda existiam alguns indígenas que tinham vindo da mata², como: Prudente de Moraes, Antima, Antônio Jardim, Alberto Itxuway e Joana (Hanna) Mādaita, última indígena que ainda carregava no rosto as marcas do pente³ Puyanawa.

Hoje em dia, como antropólogo formado e procurando exercer o meu papel de entender, preservar e até mesmo salvaguardar nossa história, é que estou desenvolvendo a teoria de que, para morar na terra, houve todo um processo de luta e resistência dos antigos que bravamente resistiram para que nossa história e cultura não fossem exterminadas.

Logo no início da colonização, que se iniciou no ano 1913 com a captura, sequestro do grupo e o assassinato do cacique tradicional (*yura kaya*) Wêwakây, passamos pelos mais cruéis castigos, imposições e proibições sob o comando de Mâncio Agostinho de Lima, que recebeu a patente de coronel do presidente Hermes da Fonseca, em 1912, pelos seus “relevantes serviços”. Como afirma Rosso, “Ao longo do processo colonizador, os povos indígenas sofreram um longo processo de dominação, extermínio, discriminação e invisibilidade nos cenários políticos, econômicos, sociais, educacionais, culturais” (Rosso

2 Vindos da mata: Que viviam na floresta antes do contato com os não-índios.

3 Pente: marcação tradicional feita dos 8 aos 10 anos de idade no rosto das crianças Puyanawa.

2012:60).

2. Sobre o meu povo *ũdi kuĩ*

Precisamos primeiramente entender a cosmologia que navega a “metáfora das flechas ancestrais”. Todo universo era composto por infinitas flechas, ou seja, fumaças (*kuĩ*), seres que vagavam pelo mundo. Era um período de imensos zumbidos, barulhos e lutas entre os seres do bem (*iũxĩ mãsa*) e os seres do mal (*iũxĩ bitxa*). O barulho era semelhante ao de grandes enxames de moscas em reprodução ou devorando carniça apodrecida na mata. É na atração das cargas de sinais contrários carregadas de energias positivas e negativas, que a fumaça ganha cor e se materializa nos primeiros seres que até aí ainda não eram humanos (Constant 2018).

Nós, Puyanawa (gente do sapo), somos uma etnia indígena que antes da chegada dos exploradores da borracha, habitávamos as margens do Rio Juruá. Segundo os mais velhos, derivamos da junção do sapo e da folha. Acreditamos que somos descendentes do sapo que virou gente. Desta forma, Puya + náwa quer dizer povo ou gente do sapo. Abaixo segue um pequeno trecho da narrativa feita na voz da titia (*yaya*) Railda Mãdailta (*yaya âwi Mãdailta*), 87 anos:

A folha de embaúba foi machucada, soprada e apareceu muita gente. A folha de embaúba parecia com cabelo negro bem agarradinho. A mesma coisa foi feita com uma capemba⁴ que apodreceu. Quando apodreceu, viraram gente e se chamaram Puyanawa. Outra capemba apodreceu e viraram tudo sapo, sapinho miúdo. Assim, somos Puyanawa, sapo que virou gente.

Após a chegada dos exploradores, meus antepassados migraram para uma região chamada Paraná dos Mouras, que fica às margens do Rio Juruá. A língua Puyanawa é uma língua da família linguística Pano, chamada pelos falantes Puyanawa de “*Vãda kuĩ/Dukũ vãda kayanũ*”, língua verdadeira. Hoje em dia, somos cerca de 670 pessoas, vivemos em duas grandes aldeias: aldeia Barão e aldeia Ipiranga, num território com cerca de 24.000 km². As duas aldeias são separadas apenas por um Igarapé que chamamos de Igarapé do Barão (*Behkua*). Ambas estão situadas no município de Mâncio Lima, as margens dos rios Môa e Japiim, próximo à fronteira com o Peru.

3. Período do Cativo

Nossa história é marcada pela presença do coronel da borracha denominado Mâncio Lima, que dá nome ao município, que explorou meu povo, usurpou

⁴ Capemba: folha larga e consistente que se desprende do mangará.

nosso território e tentou nos dominar por meio da mão-de-obra escrava, embora tenhamos resistido e conseguido a demarcação da nossa Terra Indígena e assim, retomar nossas vidas. Vivemos cativos desse coronel durante o que ficou conhecido como período do “ciclo da borracha”.

Segundo informações da titia (*yaya*) Railda Mãdaita, e o cacique emérito, Mario Hawê, o processo de colonização aumentou ~~mesmo~~ no ano de 1916, com o assassinato do cacique Wêwakây. A morte desse cacique da linhagem tradicional representou um marco na vida de cada um dos Puyanawa, que com medo da morte e dos severos castigos ameaçadores, se rendeu. Wêwakây representa também o sentimento de resistência e liberdade, pois vendo toda a tragédia pela qual estava passando nosso povo, resolveu fugir e não se submeter às pesadas regras de Mâncio Lima. Vejamos abaixo um trecho do artigo de Rubéns de Lima, filho de Mâncio Lima, sobre a captura e a morte do tuxawa⁵:

“No que se refere à atração dos índios à convivência com os civilizados, a versão conhecida é a de que ela se tornou indispensável, para impedir as depredações que os poianauas faziam nas barracas dos seringueiros. Foi realizada com uso de intérprete e oferendas. Poucos índios não se deixaram atrair e se tornaram agressivos. A morte do tuxaua pelos empregados do seringal foi em legítima defesa” (Lima 1983: 2).

Antigamente, tínhamos a prática do canibalismo funerário, ou seja, quando morria algum membro do grupo, queimávamos o corpo do falecido, incinerávamos seus ossos e bebíamos com mingau (*pasma*) de banana, inhame, etc. Aquela era uma cerimônia extremamente restrita. O cacique da linhagem tradicional foi o último que passou por esse antigo ritual. Após sua morte, alguns indígenas foram até seu corpo que já estava em grande parte consumido por urubus (*ixmĩ/xiari*), pegaram seus ossos, incineraram, choraram e beberam com mingau.

Mâncio Lima soube daquele ritual e fez várias interrogações, mas o povo com medo não quis revelar o acontecido. Desde aquele dia em diante, o coronel disse que iria punir rigorosamente quem ousasse continuar com aquela prática. Dominados pelo medo, os Puyanawa resolveram abandonar quase todas as práticas antigas, inclusive a língua materna, que atualmente encontra-se em via de extinção, dado o reduzido número de falantes ativos.

O que estou focalizando aqui é o processo de luta que se fez para podermos ter uma terra demarcada e reconhecida pelo estado brasileiro. Por isso, faz-se necessário apresentar um pouco da história sobre a égide e o sentimento Puyanawa. Depois da captura e o cruel assassinato do cacique tradicional (*yura kaya* ãdi *kuĩ*), fomos transferidos do nosso lugar de origem, Paraná do Moura, para o seringal São Francisco, depois para o Tapiri do Arroz, onde passamos

5 Txawa: cacique, chefe.

anos. De lá, fomos para a colocação da Maloca, onde o sarampo seguido de uma epidemia de gripe matou vários membros do grupo.

Segundo titia (*yaya*) Railda Mãdaita, alguém informou para Mâncio Lima, que o povo estava ligeiramente morrendo porque viviam todos juntos numa grande maloca (*tapassa*). Assim, o coronel ordenou que o povo se separasse e morasse em casas menores (*uta*). Diante disso, os cruéis castigos começaram e perduraram por muitos anos. Logo no início da colonização, os homens foram separados das mulheres e mandados para as colocações para cortar seringa. As mulheres carregavam enormes pélas⁶ de borracha nas costas, além disso, muitas sofreram estupros ou se submetiam ao sexo obrigatório para ganharem roupas e outros mantimentos.

Em uma entrevista com o senhor Jorge Constant, meu pai⁷, ele me contou com mais detalhes sobre o período do cativo. Poitxo relatou que Mâncio Lima colocou os índios para trabalhar duramente e isso era algo que eles não eram acostumados a fazer, e logo, o povo não se adaptou bem ao trabalho forçado. O trabalho faz parte do viver, não é obrigatório, mas está inserido na dinâmica da vida, mas o trabalho escravo era algo totalmente estranho para os Puyanawa.

Através do sistema de aviamento, que envolvia o seringal, o seringalista e o seringueiro, é que nasceu o período do cativo. Sobre esse sistema, Meira (2017), assim o define:

O sistema de aviamento constituiu-se na Amazônia como um modelo que implica a formação de uma cadeia de escambo entre, de um lado, comerciantes/patrões e, de outro, produtores/fregueses, ambos situados, respectivamente, como elos de uma corrente, entre dois polos sociopolíticos hierárquicos, marcados por relações de dominação e dependência em função da dívida estabelecida (Meira 2017: 33).

Sobre o período de implantação desse sistema nos seringais do Acre, Poitxo, um homem puyanawa de 65 anos relata o seguinte:

Começou o trabalho forçado né. O coronel dividiu as tarefas de trabalho para cada grupo de pessoas, pois tinha o grupo dos caçadores, grupo dos vaqueiros, grupo dos trabalhadores da agricultura, grupo dos pescadores, grupo dos seringueiros e cada um desses grupos tinha um tanto de pessoas, tanto índios como não-índios. As mulheres, as índias eram para carregar carga trabalhando apanhando café, arroz, feijão milho, trabalhavam na farinha, nas casas de farinha, então esse era o trabalho das mulheres. Os homens eram seringueiros, aqueles mais novos, e os mais velhos que aguentavam caçar eram caçadores como meu avô e outros, eram caçadores. Outros trabalhavam somente na

6 Pélas: Bolas de borracha.

7 Na língua materna, o seu nome é “*Poitxo*”, aruá de gapó.

agricultura. (Poitxo, entrevista 2016)

Sobre as colocações de *Poitxo*, reitero e reforço as ideias de Durkheim, quando este escreve *Da Divisão Social do Trabalho*. Houve uma constante modificação na estrutura social Puyanawa, ocorrida com o advento da sociedade moderna. Os conflitos ocasionados pela desordem geraram enormes conflitos para o meu povo, assim, as partes que formam o sapo (*puya*) deixaram de funcionar. É por isso que para Durkheim, “a sociedade é semelhante a um corpo vivo, cada órgão cumpre uma função, ou seja, as partes (os fatos sociais) existem em função do todo, a sociedade” (Durkheim, 1897).

Um olhar histórico sobre o povo Puyanawa propicia a compreensão do processo colonialista a que foram submetidos, seja pelas mãos do Coronel Mâncio Lima, com o auxílio de Antônio Bastos⁸, e que se expressa em forma do poder que se perpetuou por quase um século, seja pelas políticas vigentes na época. Tal processo marca o início da hibridização da identidade indígena Puyanawa, responsável por tirar a língua puyanawa do contexto diário, substituindo costumes, tradições, hábitos, crenças e danças, de forma que muitos jovens, atualmente, sentem vergonha de ser índio.

Há uma estreita relação entre memória e história, cultura e poder, segundo Giroux (1995), visto que:

... ao historicizar a cultura e problematizar o conhecimento ... recai a ... necessidade de uma política cultural que questione a relação entre conhecimento e autoridade, a forma como essa relação é estabelecida e que conexão ela tem com regimes dominantes de representação (Giroux 1995: 132-133).

4. Processo de Identificação, Delimitação e Demarcação da Terra Puyanawa

Compreender o processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Puyanawa é uma inquietação que já me persegue por muitos anos. Tenho procurado ouvir e sentir minuciosamente os anciões de meu povo, suas histórias e participações para consolidação de um direito ancestral. Minha primeira flecha foi lançada no ano de 2014, quando entrei em contato com o antropólogo Terri Vale de Aquino, que me disse encorajadoras palavras: “Não posso lhe dar o peixe, mas posso lhe ensinar a pescar, a fazer uma pesquisa séria sobre seu povo, que passou a viver a partir do início da década de 1980, quando começou a se organizar no movimento das cooperativas indígenas, que o libertou do cativeiro dos patrões do seringal”.

⁸ Antônio Bastos: Foi o maior catequizador de indígenas no Acre. Tinha facilidade de manter contato com os grupos indígenas, conhecia muito bem a língua dos povos.

Terri pediu para que eu fosse atrás das pessoas que participaram ativamente do processo de retomada da terra. Naquela época, sendo um aspirante da antropologia, ainda não conhecia muito bem as suas potencialidades, mas fiz pequenas entrevistas com algumas pessoas do povo. Hoje tenho a noção que é preciso buscar e entender cada pulo minucioso que o sapo deu para sair da boca da serpente da colonização. Numa entrevista que fiz com o atual cacique emérito, Mario Hawê, ele disse que foi escolhido numa reunião para liderar o povo. Conforme me narrou, Terri Aquino disse para ele: “Bom Mario, essa terra é de vocês, porém, esse direito, vocês têm que ir buscar muito longe”.

No dia 08/09/2017, estive em Rio Branco buscando informações para a construção da minha dissertação de mestrado afim de obter o grau de mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB). Tive a oportunidade de conversar e entrevistar pessoalmente o grande sertanista Antônio Macêdo. Ele foi muitos anos casado com a já falecida Renilda *Mãdaita*, filha da titia (*yaya*) Railda *Mãdaita*. Na célebre visita ao sertanista, titia (*yaya*) estava por lá, e a pedido de Macêdo, comecei a estudar os fundamentos da narrativa da criação Puyanawa e interpretar seus informes.

Seguem as renomadas palavras de Txai Macêdo sobre o primeiro contato com nosso povo Puyanawa:

Os primeiros Puyanawa que eu tive contato sem saber de que etnias eles eram, não sabiam que eles eram indígenas, mas que eram uma diferença dentro do exército, foi no exército lá no batalhão de engenharia e construção em Cruzeiro do Sul, onde encontrei o Dadá que é irmão do Mario, e encontrei o Chico da Alice que é irmão dele, mas não sabia, não sabia que eles eram índios, não sabia o nome da etnia deles, só sabia que eles eram diferentes dos outros. Mas eles também não sabiam se identificar. Depois que tomamos conhecimento, Terri e eu, de que Delvair Melatti, a antropóloga em 1977 tinha feito uma pesquisa, um trabalho para FUNAI e tinha delimitado várias terras indígenas na região e uma delas era a terra indígena Puyanawa, sob informações de Candido Rondon. Recorremos ajuda e conseguimos apoio a duas passagens e fomos para Cruzeiro do Sul para encontrar os Puyanawa. Isso aconteceu em 1983. Chegando a Cruzeiro do Sul, procuramos pessoas que conheciam eles e encontramos Mâncio Neto, neto de Mâncio Lima. Ele falou que lá no Barão, lá onde ele era o dono, lá tinha uns caboclos, mas não sabia que caboclos eram. Mâncio Neto nos levou para conhecer eles, ficamos sabendo do seu Camilo e dona Railda. Nosso primeiro contato direto com os Puyanawa na tribo foi em 27 de setembro de 1983, aí chegamos lá e como de costume, como a antropologia comanda, nós fizemos uma visita em cada casa. Obtivemos várias informações do convívio, das relações ali entre as famílias, os padrões, os meios de defesa, garantia, afirmação da

comunidade tudo isso era fragilizado porque a comunidade não sabia nada sobre seus direitos.

No ano de 1983, a fazenda Barão ainda era dominada pelos herdeiros do coronel: Débora Lima, Raimundo dos Santos Lima e José dos Santos. Segundo algumas informações colhidas, os dois últimos eram netos do coronel, filhos do primeiro casamento de Mâncio Lima. Em virtude disso, os dois reivindicaram seus “direitos” junto a Débora, ganharam o processo na justiça e tomaram posse de algumas estradas de seringa. O comércio e as propriedades estavam dentro da área indígena. Os dois questionaram a parte do seringal e ganharam algumas estradas, além disso, a parte do Ipiranga pertencia a eles.

O sertanista Antônio Macêdo e o antropólogo Terri Vale de Aquino destacaram-se junto ao nosso povo atuando principalmente na mobilização, escrita, divulgação e no envio de vários documentos ao governo. Porém, os ânimos começaram a se acirrar, como conta Txai Macêdo:

A reunião foi feita na casa do terreiro do Mário com o seu Moraes. Todos os Puyanawa que estavam ali foram para a reunião e lá informamos a eles que o direito deles existia e o mapa que estava incorreto íamos pedir correção. Mas que eles precisavam de representante, não tinham liderança. A comunidade elegeu o Mário e seu Ozeas, como vice do Mário. Mas quem assumiu o cargo de vice foi o seu Alberto Itxuwã (indígena da época do contato). Aí começa-se uma luta, escrevemos um documento para a Funai reivindicando os limites de divisão da terra. A Funai mandou um grupo lá liderado pelo antropólogo Luis Carlos Levinho. Depois disso, eu fui lá para implantar uma cantina alternativa para os Puyanawa como instrumento alternativo, com recurso do meu bolso e do Terri, porque os patrões começaram a cortar todos os créditos deles, quando eles começaram a reivindicar seus direitos. No dia da implantação da cantina, foi um dia em que eu escapei fedendo, quase morri porque Mâncio Neto armou doze homens e ali, na frente daquele barracão antigo que tinha, estavam os doze homens armados com a arma apontada para mim. Eu levava comigo o jornalista Altino Machado, que era a primeira viagem dele e reportagem como jornalista. Para chegar lá, eu tive que, forçado pela polícia militar, levar dois soldados por segurança. Foi uma luta muito interessante porque só não aconteceu o pior porque o irmão de Mâncio Neto, Paulo Dene tinha acabado de voltar da cidade do Rio de Janeiro como arquiteto formado e se acorou entre eu e Mâncio Neto, no meio da estrada, e pedia pelo amor de Deus que Mâncio Neto não me matasse porque o inimigo de Mâncio Neto não era eu, mas o governo.

Era algo comum, os patrões da borracha enviarem seus filhos para outros Estados e até para fora do país. Mâncio Lima é reconhecido pela literatura e pela

maioria dos acreanos como um grande progressista e desenvolvimentista. Seu filho, Rubéns de Lima, escreveu um artigo chamado “Em Memória de Mâncio Lima”, onde enaltece e engrandece os serviços de seu pai e contraria o trabalho dos antropólogos e a história Puyanawa.

Mâncio Lima (Cel. Da Guarda Nacional) participou da fundação de Cruzeiro do Sul e integrou-se à região com todo idealismo que lhe era peculiar, tornando-se seu líder maior. Impulsionando seu desenvolvimento político, social, econômico e cultural. Várias vezes e em épocas diversas exerceu altas funções de intendente e de prefeito de Cruzeiro do Sul, somando 12 anos de proveitosa administração: dispondo de poucos recursos desenvolveu a agricultura e dedicou cuidados especiais à Educação e Saúde Pública. As atividades de Mâncio Lima não foram restritas aos períodos à frente do governo municipal: dedicou-se toda sua vida integralmente a região: foi colonizador, pioneiro da aviação no Juruá, político idealista e progressista sempre atento aos problemas sociais da região (Lima 1983: 167).

O coronel de barranco nada investiu em nosso povo, há não ser a exploração e os rigorosos castigos para aqueles que desobedecessem suas ordens. Alguns indígenas lhe chamavam de “compadre⁹” e seus filhos de “irmãos”. Muitos lhe chamavam de “papai Mâncio”. Porém, o único investimento de Mâncio Lima para com o povo Puyanawa foi a exploração e mão-de-obra escrava. Rubens de Lima, filho de Mâncio Lima distorce a versão contada pelos Puyanawa:

Lembro-me como se fosse hoje, do curumim Elizeu, porque sentávamos na mesma carteira de 4 lugares. Era esse o “cativeiro” denunciado pelos entrevistadores, que Mâncio Lima proporcionava às crianças poianaus do seringal. Muitos destes curumins se alfabetizaram, se emanciparam e hoje são eleitores. Alguns alcançaram posição de destaque no seringal, como encarregados de serviços ou até mesmo de auxiliar de escritório” (Lima 1983: 2).

São poucos os indígenas que conseguiram projeção social, restringindo-se isso a famílias que auxiliaram em conquistas militares e foram agraciadas com sesmarias e distinções especiais (Arariboia é o exemplo mais evidente disso). Em outros momentos da história do Brasil em que o território e a soberania estiveram em disputa, mecanismos de prestígio e relativa mobilidade foram atribuídos a outras personalidades indígenas. Outro caso bastante notório ocorreu na luta contra os holandeses em que se destacou a figura de Antônio Filipe Camarão (Pacheco de Oliveira 2016).

9 Compadre: Muitos Puyanawa lhe chamavam por seu Mâncio, compadre e “papai”.

No dia 13 de Junho de 2018, tive a feliz oportunidade de conhecer e entrevistar a antropóloga Delvair Montagner, que em 1977, a serviço da FUNAI, andava por terras acreanas fazendo um trabalho de identificação de grupos e escreveu o primeiro relatório de identificação da (TI) Puyanawa. De 1970 a 1980, a Funai foi muito produtiva. Segundo a antropóloga, o Acre era um desconhecido: “Erámos até pobre demais”. A estrutura social Puyanawa estava esfacelada. Funcionava um sistema semelhante ao feudalismo, a descentralização e dispersão do povo representavam um grande problema a ser enfrentado.

Visando identificar grupos indígenas, Delvair colheu várias informações com o ancião já falecido, Cândido Rondon. Ele era conhecedor de todo trabalho e de todo movimento que se fizera até ali; sabia da história, da cultura, dos costumes e das tradições Puyanawa. Através das informações, em Brasília construíram um mapa delimitando uma área de 15.200 hectares. Em 1983, as informações foram corrigidas pelo antropólogo Terri Valle de Aquino e pelo sertanista Antônio Macêdo.

A antropóloga estava fazendo um levantamento, localização, ou seja, identificando onde havia “índios”, procurando informações sobre a situação desses povos. Era um trabalho bastante pioneiro. Na Terra Puyanawa, ela visitou o engenho de cana-de-açúcar, pois o que mais funcionava era a agricultura. Segundo a antropóloga, A fazenda Barão do Rio Branco¹⁰ era muito comum, não tinha nada de poder ou riqueza, e a infraestrutura era muito pequena.

Vejam os abaixo o relato de Montagner:

Fomos bem tratados pelo usurpador, que se dizia o dono da fazenda, aí explicamos que erámos da Finai, que estávamos fazendo um trabalho e que posteriormente viria alguém para ver quem seria indenizado, as benfeitorias. Fizemos um levantamento demográfico da situação, mas o foco não era antropologia, o foco era visando uma futura demarcação. Estávamos preocupados sobre a relação com o fazendeiro, o que eles pretendiam fazer no futuro e até onde que a Funai poderia ajudar na construção dos trabalhos. Ninguém tinha pisado nos Puyanawa, ninguém nem sabia que vocês existiam. (Delvair Montagner, entrevista, 2018)

4.1 O Processo de Demarcação

Na década de 1980, os Puyanawa possuíam dois chefes que tinham a função de representar o grupo junto à sociedade nacional. Destaca-se a Associação Agroextrativista Puyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI), criada em 1988 para apoiar as lideranças, além de garantir à comunidade acesso a benefícios por meio de projetos com financiamento externo (Gondim 2002).

¹⁰ Fazenda Barão do Rio Branco: Nome dado ao que hoje é a Terra Indígena Puyanawa.

A luta que se fez para que meu povo tivesse o direito garantido a terra não foi nada fácil. Após a morte de Mâncio Lima, pudemos plantar e criar, mas tínhamos que pagar renda para os “herdeiros” do coronel, Armédio e Débora. Os Puyanawa pareciam livres do regime de servidão a que foram submetidos, mas continuavam morando na sua terra como se fossem intrusos e sem direito a nada. Tudo o que produziam, deveria pertencer a Débora, principalmente a borracha. *Poitxo* relata que quando Débora enfraqueceu um pouco, seus filhos Paulo Dene, Alfredo Dene e Mâncio Neto passaram a liderar. A dominação sobre nosso povo parecia que nunca ia ter fim. De uma forma ou de outra, sempre estávamos submetidos a ela.

“Nessa época que eles vieram, piorou um pouco porque todo mundo já criava porco aqui, já faziam suas plantações. Os filhos de Débora começaram a pegar dinheiro, a fazer empréstimo nos bancos e explorar terra onde as pessoas trabalhavam. Começaram a fazer campo para criar gado e chegou uma época que eles mataram os bichos dos criadores, achavam que ninguém tinha direito a nada, era deles, eles faziam o que quisessem”. (*Poitxo*, entrevista, 2016)

O processo de Demarcação da Terra Indígena Puyanawa, não foi nada fácil. O cacique emérito Mario Cordeiro de Lima, que na língua Puyanawa é chamado de Hawê “jabuti”, tinha o sonho de demarcar a terra. O antropólogo Terri Vale de Aquino conta que foi convidado pelo chefe indígena, Mário Cordeiro de Lima, carinhosamente chamado “Jabuti” por toda a nossa comunidade, para documentar, testemunhar, discutir e animar o pessoal da demarcação, registrar fotos do trabalho, e escrever cartas e relatórios para as pessoas e entidades que ajudaram com recursos financeiros e apoio político a esse acontecimento importante na história Puyanawa.

A demarcação começou a se materializar quando Terri Aquino passou quarenta dias junto com nosso povo, participando da vida cotidiana, indo aos roçados e colocações de seringa, trabalhando com seu terçadinho lá nos fundos do Seringal, subindo e descendo as terras dos divisores de água, pescando nos igarapés de águas negras e piscosas, tomando cipó (*hêu*) nas noites de lua e jogando futebol nos finais de semana. Enfim, trabalhando e brincando de índio com os txais da floresta¹¹. Fazia tempo que o cacique Mário *Hawê* tinha recebido um sonho de demarcar nossa terra junto com toda a comunidade.

Em maio de 1990, o sertanista Antônio Macêdo, do Conselho Nacional dos Seringueiros, recebeu um majestoso convite internacional para participação numa grande conferência, porém disse que somente ia se levarse um representante indígena. O cacique Mário *Hawê* foi escolhido e o povo se reuniu

¹¹ Txais da floresta: Nome dado aos indígenas acreanos. É comum no Acre os indígenas se tratarem por Txai: parente/amigo.

para lhe ajudar com pequenos recursos, como conta Luís Clemente (*Kupati*):

Já estávamos mais ou menos sabendo dos detalhes, só que cada qual mais interessado para o Mario ir. Tive que vender um porco para ele ir fazer a viagem dele e trazer o resultado aqui para nós. Naquele tempo existia união, tudo que ele ia buscar repassava para nós. No começo era assim, até que conquistamos nosso direito da terra, mas foi com dificuldades, com brigas, com lutas, sem ter recursos para quase nada, mas graças a Deus, que hoje todo mundo vê isso. Naquele tempo o conjunto era outro, tinha lideranças velhas, finado Alberto, Finado Antimá, minha mãe, tia Marga. (Luís Clemente, entrevista, 2019)

Na grande viagem a Noruega e Inglaterra, através do sertanista Antônio Macêdo, o cacique Mario *Hawê* conseguiu uma pequena ajuda no valor de 5 mil dólares do empresário inglês, Fred Mulder, amigo do príncipe Charles. O recurso advindo do exterior proporcionou a efetivação do processo da autodemarcação realizada pelos próprios Puyanawa.

A autodemarcação foi um processo que durou três semanas, com a participação de vários membros do nosso povo e alguns não-indígenas (*dawa*), coordenados pelo mateiro¹² chefe e uma das figuras mais carismáticas e sorridentes que já conheci, o falecido Ozeas Correa (*awa*), que infelizmente nos deixou em 2017. Portanto, os vagarosos passos para a retomada definitiva estavam se concretizando; após muitos anos de luta: “Tinha havido várias tentativas, mas só em julho de 1990 a área indígena foi auto-demarcada, sendo necessário ainda seu reconhecimento por parte da FUNAI” (De Paulla 1992).

Antes de concluir essa seção, não posso deixar de falar sobre a importância e o protagonismo das mulheres Puyanawa, que na época dos conflitos, tiveram uma relevante participação fazendo frente ao seringalista Manoel Lopes. Sónia Lopes Itxapukê, Dona Raimundinha, tia Bim e outras ficaram de mãos dadas impedindo os patrões passarem para os seringais. Sinto enorme carinho por todas elas, principalmente pela anciã e titia (*yaya*) Railda Mādaitá, uma pessoa amável, atenciosa e lúcida, que já em seus 87 anos, é a principal síntese de conhecimento cultural e linguístico para o nosso povo.



12 Mateiro: abria estradas de seringa, corrigia as estradas, tinha um grande conhecimento sobre as matas.

Imagem 1: Com titia (*yaya*) Sónia *Itxapukê*, neta de *Wêwakây*, narrando estórias acontecimentos e o processo de demarcação.

Segundo algumas informações colhidas, dos próprios Puyanawa, o atual cacique Joel Xay *Nay*, filho do cacique emérito Mario *Hawê*, atuava como um porta-voz dos “recados” para os mais velhos, repassando importantes informações sobre o dia em que aconteceriam as reuniões, sem o consentimento dos patrões.

Os patrões não concordavam com a ação da FUNAI, portanto, a instituição fez um levantamento dos não-indígenas (*dawa*) e a partir de 1986 foram pagas as indenizações. Porém, muitos não concordaram com as benfeitorias reconhecidas pelo Governo, chegando até a questionar. Durante esse período de luta, houve a estruturação de muitos elementos e políticas. Deixamos principalmente de pagar renda, pois os produtos já podiam ser vendidos em Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul.

Finalmente, após muitos anos de luta, conflitos, falecimentos, resistência e superação, em 2000, a FUNAI conseguiu demarcar a terra através do Projeto Integrado de Proteção às Populações de Terras Indígenas e da Amazônia Legal-PPTAL, que foi repassado pelo governo brasileiro.

Depois da terra demarcada, conseguimos nos organizar cada vez mais. Foi uma coisa interessante porque, depois da demarcação da terra, eu com esse tempo todo de luta, resolvi passar as decisões de chefia para meu filho Joel coordenar o nosso povo. Com a terra demarcada tínhamos que assumir o trabalho que estava já feito e a fiscalização da terra, para não ser invadida pelos não-índios, Mário *Hawê*.

Vários anos se passaram desde a primeira visita da antropóloga Delvair Montagner, e todos os Puyanawa da época do contato e outros que bravamente lutaram para consolidação de nosso direito ancestral, já faleceram, mas firmemente deixaram seus legados. Muitas vezes, fico horas pensando como foi a luta de meus ancestrais para garantir a efetivação do direito à terra. Por isso, me propus a escrever esse pequeno artigo, trazendo relatos, elementos e ações de todos aqueles que cooperaram e participaram ativamente da luta para o processo de demarcação da Terra Indígena Puyanawa.

Hoje em dia vivemos num território constitucionalmente demarcado, vivendo nosso modo próprio de viver. Somos os maiores produtores de farinha do município e mantemos relações amistosas com várias comunidades próximas. Atualmente temos nos destacado no cenário cultural, social, político e econômico, com a construção da arena Puyanawa (*êwê dimanã yubabu*), que proporciona inúmeros eventos e visitas. Infelizmente ainda continuamos alvo de inúmeros ataques e retrocessos, pois recentemente recebemos a visita do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, onde discutimos a construção

da rodovia internacional, que irá passar próximo a nossa terra. Certamente a construção dessa rodovia irá nos afetar, mas continuaremos lutando firmemente pela preservação das nossas tradições e nosso território.

Referências

- Constant, Jósimo. 2018. História, Memória, Conhecimentos Tradicionais e as Desafiadoras Mudanças Climáticas Sob o Olhar da Perspectiva Indígena Puyanawa.
- Giroux, Henry A. 1995. *Memória e Pedagogia no maravilhoso mundo da Disney*.
- In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.132-158.
- Godim, Sergio Augusto de Albuquerque. 2002. Poyanáwa: sabedoria e resistência. In: *Povos do Acre. História Indígena da Amazônia Ocidental*. Ed. Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM). Rio Branco, Acre.
- Lima, Rubens de. 1983. Índios que Mâncio Lima Catequisou.
- Pacheco de Oliveira, João. 2018. *O Nascimento do Brasil e Suas Raízes “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*, 2016.
- Rosso Walker, Maristela. 2012. *A Identidade Puyanawa e a Escola Indígena*.
- Santos de Paula, Aldir. 1992. *Poyanawa, A Língua dos Índios da Aldeia Barão: Fonologia e Aspectos Fonológicos e Morfológicos*.

Estruturas interrogativas polares e informacionais na língua Panyjēj (Zoró, família Mondé, tronco Tupí)¹

Polar and content interrogative structures in the Panyjēj language (Zoró, Mondé family, Tupí trunk)

Tiago Kapawandu Zoró²
Quesler Fagundes Camargos³

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28508

Recebido em novembro/2019 e aceito em dezembro/2019.

Resumo

Este artigo tem por objetivo descrever as propriedades gramaticais de estruturas interrogativas polares e informacionais na língua Panyjēj (Zoró, família Mondé, tronco Tupí). Em termos descritivos, as perguntas polares utilizam a partícula *te* no início da sentença, se o escopo interrogado for toda a sentença. Caso contrário, a partícula deve seguir o constituinte interrogado. Nas perguntas informacionais, por sua vez, a partícula *te* deve seguir os pronomes interrogativos, a saber: (i) *me*, que substitui o constituinte questionado, e (ii) *a*, que interroga um referente que pertence a um conjunto de entidades previamente determinado no contexto discursivo. Além de analisar estruturas interrogativas simples, este artigo também examina perguntas de longa distância, que envolvem a interrogação de um constituinte de uma predicação encaixada.

Palavras-chave: Tupí-Mondé. Língua Panyjēj (Zoró). Perguntas polares. Perguntas informacionais.

1 Este artigo foi apresentado como parte do trabalho de conclusão de curso da Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) por Tiago Kapawandu Zoró, sob orientação do Prof. Dr. Quesler Fagundes Camargos. Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos à banca examinadora, composta pelo Prof. Me. Cristóvão Teixeira Abrantes e pelo Prof. Me. Iram Káv Sona Gavião, cujas sugestões e discussões permitiram o aperfeiçoamento deste trabalho. Agradecemos ainda ao Ricardo Campos Castro, à Onísia Ábúg da Silva Gavião e aos pareceristas anônimos da Revista Brasileira de Linguística Antropológica (RBLA), cujas observações certamente nos ajudaram a aprimorar a pesquisa aqui apresentada. Quaisquer erros, bem como inconsistências teórico-metodológicas, que ainda persistem, são certamente de nossa responsabilidade.

2 Licenciado em Educação Básica Intercultural pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas (LALIC) e do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA). E-mail: tiago.apiz@hotmail.com

3 Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas (LALIC) e do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA). ORCID id: 0000-0001-9112-4858. E-mail: queslerc@gmail.com

Abstract

This paper gives an account of the grammatical properties of polar and content questions in the Pangyjêj language (Zoró, Mondé family, Tupí trunk). In descriptive terms, the polar questions use the particle *te* at the beginning of the sentence, if the scope of the interrogation is the entire sentence. Otherwise, it follows the interrogated constituent. In the content questions, in turn, the particle *te* must follow the interrogative pronouns: (i) *me*, which replaces the questioned constituent, and (ii) *a*, which interrogates a referent that belongs to a set of entities previously determined in the discursive context. Besides analyzing simple interrogative structures, this article also attempts to examine long-distance questions, which involve interrogation of a constituent of an embedded predication.

Keywords: Tupí-Mondé. Language Pangyjêj (Zoró). Polar questions. Content questions.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo investigar, de forma inicial, as estruturas interrogativas na língua falada pelo povo Pangyjêj. Mostraremos que essa língua faz distinção entre dois principais tipos de perguntas: (i) perguntas polares, que tem a função de verificar a veracidade do enunciado; e (ii) perguntas informacionais, que tem a propriedade de solicitar informações acerca de algum referente interno à predicação.

Esta língua pertence à família linguística Mondé (tronco Tupí), a qual compreende também as línguas faladas pelos povos Ikólóéhj-Gavião, Cinta Larga, Paiter-Suruí, Aruá e Salamã (Rodrigues 1964, 1986; Moore 2005). Fundamentado principalmente em critérios de inteligibilidade mútua e correspondências de som entre as línguas da família, Moore (2005) assume – respeitadas as diferenças dialetais – que os povos Gavião de Rondônia, Aruá, Cinta Larga e Zoró (Pangyjêj) na verdade falam a mesma língua. No entanto, destacamos a urgência de trabalhos descritivo-tipológicos mais aprofundados das línguas faladas por estes povos, a fim de sistematizar de forma mais apurada suas propriedades gramaticais para que seja possível constatar em quais perspectivas essas línguas se aproximam e se distanciam.

No que diz respeito à autodenominação, o povo conhecido pela sociedade envolvente como Zoró reconhece a si mesmo como Pangyjêj, que significa “nós, comedores de carne moqueada”. Por esta razão, neste artigo, ao se referir ao povo e à língua, decidimos utilizar o nome Pangyjêj. Este povo habita principalmente a Terra Indígena Zoró, localizada na região noroeste do estado do Mato Grosso, fronteira com Rondônia.

O presente trabalho de pesquisa se justifica pela urgência de estudos sistemáticos referentes a essa língua indígena, principalmente porque não há trabalhos linguísticos aprofundados a seu respeito. Os trabalhos acerca das línguas desta família linguística podem ser vistos em W. Bontkes (1978), Meer (1981, 1982, 1983, 1985), Moore (1984, 1985, 1989, 1995, 1997, 1999,

2002, 2005, 2006, 2009, 2012, 2018), W. Bontkes e Dooley (1985), C. Bontkes (1985), Stute (1985, 1987), Tressmann (2000), Ribeiro (2000), Guerra (2004), Rodrigues (2011), Meyer (2012), Meyer e Moore (2013), Silva (2013), Cabral et al. (2014), Suruí (2016), Sona-Gavião (2019), Cinta-Larga (2019), entre outros.

Na próxima seção, serão exploradas algumas propriedades gramaticais dos predicados verbais na língua Pangyjêj, com o propósito de que o leitor possa ter uma melhor compreensão dos fatos linguísticos que se pretende discutir ao longo deste artigo.

2. Algumas propriedades gramaticais da língua Pangyjêj

Na língua Pangyjêj, os argumentos que exercem a função sintática de sujeito e objeto são identificados tendo em vista principalmente sua posição sintática na oração. Em verbos transitivos, conforme os exemplos⁴ abaixo, o objeto ocorre imediatamente à esquerda do verbo lexical, ao passo que o sujeito deve preceder a partícula que codifica as propriedades gramaticais de tempo, aspecto e modo, doravante TAM⁵.

- | | | | | | | |
|-----|---------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------|----------|
| | s | | o | | v | |
| (1) | | | | | | |
| a. | [<i>wyj</i> | <i>ma</i>] | [<i>wanzet</i> | <i>mabiri</i>] | <i>a</i> | |
| | homem | TAM | mulher | chamar | FS | |
| | “o homem chamou a mulher” | | | | | |
| | | | | | | |
| | s | | o | | v | |
| b. | [<i>wanzet</i> | <i>ma</i>] | [<i>wyj</i> | <i>mabiri</i>] | <i>a</i> | |
| | mulher | TAM | homem | chamar | FS | |
| | “a mulher chamou o homem” | | | | | |
| | | | | | | |
| | | o | v | s | | |
| (2) | | | | | | |
| a. | [<i>wyj</i> | <i>mabiri</i>] | [<i>wanzet</i> | <i>ma</i>] | <i>mater</i> | <i>a</i> |
| | homem | chamar | mulher | TAM | ontem | FS |
| | “a mulher chamou o homem ontem” | | | | | |

4 Neste artigo, para a apresentação dos exemplos, optamos por utilizar a ortografia adotada nas escolas indígenas do povo Pangyjêj, com o intuito de tornar mais simplificada e uniformizada a apresentação dos dados linguísticos. Glosas: 1: primeira pessoa; 2: segunda pessoa; 3: terceira pessoa; EXCL: exclusivo; FOC: foco; FS: partícula de final de sentença; INCL: inclusivo; INT: partícula interrogativa; INTS: intensificador; NML: nominalizador; PL: plural; QU: pronome interrogativo; PAS: voz passiva; SG: singular; TAM: partículas de tempos, aspecto e modo.

5 Trabalhos futuros deverão examinar mais cuidadosamente as propriedades gramaticais destas partículas na língua falada pelos Pangyjêj (Zoró). Para estudos sobre estas partículas nas demais línguas da família Mondé, veja principalmente os trabalhos de W. Bontkes e Robert (1985) e Meer (1985) para o Suruí e Stute (1985), Moore (1985) e Sona-Gavião (2019) para o Ikólóéhj-Gavião.

2sg	<i>en</i>	<i>e=</i>	<i>e-</i>
3sg	<i>alu</i>	-	<i>a- ~ ø-</i>
1pl.incl	<i>panuj</i>	<i>pa=</i>	<i>pa-</i>
1pl.excl	<i>tũj</i>	<i>tu=</i>	<i>tu-</i>
2pl	<i>menuj</i>	<i>me=</i>	<i>me-</i>
3pl	<i>alej</i>	-	<i>a- ~ ø-</i>

A fim de ilustrar o uso dos pronomes livres na língua Pangyjêj apresentados no Quadro 1, observe o paradigma do verbo intransitivo *ibala* “dançar” abaixo.

(5)

- a. *un bu ma ibala gyja mater a*
 1SG FOC TAM dançar INTS ontem FS
 “fui eu que dancei bem ontem (e não os outros)”
- b. *en bu ma ibala gyja mater a*
 2SG FOC TAM dançar INTS ontem FS
 “foi você que dançou bem ontem (e não os outros)”
- c. *alu bu ma ibala gyja mater a*
 3SG FOC TAM dançar INTS ontem FS
 “foi ele que dançou bem ontem (e não os outros)”
- d. *panuj bu ma ibala gyja mater a*
 1PL.INCL FOC TAM dançar INTS ontem FS
 “fomos nós que dançamos bem ontem (e não os outros)”
- e. *tũj bu ma ibala gyja mater a*
 1PL.EXCL FOC TAM dançar INTS ontem FS
 “fomos nós que dançamos bem ontem (e não os outros)”
- f. *menuj bu ma ibala gyja mater a*
 2PL FOC TAM dançar INTS ontem FS
 “foram vocês que dançaram bem ontem (e não os outros)”
- g. *alej bu ma ibala gyja mater a*
 3PL FOC TAM dançar INTS ontem FS
 “foram eles que dançaram bem ontem (e não os outros)”

Note, nos exemplos acima, que os pronomes pessoais apresentam formas livres em contexto de foco contrastivo. A seguir, apresentamos os clíticos pronominais correspondentes.

(6)

- a. *ibala ma mater a*
 dançar 1SG.TAM ontem FS
 “eu dancei ontem”
- b. *ibala e=ma mater a*
 dançar 2SG=TAM ontem FS
 “você dançou ontem”
- c. *ibala pa=ma mater a*
 dançar 1PL.INCL=TAM ontem FS
 “nós dançamos ontem”
- d. *ibala tu=ma mater a*
 dançar 1PL.EXCL=TAM ontem FS
 “nós dançamos ontem”
- e. *ibala me=ma mater a*
 dançar 2PL=TAM ontem FS
 “vocês dançaram ontem”

Assim como ocorre em verbos intransitivos, tais como em (5) e (6), no caso dos verbos transitivos, o sujeito e o objeto pronominais podem realizar-se de forma cliticizada ou de forma plena. Os clíticos ou os pronomes plenos ocorrem adjungidos ao verbo lexical e à partícula de TAM, conforme exemplos abaixo.

(7)

- a. *u=jkini e=ma mater a*
 1SG=ver 2SG=TAM ontem FS
 “você me viu ontem”
- b. *un bu ma e=jkini mater a*
 1SG FOC TAM 2SG=ver ontem FS
 “fui eu que te vi ontem”
- c. *tu=jkini me=ma mater a*
 1PL.EXCL=ver 2PL=TAM ontem FS
 “vocês nos viram ontem”
- d. *menuj ikini bu tu=ma mater a*
 2PL ver FOC 1PL.EXCL=TAM ontem FS
 “foram vocês que nós vimos ontem”

O que os dados até aqui revelam é que nenhum dos casos acima se configura em concordância verbal na língua Pangyjêj, uma vez que os marcadores pronominais clíticos estão em distribuição complementar com os pronomes

livres. Se as estruturas presentes nos exemplos acima se constituíssem em concordância, seria esperada a coocorrência do pronome com seu clítico pronominal nesta relação de concordância. Contudo, tal coocorrência gera sentenças agramaticais, conforme exemplos abaixo:

- (8) **un u=jkini (bu) e=ma mater a*
 1SG 1SG=ver FOC 2SG=TAM ontem FS
 “você me viu ontem”
- (9) **tu=jkini menũj me=ma mater a*
 1PL.EXCL=ver 2PL 2PL=TAM ontem FS
 “vocês nos viram ontem”
- (10) **ibala tũj tu=ma mater a*
 dançar 1PL.EXCL 1PL.EXCL=TAM ontem FS
 “nós dançamos ontem”
- (11) **panuj (bu) pa=ma ibala gyja mater a*
 1PL.INCL FOC 1PL.INCL=TAM dançar INTS ontem FS
 “fomos nós que dançamos bem ontem (e não os outros)”

No entanto, há em Pangyjêj uma classe de verbos intransitivos que exhibe concordância com o sujeito da predicação. Nesta classe de predicados verbais, em contextos em que o sujeito for pronominal, ele deverá preceder a partícula de TAM de forma proclítica, conforme (12), ou de forma livre, como em (13). A concordância com o sujeito ocorre à esquerda da raiz verbal, refletindo a pessoa e o número codificados no clítico (12) ou no pronome pleno (13).

- (12)
- a. *pa-wanga tere pa=ma mater a*
 1PL.INCL-correr INTS 1PL.INCL=TAM ontem FS
 “nós corremos muito ontem”
- b. *tu-wanga tere tu=ma mater a*
 1PL.EXCL-correr INTS 1PL.EXCL=TAM ontem FS
 “nós corremos muito ontem”
- c. *me-wanga tere me=ma mater a*
 2PL-correr INTS 2PL=TAM ontem FS
 “vocês correram muito ontem”

- (13)
- a. **panuj** ma **pa-wanga** tere a
 1PL.INCL TAM 1PL.INCL-correr INTS FS
 “fomos nós que corremos muito”

- b. *tīj ma tu-wanga tere a*
 1PL.EXCL TAM 1PL.EXCL-correr INTS FS
 “fomos nós que corremos muito”
- c. *menuj ma me-wanga tere a*
 2PL TAM 2PL-correr INTS FS
 “foram vocês que correram muito”

Um forte indício de que a marca que ocorre no verbo lexical de fato refere-se à concordância verbal pode ser notado pelo fato de haver uma coocorrência dessa marca com o participante pronominal imediatamente à esquerda da partícula de TAM, como foi mostrado em (12) e (13). Uma evidência adicional de que o marcador de pessoa que se realiza no verbo lexical, para esta classe particular de intransitivos, é de fato um afixo e não um clítico decorre do exame das sentenças abaixo em que, nas construções de foco, estas marcas não podem ocorrer separadamente do verbo (compare (14b) com (7d)).

(14)

- a. **pa**-wanga **pa**=ma mater a
 1PL.INCL-correr 1PL.INCL=TAM ontem FS
 “nós corremos ontem”
- b. ***panuj** wanga bu **pa**=ma mater a
 1PL.INCL correr FOC 1PL.INCL=TAM ontem FS
 “fomos nós que corremos muito ontem”
- c. **panuj** bu ma **pa**=wanga mater a
 1PL.INCL FOC TAM 1PL.INCL=correrontem FS
 “fomos nós que corremos ontem”

Após apresentar o sistema de marcação de pessoa e número na língua em análise, investigaremos nas próximas seções os tipos de estruturas interrogativas nesta língua.

3. Propriedades gramaticais das estruturas interrogativas

Assim como ocorre em muitas línguas naturais, a língua Pangyjěj faz distinção entre dois principais tipos de estruturas interrogativas, a saber: (i) perguntas polares, que tem a função de verificar a veracidade do enunciado; e (ii) perguntas informacionais, que tem a propriedade de solicitar informações acerca de constituintes internos à predicação. Como será explorado nas próximas subseções, tanto as perguntas polares quanto as perguntas informacionais exigem que o constituinte questionado seja marcado pela partícula interrogativa *te*, que expressa o desconhecimento do falante quanto à verdade do conteúdo informacional ou solicita informações.

3.1 Perguntas polares

Nas perguntas polares, o falante quer apenas se cientificar a respeito da veracidade ou impropriedade do conteúdo veiculado por intermédio da proposição interrogada. Nessa língua, a marca de pergunta é a partícula *te*, a qual deve vir no início da sentença, conforme os pares mínimos abaixo, os quais permitem distinguir sentenças afirmativas de interrogativas.

(15)

- a. *byp ma neku ikini a*
 menino TAM onça ver FS
 “o menino viu a onça”
- b. *te byp et neku ikini a*
 INT menino TAM onça ver FS
 “o menino viu a onça?”

(16)

- a. *wyj ma a-wanga gala kuj a*
 homem TAM 3-correr mata para FS
 “o homem correu para a mata”
- b. *te wyj et a-wanga gala kuj a*
 INT homem TAM 3-correr mata para FS
 “o homem correu para a mata?”

Nas sentenças acima, nota-se que foi inserida a partícula *te* para indicar que o enunciado se trata de uma construção interrogativa. Nesses exemplos, todo o conteúdo informacional é interrogado. Deve-se ressaltar ainda que há alteração na partícula de TAM, uma vez que as sentenças afirmativas e interrogativas se distinguem possivelmente quanto ao modo *realis*/factual (partícula *ma*), por um lado, e *irrealis*/não factual (partículas *et* e *taj*), por outro.

É possível também interrogar constituintes internos à sentença: sujeito, objeto, adjuntos adverbiais de lugar e de tempo, por exemplo. Nesses contextos, o constituinte interrogado se realiza à esquerda da partícula interrogativa *te*, possivelmente em uma posição de foco, como vemos nos exemplos abaixo.

(17)

- a. *wanzet ma byp binga gala ka mater a*
 mulher TAM menino segurar mata em ontem FS
 “a mulher segurou o menino na mata”
- b. *wanzet te taj byp binga gala ka mater a*
 mulher INT TAM menino segurar mata em ontem FS
 “foi a mulher que segurou o menino na mata ontem?”

- c. *byp binga te wanzet et gala ka mater a*
 menino segurar INT mulher TAM mata em ontem FS
 “foi o menino que a mulher segurou ontem na mata?”
- d. *gala ka te wanzet et byp binga mater a*
 mata em INT mulher TAM menino segurar ontem FS
 “foi na mata que a mulher segurou o menino ontem?”
- e. *matet te wanzet et byp binga gala ka a*
 ontem INT mulher TAM menino segurar mata em FS
 “foi ontem que a mulher segurou o menino na mata?”

Nos exemplos acima, as perguntas polares são codificadas pela partícula *te*. Ademais, fornecemos a seguinte distribuição sinóptica: (i) para se questionar todo conteúdo proposicional, a partícula *te* deve ser posicionada imediatamente no início da sentença, tais como os exemplos em (16); (ii) se o intuito for interrogar um constituinte interno da sentença, ele deve preceder a partícula interrogativa *te*, o que pode ser constatado pela análise dos exemplos em (17). Na próxima subseção, temos como objetivo descrever e exemplificar as perguntas informacionais.

3.2 Perguntas informacionais

Diferentemente das perguntas polares que têm como finalidade verificar a veracidade ou a improcedência do conteúdo proposicional, nas perguntas informacionais, o falante espera respostas informativas, demonstrando que não as conhece. O pronome interrogativo – que pode interrogar sujeito, objeto, adjuntos adverbiais de tempo e lugar, por exemplo – deve portar duas propriedades sintáticas: vir no início da sentença e ser seguido pela partícula interrogativa *te*.

Em ambientes de perguntas informacionais simples, a língua apresenta ao menos dois pronomes interrogativos, a saber: (i) *me*, que tem a função de questionar um referente, substituindo o elemento interrogado sobre o qual se interroga; e (ii) *a*, que, por sua vez, tem por objetivo interrogar um referente que pertença a um conjunto delimitado de entidades, determinado previamente no contexto discursivo. Começamos a análise das construções com a partícula *me*.

3.2.1 Partícula interrogativa *me*

Em perguntas informacionais, a partícula *me* tem por função interrogar argumentos cujas funções sintáticas sejam de sujeito e objeto, denotando seres animados e inanimados. Ao realizar-se como argumento não nuclear, ela coocorre com posposições. Nas sentenças abaixo, mostramos estruturas em que o sujeito de predicados verbais transitivos e intransitivos é interrogado.

(18)

- a. *me te taj awyly binga mater a*
 QU INT TAM cachorro segurar ontem FS
 “quem segurou o cachorro ontem?”
- b. *me te taj gujiman kuru ma’ã mater a*
 QU INT TAM carro novo comprar ontem FS
 “quem comprou o carro novo ontem?”
- c. *me te taj a-neã ajyr a*
 QU INT TAM 3-almoçar hoje FS
 “quem almoçou hoje?”
- d. *me te taj a-’ala ip pi a*
 QU INT TAM 3-cair árvore de FS
 “o que caiu da árvore?”
- e. *me te taj a-wane i ka ajyr a*
 QU INT TAM 3-boiar rio em hoje FS
 “o que boiou no rio?”

Pode-se notar, mediante os exemplos acima, que a partícula *me* pode interrogar seres animados, como em (18a-c), ou seres inanimados, tal como em (18d-e). Além disso, o pronome interrogativo *me* deve anteceder a partícula interrogativa *te*. A seguir, nos exemplos em (19), são apresentadas as construções em que o objeto de verbos transitivos é interrogado.

(19)

- a. [*me ikini*] *te Pusanzap et pajãwe ka mater a*
 QU ver INT Pusanzap TAM aldeia em ontem FS
 “quem o Pusanzap viu ontem na aldeia?”
- b. [*me wa*] *te byp et ajyr a*
 QU comer INT menino TAM hoje FS
 “o que o menino comeu hoje?”
- c. [*me ma’ã*] *te wanzet et wasut’a pi a*
 QU comprar INT mulher TAM mercado de FS
 “o que a mulher comprou do mercado?”
- d. [*me pege*] *te Abúg et mater a*
 QU quebrar INT Abúg TAM ontem FS
 “o que a Abúg quebrou ontem?”

Os exemplos acima permitem observar que a partícula *me* também interroga argumentos na função sintática de objeto de verbos transitivos. No entanto, ao ter o objeto interrogado, não somente este, mas também o verbo lexical deve se

mover para a posição inicial da sentença, de modo que o complexo [pronome interrogativo + verbo lexical] seja seguido imediatamente pela partícula interrogativa *te*. Este fato gramatical indica que, efetivamente, o objeto e o verbo lexical em Pangyjêj formam um constituinte. Destarte, o objeto não pode ser extraído do interior do sintagma verbal e, por isso, todo o sintagma verbal (verbo e objeto) deve se deslocar para o início da sentença.

A seguir, analisamos as construções em que argumentos posposicionados são interrogados. Veja que, nestes casos, o pronome interrogativo e a posposição situam-se no início da sentença, à esquerda da partícula interrogativa *te*.

(20)

- a. [*me ka*] *te Dere et Bubu ikini mater a*
 QU em INT Dere TAM Bubu ver ontem FS
 “em que o Dere viu o Bubu ontem?” (resposta possível: *gujiman ka* “no carro”)
- b. [*me pi*] *te talu et a-'ala ajyr a*
 QU de INT cuia TAM 3-cair hoje FS
 “de onde caiu a cuia hoje?”
- c. [*me ta*] *te byp et a-ka mater a*
 QU com INT menino TAM 3-ir.embora ontem FS
 “com quem o menino foi embora ontem?”
- d. [*me ibi kuj*] *te wanzuj et a-'iã mater a*
 QU debaixo INT tatu TAM 3-entrar ontem FS
 “debaixo de que o tatu entrou ontem?”
- e. [*me sygy*] *te Kali et a-pututẽ ajyr a*
 QU perto INT Kali TAM 3-sentar hoje FS
 “perto de que/quem a Kali sentou hoje?”
- f. [*me nebi*] *ka te awyly et a'at tẽ ajyr a*
 QU lado em INT cachorro TAM deitar hoje FS
 “do lado de que/quem o cachorro deitou hoje?”
- g. [*me abe abi*] *te neku et a-we-palika mater a*
 QU atrás INT gato TAM 3-PAS-esconder ontem FS
 “atrás de que/quem o gato se escondeu?”
- h. [*me tara*] *te jap ja mater a*
 QU sobre INT flecha TAM ontem FS
 “em cima de que estava a flecha ontem?”

- i. [*me adara*] *te idjiga ka ajyr a*
 QU por cima INT bola passar hoje FS
 “por cima de que/quem a bola passou hoje?”

Enfim, nesta subseção, foi mostrado que o pronome *me*, em contextos de perguntas informacionais, refere-se a entidades animadas e inanimadas. Além disso, ele pode ser utilizado para interrogar sujeito de verbos intransitivos e transitivos, objeto de transitivos e argumentos posicionados. Analisemos agora as construções que envolvem a partícula interrogativa *a*.

3.2.2 Pronome interrogativo *a*

As perguntas informacionais que utilizam o pronome interrogativo *a* têm por função requerer informação a respeito de um referente que pertença a um conjunto delimitado de entidades que seja determinado previamente no contexto discursivo. Este cenário pode ser ilustrado por intermédio do seguinte exemplo.

- (21) *a te wulu byw-ej pi a*
 QU INT chegar menino-PL de FS
 “qual dos meninos chegou?”

A resposta para a pergunta em (21) deve estar delimitada ao escopo da pergunta: o conjunto de meninos. Por esta razão, esta categoria de questionamento é tratada neste trabalho como perguntas informacionais ligadas ao contexto discursivo. Do ponto de vista semântico, considere ainda o par mínimo abaixo.

- (22)
 a. *a te taj wyj na wasa aka mater a*
 QU INT TAM homem de anta matar ontem FS
 “qual homem matou a anta ontem?”
 b. *a te taj wyj-ej pi wasa aka mater a*
 QU INT TAM homem-PL de anta matar ontem FS
 “qual dos homens matou a anta ontem?”

As duas sentenças acima se distinguem quanto à ocorrência das posições *na* e *pi* e ao número, singular e plural, do referente sobre o qual o pronome interrogativo tem escopo. Estas duas construções exibem distintas delimitações de conjunto de entidades. No que se refere à sentença (22a), o falante pressupõe que a anta tenha sido morta por um homem, embora não saiba quem de fato tenha realizado a ação. Nesta perspectiva, a réplica deve estar restrita ao escopo da pergunta: o conjunto de homens no mundo. Na sentença (22b), no entanto, a pergunta acarreta como resposta um elemento pertencente a um conjunto limitado de homens, conhecido pelo falante. Desse modo, a réplica deve abarcar

entidades determinadas no contexto discursivo. Assim, entre um conjunto de homens conhecidos pelo falante, há aquele que realizou a ação verbal.

Semelhantemente ao que ocorre com as perguntas informacionais com o pronome interrogativo *me*, as construções com o pronome *a* também podem interrogar argumentos nucleares e não nucleares. Nos exemplos em (23), são interrogados sujeitos de verbos transitivos e intransitivos. Já em (24), a demanda recai em objetos de verbos transitivos.

(23)

- a. *a te taj awyly binga me=pi mater a*
 QU INT TAM cachorro segurar 2SG=de ontem FS
 “qual de vocês segurou o cachorro?”
- b. *a te taj gujiman kuru ma’ã wyj-ej pi a*
 QU INT TAM carro novo comprar homem-PL de FS
 “qual dos homens comprou o carro novo?”
- c. *a te taj a-wane i ka buliw-ej pi a*
 QU INT TAM 3-boiar rio em peixe-PL de FS
 “qual dos peixes boiou no rio?”
- d. *a te embat et gujima-j pi a*
 QU INT seu TAM carro-PL de FS
 “qual dos carros é seu?”

(24)

- a. [*a ikini*] *te Bubu et byw-ej pi pajãwe ka mater a*
 QU ver INT Bubu TAM menino-PL de aldeia em ontem FS
 “qual dos meninos o Bubu viu ontem na aldeia?”
- b. [*a wa*] *te byp et iti juwã pi ajyr a*
 QU comer INT menino TAM anta carne de hoje FS
 “qual a parte da carne do veado o menino comeu hoje?”
- c. [*a kala*] *te en=za jap na a*
 QU quer INT 2SG=TAM flecha de FS
 “qual flecha você quer?”
- d. [*a ma’ã*] *te en wanz-ej pi a*
 QU casar INT 2SG mulher-PL de FS
 “qual das mulheres você se casou?”

Ao comparar os exemplos em (23) e (24), pode-se notar que apenas o pronome interrogativo deve figurar no início da sentença ao ter seu sujeito interrogado, sendo seguido imediatamente pela partícula interrogativa *te*. Este

comportamento gramatical é semelhante ao que ocorre com o pronome *me* em predicados transitivos e intransitivos. No entanto, ao se interrogar o objeto de verbos transitivos, tanto o pronome interrogativo quanto o verbo lexical devem se mover para o início da sentença, sendo seguidos pela partícula *te*. Nos exemplos abaixo, apresentamos os contextos em que argumentos posposicionais são interrogados.

(25)

- a. [*a pi te*] *pawa et a-'ala ip nepu na ajyr a*
 QU de INT fruta TAM 3-cair árvore galho de hoje FS
 “de qual galho da árvore caiu a fruta hoje?”
- b. [*a ta te*] *byp et a-ka wanz-ej pi a*
 QU com INT menino TAM 3-ir.embora mulher-PL de FS
 “com qual das mulheres o menino foi embora?”
- c. [*a abe abi te*] *neku et a-we-palika byp na ajyr a*
 QU atrás INT gato TAM 3-PAS-esconder menino de hoje FS
 “atrás de qual menino o gato se escondeu hoje?”
- d. [*a sygy te*] *Kali et a-pututeã pandere na ajyr a*
 QU perto INT Kali TAM 3-sentar pessoa de hoje FS
 “perto de qual pessoa a Kali sentou?”

Os exemplos acima revelam que os sintagmas posposicionais em Pangyjêj também podem ser interrogados por meio do pronome interrogativo *a*. Nestes contextos, tanto o pronome interrogativo *a* quanto a posição correspondente devem figurar no início da sentença. É possivelmente a partir de estruturas como essas que a língua apresenta as proformas pronominais listadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Pronomes interrogativos em Pangyjêj

Pronomes interrogati vos	Funções
<i>akuj</i>	Espaço em que o evento verbal se realizou
<i>atigi</i>	Espaço ou tempo aproximado em que o evento verbal aconteceu
<i>anade</i>	Tempo em que o evento verbal se concretizou
<i>anym</i>	Quantidade de entidades encolvidas no evento verbal

Decidimos listar as proformas acima pelo fato de serem muito frequentes na língua e por estarem possivelmente passando por um processo de lexicalização, de tal forma que o pronome interrogativo *a* e as posições têm formado um

único item lexical. Passemos a analisar cada uma dessas formas interrogativas.

A construção *akuj*, na verdade, pode ser segmentada da seguinte maneira: o pronome interrogativo *a* e a posposição *kuj*, que denota o lugar. Nos exemplos abaixo, o falante não possui nenhuma ideia de onde o evento possa ter sido realizado ou onde determinado objeto esteja.

(26)

- a. [*a-kuj*] *te* *ũ-jap* *sa* *a*
 QU-em INT 1SG-fecha TAM FS
 “onde está a minha flecha?”
- b. [*a-kuj*] *te* *en* *batpe* *kaj* *mater* *a*
 QU-em INT 2SG 1SG.arco colocar ontem FS
 “onde você colocou meu arco ontem?”
- c. [*a-kuj*] *te* *Bubu* *ka* *mater* *a*
 QU-em INT Bubu ir ontem FS
 “para onde o Bubu foi ontem?”
- d. [*a-kuj*] *te* *Abúg* *et* *a-wana* *mater* *a*
 QU-em INT Abúg TAM 3-subir ontem FS
 “para onde a Abúg subiu ontem?”
- e. [*a-kuj*] *te* *byp* *et* *ixa* *malitẽ* *a*
 QU-em INT menino TAM pedra arremessar FS
 “para onde o menino jogou a pedra?”

Nos exemplos acima, semanticamente, o pronome interrogativo *akuj* denota o lugar onde o evento se realizou e o alvo para o qual se dirige a ação verbal. A construção *atigi*, por sua vez, é utilizada para solicitar informação referente ao lugar em que o evento verbal se realiza. No entanto, diferentemente do que ocorre com *akuj*, o falante possui uma noção de onde o evento possa ter sido realizado ou onde determinado objeto possa estar. Por esta razão, interpretamos a posposição *tigi* como “nas proximidades de que”, conforme os exemplos abaixo.

(27)

- a. [*a-tigi*] *te* *wanzet* *et* *byp* *ikini* *mater* *a*
 QU-próximo INT mulher TAM menino ver ontem FS
 “nas proximidades de que a mulher viu o menino ontem?”
- b. [*a-tigi*] *te* *byp* *et* *a-neã* *ajyr* *a*
 QU-próximo INT menino TAM 3-comer hoje FS
 “nas proximidades de que o menino comeu hoje?”

- c. [*a-tigi*] *te wyj et gujiman ijala mater a*
 QU-próximo INT homem TAM carro deixar ontem FS
 “nas proximidades de que o homem deixou o carro?”
- d. [*a-tigi*] *te Pagón et a-wana ajyr a*
 QU-próximo INT Pagón TAM 3-subir hoje FS
 “nas proximidades de que a Pagón subiu hoje?”
- e. [*a-tigi*] *te Axit et ixa malitẽ ajyr a*
 QU-próximo INT Axit TAM pedra arremessar hoje FS
 “nas proximidades de que o Axit jogou a pedra hoje?”

Nos dados acima, a partícula interrogativa *atigi* denota um lugar aproximado de onde o evento tenha sido realizado e o alvo aproximado para o qual se dirige a ação verbal. Ademais, a partícula *atigi* pode inclusive ser utilizada para denotar a fonte do evento verbal, caso seja adicionada a posposição *pi*, de acordo com os exemplos abaixo.

(28)

- a. [*a-tigi pi*] *te Bubu et a-jbirixa mater a*
 QU-próximo de INT Bubu TAM 3-voltar ontem FS
 “de perto de onde que o Bubu voltou ontem?”
- b. [*a-tigi pi*] *te Abúg et kura-kap ma'ã mater a*
 QU-próximo de INT Abúg TAM feijão-semente comprar ontem FS
 “de perto de onde que a Abúg comprou o feijão ontem?”
- c. [*a-tigi pi*] *te byp et ixa malitẽ ajyr a*
 QU-próximo de INT menino TAM pedra arremessar hoje FS
 “de perto de onde que o menino jogou a pedra hoje?”

A partícula interrogativa *anade* emerge quando se tem a necessidade de solicitar informações referentes ao tempo em que o evento verbal se realizou. Neste caso específico, não foi possível segmentar o composto [pronome interrogativo + posposição], nem tampouco propor uma análise para a posposição. Por esta razão, até o presente momento não pudemos propor a segmentação realizada em *a-kuj* e *a-tigi*. Os exemplos abaixo ilustram o uso da partícula interrogativa *anade* em estruturas com predicados transitivos e intransitivos.

(29)

- a. *anade te wanzet et byp ikini a*
 QU INT mulher TAM menino ver FS
 “quando a mulher viu o menino?”
- b. *anade te Kapawandu et wasa aka a*
 QU INT Kapawandu TAM anta matar FS
 “quando o Kapawandu matou a anta?”
- c. *anade te itjet et a-kunba en=zap ka a*
 QU INT água TAM 3-acabar 2SG=casa em FS
 “quando a água acabou na sua casa?”
- d. *anade te Dere et a-wane pajawe ka a*
 QU INT Dere TAM 3-chegar aldeia em FS
 “quando o Dere chegou à aldeia?”

Finalmente, apresentamos a partícula interrogativa *anym*, que é utilizada para requerer informações quantitativas. Também ainda não pudemos segmentar esta partícula pelo fato de não termos identificado fonologicamente uma posposição análoga que cubra a sua semântica. Os exemplos abaixo ilustram o uso dessa partícula em construções transitivas e intransitivas.

(30)

- a. [*anym kawu ka*] *te en-za a*
 QU idade ter INT 2SG-TAM FS
 “qual idade você tem?”
- b. [*anym na*] *te zereg sa a*
 QU custar INT camisa TAM FS
 “quanto custa a camisa?”
- c. [*anym wej*] *te taj wyj-ej pi wasa ikini gala ka a*
 QU PL INT TAM homem-PL de anta ver mata em FS
 “quantos dos homens viram a anta na mata?”
- d. [*anym ka*] *te byp et a-wana ip na a*
 QU em INT menino TAM 3-subir árvore de FS
 “em quantas árvores o menino subiu?”

Na próxima seção, serão analisadas as construções denominadas como perguntas informacionais de longa distância, que correspondem às estruturas em que o referente interrogado é um constituinte interno de um predicado encaixado.

3.3 Perguntas informacionais de longa distância

Nesta seção, será investigada uma estrutura interrogativa que ocorre em sentenças que possuem uma oração principal e outra subordinada. Estas perguntas se distinguem das perguntas informacionais simples pelo fato de o elemento interrogado ser um constituinte da predicação encaixada.

Como será visto, quando um constituinte interno à estrutura encaixada é interrogado, parece não ser possível o deslocamento apenas do pronome interrogativo para o início da sentença, como ocorre em português, por exemplo. Assim, toda a predicação contendo o pronome interrogativo deve se deslocar para o início da sentença, à esquerda da partícula interrogativa.

(31)

a. *wanzet ma [byp wanga mene] ikini a*
mulher TAM menino correr NML ver FS
“a mulher viu o menino correr”

b. *[me wanga mene] ikini te wanzet er a*
QU correr NML ver INT mulher TAM FS
“quem a mulher viu correr?”

Nessa língua, para que uma predicação verbal se realize como complemento de outro predicado verbal é preciso que ela primeiramente seja nominalizada, conforme o exemplo (31a). Note que o predicado entre colchetes, nominalizado pela partícula *mene*, exerce a função sintática de objeto do verbo *ikini* “ver”. Ademais, no exemplo (31b), ao ter seu argumento interrogado, toda a estrutura deve se mover para o início da sentença, antes da partícula interrogativa *te*. Observe ainda que o verbo da predicação principal e o predicado nominalizado, que exerce a função de objeto, devem se mover juntos, uma vez que objeto e verbo formam um único constituinte. Vejamos agora um exemplo em que o predicado nominalizado é transitivo.

(32)

a. *Abúg ma [wasa aka Kapawandu jande mene] ikini a*
Abúg TAM anta matar Kapawandu TAM NML ver FS
“a Abúg viu o Kapawandu matar a anta”

b. *[me jande wasa aka mene] ikini te Abúg er a*
QU TAM anta matar NML ver INT Abúg TAM FS
“quem a Abúg viu matar a anta?”

c. *[me aka Kapawandu jande mene] ikini te Abúg er a*
QU matar Kapawandu TAM NML ver INT Abúg TAM FS
“o que a Abúg viu que o Kapawandu matou?”

De forma semelhante ao que ocorre na sentença (31), para que uma predicação verbal se realize como complemento verbal de um verbo transitivo é preciso que ela seja primeiramente nominalizada, conforme exemplo (32a). Desse modo, nos exemplos (33b) e (33c), ao ter seus argumentos sujeito e objeto interrogados, toda a estrutura deve se mover para o início da sentença, antes da partícula interrogativa *te*. Vejamos agora um exemplo em que o predicado nominalizado exerce a função de adjunto adverbial de tempo por meio da partícula *ka*.

(33)

- a. Pugup ma Nunun ikini [wasa aka Bubu jande man ka] a
 Pugup TAM Nunun ver anta matar Bubu TAM NML quando FS
 “o Pugup viu a Nunun quando Bubu matou a anta”
- b. [**me jande wasa aka man ka**] te Pugup et Nunun ikini a
 QU TAM anta matar NML quando INT Pugup TAM Nunun ver FS
 “o Pugup viu a Nunun quando quem matou a anta?”
- c. [**meaka Bubu jande man ka**] te Pugup et Nunun ikini a
 QU matar Bubu TAM NML quando INT Pugup TAM Nunun ver FS
 “o Pugup viu a Nunun quando o Bubu matou o quê?”

Pode-se notar, por fim, que o trecho entre colchetes no exemplo (33a) corresponde a um predicado transitivo nominalizado exercendo a função de um predicado com valor adverbial. Ao ter seu sujeito e objeto interrogado, como pode ser visto em (33b) e (33c), toda a oração adverbial, incluindo-se o elemento interrogado, desloca-se mover para a posição anterior à partícula interrogativa *te*.

4. Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo investigar as propriedades gramaticais das estruturas interrogativas polares e informacionais na língua Pangyjêj (Zoró, família linguística Mondé, tronco Tupí). Foi mostrado que, para as construções interrogativas polares, a língua disponibiliza a partícula interrogativa *te*, que, ao ocorrer no início da sentença, tem a propriedade de interrogar toda a sentença. Dessa forma, ao proferir sentenças dessa natureza, o falante pretende confirmar ou não a veracidade da proposição como um todo. Além disso, a língua permite ainda que, em contextos em que apenas parte do enunciado está sendo questionado, este constituinte deve ocorrer no início da sentença, antes da partícula interrogativa *te*, possivelmente em uma posição de foco.

Nas construções interrogativas informacionais, por sua vez, a língua apresenta duas partículas com valor de pronome interrogativo: (i) a partícula *me* tem por função questionar um referente, substituindo o constituinte acerca do

qual se interroga; e (ii) a partícula *a* tem como propriedade gramatical interrogar um referente que pertença a um conjunto delimitado de entidades, determinado previamente no contexto discursivo. Desse modo, ao proferir o enunciado, o falante já delimita um conjunto de referentes do qual se espera uma possível resposta.

Por fim, foram examinadas as construções de perguntas informacionais de longa distância, que se caracterizam por compreenderem um referente interrogado que corresponde a um constituinte interno de uma predicação encaixada. Nestas estruturas, vimos que, não somente o constituinte interrogado, mas sim toda a predicação encaixada deve se mover para o início da sentença. Este movimento em bloco é evidenciado porque, em termos de ordem de palavras, a predicação encaixada deslocada ocorre imediatamente à esquerda da partícula interrogativa *te*.

Referências

- Bontkes, Carolyn. 1985. "Subordinate clauses in Surui." In *Porto Velho workpapers*, organizado por David L. Fortune, 189-207. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- Bontkes, William, e Robert A. Dooley. 1985. "Verification particles in Suruí." In *Porto Velho workpapers*, organizado por David L. Fortune, 166-188. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- Bontkes, William. 1978. *Dicionário preliminar Suruí/Protuguês-Português/Suruí*. Porto Velho: Summer Institute of Linguistics.
- Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara, Kaman Kalapalo, Makaulaka Mehinaku Awetí, Sanderson Castro Soares de Oliveira, e Uraan Suruí. 2014. "Classificadores nominais em três línguas indígenas da Amazônia brasileira: ampliando tipologias." *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 6, no. 1 (Julho): 165-193.
- Cinta Larga, Anemã Irum. 2019. "Proposta para um acordo ortográfico da língua Cinta Larga (família Mondé, tronco Tupí)". Monografia de Especialização, Universidade Federal de Rondônia.
- Guerra, Maria Lacerda. 2004. "Aspects of Suruí Phonology and Phonetics." Dissertação de Mestrado, Université Libre de Bruxelles.
- Meer, Tine H. Van der. 1981. "A nasalização em limite de palavra no Suruí." *Estudos Lingüísticos* 4: 282-287.
- Meer, Tine H. Van der. 1982. "Fonologia da língua Suruí." Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Meer, Tine H. Van der. 1983. "Ideofones e palavras onomatopaicas em Suruí." *Estudos Lingüísticos* 7: 10-25.
- Meer, Tine H. Van der. 1985. "Case marking in Suruí." In *Porto Velho workpapers*, organizado por David L. Fortune, 208-230. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- Meyer, Julien e Denny Moore. 2013. "Arte verbal e música na língua Gavião de Rondônia: metodologia para estudar e documentar a fala tocada com instrumentos

- musicais.” *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* 8, no. 2: 307-324.
- Meyer, Julien. “Pitch and phonological perception of tone in the Suruí language of Rondônia (Brazil): identification task of LHL and LHH tonal patterns.” In *Proceedings of Interspeech: 13th Annual Conference of the International Speech Communication Association, Portland, 2012*, 422-426. Portland: ISCA, 2012.
- Moore, Denny. 1984. “Syntax of the Language of the Gavião Indians of Rondônia (Brazil).” Tese de Doutorado, City University of New York.
- Moore, Denny. 1985. “Nominal Stem and Adjective Stem Incorporation in Gavião.” *International Journal of American Linguistics* 51, no. 4 (Chicago): 513-515.
- Moore, Denny. 1989. “Gavião. Nominalizations as Relative Clause and Sentential Complement Equivalents.” *International Journal of American Linguistics* 55, no. 3 (Chicago): 309-325.
- Moore, Denny. 1995. “Construções Nominais da Língua Gavião de Rondônia.” In *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL, Caxambu, 1995*, 981-987. Caxambu: UFRGS.
- Moore, Denny. 1997. “Estrutura de Cláusulas em Gavião de Rondônia.” *Abralin* 20 (Curitiba): 91-105.
- Moore, Denny. 1999. “Tonal System of the Gavião Language of Rondônia, Brazil, in Tupian Perspective.” In *Proceedings of the Symposium Cross-Linguistics Studies of Tonal Phenomena: Tonogenesis, Typology, and Related Topics, Institute for the Study of Languages and Cultures of Asia and Africa (ILCAA), Tokyo, 1999*, 297-310. Tokyo: Tokyo University of Foreign Studies.
- Moore, Denny. 2002. “Verbos sem flexão.” In *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, Tomo I*, organizado por Ana Suely Arruda Câmara Cabral e Aryon Dall’Igna Rodrigues, 139-150. Belém: EduUFPA.
- Moore, Denny. 2005. “Classificação interna da família lingüística Mondé.” *Estudos Lingüísticos* 34: 515-520.
- Moore, Denny. 2006. “Cláusulas Relativas de Gavião de Rondônia.” *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* 1, no. 1: 135-143.
- Moore, Denny. 2009. “Construções causativas em Gavião de Rondônia.” *Revista Moara* 32: 159-170.
- Moore, Denny. 2012. “Relative clauses in Gavião de Rondônia.” *Typological Studies in Language* 102: 243-252.
- Moore, Denny. 2018. “Pessoa na língua dos Gavião de Rondônia.” *Revista Brasileira de Línguas Indígenas* 1, no. 1 (Janeiro/Julho): 15-22.
- Ribeiro, Bráulia Inês Barbosa. 2000. “A fonologia da língua Cinta-Larga.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rondônia.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1964. “Classificação do Tronco Lingüístico Tupi.” *Revista de Antropologia* 12 (São Paulo): 99-104.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das*

línguas indígenas. São Paulo: Loyola.

- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 2011. “Classificação da língua dos Cinta Larga.” *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 3, no. 2 (Dezembro): 205-209.
- Silva, Izaias Euclides da. 2013. “Um ensaio histórico-comparativo dos lexemas nas línguas da sub-família Mondé (Família Tupi)”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rondônia.
- Sona-Gavião, Iram Káv. 2019. “Nomes, verbos, adjetivos, posposições e predicções na língua dos ikólóéhj (Gavião, Fam. Mondé, Tronco Tupí)”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- Stute, Horst. 1985. *Os auxiliares dinâmicos da língua Gavião*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- Stute, Horst. 1987. *A ordem, a coerência e a ensenação nas orações em Gavião*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- Surui, Naraiel Paiter. 2016. “Palavras Polissêmicas na língua Paiter Surui.” Monografia de Graduação, Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Tressmann, Ismael. 2000. “Estudo comparativo das construções verbais complexas e da ordem oracional entre as línguas Cinta Larga (Tupi-Mondé) e Pomerano (Germânica)”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nominalizações em A'uwẽ (Xavante), com foco especial no nominalizador de nome de ação

A'uwẽ(Xavante) nominalizations, with special focus on action name nominalizer³

Eliseu Wadupí Sipré¹

Andérbio Márcio Silva Martins²

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28456

Recebido em dezembro/2019 e aceito em dezembro/2019

Resumo:

O artigo versa sobre nominalizações na língua A'uwẽ (Xavante), língua do ramo Central da família Jê, tronco Macro-Jê (Rodrigues 1986, 1999; Davis 1966, 1968; Gudschinsky 1971). O objetivo central do presente artigo é demonstrar a importância da nominalização de «nome de ação» na gramática A'uwẽ. Trata-se de uma nominalização altamente produtiva, que forma temas a partir dos quais os demais processos de nominalização ocorrem. O artigo mostra também a funcionalidade do morfema em pauta no sistema de concordância de pessoa e número na língua.

Palavras-chave: Nominalização. Nominalizador de «nome de ação». Morfossintaxe. A'uwẽ (Xavante)

Abstract:

The article deals with nominalizations in A'uwẽ (Xavante), a language of the Central branch of the Jê family, Macro-Jê stock (Rodrigues 1986, 1999; Davis 1966, 1968; Gudschinsky 1971). The main objective of this paper is to demonstrate the importance of the nominalization of «action noun» in A'uwẽ grammar. It is a highly productive nominalization, which forms themes from which the other nominalization processes occur. The article also shows the functionality of the morpheme in question in the person and number agreement system in the language.

Keywords: Nominalization. Action Noun. Morphosyntax. A'uwẽ (Xavante)

1 Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília e professor da Secretaria Municipal de São Marcos, Barra do Garça, MT. eliseuwadu ipi@hotmail.com

2 Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, MS. anderbiomartins@ufgd.edu.br

1. Preliminares

Neste artigo, tratamos das nominalizações em A'uwĕ (Xavante), língua pertencente ao ramo central da família Jê do tronco Macro-Jê (Rodrigues 1986, 1999), falada em nove Territórios Indígenas, localizados na região leste do estado de Mato Grosso, Brasil. Destacamos especialmente a nominalização de «nome de ação», inicialmente proposta para essa língua por Rodrigues, Cabral e Soares de Oliveira (2005), por se tratar de uma nominalização básica, que forma temas a partir dos quais as demais nominalizações são acionadas por meio de morfemas derivacionais sufixais e por meio de um morfema proclítico. A nominalização de «nome de ação» em A'uwĕ é altamente produtiva e motivada por vários fatores morfossintáticos, como demonstrado mais adiante.

Outros estudos que descrevem nominalizações em A'uwĕ são os de autoria de Santos (2008), Oliveira Santos (2008), Estevam (2011) e, mais recentemente, o estudo de Wadupi Tsipré (2019). Entretanto, em nenhum desses estudos, o nominalizador de «nome de ação» foi tratado com o destaque dado neste artigo. Contribuímos, assim, com uma ampliação da análise de Rodrigues, Cabral e Soares de Oliveira (2005) e de Wadupi Tsipré (2018), apresentando também uma análise diferenciada do morfema *di*, seguindo Sipré (2019), que o analisa como nominalizador de predicados. Cabe observar que este morfema, por outro lado, foi analisado por Santos (2008) como 'estativo/existencial' e por Estevam (2011) como 'expletivo'.

O presente artigo considera também o trabalho pioneiro sobre a nominalização de «nome de ação» em línguas jê de autoria de Costa (2013), Salanova (2007), Rodrigues, Cabral e Miranda (2008), Miranda (2009, 2010, 2012) e Cotrim (2018).

Inicialmente, apresentamos uma descrição da nominalização de «nome de ação» em A'uwĕ, pondo em evidência a alomorfia desse morfema. Em seguida, demonstramos que a nominalização de nomes de agente e a nominalização de nome de circunstância são resultados de derivações a partir de temas anteriormente nominalizados por meio do nominalizador de «nome de ação». Apresentamos, na sequência, a nominalização de predicados, e destacamos as semelhanças do A'uwĕ com línguas Jê no que diz respeito à nominalização de «nome de ação», ressaltando a sua produtividade em A'uwĕ. Mostramos, finalmente, a produtividade da nominalização de nomes de ação no sistema de concordância da língua. Seguem-se a isso nossas considerações finais e as referências utilizadas neste artigo³.

3 Siglas e abreviações utilizadas neste artigo: ABL – Ablativo; COL – Coletivo; DAT – Dativo; ENF – Enfático; ESS.EXIST – Essivo Existencial; FOC – Foco; FUT.INDEF – Futuro Indefinido; GEN – Genérico; GEN.H – Genérico e Humano; GEN.NH – Genérico e Não Humano; MP – Mediador de Posse; NNA – Nominalizador de Nome de Ação; NNC – Nominalizador de Nome de Circunstância; NAG – Nominalizador de Agente; NEG

2. Nominalizações em A'uwẽ

2.1 Nominalização «nome de ação»

A nominalização de «nome de ação» incide sobre verbos transitivos e intransitivos. Trata-se de uma nominalização fundamental, cujos deverbais resultantes servem de base para as nominalizações de agente, de circunstância e, também, para a nominalização de predicados. O nominalizador de «nome de ação» possui os seguintes alomorfes: *-ri* ~ *-rĩ* ~ *-re* ~ *-rẽ* ~ *-rɔ* ɔ ~ *-ro* ~ *-rõ* ~ *-ra* ~ *-rã* ~ *-ʔə* e *-Ø*:

Exemplos ilustrativos dos alomorfes do nominalizador de «nome de ação»:

-ri

(1) rɔm-hu-ri
GEN.NH-mover-NNA
'(o) trabalhar/(o) trabalho'

(2) marñihə-ri
cortar.algo-NNA
'(o) cortar/(o) corte'

(3) da-ʔahə-ri
GEN.H-bater-NNA
'(o) bater/(a) batida'

-rĩ

(4) da-pã-rĩ
GEN.H-matar-NNA
'(o) matar/(a) morte'

(5) Ø-wĩ-rĩ ʔõ di
3-matar.NNA NEG ESS.EXIST
'não há o matar dele/dela (por mim)'

-re

(6) da-jõ-re-zɛ
GEN.H-cantar-NNA-NNC
'lugar de cantar'

-rẽ

(7) rɔ-sawẽ-rẽ-ʔwa
GEN.NH-sonhar-NNA-NAG
'sonhador'

– Negação; PROSP – Prospectivo; RLZ – Realizado; PL – Plural; 1 – Primeira Pessoa; 2 – Segunda Pessoa; 3 – Terceira Pessoa; 1s – Primeira Pessoa do Singular; TRANS – Translativo; 2/3 – Segunda ou Terceira Pessoa.

(8) rəm-jõ-re-zε
 GEN.NH-escutar-NNA-NNC
 ‘lugar de estudar’

-ro

(9) aʔãmam-ro
 contar-NNA
 ‘(o) contar’

-rõ

(10) ã-sim-rõ-j
 3-matar-NNA-PL
 ‘o matar deles’

-rɔ

(11) aj-watɔb-rɔ
 2-sair-NNA
 ‘o sair de você’

-rã

(12) da-ʔupsibijãm-rã
 GEN-descobrir-NNA
 ‘(o) descobrir’

(13) Ø-sãm-rã ni
 3-jogar-NNA dual
 ‘o jogar deles dois’

-ʔə

(14) ã-madə-ʔə-ʔwa
 3-ver-NNA-NAG
 ‘vidente’

-Ø

(15) aba-Ø
 caçar-NNA
 ‘(o) caçar/(a) caça’

(16) tepe-mrami-Ø
 peixe-pegar-NNA
 ‘(o) pescar/(a) pesca’

A maioria dos alomorfes desse prefixo são constituídos de *-rV*, sendo exceções *-ʔə* e *-Ø*. Há alomorfes que podem ser considerados como formas nasalizadas de suas contrapartes orais, quando a sílaba contígua à esquerda contém um som nasal:

-ri	-rĩ
(17) marĩnihə-ri cortar.algo-NNA '(o) cortar'	(18) da-pã-rĩ GEN.H-matar-NNA '(o) matar/(a) morte'
(19) da-ʔahə-ri GEN.H-bater-NNA '(o) bater/(a) batida'	(20) Ø-wĩ-rĩ ʔõ di 3-matar.NNA NEG ESS.EXIST 'não o matei'

Entretanto, exemplo como o seguinte mostra que nem todas as vogais nasais de alomorfes do nominalizador de «nome de ação» são resultantes de propagação de nasalidade da vogal adjacente.

- (21) rəm-jõ-rɛ-zɛ
GEN.NH-escutar-NNA-NNC
'lugar de estudar'

O caso do alomorfe *-ʔə*, que ocorre em *i-madə-ʔə-ʔwa* e do alomorfe *-rɔ*, em *aj-watɔ b-rɔ*, podem ser casos de assimilação à qualidade vocálica da vogal anterior, embora há evidências de que não se trata de regra geral.

2.2 Nominalização de nome de agente

O nominalizador de nome de agente *-ʔwa* deriva nomes de agente a partir de temas verbais transitivos nominalizados por meio do nominalizador de «nome de ação».

- (22) marĩnihə-ri-ʔwa
algo.cortar-NNA-NAG
'cortador'
- (23) da-ahə-ri-ʔwa
GEN.H-bater-NNA-NAG
'batedor'
- (24) da-pã-rĩ-ʔwa
GEN.H-matar-NNA-NAG
'matador'
- (25) da-ʔãmam-rõ-ʔwa
GEN.H-contar-NNA-NAG
'contador'

- (26) rə-sawẽ-rẽ-ʔwa
 GEN.NH-sonhar-NNA-NAG
 'sonhador'
- (27) i-sihoto-Ø-ʔwa
 3-escrever-NNA-NAG
 'escritor'
- (28) i-tə-Ø-ʔwa
 3-colar-NNA-NAG
 'colador'
- (29) i-pru- Ø-ʔwa
 3-quebrar-NNA-NAG
 'quebrador'
- (30) rə-bre-Ø-ʔwa
 GEN-plantar-NNA-NAG
 'plantador'
- (31) i-madə-ʔə-ʔwa
 3-ver-NNA-NAG
 'vidente'

2.3 Nominalização de nome de circunstância

O nominalizador de nome de circunstância *-zɛ* deriva nomes de verbos transitivos e intransitivos. O resultado é um nome de circunstância, ou seja, um nome que expressa instrumento, lugar e modo.

- (32) wam-rõ-zɛ
 varrer-NNA-NNC
 'vassoura'
- (33) wazə-ri-zɛ
 capinar-NNA-NNC
 'instrumento de capinar'
- (34) damadə-ʔə-zɛ
 cuidar-NNA-NNC
 'lugar de cuidar de nos'
- (35) waneb-Ø-zɛ
 andar-NNA-NNC
 'lugar de andar'

- (36) watõ-ri-zε
 mijar-NNA-NNC
 ‘lugar de urinar’
- (37) rəm-ajã-ri-zε
 GEN.NH-fazer-NNA-NNC
 ‘lugar de fazer’
- (38) rə-wahutu-Ø-zε
 GEN.NH-contar-NNA-NNC
 ‘lugar de contar história’
- (39) rəm-jõ-rε-zε
 GEN.NH-escutar-NNA-NNC
 ‘lugar de estudar’
- (40) rəm-hə-Ø-zε
 GEN.NH-atirar-NNA-NNC
 ‘instrumento de atirar’
- (41) rəm-həjbaba-ri-zε
 GEN.NH-costurar-NNA-NNC
 ‘instrumento ou lugar de costurar’
- (42) i-pire=pibu-Ø-zε
 3-pesado=medir-NNA-NNC
 ‘instrumento de medir’
- (43) marĩ=pibu -Ø-zε
 algo=medir-NNA-NNC
 ‘instrumento de medir’
- (44) da-jĩpi-Ø-zε
 GEN.H-cozinhar-NNA-NNC
 ‘lugar de cozinhar’
- (45) da-jam-rã-zε
 GEN.H-sentar-NNA-NNC
 ‘lugar de sentar’
- (46) həsi-Ø-zε
 beber-NNA-NNC
 ‘lugar ou instrumento de beber’
- (47) da-jõ-re-zε
 GEN.H-cantar-NNA-NNC
 ‘lugar de cantar’

- (48) da-waʔutu-Ø-zɛ
 GEN.H-descansar-NNA-NNC
 ‘lugar de descansar’
- (49) da-nɛm-Ø-zɛ
 GEN.H-andar-NNA-NNC
 ‘lugar de andar’
- (50) da-mrõ- Ø-zɛ
 GEN.H-casar-NNA-NNC
 ‘lugar de casar’
- (51) da-siʔupte- Ø-zɛ
 GEN.H-banhar-NNA-NNC
 ‘lugar de banhar’
- (52) da-sihə-Ø-zɛ
 GEN.H-sorrir-NNA-NNC
 ‘modo de sorrir’

2.4 Nominalização de predicados

O nominalizador de predicados *di* nominaliza predicados a partir de núcleos verbais, nominais e adjetivais. O resultado é um predicado estativo/essivo/existencial. Trata-se de predicado de alta frequência na língua Xavante, seja porque é por meio dele que se constrói predicados atributivos estativos, cujo atributo é uma qualidade passageira do sujeito, assim como predicados semanticamente existenciais, seja porque é a forma de predicados usada em negações, ou porque seja complemento de posições ou por ser seguido por outras expressões de natureza adverbial, como as marcas de número dual e plural.

Exemplos:

Predicado estativo/existencial, que tem por núcleo um adjetivo

- (53) ajʔute hã sɛpu ʔu di
 criança ENF doente ESS.EXIST
 ‘a criança está doente’
- (54) õ hã həjpese di
 3 ENF gordo ESS EXIST
 ‘ele está gordo’
- (55) uhədə hã saʔɛtɛ di
 anta ENF grande ESS.EXIST
 ‘anta está grande’

- (56) wa hã rɔ bzej ʔōdi
 1 ENF alegre NEG ESS.EXIST
 ‘eu estou triste’

2.4.1 Predicados negados

Predicados, quando negados por meio de ʔō, são nominalizados por meio do nominalizador de predicados *di*. A semântica das construções resultantes é de natureza existencial:

- (57) wa hã ĩ-ma wě-Ø ʔō di
 1s FOC 3-DAT gostar-NNA NEG ESS.EXIST
 ‘não há o meu gostar dele’
- (58) a hã Ø-ʔə-ri ʔō di
 2s FOC 3-pegar-NNA NEG ESS.EXIST
 ‘não houve teu pegar?’
- (59) a hã Ø-ʔə-ri ʔō di
 2s FOC 3-pegar-NNA NEG ESS.EXIST
 ‘tu não pegaste?’
- (60) ò hã za te ña-ri ʔō di
 3 FOC MP GH2/3 falar-NNA NEG ESS.EXIST
 ‘não haverá o falar dele’
- (61) wa nōri hã wa te saʔra ʔōdi
 1 COL FOC 1 MP colocar NEG ESS.EXIST
 ‘não haverá o nosso colocar’
- (62) a nōri waʔwa hã ma te i-remeza-ra waʔwa
 2 COL PL ENF 2/3 2/3 3-deixar-NNA PL
 ‘houve o deixar de (alguma coisa) por vocês’
- (63) ò nōri hã za te te mañariza-ʔra ʔō di
 3 PL ENF PROSP MP 2/3 fazer-NNA NEG ESS.EXIST
 ‘não haverá o falar deles’
- (64) ò hã za te te ña-ri ʔō di
 3 FOC PROSP MP 2/3 falar-NNA NEG ESS.EXIST
 ‘ele não falará’
- (65) wa hã tebe hadu te Ø-wĩ-rĩ ʔō di āhãna hã
 1 ENF peixe ainda MP 3-matar.NNA NEG ESS.EXIST hoje ENF
 ‘eu ainda não matei peixe hoje’

3. Nominalização de «nome de ação» em A'uwĒ e em outras línguas Jê

Costa (2013) foi o primeiro a descrever um nominalizador de «nome de ação» para uma língua Jê. Estudos anteriores sobre línguas dessa família linguística trataram de “formas longas” o que Costa chamou de formas verbais nominalizadas por meio do nominalizador de «nome de ação», como Callow (1962) para o Apinajé, Wiessman (1972) para o Kaingáng, Reis Silva e Salanova (2000) para o Mebengokrê, Ferreira (1994) para o Parkatêjê, Popjes e Popjes (1986) para o Canela-Krahô, Santos (1997) para o Suyá, Dourado (2001) para o Panará, Alves (2002, 2004) para o Apaniêkrá e Alves (2008) para línguas setentrionais. As chamadas formas longas têm sido comumente tratadas como formas infinitas e as formas breves como formas finitas.

Em A'uwĒ, o sufixo derivacional de «nome de ação» é nitidamente analisável, apresentando-se como plenamente produtivo na formação de deverbais a partir de verbos transitivos e intransitivos. Além de derivar temas que são base para as nominalizações de nome de agente, nome de circunstância e predicados estativos/essivos/existenciais, deriva temas nominais requeridos em contextos morfossintáticos específicos, como demonstrado em seguida:

Complemento de verbos transitivos

Em A'uwĒ, como na maioria das línguas Jê, verbos nominalizados pelo nominalizador de «nome de ação» ocorrem como complementos de verbos transitivos e como complementos de posposições, como mostram os seguintes exemplos:

Como objeto de verbos como ‘querer’

(66) wa hã wa ñi-simawĕ ñi-mama ma te rób-zajam-rĩ da
 1 ENF 1 1-querer 1-pai DAT 2/3 GNH-conversar-NNA TRANS
 ‘eu quero conversar com meu pai’

(67) wa hã wa ñi-simawĕ tebe ãhãna te Ø-wĩ-rĩ da
 1 ENF 1 1-querer peixe hoje MP 3-matar-NNA TRANS
 ‘eu quero matar peixe hoje’

Em construções subordinadas, modificadas pelas marcas de futuro indefinido *wamhã*:

(68) a hã nĩwa we aj-wisi-Ø wamhã da-sa wa za
 2 ENF quando 2-chegar -NNA FUT.INDEF GNH-comer 1 PROSP
 aj-mã tisõ
 2-DAT dar
 ‘quando você chegar eu dou comida para você’

Como parte do sistema de concordância de número

A'uwĒ possui um sistema de concordância que, comparado aos sistemas

de concordância das línguas Jê, destaca-se como um dos mais complexos (Waduipi Tsipré 2019; Cabral e Waduipi Tsipré, a aparecer). A língua distingue três pessoas, e cada uma delas aciona em predicados transitivos e intransitivos, sejam estes núcleos de predicados nominais ou processuais, uma concordância com o sujeito singular, dual ou plural e, no caso de temas com dois argumentos, a concordância é acionada quando o sujeito e/ou o complemento são/é singular, dual ou plural. A concordância se dá por meio de formas supletivas dos núcleos verbais, em combinação com partículas pós-verbais de número dual e plural. Concomitantemente, formas supletivas dos temas núcleos dos predicados ocorrem nominalizadas por meio do nominalizador de «nome de ação». Exemplos de núcleos de predicados nominalizados em orações independentes:

Concordância com o sujeito singular

Com o sujeito singular, não há marca de concordância, o núcleo do predicado consiste em um núcleo nominalizado por meio do nominalizador de «nome de ação». Assume-se que a marca de concordância, nesse caso, é zero.

- (69) wa hã ʔri hawi wa za Ø-wato b-rɔ
 1 ENF casa ABL 1 PROSP 1-sair-NNA
 ‘eu sairei da casa’
- (70) a hã ʔri hawi te za aj-wato -rɔ
 2 ENF casa ABL 2/3 PROSP 2-sair-NNA
 ‘tu sairás da casa’
- (71) ð hã ʔri hawi te za Ø-wato b-rɔ
 3 ENF casa ABL 2/3 PROSP 3-sair-NNA
 ‘ele sairá da casa’

Sujeito dual

Nos três exemplos seguintes, as partículas *ni*, *ʔwa* e *zahure* marcam, respectivamente, a concordância com o sujeito dual de primeira pessoa, com o sujeito dual de segunda pessoa e com o sujeito dual de terceira pessoa. Sempre que um núcleo de predicado é seguido por marcas de concordância será nominalizado pelo nominalizador de «nome de ação».

- (72) wa nōrĩ hã ʔri hawi wa za wa-watɔb-rɔ ni
 1 COL ENF casa ABL 1 PROSP 1-sair-NNA dual
 ‘nós dois sairemos da casa’
- (73) a nōrĩ waʔwa hã ʔri hawi te za aj-watɔb-rɔ ʔwa
 2 COL PL ENF casa ABL 2/3 PROSP 2-sair-NNA dual
 ‘vocês dois sairão da casa’

- (74) ð nōrĩ hã ʔri hawi te za ti-watɔ b-rɔ zahurɛ
 3 COL ENF casa ABL 2/3 PROSP 3corr-sair-NNA dual
 ‘eles dois sairão de casa’

Sujeito plural

Os exemplos seguintes mostram a forma nominalizada do núcleo do predicado seguido pelas marcas de concordância de plural.

- (75) wa nōrĩ hã ʔri hawi wa za Ø-watɔb-rɔ zaʔra ni
 1 COL ENF casa ABL 1 PROSP 1-sair-NNA PL dual
 ‘nós sairemos da casa’

- (76) a nōrĩ waʔwa hã ʔri hawi te za aj-watɔb-rɔ waʔwa
 2 COL PL ENF casa ABL 2/3 PROSP 2-sair-NNA PL
 ‘vocês sairão da casa’

- (77) ð nōrĩ hã ʔri hawi te za ti-watɔb-rɔ zaʔra
 3 COL ENF casa ABL 2/3 PROSP 3corr-sair-NNA PL
 ‘eles sairão da casa’

Construções com verbos transitivos

Construções com verbos transitivos têm em princípio núcleos verbais não nominalizados quando o sujeito e o objeto são singulares:

Sujeito singular/ objeto singular

- (78) a hã wārābɔ ma tɔ ĩ-wĩ
 2 ENF tatu 2/3 RLZ 3-matar
 ‘você matou tatu’
- (79) a hã wārābɔ misi ma tɔ ĩ-wĩ
 2 ENF tatu um 2/3 RLZ 3-matar
 ‘você matou um tatu’

Sujeito singular / objeto dual

- (80) a hã wārābɔpɔ nōrĩ maparan ma tɔ ĩ-pã
 2 ENF tatu COL dois 2/3 RLZ 3-matar
 ‘você matou dois tatus’

Sujeito singular / objeto plural

- (81) a hã wārāhɔpɔ nōrĩ ahɔna ma tɔ ĩ-mapã
 2 ENF tatu COL muitos 2/3 RLZ 3-matar
 ‘você matou muitos tatus’

Note-se que a concordância com o objeto plural é realizada por meio de uma forma supletiva do verbo ‘matar’.

Sujeito singular/ objeto singular

Quando o sujeito é de primeira pessoa dual, a concordância é com o sujeito, por meio da combinação da forma verbal nominalizada em combinação com a partícula *ni*:

- (82) wa nōrī hā wārāhəbə nori wa tō Ø-pā-rī ni
 1 COL ENF tatu CLO 1 RLZ 3-matar-NNA dual
 ‘nós (dual) matamos tatu’
- (83) wa nōrī hā wārāhəbə misi wa tō Ø-pā-rī ni
 1 COL ENF tatu um 1 RLZ 3-matar-NNA dual
 ‘nós (dual) matamos um tatu’
- (84) wa nōrī hā wārāhəpə nōrī maparanε wa tō Ø-pā-rī ni
 1 COL ENF tatu COL dois 1 RLZ 3-matar-NNA dual
 ‘nós (dual) matamos dois tatus’
- (85) wa nōrī hā wārāhəpə nōrī i’ahə’uptabi wa tō Ø-pā-rī ni
 1 COL ENF tatu COL muitos 1 RLZ 3-matar-NNA dual
 ‘nós (dual) matamos muitos tatus’

Da mesma forma, quando o sujeito é de segunda pessoa dual, a concordância é com o sujeito:

- (86) a nōrī waʔwa hā wārāhəbə ma tō ĩ-pā-rī ʔwa
 2 COL PL ENF tatu 2/3 RLZ 3-matar-NNA dual
 ‘vocês (dual) mataram tatu’
- (87) a nōrī waʔwa hā wārāhəbə misi ma tō ĩ-wī-rī ʔwa
 2 COL PL ENF tatu um 2/3 RLZ 2-matar-NNAdual
 ‘vocês (dual) mataram um tatu’
- (88) a nōrī waʔwa hā wārāhəpə nōrī maparanε ma tō ĩ-pā-rī ʔwa
 2 COL PL ENF tatu COL dois 2/3 RLZ 3-matar-NNA dual
 ‘vocês (dual) mataram dois tatus’
- (89) a nōrī waʔwa hā wārāhəpənōrī i’ahə’uptabi ma tō ĩ-pā-rī ʔwa
 2 COL PL ENF tatu COL muitos 2/3 RLZ 3-matar-NNA dual
 ‘vocês (dual) mataram muitos tatus’

O mesmo padrão é encontrado quando o sujeito é uma terceira pessoa dual, sendo a concordância feita por meio da partícula *zahure*:

- (90) ð nõĩ hã wārāhəbə misi ma tō Ø-wĩ-rĩ zahure
 3 COL ENF tatu um 2/3 RLZ 3-matar-NNA dual
 'eles (dual) mataram um tatu'
- (91) ð nõĩ hã wārāhəpə nõĩ i'ahə'uptabi ma tō Ø-pã-rĩ zahure
 3 COL ENF tatu COL muitos 2/3 RLZ 3-matar-NNA dual
 'eles(dual) mataram muitos tatus'

Quando o sujeito é plural, a concordância é igualmente com o sujeito, sendo o objeto singular ou plural.

- (92) wa nõĩ hã wārāhəbə wa tō Ø-sim-ro zaʔra ni
 1 COL ENF tatu 1 RLZ 3-matar-NNA PL DUAL
 'nós (plural) matamos tatu'
- (93) wa nõĩ hã wārāhəpənõĩ i'ahə'uptabi wa tō Ø-sim-ro zaʔra ni
 1 COL ENF tatu COL muitos 1 RLZ 3-matar-NNAPL DUAL
 'nós (plural) matamos muitos tatus'
- (94) a nõĩ waʔwa hã wārāhəbə misi ma tō ĩ-sim-rō zaʔra waʔwa
 2 COL PL ENF tatu um 2/3 RLZ 3-matar-NNA PL PL
 'vocês mataram um tatu'
- (95) a nõĩ waʔwa hã wārāhəpənõĩ i'ahə'uptabi ma to ĩ-sim-rō zaʔra waʔwa
 2 COL PL ENF tatu COL muitos 2/3 RLZ 3-matar-NNA PL PL
 'vocês mataram muitos tatus'

4. Algumas considerações finais

Neste artigo, retomamos o tema nominalizações em A'uwĕ tratado em Waduiipi Tsipré (2019), destacando a nominalização que resulta em um «nome de ação» e sua importância na gramática da língua. Trata-se, como demonstrado, de uma nominalização altamente produtiva, possivelmente a mais frequente forma que tomam os temas verbais nos enunciados da língua. O presente estudo, além de pôr em evidência os vários alomorfes do nominalizador de «nome de ação» A'uwĕ, chama a atenção para a sua importância no sistema de concordância da língua, contribuindo para um maior conhecimento sobre as suas funções e produtividade.

É possível que sejam identificados mais alomorfes do nominalizador de nomes de ação em A'uwĕ. Esperamos, na continuidade de nossa pesquisa, aprofundar a discussão sobre a distribuição e restrições de uso do nominalizador em pauta.

Referências

Alves, Flávia de Castro. 2002. Aspectos da ergatividade cindida em Apāniekrá (Jê).

- In: Ludoviko Santos; Ismael Pontes. (Org.). *Línguas J  (estudos vários)*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, p. 83-93.
- Alves, Flávia de Castro. 2004. *O Timbira falado pelos Canela Ap njekr *. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Gradua o em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.
- Alves, Flávia de Castro. 2008. O papel das nominaliza es na evolu o do alinhamento ergativo nas línguas J : dimensões funcionais e estruturais. *Am rindia* (Paris), v. 32, p. 11-25.
- Callow, John Campbell. 1962. *The Apinaye language: phonology and grammar*. London: London University, School of Oriental and African Studies.
- Costa, L. 2013. *Elementos para uma gramática da língua Xikrín*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Gradua o em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília.
- Cotrim, R. G. P. M. 2015. *Uma descri o da morfologia e de aspectos morfossintáticos da língua Akw -Xerente (J  Central)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Gradua o em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília.
- Davis, Irvine. 1966. Comparative J  phonology. *Estudos Ling sticos – Revista Brasileira de Ling stica Teórica e Aplicada*, v. 1, n. 2, p. 10-24, 1966.
- Davis, Irvine. 1968. Some Macro-J  relationships. *International Journal of American Linguistics*, v. 34, p. 42-47.
- Dourado, Luciana. 2001. *Aspectos morfossintáticos da língua Panará (J )*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Gradua o em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.
- Estevam, A. M. .2011. Morphosyntaxe du Xavante. Th se de doctorat, Ecole doctorale de Sciences du Langage, UFR de Linguistique, Universit  Paris. Diderot, France.
- Ferreira, Marília. 2005. *Morfossintaxe da língua Parkat j *, Muenchen: Lincom Europa.
- Gudschinsky, S. C. 1971. ‘Ofai -Xavante, a Já language. Gudschinsky, S. C. (Org.). *Estudos sobre línguas e culturas indígenas*. Brasília: SIL, p. 1-16.
- Miranda, Maxwell. 2009. *Investigando as formas verbais longas em Krahô (J )*. *Anais do VI Congresso Internacional da Associa o Brasileira de Linguística*. João Pessoa – PB. UFPB.
- Miranda, Maxwell. 2010. *Nominaliza es na sintaxe da língua Krahô (J )*. Disserta o de Mestrado, Programa de Pós-Gradua o em Linguística do Departamento de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília.
- Miranda, Maxwell. 2012. Flexão relacional e línguas J  setentrionais: uma retrospectiva. Comunica o oral. *ABRALIN em Cena*. Universidade Federal do Mato Grosso: Cuiabá.
- Oliveira, Rosana Costa de. 2007. *Morfologia e Sintaxe da Língua Xavante*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do rio de Janeiro.
- Santos, Juliana Pereira dos. 2008. *Marcas pessoais: concordância de número e*

- alinhamento em Xavante*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília.
- Popjes, Jack, and Jo Popjes. 1986. Canela-Krahô. In *Handbook of Amazonian languages*, ed. D. C. Deryshire and G. Pullum, volume 1, 128–199. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Reis Silva, Maria Amélia, and Andrés Pablo Salanova. 2000. Verbo y ergatividad escindida en M'ebengokre. In *Indigenous languages of lowland South America*, ed. Hein van der Voort and Simon van de Kerke. Leiden, Netherlands: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS), Leiden University.
- Rodrigues, A. D. 1986. Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola.
- Rodrigues, A. D. Macro-Jê. 1999. In: Robert M. W. Dixon e Alexandra Aikhenvald (eds.) *The Amazonian Languages*. Cambridge University Press, p. 164-206.
- Rodrigues, Cabral e Miranda 2008;
- Rodrigues, A. D.; Cabral, A. S. A. C.; Soares de Oliveira, S. 2005. Notas de campo (ms).
- Salanova, Andrés Pablo. 2007. *Nominalizations and aspect*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística e Filosofia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts.
- Santos, Ludoviko dos. 1997. *Descrição da morfossintaxe da língua Suyá/Kisêdjê (Jê)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Santos, Juliana Pereira dos. 2008. *Marcas pessoais, concordância de número e alinhamento em Xavante*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília.
- Sipre, Eliseu Waidipi. *A expressão de número na língua Xerente*. 2018. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília.
- Wiessman, Ursula. 1972. *Die phonologische und grammatische struktur der kaingang-sprache*. The Hague: Mouton.

Orações relativas em Nheengatú ou Inगतú

Relative clauses in Nheengatú or Inगतú

Edilson Martins Melgueiro¹

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral²

Marci Fileti Martins³

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28115

Recebido em outubro/2019 e aceito em novembro/2019.

Resumo

A língua Nheengatú (Inगतú), versão modificada do antigo Tupinambá falado no século XVII da costa do estado do Maranhão ao baixo rio Tocantins, estado do Pará, desenvolveu-se como língua franca, sob influência do Português e de falantes de diferentes línguas que a adotaram, seja como primeira língua, seja como língua adicional. Das diversas mudanças ocorridas na história do Tupinambá que resultou no Nheengatú moderno, destaca-se o desenvolvimento de orações relativas decorrentes do contato com o Português. Essas orações relativas apresentam características peculiares de interesse para os estudos linguísticos tipológicos, e de natureza histórica, principalmente por se ter acesso às estruturas do antigo Tupinambá, permitindo a identificação da natureza e direções das mudanças ocorridas. O presente estudo aborda as orações relativas da língua Nheengatú em uma perspectiva descritiva e tipológica, a partir de dados coletados na cidade de São Gabriel da Cachoeira, sede do município de São Gabriel, Amazonas, junto a duas mulheres de origem Baré (Aruák), para as quais o Nheengatú é a língua materna e se apresenta em suas respectivas falas como uma variedade mais conservadora da língua. A descrição orienta-se pela tipologia de orações relativas proposta por Keenan e Comrie (1977, 1979), Keenan (1985), e Givon (1990). Beneficia-se também das contribuições aos estudos tipológicos das orações relativas feitas por Lehmann (1986).

Palavras-chave: Relativização. Nheengatú. Tupí-Guaraní. Línguas em contato.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade de Brasília, professor permanente do Instituto Federal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. edilson.melgueiro@ifam.edu.br

2 Professora titular do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, Coordenadora do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Bolsista PQ/1D (CNPq). asacc@unb.br

3 Professora do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas – PROFLLIND, do Departamento de Antropologia - Museu Nacional – UFRJ. marcifm@gmail.com

Abstract

The Nheengatú language, a modified version of the ancient Tupinambá spoken in the 17th century from the coast of the state of Maranhão to the lower Tocantins river, state of Pará, developed as a *lingua franca*, under the influence of Portuguese and speakers of different Indigenous languages that have adopted it, either as a first language or as an additional language. Among the various changes that occurred in the history of Tupinambá to the modern Nheengatú, the development of relative clauses under the influence of Portuguese, is of interest to typological and historical linguistic studies due to their innovative peculiarities, and especially because of the available reference to the structures of ancient Tupinambá, allowing the identification of the nature and directions of the changes that occurred. The present study addresses the relative clauses of the Nheengatú language in a descriptive and typological perspective, based on data collected in the city of São Gabriel da Cachoeira, headquarters of the municipality of São Gabriel, Amazonas, together with two women of Baré origin, for which Nheengatú is the mother tongue and presents itself as a more conservative variety of the language. The description is guided by the typology of relative clauses proposed by Keenan and Comrie (1977, 1979), Keenan (1985), Givón (1990), and benefits from the contributions to typological studies on relative clauses by Lehmann (1986).

Keywords: Relativization. Nheengatú. Tupí-Guaraní. Language contact.

1. Introdução

O presente estudo aborda as Orações Relativas (ORs) na língua Nheengatú (Ingatú). Na literatura sobre o tema, em que se destacam, entre outros, Keenan & Comrie (1977), Keenan (1985) e Givón (1990), uma OR é caracterizada como uma oração subordinada que funciona como modificadora atributiva de um nome, nome este, cabeça⁴ (antecedente) da OR. O nome cabeça é identificado e delimitado pela OR, que é, caracteristicamente, uma oração restritiva.

O Nheengatú, segundo Rodrigues (1986), é a versão atual do que foi a língua Tupinambá falada na costa do Brasil, nos séculos XVI e XVII. O Nheengatú se alterou paulatinamente nos novos contextos sociais em que passou a ser falada, ao longo do Rio Amazonas e seus tributários. Chamada, inicialmente, de Língua Geral nos séculos XVII e XVIII, posteriormente, ficou conhecida como Nheengatú ‘fala boa’, expressão usada desde o século XVII, em oposição a Ñe’engaíba ‘fala ruim’ – usada com referência a línguas distintas do Tupinambá e de seus parentes próximos.

Rodrigues (1986:105) tratando do processo de desenvolvimento do Tupinambá para o Nheengatú, afirma que “as maiores alterações sofridas pelo Tupinambá no processo de tornar-se Língua Geral resultam de uma progressiva simplificação das formas gramaticais, acompanhada de reorganização da construção das frases.” Uma dessas mudanças envolve o sistema de relativização,

4 Optamos por usar o termo “cabeça”, ao invés de “núcleo”, para evitar confusão com o uso deste termo como núcleo da OR – nome, adjetivo ou verbo.

já que enquanto o Tupinambá usava a nominalização como estratégia de relativização, ou seja, nomes derivados de verbos em lugar de orações relativas encabeçadas por palavras análogas a “que”, “o qual” do Português, o Nheengatú, de acordo com o autor, desenvolveu construções relativas “[...] com um verbo propriamente dito e uma partícula que marca a relação entre esse verbo e o nome principal” (1986:109). Rodrigues observa ainda, que diferentemente do Português, em que o pronome relativo se distribui antes do verbo, no Nheengatú a partícula *waá* ocorre após o verbo⁵:

- 01) iané iára Tupána, [re-ikó waá iwáka opé], ne réra
 1incl senhor Tupana [2-estar rel céu lp] 2 nome
 ia-moité ia- ikó. 1incl-honrar 1incl estar
 “Nosso senhor (*iané iára*) Deus, que estás no céu, teu nome nós estamos
 (*ia-ikó*) [nós] honrando (*iamo-ité*).”

Nos estudos sobre o Nheengatú, notadamente sobre OR, destacamos o trabalho de Cruz (2011: 510-516), que dedica uma sessão de sua tese de doutorado à descrição de OR na língua. A autora além de reiterar o que já observara Rodrigues (1986), amplia a análise da OR em Nheengatú, apresentando informações sobre posições sintáticas relativizadas. Sobre os tipos de OR, além das externas, a autora propõe também a existência relativas internas, e sem cabeça.

Enquanto Cruz (2011) serviu-se de dados coletados junto a jovens Werekénas, Barés e Baniwas, o presente estudo apoia-se em dados coletados por Cabral, em 2008, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, junto a duas mulheres Barés falantes de uma versão conservadora do Nheengatú: a Senhora Josefa (86 anos) e a Senhora Cirila (55 anos). Respectivamente mãe e filha, essas mulheres nasceram e foram criadas na cidade de São Gabriel da Cachoeira e eram falantes do Nheengatú como primeira língua. Os dados foram elicitados com vistas à descrição e análise das ORs em Nheengatú, o que somente agora foi possível ser realizado.

O trabalho que aqui se configura, assim, pretende contribuir com a descrição, análise e documentação do Nheengatú, por meio do estudo das ORs na língua. Essas orações se constituem um caso interessante para os estudos linguísticos ao se desenvolverem a partir de um antigo processo de nominalização de

5 Símbolos e abreviaturas: 1 = primeira pessoa singular; 1sgA = primeira pessoa singular da série dinâmica; 2 = segunda pessoa singular; 3 = terceira pessoa; 1incl=primeira pessoa inclusiva; lp = primeira pessoa plural; 1Pe = primeira pessoa do plural exclusiva; abl = ablativo; arg = caso argumentativo; ass= associativo; dat= dativo; dem = pronome demonstrativo; ind.II = modo indicativo II; N = caso nuclear; Nom=nominalizador; ncp = nominalizador de complementos circunstanciais; np= nominalizador de predicado ; Pas = passado; Pas/N = passado nominal; perf = perfectivo; posp = posposição; Loc = locativo; REL = relacional; r2- prefixo relacional de não-contiguidade; rel = relacional; rel = relacional; rlt = relativo; retr = retrospectivo; subj = subjuntivo.

predicados.

2. Bases tipológicas para a análise

A análise proposta referencia-se nas tipologias das ORs propostas por Lehmann (1986), Givón (1990) e, sobretudo, por Keenan e Comrie (1977, 1979), e Keenan (1985), propostas estas amplamente conhecidas. A escolha dos referidos modelos de análise se deve ao fato de serem eficientes na identificação de sistemas de relativização em diferentes línguas, os quais podem ser classificados a partir de certos padrões tipologicamente regulares.

Keenan e Comrie (1977) e Keenan (1985) afirmam que as estratégias de formação de ORs se distinguem determinadas por dois critérios: i) a posição do sintagma nominal (cabeça) em relação à OR, e a ii) presença ou ausência de um morfema que expresse a posição relativizada na OR. No que diz respeito ao primeiro critério (posição da cabeça), os referidos autores propõem que as línguas podem apresentar três diferentes tipos: i) pós-nominal, ii) pré-nominal, e relativa interna:

i) OR pós-nominal, a cabeça ocorre à esquerda da relativa:

02) O homem [que chegou] é o professor

ii) OR pré-nominal, a cabeça ocorre à direita da relativa:

03) [Pöydällä tanssinut] poika oli saira
[on table having danced] boy was sick
“the boy who danced on the table was sick” (Finnish - Keenan 1985:144)

iii) OR interna, em que a cabeça é nula ou fonologicamente não realizado:

04) awuje oro-etsak [o-yk-ama'e-her-a posto-p]
já 1Pe-ver 3-chegar-Nom-Pas-N posto-Loc
“nós já vamos aquele que chegou no posto” (Kamaiurá - Seki 2000: 184)

A outra caracterização proposta por Keenan (1985), que toma como base a posição da cabeça⁶ com relação a OR é a seguinte:

i) OR externa, em que o cabeça se encontra fora da OR:

05) Vi o homem [que comprou o carro de minha mãe]

ii) OR interna em que a cabeça é interna à própria OR:

06) ?i chuva-Ø tumt-i šoyikhi?
me house-do bouth-subj burned down
‘the house I bought burned down’ (Wappo - Keenan 1985:162)

6 A partir dessa classificação as OR internas podem ser consideradas como sendo OR “sem cabeça”.

Comrie (1985:143-144) chama a atenção para o fato de que nas línguas com OR externas, há uma predisposição para OR pós-nominais, enquanto em línguas com verbo inicial, tanto OR pós-nominais quanto pré-nominais podem ser encontradas. Já nas línguas com verbo medial, OR pós-nominais são dominantes, e nas línguas com verbo final, relativas pré-nominais são as únicas ou mais produtivas formas de relativas.

Sobre o segundo critério “a presença ou a ausência” de morfema que codifique a posição relativizada, Keenan (1985) e Comrie (1989) propõem quatro tipos de estratégias de relativização: lacuna, retenção de pronome, pronome relativo e não-redução. Givón (1990), por sua vez, tomando como critério a recuperabilidade de caso para definir as estratégias de relativização, propõe os seguintes critérios: a não-redundância, lacuna, ordem de palavras, nominalização, pronome anafórico, pronome relativo, caso idêntico e codificação do verbo.

A Hierarquia de Acessibilidade (HA) (Keenan e Comrie, 1977, 1979) diferencia tipos de OR a partir da posição sintática do argumento compartilhado pela oração principal (antecedente) e a OR (relativizado). Os autores propõem a seguinte escala que estabelece restrições à acessibilidade das posições sintáticas aí envolvidas:

Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação

De acordo com a escala proposta, a expressão nominal na função de Sujeito, sendo a mais alta na HA, é mais acessível à relativização. Por outro lado, a posição de Objeto de Comparação, situada no lado oposto da escala, é a menos acessível. O princípio restritivo (universal implicacional) que aí se estabelece, aponta o Sujeito como a posição primária para relativização, determinando que se uma língua relativiza a última posição da escala – Objeto de Comparação – vai necessariamente relativizar, também, todas as posições anteriores. Embora orientados pela tipologia de Keenan e Comrie (1977), consideramos a advertência feita por Lehmann (1986:669) a respeito da hierarquia de funções sintáticas:

The hierarchy of syntactic functions answers some of the questions that we may ask about the achievement of a RC strategy with regard to relativizable syntactic functions, and that there are others it does not answer”⁷.

3. Orações Relativas (restritivas) em Nheengatú

7 “A hierarquia das funções sintáticas responde a algumas das perguntas que podemos fazer sobre a realização de uma estratégia de RC em relação às funções sintáticas relativizáveis, e que existem outras que ela não responder.” (Tradução nossa).

As mudanças gramaticais ocorridas do Tupinambá setecentista ao Nheengatú ao longo de quase quatro séculos, caracterizam-se, por um lado por simplificações fonológicas, morfológicas e morfossintáticas e, por outro lado, por inovações nos diferentes subsistemas linguísticos, embora a língua não tenha perdido características genéticas que fundamentam a sua classificação como uma língua da família Tupí-Guaraní e originária, inequivocamente, do Tupinambá.

Enquanto o Tupinambá, assim como outras línguas Tupí-Guaraní modernas apresentam sufixos nominalizadores de predicados, reflexos do Proto-Tupí-Guaraní **-βa'é* ‘nominalizador de predicados’, o Nheengatú exibe a partícula *waá* (do Tupinambá *-βa'é*). A partícula *waá* do Nheengatú ocorre após o verbo e parece funcionar como um pronome relativo do português, ou seja, retoma na OR o antecedente que modifica. Além disso, o Tupinambá seiscentista falado em aldeias, era uma língua de verbo final. No Nheengatú, por influência do Português, essa ordem mudou passando a ser aquela com verbo inicial. Contudo, mantém, como ocorria no antigo Tupinambá, as ordens nome-posposição, nome-adjetivo, e possuidor-possuído (possuidor = nome).

As ORs do Nheengatú apresentam-se externas ao domínio da cabeça e ocorrem à direita desta, sendo, portanto, pós-nominais, em concordância com a ordem nome-adjetivo da língua (Keenan 1985). Como uma língua com ORs externas, o Nheengatú se adequa à predisposição para ORs pós-nominais (Comrie 1985). A partícula relativizadora *waá* que segue o predicado da OR, não sustenta a generalização que aponta essa distribuição como típica de línguas com verbo final. No entanto, apresentando *waá* como uma partícula relativizadora, o Nheengatú pode ser considerado uma língua que usa a estratégia de “pronome relativo” (Keenan 1985; Givón 1990):

- 07) apigá(wa) [u-síka waá] aé se mú(m)
 homem [3-chegar rel] esse 1 irmão.do.mesmo.sexo
 ‘o homem [que chegou] é meu irmão’

O sintagma nominal (cabeça) omitido na OR é recuperado pela partícula *waá*. Na situações em que a posição relativizada na ORs é a de sujeito de verbos transitivos e intransitivos, prefixos pessoais no núcleo dos predicados estabelecem uma relação anafórica com a cabeça da OR, como propõe Lehmann (1986). Esse caso, pode ser considerado um outro tipo de estratégia de relativização denominada “retenção pronominal” (Keenan, 1985, e Comrie, 1989):

- 08) a-meẽ papéra [u-surúka waá] ix-upé
 1-dar livro 3-rasgar REL] 3-dat
 ‘eu dei o livro [que rasgou] para ele’
- 09) a-yuíri apigá(wa) irúmu [u-yuká waá yawára]
 1-uir homem ass [3-matar rel cachorro]
 ‘eu vim com o homem [que matou o cachorro]’

No caso em que o objeto é a posição relativizada na OR, não se observa a sua codificação por meio de prefixos pessoais no verbo. A recuperação do antecedente, assim, se efetua pela partícula *waá* e também pela valência do verbo:

- 10) apigá(wa) [ha-mã waá] u-síka
 homem [1-ver rel] 3-chegar
 ‘o homem, [que eu vi], chegou’

Quando o núcleo do predicado da OR é um nome (11) ou atributo (12), também não se identifica a codificação da posição relativizada, por meio de prefixos pronominais. A não ocorrência de prefixos pronominais nessas ORs segue o padrão estrutural dos predicados que têm por núcleo um nome ou atributo no Nheengatú. Esses predicados não apresentam concordância com o sujeito, seja por meio de prefixos pessoais seja por representantes sintáticos:

- 11) apigá [médico waá] u-síka.
 homem [médico REL] 3-chegar.
 ‘o homem, que é médico, chegou’
- 12) kurumí [puránga waá] u-síka.
 menino [bom/bonito Rel] 3-chegar.
 ‘o menino, [que é bonito], chegou’

De fato, em Nheengatú, como em outras línguas da família Tupí-Guaraní, predicados nominais e atributivos podem se constituir apenas por seu núcleo, que é um nome ou um “adjetivo”⁸, respectivamente, que passam a ter, nessa estrutura, a função de verbo. O Tupinambá, como documentado por Rodrigues ([1953] 2010, 1996), tinha como particularidade o fato de seus nomes predicarem. Esse é também o caso do Zo’é (Cabral 2009, 2019), do Araweté (Solano 2009), do Kayabí, do Amondáwa (Cabral, comunicação pessoal), e de muitas outras línguas da família Tupí-Guaraní. Alguns exemplos do Nheengatú com predicados nominais (13) e atributivos (14-15) são os seguintes:

8 A determinação das classes de palavras em línguas Tupí-Guaraní se constitui uma questão de interesse da pesquisa linguística, ao mesmo tempo que se mostra uma questão controversa. Como é sabido, nessas línguas os limites entre as categorias lexicais podem não ser tão claros, o que constitui uma questão complexa e importante para a pesquisa linguística. Enquanto, por um lado, a maioria dos estudos sobre o tema parece ser unânime em aceitar uma classe independente de nome e verbos, por outro, não apresenta consenso na classificação da classe dos adjetivos. Assim, os itens lexicais com características qualificadoras, tais quais adjetivos no Português, são considerados ora como verbos (Kamaiurá – SEKI, 1990/2000/2001), ora como nomes (Tupinambá - RODRIGUES, 2011 [1996]) e línguas TG - DIETRICH, 2001). Outras propostas como a de Martins (Guarani Mbya - 2003, 2007) analisa esses itens atributivos como adjetivos, sendo que a de Queixalós (2006) defende a hipótese que nas línguas Tupí-Guaraní todas as entradas lexicais são predicados – um padrão denominado de “omnipredicatividade”.

13) ixé i-mãya
1 3-mãe
'eu sou mãe dele'

14) ixé turusú
1 grande
'eu sou grande'

15) úka turusú
casa grande
'a casa é grande'

Esse tipo de oração, com predicado nominal, pode ser caracterizada como uma oração equativa, que é um tipo de oração identificadora. Segundo Seki (2000), uma oração identificadora é aquela constituída de dois nominais, sendo que um deles tem função de sujeito e outro a de predicado e correspondem a construções com o verbo ser e estar do Português.

A função predicativa no Nheengatu, portanto, não é uma propriedade apenas de verbos. As expressões nominais e atributivas, núcleos do predicado, ao serem relativizadas, seguem o padrão de codificação dos participantes das estruturas não nominalizadas. Caso exemplar para demonstrar o funcionamento tanto das estratégias de nominalização na língua, quanto das propriedades predicativas de um nome no Nheengatú, é a estrutura (16), em que se observa um sintagma preposicional nominalizado funcionando como predicado nominal da OR:

16) s-úka [táypa suí-uwára waá] u-káj
3-casa [taipa abl-npc rel] 3-queimar
'a casa dela, que é de taipa, queimou'

O sintagma posposicional *táypa suí* nominalizado pelo sufixo *-uwára* passa a função de núcleo do predicado nominal da OR, que ocorre sem a codificação da posição relativizada por prefixos pronominais. Rodrigues ([1981] 2010:16) chamou o cognato desse sufixo em Tupinambá de “nominalizador de complementos circunstanciais”, expressão que adotamos neste estudo para denominar o sufixo *-uwára* do Nheengatú. A posição relativizada nesse caso é a de sujeito de predicado nominal. A recuperação da cabeça relativizada na OR é feita por *waá* e pela relações sintáticas codificadas pela estrutura equativa.

Contudo, como mostraremos a seguir, há ainda ORs que apresentam outras estratégias de recuperação do antecedente. Numa delas, cujo núcleo do predicado é um nome ou um atributivo, observa-se a ocorrência do pronome demonstrativo *ñã*. Esse pronome parece estar funcionando como um *resumptive pronoun*:

17) Pedro [ñã kupixá(wa) yára waá] u-sikã(-na)

Pedro [dem roça dono Rel] 3-chegar-perf
 ‘Pedro [aquele que é dono da roça] chegou’

Em outras ORs, com o elemento *awá*, que se distribui como complemento de posposição, também parece funcionar recuperando o antecedente relativizado:

18) pigá(wa) [awa resé ha-manduári waá] u-yuká awára
 homem [quem posp 1-lembrar rel] 3-matar cachorro
 ‘o homem [de quem eu me lembro] matou o cachorro’

Posições sintáticas relativizáveis: a Hierarquia de Acessibilidade

Os resultados da análise dos dados do Nheengatú mostram também, que da Hierarquia de Acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977), praticamente quase todas as posições podem ser relativizadas na língua. Das funções sintáticas suscetíveis à relativização em Nheengatú podem ser relativizados o Sujeito de verbos transitivos e intransitivos, o Sujeito de predicado nominal ou atributivo, o Objeto Direto, Objeto Indireto, incluindo outros oblíquos e o Possuído em uma construção possessiva:

Sujeito de verbo transitivo

19) a-yuíri apigá(wa) irúmu [u-yuká waá yawára]
 1-vir homem ass [3-matar rel cachorro]
 ‘eu vim com o homem [que matou o cachorro]’

Sujeito de verbo intransitivo

20) apigá(wa) [u-síka waá] aé médico
 homem [3-chegar rel] 3 médico
 ‘o homem, [que chegou], é médico’

21) a-meë papéra [u-surúka waá] ix-upé
 1-dar livro 3-rasgar rel] 3-dat
 ‘eu dei o livro [que rasgou] para ele’

Sujeito de predicado atributivo

22) pajé [túju waá] u-paakaré u-ikú
 pajé [velho rel] 3-viver 3-estar
 ‘o pajé, [que é velho], está vivo’

23) a-mã kurumĩ [angaiwára waá]
 1-vi menino [magro rel]
 ‘eu vi o menino [que é magro]’

Sujeito de predicado nominal

24) apigá [médico waá] u-síka.
 homem [médico rel] 3-chegar.
 ‘o homem, que é médico, chegou’

- 25) María membíra [se prímu waá] u-síka
 Maria filho(a) [1 primo REL] 3-chegar
 ‘o filho de Maria [que é meu primo] chegou’

Objeto direto

- 26) xirúra [re-meē waá xe aráma] aé puránga
 calça [2-dar REL 1 para] essa bonito
 ‘a calça [que você deu para mim] é bonita’

Objeto indireto e outros oblíquos

- 27) pigá(wa) [awá resé ha-manduári waá] u-yuká awára
 homem [quem posp 1-lembrar rel] 3-matar cachorro
 ‘o homem [de quem eu me lembro] matou o cachorro’
- 28) pigá(wa) [awá resé ha-manduári waá] u-yuká awára
 homem [quem posp 1-lembrar rel] 3-matar cachorro
 ‘o homem [de quem eu me lembro] matou o cachorro’

As ORs (28-29), exemplos relativização de argumentos oblíquos, ocorrem com o elemento *awá*, que se distribui como complemento de posposição. *Awá* será analisado a seguir.

4. A recuperação do nominal relativizado

Os dados do Nheengatú apresentados mostraram que o nominal relativizado que é omitido na OR, é recuperado pelo partícula *waá*, e em algumas ORs – aquelas com predicado verbal (posição de sujeito) – também por meio de pronominais prefixados no verbo. As ORs composta por predicados nominais e atributivos, por sua vez, não apresentam marcadores de pessoa que codificam a posição relativizada. Nesses casos, a recuperação do nominal relativizado se dá por meio da partícula relativizadora.

No entanto, há ainda no Nheengatú ORs que apresentam um pronome indefinido *awá* cujo referente é +humano, e aquelas com predicado nominal e atributivo, que ocorrem com o pronome demonstrativo *ñã*, que funcionam, ambos, recuperando o antecedente da OR.

4.1 O pronome indefinido *awá* como complemento de posposição em ORs

A de recuperação do antecedente da relativa pode ocorrer por meio de *awá*, que se distribui como complemento de posposição. *Awá* é analisado aqui, como um pronome indefinido cujo referente é +humano, assim desenvolvido em Nheengatú por influência do Português:⁹

⁹ Em Tupinambá, *awá* significava ‘pessoa, ser humano’, e funcionava também como

- 29) pigá(wa) [awá resé ha-manduári waá] u-yuká awára
 homem [quem posp 1-lembrar rel] 3-matar cachorro
 ‘o homem [de quem eu me lembro] matou o cachorro’
- 30) kuñantãi [awá supé a-meē waá buneka] aé sé sobrinha
 moça [quem para 3-dar rel boneca] essa 1 sobrinha
 ‘a menina [para quem eu dei a boneca] é minha sobrinha’

Como pode ser observado nos exemplos (30-31), a posição relativizada nessas orações é a de oblíquo: objeto indireto e benefactivo, respectivamente. Nos dados disponíveis, os exemplos de relativização de oblíquo só ocorrem codificada por *awá* como complemento de posposição. Essa distribuição pode estar indicando que a estrutura – *awá*+posposição – está sendo usada como estratégia para relativização da posição sintática de oblíquo na OR. Contudo, uma análise mais rigorosa se faz necessária, antes de afirmações mais categóricas.

4.2 O pronome demonstrativo ñã

O demonstrativo ñã¹⁰ marca a posição relativizada (sujeito) na OR com predicado nominal, e parece funcionar como um *resumptive pronoun*, retomando o antecedente:

- 31) Pedro [ñã kupixá(wa) yára waá] u-sikã(na)
 Pedro [dem roça dono rel] 3-chegar
 ‘Pedro [aquele que é dono da roça] chegou’

pronome interrogativo. Em Nheengatú, com o desenvolvimento da palavra *mira* ‘gente, pessoa’ (de *-pir* ‘pele’ e *m-* ‘relacional genérico e humano’ = *mira*), o antigo *awá* preservou apenas seus traços pronominais, ocorrendo em perguntas e como complemento de posposição. Por outro lado, a contraparte não humana do antigo *awá*, que era *ma’ẽ* ~ *mba’ẽ* em Tupinambá, sofreu evoluções fonológicas em Nheengatú (*ma’ẽ* > *maã*), mas preservou suas propriedade de nome, como mostram os seguintes exemplos:

- o-páwa arãma iépé maã, katú raín iupyrú
 3-acabar para um coisa, bom necessário iniciar
 ‘para acabar uma coisa é necessário iniciar’
- kwá kisé se maã
 esta faca 1 coisa
 ‘esta faca é meu pertence/coisa’
- re-rekú será maã re-muñã arãma?
 2-ter duv coisa 2-fazer para?
 ‘você tem alguma cousa a fazer?’

10 Cruz (2011: 146-149) distingue pronomes demonstrativos (que se diferenciam pelo parâmetro “distantes versus próximos”) e os demonstrativos determinantes: “Poderíamos traduzir as formas *aitekua* e *aitenhaã* para o Português coloquial como ‘isto aqui’ e ‘aquele lá’. Isso, porque, estão ligadas aos demonstrativos determinantes *kua* e *nhaã*. As formas longas são nomes, ou seja, funcionam como núcleo de sintagma nominal. As formas curtas determinam um nome (v. 6.2.1).”

- 32) Migue u-meē kamixá Felipe supé [ñã i-mu waá]
 Miguel 3-dar camisa Felipe dat [aquele 3-irmão rel]
 ‘Miguel deu camisa para o Felipe, [aquele que é seu irmão]’
- 33) José u-meē kupixá(wa) Madalena supé [ñã xi-mirikú waá]
 Jusé 3-dar roça Madalena dat [dem 3-mulher rel]
 ‘José deu a roça para Madalena [aquela que é sua mulher]’

O uso do demonstrativo ñã retomando o antecedente e codificando-o na OR, não está restrito a casos como os exemplificados em (32-34). Em uma OR, cujo predicado é um atributivo, o pronome demonstrativo também pode ocorrer, sendo que a ordem dos constituintes da oração contendo a cabeça da OR, assim como a própria OR passam a apresentar uma distribuição diferenciada:

- 34) u-síka [ñã puránga waá], kurumĩ
 3-chegar [dem bom/bonito rel] menino
 ‘ele chegou, [aquele que é bonito], o menino.’

A OR (35) contendo um predicado atributivo, ao se diferenciar do padrão das ORs em Nheengatú, as quais são pós-nominais, poderia sugerir, em um primeiro momento, que essa ordem característica seria resultado da ocorrência do demonstrativo ñã junto a predicados atributivos. Contudo, os dados em (36-37) inviabilizam esta análise, já que, como pode ser observado, o deslocamento ocorre tanto em estruturas em que a OR contém um predicado nominal (36), quanto naquelas sem o demonstrativo ñã (37):

- 35) [ñã kupixá(wa) yara waá], Pedro, u-sikã(+na)
 [dem roça dono rel] Pedro 3-chegar(+perf)
 ‘[aquele que é dono da roça], Pedro, chegou’
- 36) [sé prímu waá], Maria membíra, u-síka
 [1 primo Rel] Maria membira 3-chegar
 ‘[o que é meu primo], filho de Maria, chegou’

Além disso, no que diz respeito à generalização de Keenan (1985:147) – uma OR com predicado que tem como núcleo um adjetivo implica a ocorrência de um pronome¹¹ – não se sustenta para o Nheengatú, pois como já apresentado, quando o núcleo do predicado da OR é um nome ou atributo não se observa a codificação da posição relativizada por meio prefixos pronominais: a OR segue o padrão estrutural dos predicados que têm por núcleo um nome ou atributo na língua.

¹¹ Exemplos do Hebreu apresentados por Keenan (1985:147):

- “18) a. ha-ish she-hu meod xaxam
 the-man that-he very smart
 ‘the man who is very smart’
- b. *ha-ish she meod xaxam
 the-manthat very smart”

O que os dados evidenciam é que distribuição do demonstrativo não se restringe às orações ORs com predicados nominais e atributivos. Nessa estruturas em que não há a codificação das posições sintáticas por pronominais, o demonstrativo pode ser uma estratégia da língua para a recuperação da cabeça na OR. Contudo, uma análise mais rigorosa desses dados deve ser feita, para que se possa compreender a aparente opcionalidade tanto do demonstrativo não quanto da distribuição OR que se diferencia do padrão aparentemente não marcado da ordem das relativas no Nheengatu, que é pós-nominal.

5. Relativas sem cabeça (livres) em Nheengatú ou resquício da nominalização

Cruz (2011) em sua análise das ORs propõe a existência, no Nheengatú, de ORs sem cabeça (livres). Um dos exemplos dados pela autora é aqui, reproduzido com a numeração original:

(1063)

a- kua [a- nheẽ waa]
 1sgA-saber 1sgA-dizer REL
 ‘Sei o que digo.’

Rodrigues ([1953] 2010:82) tratou *βa'é* como um ‘sufixo relativo’, formador de um nome relativo, equivalente à oração relativa com sujeito de terceira pessoa. Em seu estudo de 1981, chama esse sufixo de ‘nominalizador de predicados’. Construções com *βa'é* funcionam como núcleo de predicados nominais, como observa Anchieta (1990:82):

Na construção da frase, sempre o sujeito se pospõe a ele, principalmente quando é predicativo, complemento de sou, és, é..., como *ojukábae ixé eu sou o que mata*, e é o mesmo que *jukására ixé*.

A natureza nominalizadora do morfema Tupí-Guaraní *βa'é* é também evidente em línguas conservadoras da família, como o Asuriní do Tocantins:

37) i-moná-wa'é o-sekýj
 R²-roubar-np 3-morrer
 ‘o ladrão morreu’ (Cabral e Rodrigues 2003:30)

38) i-pitíng-wa'é-kwér-a i-pihón
 R²-branco-np-retr-arg R²-escuro
 ‘era branco, agora é escuro’ (Cabral e Rodrigues 2003:74)

39) ewokwé i-tór-i o-són-wa'é a-há
 eis lá R²-vir-indII 3-vir-np 3-ir
 ‘lá vem o que corre’ (Cabral e Rodrigues 2003:134)

Note-se que, em Asurini do Tocantins (38-40) – como em Tupinambá e em outras línguas conservadoras da família Tupí-Guaraní – predicados (verbais, nominais, atributivos) nominalizados pelo “nominalizador de predicado”, podem, como qualquer nome, exercer funções sintáticas tanto de argumento quanto de modificador nominal. De tal modo, em estruturas tais como (41) do Asurini do Tocantins, o predicado nominalizado por *wa'e* pode funcionar como um modificador nominal:

- 40) majtinínga h-ahý-wa'é
 jararáka R²-dor-np
 ‘jararaca venenosa’ ou ‘é a que tem veneno’ (Cabral e Rodrigues 2003:10)

O fato de as construções com *waá* em Nheengatú ocorrerem como complemento de verbos transitivos tal qual o exemplo (1063), extraído de Cruz (2011) é, muito provavelmente, a retenção de um antigo padrão da língua Tupinambá. Embora o antigo nominalizador *-βa'é* do Tupinambá tenha evoluído para uma partícula em Nheengatú, a língua pode ainda estar guardando resquícios do nominalizador original.

De fato, Martins (2003/2019) mostra que no Guaraní Mbya, as ORs com *va'e* também apresentam uma distribuição diferenciada daquela das línguas mais conservadoras. Para a autora, a relativização com *va'e* no Guaraní Mbya, apresenta dois tipos de estratégias:

1) Uma, a mais comum nas línguas TG, envolve a nominalização da oração relativizada, em que *-va'e* é um sufixo nominalizador/relativizador:

- 42) o-vae ava [o-φ-poi-va'e-gue guira'i pe]
 3-chegar homem [3-3-soltar-Nom/Rel-Pas/N passarinho Pos]
 “Chegou o homem que soltou o passarinho”

2) Na outra, a estrutura relativa não sofre nominalização, e o elemento *va'e* comporta-se como uma partícula relativizadora:

- 43) a-φ-exa avai'i [o-φ-poi guyra'i pe va'e]
 1-3-ver menino 3-3-soltar passarinho Pos Rel
 “Vi o menino que soltou o passarinho”

De tal modo, mesmo considerando a nominalização como uma estratégia de relativização, o que a distingue da análise de Cabral e Rodrigues (2003) para o Asurini do Tocantins, a proposta de Martins ((2003/2019) é argumento para corroborar a suposição que dois tipos de relativização – uma mais conservadora (*waá* nominalizador) e outra inovadora (*waá* relativizador) – podem estar ainda coexistindo no Nheengatú.

Concluindo

O estudo aqui desenvolvido, a partir dos dados disponíveis, confirma as primeiras observações de Rodrigues sobre as características das ORs do Nheengatú: a maioria das ORs são externas e pós-nominais (Keenan & Comrie, 1977; Givon 1990). As estruturas nas quais a OR ocorre pré-nominalmente (35-37) necessitam ser melhor investigadas para que se determine as possíveis motivações para tal ordem, aparentemente, marcada.

O nominal (cabeça) é omitido na OR e a recuperação de sua posição sintática é feita por meio da partícula *waá*, o que pode ser considerado como uma estratégia “de pronomo relativo” (Keenan & Comrie, 1977, Givon, 1990). O relativizador *waá* que é reflexo do antigo sufixo nominalizador de predicados *βa’é* do Tupinambá, ilustra, no Nheengatú, uma singular inovação no que diz respeito às estruturas subordinadas na família Tupí-Guaraní. Essa inovação pode ser observada no Guarani Mbya (Martins 2003, 2019), e no Émérillon (Rose 2003)¹². De tal modo, línguas dos Ramos II, I e VIII, respectivamente, em contextos sociolinguísticos diferenciados, apresentam desenvolvimento análogo, embora todas essas línguas tenham sofrido interferências do contato com o Português e/ou Espanhol, ou com o Francês, no caso do Émérillon.

Dentre as estratégias de recuperabilidade de caso (Givón 1990), o Nheengatú, além da estratégia de “pronomo relativo” (partícula *waá*) também utiliza a de i) “retenção pronominal” (Keenan (1985) e Comrie (1989) em ORs com predicado verbal, que se caracteriza pelo uso de prefixos pessoais no predicado correferenciais ao nominal relativizado, e a de ii) “pronomo anafórico” (Givón, 1990). Neste último caso, a codificação do antecedente na OR se realiza de dois modos: i) pelo pronomo indefinido *awá*, que se distribui como complemento de posposição (*awá*+posposição), e ocorre codificando a posição de oblíquo, e, por meio do ii) demonstrativo *ñã*, que é marginalmente opcional em ORs que têm por núcleo um nome ou um atributivo.

Quanto a HA (Keenan & Comrie, 1977, 1979), são relativizáveis no Nheengatú as posições de sujeito, objeto direto, objeto indireto, outros oblíquos. Sendo que somente a posição de possuidor e objeto de comparação não é relativizável, o Nheengatú, assim, pode ser classificado como uma língua consideravelmente acessível à relativização.

12 “Quant au clitique *ma’e* de l’émérillon, ... il est utilisé pour relativiser différentes positions telles que sujet, objet, objet de postposition et génitif ainsi que pour introduire des propositions complétives. Concrètement, les propositions introduites par *ma’e* remplacent tous les autres types de nominalisations. (ROSE 2003:528). “Quanto ao clítico *ma’e* do Émérillon, ... é usado para relativizar diferentes posições, como sujeito, objeto, objeto de posposição e genitivo, além de introduzir orações complementadoras. Concretamente, as orações introduzidas por *ma’e* substituem todos os outros tipos de nominalizações.” (Tradução nossa)

Referências bibliográficas

- Cabral, A. S. A. C. 2007. As Categorias Nome e Verbo em Zo'é. In: Cabral, A. S. A. C.; Rodrigues, A. D. (Org.). *Línguas e Culturas Tupí*. Campinas: Curt Nimuendajú, v. I, p. 241-257.
- Cabral, A. S. A. C. Rodrigues, A. D. 2003. Dicionário Asuriní do Tocantins - Português. 1. Ed. Belém, PA: UFPA/IFNOPAP e UnB/IL/LALI, v. 1. 267p..
- Comrie, B. and Keenan Edward L.. 1979. Noun Phrase Accessibility Revisited. *Language*, Vol. 55, No. 3: 649-664.
- Cruz, Aline da. 2011. *Fonologia e Gramática do Nheengatú: A língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*. Tese de Doutorado. Vrije Universiteit Amsterdam.
- Gimenez, A. D. & Oliveira, Gabriela. 2010. Descrição tipológico-funcional da oração relativa nas línguas nativas da Amazônia. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 39 (1): p. 108-118.
- Lehmann, Christian. 1986. On the typology of Relative Clauses. *Linguistics* 24(4):663-680.
- Keenan, Edward L. 1985. Relative clauses. In *Language Typology and Syntactic Description*, vol. II: Complex Constructions, ed. by Timothy Shopen, 141-70. Cambridge University Press.
- Keenan, Edward L. and Bernard Comrie. 1977. NP accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry* 8.63-100.
- Martins, M. F. 2003. Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá. Tese de Doutorado. IEL. UNICAMP.
- Martins, M. F. 2019. Nominalização versus Relativização no Guarani Mbya: uma análise diacrônica do morfema *va'e*. (*No prelo*).
- Rodrigues, A. D.. 2010. A estrutura do Tupinambá. In: Cabral, A. S. A.C.; Rodrigues, A. D. (Org.). *Línguas e Culturas Tupí 2*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú; Brasília, DF: LALI/UnB, 2010. p. 167-203.
- Rodrigues, A. D. 1996. Argumento e Predicado Em Tupinamba. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 19, p. 57-66.
- Rodrigues, A. D. [1953] 2010. Morfologia do Verbo Tupí. In: *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, vol. 3, n. 1:63-86.
- Rodrigues, A. D. 1986. *Línguas Brasileiras. Para O Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: LOYOLA, 1986. v. 1.
- Rose, F. 2003. Morphosyntaxe De L'emerillon: Langue Tupí-Guaraní de Guyane française. Thèse pour obtenir le grade de Docteur. Université Lumière Lyon 2.
- Seki, L. 2000. Gramática do Kamiurá. Língua Tupí-Guaraní do Alto Xingu. Editora da Unicamp. SP.
- Solano, Eliete de J. B.. Descrição Gramatical da Língua Araweté. 2009. Tese Doutorado em Linguística - Universidade de Brasília.

Notas sobre a fala masculina e feminina entre os Apyãwa-Tapirapé

Male and female speech among the Apyãwa-Tapirapé

Koxamaxowoo Tapirapé¹

Mônica Cidele Cruz²

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28507

Recebido em setembro/2019 e aceito em outubro/2019.

Resumo:

O artigo aborda a distinção entre a fala masculina e feminina entre os *Apyãwa*, também, conhecidos como Tapirapé. São destacados como traços fortes dessa distinção termos de parentesco e partículas, estas não descritas em termos de suas respectivas semânticas, até então, pelos trabalhos descritivos existentes sobre a língua. A pesquisa foi motivada pela preocupação da neutralização em curso da distinção de importância fundamental para identidade do povo *Apyãwa*, em detrimento das marcas próprias da fala feminina. A pesquisa, realizada em língua tapirapé e coordenada por uma falante *Apyãwa*, ressalta a importância do protagonismo indígena na pesquisa linguística e no fortalecimento de sua língua nativa.

Palavras-chave: Língua Apyãwa. Distinção entre fala masculina e feminina. Termos de parentesco. Partículas. Identidade linguística.

Abstract:

The article addresses the distinction between male and female speech among the *Apyãwa*, also known as Tapirapé. Strong features of this distinction are kin terms and particles, the latter not described in terms of semantic features until then by descriptive works on the language. The research was motivated by the concern of the ongoing neutralization of a distinction of fundamental importance for the identity of the *Apyãwa* people, to the detriment of the female speech markers. The research, conducted in the tapirapé language and coordinated by an *Apyãwa* speaker, underscores the importance of indigenous leadership in linguistic research and in the strengthening of her native language.

Keywords: Apyãwa Language. Male and female speech distinctions. Kin terms. Particles. Linguistic identity.

1 Graduada em Licenciatura Intercultural Indígena, com habilitação em Línguas, Artes e Literatura pela Faculdade Indígena Intercultural-Faindi/Unemat.

2 Doutora em Linguística pela Unicamp, Coordenadora do projeto de pesquisa: Fonologia das línguas nambikwara: subgrupos Mamaindê, Negarotê, Kithaulu, Wakalitesu, Alantesu, Hahaintesu e Wasusu (CNPQ). E-mail: monicacruz@unemat.br

1. Introdução

Neste artigo, tratamos de expressões da fala masculina e feminina que distinguem o gênero biológico do falante na língua *apyāwa* (Tapirapé). A pesquisa, cujos resultados são aqui apresentados, foi realizada na aldeia *Tapi'itāwa*, localizada na Terra Indígena Urubu Branco, município de Confresa-MT. Contribuíram para a pesquisa, realizada por meio de entrevistas na língua *apyāwa*, *Korirã* Jorge Tapirapé (70 anos de idade) e *Taparawoo* Tapirapé (68 anos de idade, anciãos que se preocupam com a vitalidade da língua e da cultura do seu povo.

A língua *apyāwa* foi classificada como pertencente ao sub-ramo IV da família linguística Tupi-guarani (tronco Tupi) por Rodrigues (1984-1985), juntamente com o Asuriní do Tocantins, o Parakaná, o Suruí Aikewára, o Avá-Canoeiro, o Tembé e o Guajajara.

Os *Apýāwa* vivem em duas terras indígenas: Terra Indígena Urubu Branco, localizada nos municípios de Confresa e Porto Alegre do Norte-MT, cujas aldeias são *Tapi'itāwa*, *Myryxitāwa* e *Tapiparanytāwa*, e na Área Indígena *Tapirapé/Karajá* que está localizada no município de Santa Terezinha-MT, onde há a aldeia *Akara'ytāwa*.

A pesquisa considerou a preocupação dos mais velhos com o fato de que muitas jovens mulheres não estão fazendo uso das marcas da fala feminina, substituindo-as pelas marcas características da fala dos homens, um fato que vem se agravando e ameaçando a perda total de uma importante distinção cultural expressa pela língua *apyāwa*. Trata-se de uma mudança induzida pelo contato com o Português e outras línguas, e não uma mudança natural, interna à língua, haja vista, a velocidade com que evolui.

O presente registro, tem, portanto, um objetivo prático: alertar a comunidade e professores *Apýāwa* quanto à situação de perda de um dos traços fundamentais da cultura *apyāwa*, que é a distinção entre a fala das mulheres e a fala dos homens.

1.1 Sobre o povo *Apýāwa* (Tapirapé)

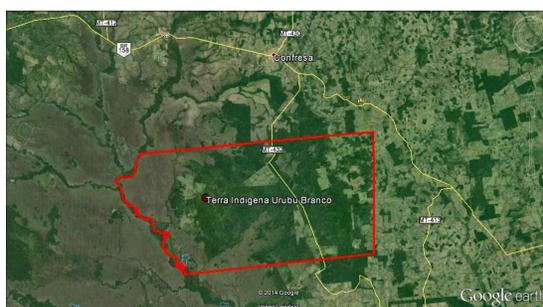
A Terra Indígena Urubu Branco, onde vive a maioria dos *Apýāwa*, dista 28 km da cidade de Confresa-MT. É a terra tradicional do povo *Apýāwa*, chamada pelos antepassados de *Ipirakwaritāwa* “lugar sagrado”, atualmente denominado *Tapi'itāwa* (Terra Indígena Urubu Branco). Nesse lugar tradicional existiam várias aldeias *Apýāwa*, dentre as quais, *Maakotāwa*, *Moo'ytāwa*, *Xexotāwa* e *Tokynookwatāwa*. Com a chegada de não indígenas a *Apýāwa*, vieram com eles doenças estranhas ao povo – sarampo, catapora, malária, gripe entre outras –, às quais o povo *Apýāwa* não resistia, o que quase o levou à extinção.³ Os

3 Na década de 50, os *Apýāwa* foram levados pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) para

sobreviventes foram obrigados a procurar atendimento de saúde na Terra Indígena *Tapirapé-Karajá*, oportunizando a invasão de fazendeiros na terra Urubu Branco. Mas os velhos *Apyãwa* nunca esqueceram sua terra imemorial, terra muito boa para o cultivo de suas plantas e onde há os conhecidos flechais dos *Apyãwa*.

Em 1993, os *Apyãwa* retomaram a sua Terra original, conseguindo a sua demarcação, garantindo 178. 000 hectares dela. Fundaram, assim, a aldeia *Tapi'itãwa*, onde vive a maior parte do povo *Apyãwa*. A aldeia tem a forma tradicional circular, sendo que a escola fica fora do círculo. Todos os funcionários da escola são *Apyãwa*.

(Foto: Terra Indígena Urubu Branco - Fonte: *Kamaira'it*)



2. Perdas linguísticas na língua *Apyãwa* induzidas por contato

O povo *Apyãwa* mantém sua língua e cultura original, valorizando a cada dia suas práticas culturais tradicionais, embora as influências externas sejam uma constante ameaça. Preocupados com a adoção massiva de palavras do português adotadas ao longo do contato com os não índios, os professores resolveram pesquisar sobre esse tema, junto com os alunos do ensino fundamental e criar expressões próprias da língua *apyãwa* para nomear os empréstimos culturais do mundo ocidental. Motivadas por essa iniciativa, tivemos a oportunidade de consultar dois anciões *Apyãwa*: *Korirã* Jorge Tapirapé e *Taparawoo* Tapirapé, moradores da aldeia *Towajaatãwa* sobre a distinção entre as falas masculina e feminina, que vêm sofrendo neutralização, em detrimento da fala feminina. Ressaltamos que tanto a fala dos homens quanto a fala das mulheres são significativas para o povo *Apyãwa/Tapirapé*. São parte da cultura e identidade étnica *Apyãwa*, por isso, é importante que seja valorizada e preservada pelas futuras gerações.

3. As marcas da fala masculina e feminina dos *Apyãwa*

Há expressões linguísticas distintas das falas masculina e feminina

aldeia *Itxalá*, do povo *Karajá*, onde receberam atendimento das Missões Católicas.

que são usadas nos enunciados cotidianos, como são os casos dos termos de parentesco referenciais e vocativos. Outras expressões, verbos, interjeições e partículas discursivas são usadas entre pessoas do mesmo sexo, como entre homens quando se reúnem no terreiro da *Takãra* (Casa dos homens), quando praticam atividades conjuntas, como pesca, caça e elaboração de artefatos. As marcas da fala feminina são correntes nas interações entre elas, assim como são correntes as marcas de ambas as falas quando há interação entre indivíduos de sexos opostos.

Almeida et alii (1983) têm o mérito de apresentar um primeiro quadro das partículas do que eles chamaram de “Marcadores de sexo”, o qual contém parte das partículas aqui discutidas, embora os autores não tratem do significado dessas partículas no discurso. Entretanto, os autores perceberam a distribuição dessas partículas segundo o sexo do falante em interação com o ouvinte (homem/mulher). Reproduzimos, em seguida, a distribuição das partículas marcadoras de sexo do *Apyãwa* apresentada por Almeida et alii (p. 60):

“Assim, em fim de fala, surge amiúde uma forma que indica se é homem ou mulher que fala e se se dirige a homem ou mulher, afirmativa ou interrogativamente. Estas partículas não podem ocorrer depois de *tãhê*”, em perguntas (cf. 23.4.2.1.).

Damos exemplos:

- m-+m mamõ pa erea rãpy? kape ãa kã!
 m-+h mamõ pã erea kihi? kape ãa kehê’!
 h-+m mamõ pã erea ir? kape ãa ee!
 li. -+h mamõ pã erea wã! kape ãa qi!

2.17 TABELA- *Marcadores de sexo* (h : =h omem; m : =mulher)

Fala	Afirmativa	Interrogativa
m-+m	ka-!	rãpy?
m-+h	kehê’!	kihi?
h -+m	ee!	ii?
h -+h	qĩ!	wã

Nas seções seguintes, apresentamos as partículas tal qual nos foram ensinadas pelos dois sábios *Apyãwa*.

3.1 A distinção de gênero em expressões de parentesco

Apresentamos, nos quadros seguintes, distinções entre a fala da mulher e da fala do homem encontradas nas expressões de parentesco, nos verbos para defecar e urinar e nas formas da interjeição, traduzidas aqui como ‘ui’, e que expressa surpresa,

Termos de parentesco

GLOSSA	FALA DO HOMEM	FALA DA MULHER
Sogra	<i>Xe ratyowa</i> ‘pai da minha esposa’	<i>Xe menowa</i> ‘pai do meu esposo’
Sogra	<i>Xe raxa</i> ‘mãe da minha esposa’	<i>Xe meny</i> ‘a mãe do meu esposo’
Filho	<i>Xe ra’yra</i> ‘meu filho’	<i>Xe memyra akoma’e</i> ‘meu filho’
Filha	<i>Xe raxyra</i> ‘minha filha’	<i>Xe memy koxy</i> (minha filha)
Filha mais nova	<i>Xe raxyra pyrera</i> ‘minha filha mais nova’	<i>Xe memyra apyrera</i> ‘minha filha mais nova’
Filha mais velha	<i>Xe raxyry pykwera</i> ‘minha filha mais velha’	<i>Xe memyrypykwera</i> ‘minha filha mais velha’
Genro	<i>Xe raxywena</i> ‘meu marido da minha filha’	<i>Xe peoma</i> ‘meu marido da minha filha’
Nora	<i>Xe ra’ytaty</i> ‘esposa do meu filho’	<i>Xe memytaty</i> ‘esposa de meu filho’
Neto/Neta	<i>Xe rymyminõ</i> ‘meus netos/netas’	<i>Xe remiarirõ</i> meus netos/netas’
Filho/filha do irmão		<i>Xe pega</i> ‘filho do meu irmão’
Filho do irmão mais novo	<i>Xe rywyr ra’yra pyrera</i>	<i>Xe pegapyrera</i>
Filho do irmão mais velho	<i>Xe ryke’yra ra’yry pykwera</i>	
Filha do irmão mais novo	<i>Xe rywyr raxyra pyera</i>	<i>Xe kypy’yra memyrapyrera</i>

Filha da irmã mais velha	<i>Xe renyra memyry pykwera</i>	<i>Xe kypy'yra memyrypykwera</i>
irmã	<i>Xe renyra</i> ‘minha irmã’	<i>Xe kypy'yra</i> ‘minha irmã’
Irmã mais velha	<i>Xe renyry pykwera</i> ‘minha irmã mais velha’	<i>Xe kypy'yry pykwera</i> ‘minha irmã mais velha’
Irmã mais nova	<i>Xe renyra pyrera</i> ‘minha irmã ‘mais nova’	<i>Xe kypy'yra pyrera</i> ‘minha irmã ‘mais nova’
Irmão	<i>Xe rywyrá</i> ‘meu irmão’	<i>Xe kywyrá</i> ‘meu irmão’
Irmão mais velho	<i>Xe ryke'yry pykwera</i> meu irmão mais velho	<i>Xe kywyrá pykwer</i> ‘meu irmão mais velho’
Irmão mais novo	<i>Xe ryke'yra pyrera</i> ‘meu irmão mais novo’	<i>Xe kywyrá pyrera</i> ‘meu irmão mais novo’
marido		<i>Xe mená</i> ‘meu marido’
esposa	<i>Xe raty</i> ‘minha esposa’	
Marido da irmã	<i>Xe rajyry'yra</i> ‘marido de minha irmã’, ‘cunhado’	
Irmão do pai	<i>Xe rowyry</i> ‘irmão do meu pai’	
Irmã do pai	<i>Xe xaxe</i> ‘irmã de meu pai’	
Irmão do pai	<i>Xe totyry</i> ‘irmão de meu pai’	<i>Xe totyry</i> ‘irmão de meu pai’
Irmã mais velha de meu pai	<i>Xe xaxey pykwera</i> ‘irmã mais velha de meu pai’	
Marido da irmã mais velha do pai	<i>Xe y'ywena</i> ‘marido da irmã mais velha de minha mãe’	

Esposa do irmão da minha mãe	<i>Xe totyraty</i> ‘esposa do irmão da minha mãe’	
Irmã mais velha da mãe	<i>Xe y’yra</i> ‘irmã mais velha de minha mãe’	
Marido da irmã mais velha da mãe	<i>Xe y’ywena</i> ‘marido da irmã mais velha de minha mãe’	
Irmã do marido		<i>Xe oke’i</i> ‘irmã do meu marido’
Irmã do marido		<i>Xe kywyra raty</i> ‘irmã do meu marido’
Marido da irmã		<i>Xe kypy’yra mena</i> ‘marido de minha irmã’
Marido da irmã mais velha		<i>Xe kypy’yry pykwera mena</i> ‘marido de minha irmã mais velha’
Avô do marido		<i>Xe menywyra</i> ‘avô do meu marido’
Avó do marido		<i>Xe mexaryja</i> ‘avó de meu marido’
Vocativo para mãe	<i>Apĩ</i> ‘irmão!’	
Vocativo para irmã	<i>Koxa</i> ‘irmã!’	

Esse quadro não é completo, mas serve para dar uma ideia da diferença da fala da mulher e do homem no âmbito desse campo semântico. A pesquisa continua de forma a oferecer um inventário mais completo da distinção em pauta.

3.2 Distinções entre a fala feminina e masculina por meio dos verbos defecar e urinar

Se a distinção da fala masculina e feminina no âmbito de termos de parentesco é uma característica comum às línguas Tupi-guarani conservadoras, há no *Apyãwa* inovações como *Xe kywyrapyreera* ‘meu irmão mais novo’, que atesta a diferenciação entre irmão mais novo e irmão mais velho da mulher, não atestada em outras línguas. O *Apyãwa* se diferencia de outras línguas da mesma

família por apresentar formas supletivas dos verbos para ‘defecar’ e ‘urinar’, distribuídas segundo o sexo do falante. Essa distinção não foi ainda mencionada nos estudos sobre a língua *apyāwa*, nem reportada para outra língua dessa família linguística.

Glossa	FALA DO HOMEM	FALA DA MULHER
Urinar	<i>Akorok</i> ‘eu urino’	<i>Ākorok</i> ‘eu urino’
Defecar	<i>Apexakat</i> ‘eu defeco’	<i>Apaxi</i> ‘eu defeco’

Distinção entre a fala feminina e masculina por meio da interjeição que expressa surpresa do falante com respeito ao conteúdo informacional de seu enunciado

Ui	<i>Ari</i>	<i>A’i</i>
----	------------	------------

Eunice Dias de Paula, em sua tese de doutorado (2012, p.63), *Eventos de fala entre os Apyāwa (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe: singularidades em textos orais e escritos*, ressalta a preocupação, anteriormente exposta por *Mareaparygi* Tapirapé (2006), com a substituição pelas mulheres da forma *a’i* pela forma *ari*:

Outra mudança percebida pela autora é o desuso das marcas próprias da fala feminina como *a’i*, uma interjeição que exprime susto, ou a percepção de que a pessoa se enganou involuntariamente. As mulheres hoje estão usando para a mesma finalidade a partícula *ari*, que é própria da fala masculina. Assim, uma marca identificativa dos diferentes gêneros está sendo observada somente na fala de mulheres bem idosas (mais de 70 anos). Nossa hipótese para este caso é que isso se deve a proeminência que os homens adquiriram nas relações de contato com a sociedade não indígena. O papel tradicional de guerreiros, de protetores das mulheres e dos filhos, ampliou-se para uma nova função, a de serem os interlocutores com os não indígenas

A fala do homem e da mulher *Apyāwa* também se distingue por meio das partículas que ocorrem em final de enunciados convidativos e exortativos, nas seguintes situações:

	Fala de um homem para outro homem	<i>Kwĩ/kwĩ, wã, apexakat</i>
	Fala de uma mulher para outra mulher	<i>rapy, kã</i>
	Fala de um homem para uma mulher	<i>he, hi</i>
	Fala de uma mulher para um homem	<i>ke’e, ki’i</i>

Observamos que a partícula *kwĩ* é usada nas interações entre homens, quando um homem convida, pede, ou chama outro homem para fazer algo juntos, ou quando, de alguma forma, o falante se vê envolvido no que enuncia. O uso dessa partícula é fundamental nas interações entre homens, assim como a partícula *wã*, descrita em seguida, por reiterarem as alianças existentes entre falante e ouvinte:

Exarapy kwĩ ‘Vem cá, rapaz!’

Ere xaã kwĩ ‘Vamos embora, rapaz!’

Epikapy kwĩ ‘Espera aí, rapaz!’

Ere xika’anopy, kwĩ! ‘Vamos roçar a mata, rapaz!’

Ere xaã ataararamõ, kwĩ! ‘Vamos caçar, rapaz!’

Axexãopa ere kwĩ! ‘É verdade o que você está falando rapaz!’

Ere xaã imota akamaxywa, kwĩ! ‘Vamos trazer taquari, rapaz!’

Ere xika’anopy, kwĩ! ‘Vamos roçar a roça, rapaz!’

Ere, kwĩ! ‘Vamos, rapaz!’

Ere xietyk xereka xerexewe, kwĩ! ‘Vamos derrubar nossa roça para nós, rapaz!’

Xinogĩ ma’ema’e xerexewe, kwĩ, akerawet! ‘Vamos plantar muita comida para nós, cunhado!’

Ere xaã ataararamõ, kwĩ! ‘Vamos caçar, rapaz!’

Ere xaa xerepinapajta yryetepe, kwĩ! ‘Vamos pescar no rio, rapaz!’

Erexiapa kwĩ! ‘Vamos fazer, rapaz!’

Ere xaã imota akamaxywamõ, kwĩ! ‘Vamos buscar taquari, rapaz!’

Ximot temiãra mõ xixekakiĩ, kwĩ! ‘Vamos caçar um animal para nós alimentar, rapaz!’

Ereximaxa’ak kwĩ ‘Vamos dividir, rapaz!’

A partícula *wã* em perguntas, como observado por Almeida et alii (1983):

Ane pa wã? ‘Você, rapaz?’

Ma’e pã wã, akerawet? ‘O que foi, cunhado?’

Ere! Maryn pa wã? ‘Vamos rapaz!’

Ta xe rairõ ere pã wã! ‘Não é difícil, rapaz!’

Naxirekaj pã akaj ty’ãra ra’ẽ, wã! ‘Ontem nós passamos fome, rapaz!’

Ari! Axetã kaj xirekaiĩ ty’ãra ra’ẽ, wã! ‘É verdade que ontem nós passamos fome rapaz!’

Eraryn, wã! ‘mesmo, rapaz?’

Homens Apyāwa em interação - Fonte: Kamajrao (2015)



As mulheres, por sua vez, fazem uso das partículas *rapy* e *kã*, quando falam com outra mulher. Os dados coletados indicam que o uso da partícula *rapy* não se limita a enunciados interrogativos, como descrito por Almeida e Irmãzinhas de Jesus. É possível que o enfraquecimento do uso das marcas de gênero biológico na fala das mulheres tenha afetado a distribuição dessa partícula:

Exarapy 'ãwo! ‘Vem cá!’

Araryn rapy! ‘Sim, sou senhora!’

A'i! Ane pa rapy? ‘Ui! É a senhora que está aí?’

Ane pa rapy? ‘Você que está aí?’

Eraryn rapy! Ie 'ã aka ‘Sim, estou aqui’

A partícula *kã* ocorre em comandos e exortações:

kwĩ Erõt kã! ‘Traga!’

Ere xikaro, kã! ‘Vamos comer!’

Ere xixaok kã! ‘Vamos banhar!’

Ere xixemimõj, kã! ‘Vamos cozinhar!’

Ere xixaok, kã! ‘Vamos banhar!’

Ere xiket, kã! ‘Vamos dormir!’

Ere xikapina xõ, kã ‘Vamos capinar o capim!’

Ere xipyej tyro, kã ‘Vamos lavar roupa!’

Ere xipyej xa'ẽ, kã ‘Vamos lavar panela!’

Xekypy'yrypykwera kã ‘Minha irmã mais velha’

Constata-se, também, o uso dessa partícula em enunciados apresentativos:

Xekywyrapyrera, kã ‘É meu irmão mais novo’

Xekypy'yrapyrera, kã ‘É minha irmã mais nova’

Fotos ilustrativas de mulheres interagindo no dia-a-dia – Fonte: Kamaira'i



Iparexagato e Piri'i



Mareaxigi e Marepoko

Outras partículas distintivas de gênero biológico são *he/hi* e *ki'i/ke'e*

A fala do homem para mulher: *Ane pa hi* ‘é você?’

A fala da mulher para homem: *Exarapy he* ‘é você!’

Finalmente, há as partículas usadas pela mulher ao falar a um homem:

Ane pa ki'i ‘é você?’

Erot ke'e ‘É você’

4. O que dizem os *Apyãwa* sobre a distinção da fala do homem/fala de mulher

Para sabermos mais sobre a importância e uso da fala masculina e da fala feminina, realizamos entrevistas com os sábios *Korirã* Jorge Tapirapé (70 anos de idade) e *Taparawoo* Tapirapé (68 anos de idade), moradores da aldeia *Towajaatãwa*.

Perguntados sobre a importância da distinção em pauta, *Korirã* Jorge Tapirapé observou que a distinção é antiga e “...importantíssima para o nosso povo se comunicar com eles e com elas. Faz parte da nossa verdadeira cultura e identidade étnica”, que há muito tempo se originou para nosso povo”. Para *Taparawoo* Tapirapé, as falas dos homens e mulheres *Apyãwa* são complexas e cada uma delas “...tem significado, pois cada sexo tem que cuidar do uso das falas, porque elas têm uma regra certa, não permitindo outra regra, tanto as falas das mulheres, quanto as falas dos homens.”. Para *Taparawoo*,

“...a nossa fala serve para comunicar e para especificar cada sexo *Apyãwa*. Também a fala é uma identificação do nosso povo *Apyãwa*, com a qual em qualquer reunião fora da nossa aldeia podemos ser identificados através das nossas falas originais. Mantendo a nossa identidade étnica, o povo *Apyãwa* nunca se esquecerá da sua própria verdadeira cultura e que a futura geração pode continuar valorizando a nossa cultura, como: crença, rituais, organização social...é importante a valorização das duas falas para que futuramente a nossa identidade étnica continue sendo viva e forte para a nova geração *Apyãwa*”

5. Algumas palavras finais

A pesquisa sobre as diferenças entre a fala feminina e masculina ainda deve ser aprofundada. Há ainda que se pesquisar em contextos naturais de fala entre os mais velhos outras expressões distintivas da fala feminina e masculina, inclusive, distinções prosódicas, como entonação e nasalidade, por exemplo. Os dados aqui apresentados apenas dão uma ideia de como a fala da mulher se diferencia da fala do homem. Não exploramos aqui as partículas *hi* e *he*, nem as partículas *kili* e *ke'e* usadas pelas mulheres. Entretanto, os dados aqui abordados mostram a distinção valorizada tradicionalmente pelos *Apyãwa* e que é, sem dúvida, de grande importância para a identidade do povo.

Referências

- Almeida, A. et alii. 1983. *A língua Tapirapé*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil (Série Reprográfica Xerox).
- de Paula, Eunice Dias. 2012. Eventos de fala entre os *Apyãwa* (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe: singularidades em textos orais e escritos. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás.
- Tapirapé, Mareaparygi Lisete. 2009. *O uso da língua Tapirapé*. Monografia de conclusão do curso do Projeto Aranowa'yao, Ensino Médio, apresentada à Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa, Aldeia Tapi'itãwa, Confresa, MT.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1984-1985. Relações internas na família linguística Tupi-guarani. *Revista Brasileira de Antropologia*, vols. 27/28:33-53.

O estatuto dos sintagmas posposicionais em Tenetehára

(Tupí-Guaraní)

The status of the postpositional phrases in Tenetehára

(Tupí-Guaraní)¹

Ricardo Campos Castro²

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28454

Recebido em dezembro/2019 e aceito em dezembro/2019

Resumo

O objetivo deste artigo é oferecer um tratamento teórico acerca da morfologia relacional de contiguidade que emerge no interior dos PPs em Tenetehára (Tupí-Guaraní). Evidenciarei o pressuposto teórico (cf. Kayne 1994) de que há apenas uma ordem básica dos constituintes nas línguas naturais, a saber: SVO. Assim, as outras ordens são alcançadas por meio de movimento. A partir desta premissa, as preposições seguem a ordem básica – núcleo-complemento – e as posposições são o resultado de uma ordem derivada. Ademais, demonstrarei o mecanismo de checagem de traços formais de Chomsky (1995). Finalmente, apresentarei minha hipótese sobre o modo como opera o mecanismo de checagem de traços que resulta em movimentos sintáticos e acionamento da morfologia relacional de contiguidade no interior dos PPs em Tenetehára. Em suma, defendo que a flexão relacional emerge como corolário da relação Spec-Head estabelecida em um sintagma acima do PP provisoriamente denominado KP.

Palavras-chave: Tupí-Guaraní, Tenetehára, Adposições, Concordância, Checagem de Traços.

Abstract

The aim of this paper is to provide a theoretical treatment of the relational contiguity morphology that emerges within the PPs in Tenetehára (Tupí-Guaraní). I will highlight the theoretical assumption (cf. Kayne 1994) that there is only one basic order of constituents in natural languages, namely: SVO. Thus, the other orders are achieved by moving. From this premise, prepositions follow the basic order – head-complement – and the postpositions are the result of a derived order. In addition, I will demonstrate Chomsky's (1995) formal feature checking mechanism. Finally, I will present my hypothesis about how the feature-

checking mechanism operates that results in syntactic movements and triggering of the relational contiguity morphology within the Tenetehára PPs. In short, I argue that relational flexion emerges as a corollary of the Spec-Head relation established in a phrase above PP provisionally called KP.

Keywords: Tupí-Guaraní, Tenetehára, Adpositions, Agreement, Feature Checking.

1. Introdução

Na língua Tenetehára, diferentemente do que ocorre em línguas românicas, emerge na adposição uma morfologia relacional cuja função gramatical será investigada neste artigo. Em termos descritivos, de acordo com Duarte (2007), os prefixos { \emptyset - ~ r -} indicam a contiguidade do complemento em relação ao seu predicador, enquanto os prefixos { i - ~ h -} indicam a não contiguidade desse complemento. Adicionalmente, observa-se o seguinte padrão: (i) as posposições que se iniciam com consoante recebem os prefixos { \emptyset - ~ i -} e (ii) as posposições que começam com vogal engatilham os prefixos { r - ~ h -}.

É importante destacar que a expressão “prefixos relacionais” advém do termo “prefixo de relação”, proposto inicialmente por Rodrigues (1953, p. 124), o qual já havia capturado a função relacional que determinados núcleos estabelecem com seus complementos em Tupinambá. Cito ainda, Cabral (2001) e Rodrigues (2011) como importantes referências acerca do assunto. A fim de fornecer uma visão sinóptica desses afixos, apresento, a partir de Castro (2017), Camargos (2017) e Duarte (2007), o Quadro 1.

Quadro 1: Prefixos Relacionais

Contiguidade ao complemento	Raiz iniciada em consoante	Raiz iniciada em vogal
✓	\emptyset -	r -
*	i -	h -

Nos exemplos³ (1) e (2), os padrões descritos no Quadro 1 podem ser observados. Note que, em (1), a posposição *upi* “em” – que se inicia por vogal – recebe os morfemas { r -} e { h -}, os quais se distribuem em função da contiguidade ou não contiguidade em relação a seu complemento, de forma respectiva. Contudo, nos dados em (2), os prefixos { \emptyset -} e { i -} coocorrem com a adposição *pupe* “dentro” – iniciada por consoante – exibindo os ambientes de contiguidade e não contiguidade, nesta ordem.

3 Glosas: 1: primeira pessoa; 2: segunda pessoa; 3: terceira pessoa; C: prefixo que marca contiguidade do complemento; DIST: distal; DU: número dual (dual number); FF: forma fonética; LF: forma lógica (logical form); ITER: iterativo; NC: prefixo que marca não contiguidade do complemento; PL: plural; POSS: possessivo; SBJ: sujeito (subject); SG: singular.

- (1a) *ere-(e)xak* *kwaharer* *ka'a* *r-upi* *ne*
 2SG-ver menino mata C-em 2SG
 “Você vê o menino na mata”
- (1b) *ere-(e)xak* *kwaharer* *h-upi* *ne*
 2SG-ver menino NC-em 2SG
 “Você vê o menino nela (na mata)”
- (2a) *u-zapo awa* *kyhaw* *tâpuz* *ø-pupe* *a'e*
 3-fazer homem rede casa C-dentro 3SG
 “O homem faz rede dentro de casa”
- (2b) *u-zapo awa* *kyhaw* *i-pupe* *a'e*
 3-fazer homem rede NC-dentro 3SG
 “O homem faz rede dentro dela (da casa)”

A seguir, forneço em (3) e (4) exemplos com mais dois tipos de posposições. Contudo, o padrão de variação morfológica posposicional se mantém, conforme os exemplos (1) e (2), o que corrobora as assunções do Quadro 1.

- (3a) *u-zar* *awa* *ita* *r-ehe* *a'e*
 3-encostar homem pedra C-em 3SG
 “O homem encosta na pedra”
- (3b) *u-zar* *awa* *h-ehe* *a'e*
 3-encostar homem NC-em 3SG
 “O homem encosta nela (na pedra)”
- (4a) *u-hem* *Hikar* *taw* *ø-pe* *a'e*
 3-chegar Ricardo aldeia C-em 3SG
 “O Hikar chega na aldeia”
- (4b) *u-hem* *Hikar* *i-pe* *a'e*
 3-chegar Ricardo NC-em 3SG
 “O Hikar chega nela (na aldeia)”

Nos exemplos em (3a), a posposição iniciada por vogal *ehe* “em” recebe o morfema {*r-*} codificando adjacência do DP *ita* “pedra”; contudo, em (3b), emerge o morfema {*h-*}, uma vez que não existe contiguidade do seu complemento. Ademais, nos dados em (4), são acionados os prefixos {*ø-*} e {*i-*} prefixadas à posposição *pe* “em”, codificando contiguidade e não contiguidade, respectivamente.

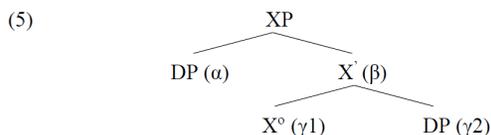
Este artigo está organizado em quatro seções. Na primeira seção, apresento esta introdução. Na segunda seção, descrevo, de acordo com Kayne (1994), o pressuposto teórico de que há apenas uma ordem básica dos constituintes nas línguas naturais, a saber: SVO. Assim, as outras ordens são alcançadas por

meio de movimento de constituintes. A partir desta premissa, as preposições seguem a ordem básica, núcleo-complemento, e as posposições são o resultado de uma ordem derivada com o movimento do seu complemento para uma posição acima do núcleo. Na terceira seção, apresento, de forma sucinta, como ocorre o mecanismo de checagem de traços formais de acordo com Chomsky (1995, 1999, 2000, 2001, 2005). Adicionalmente, teço considerações acerca da flexão relacional que emerge como subproduto da relação sintática estabelecida entre o núcleo K° e o complemento movido para a posição Spec-KP. Além disso, apresento minha hipótese sobre o modo como opera o mecanismo de checagem de traços que resulta em movimentos sintáticos e o acionamento da morfologia relacional de contiguidade no interior de sintagmas posposicionais em Tenetehára⁴. Por fim, na quarta seção, desenvolvo as considerações finais deste artigo. Início, então, com as premissas de Kayne (1994) a respeito da ordem básica de constituintes.

2. Ordem de constituintes e concordância

Para Kayne (1994), há apenas uma ordem básica dos constituintes, a saber: [especificador [núcleo complemento]]. Esta ordem supõe a existência de uma assimetria, na qual o especificador e o complemento estão em lados opostos.

Trata-se do Axioma da Correspondência Linear (*Linear Correspondence Axiom*), doravante LCA. Segundo essa premissa, a ordem linear de uma sequência de itens lexicais em LF é definida pelo c-comando assimétrico. Esta assimetria fica constatada na configuração abaixo, tendo em vista que elementos à esquerda (α) estão em posição assimétrica em relação aos termos com os quais se concatenam (γ_1 e γ_2). Mais especificamente, α c-comanda γ_1 e γ_2 mas γ_1 e γ_2 não c-comandam α ⁵. Assim, o núcleo seleciona diretamente seu complemento, que é projetado à sua direita, enquanto seleciona indiretamente seu especificador, o qual é instanciado à esquerda, conforme pode ser visto na estrutura sintagmática abstrata a seguir:



Nesta linha de investigação, o LCA prevê que todas as línguas dispõem da mesma ordem básica SVO, e que ordens diferentes dessa são o corolário do

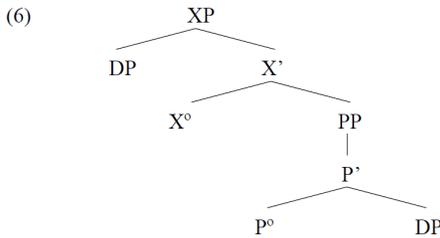
4 Neste artigo, não examino como se realiza o acionamento da morfologia relacional de não contiguidade do complemento no interior de sintagmas posposicionais em Tenetehára. Em trabalhos futuros, analisarei a morfologia engatilhada nestes ambientes.

5 O comando simétrico é estabelecido entre α e β , já que estão numa relação de irmandade. Ou seja, estando no mesmo nível hierárquico, estes nódulos se c-comandam mutuamente.

movimento de objetos sintáticos. Silva Filho (2018: 120) afirma que “quando essa ordem universal SVO não é aquela realizada em FF, o LCA mapeia os marcadores frasais de modo a determinar a ordem linear dos itens que aparecem em FF deslocados de sua posição de base”.

Destarte, Kayne (1994) considera ainda ser pouco provável a existência de categorias sintagmáticas cujas ordens de base sejam diferentes de SVO. Nesta perspectiva, ele assevera que as ordens VSO, VOS, SOV, OVS e OSV são alcançadas porque as línguas permitem que seus constituintes possam ser deslocados, de modo a alterar a ordem básica. Desta maneira, “línguas (ou partes de línguas) em que algum complemento precede o núcleo associado devem necessariamente ter movido esse complemento para a esquerda do núcleo em alguma posição de especificador”⁶ (Kayne 1994:47).

Nesse sentido, PPs também seguem a ordem núcleo-complemento. Logo, em uma língua com preposições, ocorrem estruturas semelhantes à configuração (6) abaixo em que P^o é pronunciado antes de seu complemento.



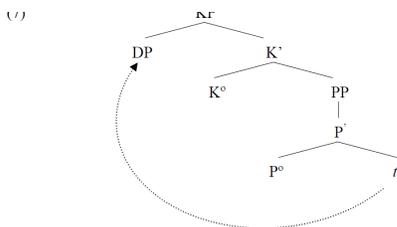
Contudo, em uma língua em que figurem posposições, a derivação deve se iniciar da mesma forma; mas, para alcançar a ordem com núcleo final é necessário o movimento do complemento para uma posição mais alta na estrutura sintagmática com o intuito de derivar a ordem especificador-núcleo. Nesse sentido, o autor afirma que “posposições devem ser derivadas movendo-se o complemento da adposição para a posição de especificador dessa adposição (ou de um núcleo funcional mais alto associada a ela) (Kayne 1994:47-48)⁷”.

Adicionalmente, conforme Kayne (1994), tanto em VPs quanto em PPs, é na relação Spec-Head que as concordâncias são estabelecidas. Por isso, é muito comum em línguas com adposições como núcleo final ocorrer concordância entre P^o e seu complemento. Isso gera uma regra na qual uma posposição só pode concordar com o seu complemento se este for movido para uma posição de especificador em um núcleo localizado acima do PP, o qual rotulo

6 “Languages (or subparts of languages) in which some complement precedes the associated head must necessarily have moved that complement leftward past the head into some specifier position” (Kayne 1994:47).

7 “postpositions must be derived by moving the complement of the adposition into the specifier position of that adposition (or of a higher functional head associated with it)” (Kayne 1994:47-48).

provisoriamente de KP, conforme a seguinte representação:



Kayne (1994) assevera que, na língua Navajo⁸, há concordância obrigatória entre as posposições e o seu complemento. O autor não apresenta exemplos, contudo, de fato, os dados a seguir, retirados de Young e Morgan (1980) e Mithun (2017), corroboram esta afirmação.

- (8) *shighan bi-ch ʔi yshááł*
 minha.casa ela-em.direção.a eu.andando
 “Eu estou andando em direção à minha casa” (Young e Morgan 1980, p. 81)

- (9) *yaateel bi-káá ná-da-ʔiid-l-wosh*
 pele.de.carneiro ele-em repetidamente-DIST-algo-1DU-SBJ-dormir.ITER
 “Nós dormimos em pele de carneiro” (Mithun 2017, p. 47)

Note, nos exemplos em (8) e (9), os predicados verbais intransitivos, *yshááł* “eu (estou) andando” e *náda ʔiidlwosh* “nós dormimos”, e os PPs, *shighan bich ʔi* “em direção à minha casa” e *yaateel bikáá* “em pele de carneiro”, respectivamente. Observe que o morfema *bi* “ela/ele” ocorre no núcleo dos sintagmas posposicionais e concorda com seus complementos *shighan* “minha casa”, em (8), e *yaateel* “pele de carneiro”, no exemplo em (9).

Outra língua que também exhibe a concordância entre a posposição e o DP que ela seleciona é o húngaro, conforme revelam os seguintes dados de Hornstein, Nunes e Grohmann (2005:124).

- (10a) *én-mögött-em*
 eu-atrás-POSS.1SG
 “Atrás de mim”

- (10b) *te-mögött-ed*
 tu-atrás-POSS.2SG
 “Atrás de você”

- (10c) *mi-mögött-ünk*
 nós-atrás-POSS.1PL
 “Atrás de nós”

⁸ Língua indígena americana falada nos Estados Unidos e México.

- (10d) *ti-mögött-etek*
 vocês-atrás-POSS.2PL
 “Atrás de vocês”
 (Hornstein, Nunes e Grohmann 2005:124)

Como se pode observar nos dados em (10), existe uma morfologia visível que reflete a concordância entre a posposição *mögött* “atrás” e o DP que ela seleciona. Considerando estas assunções iniciais e levando-se em conta o mecanismo padrão de *Agree* (cf. Chomsky 1995, 2000, 2001, 2005), tenho como objetivo propor como ocorre a derivação que resulta na ordem linear [especificador-núcleo], em que o núcleo do PP figura em posição de núcleo final. Na próxima seção, o objetivo é investigar como atua a checagem de traços conforme fora estabelecido por Chomsky (1995).

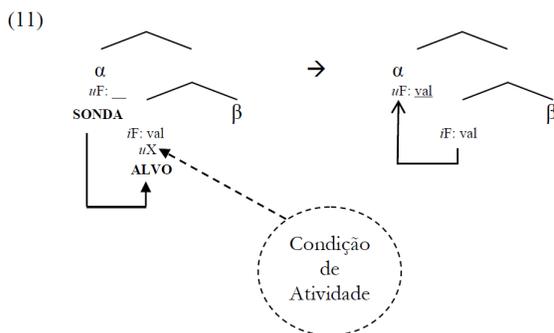
3. Checagem de Traços – Chomsky (1995)

De acordo com a teoria de *Agree* (cf. Chomsky 1995, 2000, 2001, 2005), a operação de movimento tem a função de checar traços, motivando o deslocamento de constituintes a partir de uma posição de base para uma posição derivada. Destarte, verbos se movem para posições de núcleos, ao passo que DPs se deslocam para posições de especificadores de categorias funcionais. A diferença entre as línguas se deve ao fato de que esses movimentos podem ocorrer antes ou depois do *spell-out*. Este termo, de acordo com Kenedy (2013:130), refere-se a uma bifurcação no curso da derivação sintática, uma espécie de fronteira divisória entre as divisões da forma fonológica e a LF.

A partir do Programa Minimalista (CHOMSKY 1995), o acionamento de parâmetros ao longo do processo de aquisição é concebido em termos de seleção de traços advindos do léxico. Tais traços podem ser de duas naturezas distintas, a saber: os interpretáveis (semânticos) e o não interpretáveis (formais). Os últimos apresentam funcionalidade tanto na derivação sintática quanto no nível de interface com o componente fonológico; contudo, eles não operam em LF, na interface com o componente semântico. Uma vez que o sistema computacional que opera sobre os traços os reconhece como objetos não interpretáveis nesta interface, ele os apaga em um ponto anterior à derivação atingir a LF.

Ademais, para que o sistema da língua seja considerado ótimo, faz-se necessário que operações como *Move* e *Agree* sejam motivadas, visando atender a condições de legibilidade do sistema sensorio-motor. Assim, a motivação para *Agree* é formalizada da seguinte maneira: uma relação de concordância é estabelecida entre α e β . O primeiro possui traços formais não interpretáveis, os quais devem ser apagados/valorados; e o segundo porta traços formais interpretáveis valorados. Mais especificamente, um traço não interpretável e não valorado [uF : ___] atua como uma sonda (*probe*) buscando um alvo (*goal*), que possui um traço interpretável valorado [iF : *val*]. Um alvo que porte um

traço adicional não interpretável pode apagar/valorar este traço por meio de seu deslocamento para uma posição no domínio mínimo da sonda. Conectado a isso, o alvo precisa ser dotado de um traço de Caso estrutural (não interpretável, conforme *uX* abaixo) que o torne ativo (*Activity Condition* - Condição de Atividade) para participar da relação sonda-alvo e possíveis movimentos ulteriores, conforme as seguintes configurações⁹ abstratas:



Adicionalmente, o EPP (*Extended Projection Principle*) e o Caso estrutural atuam de forma conjunta. Assim, o EPP determina a projeção da posição de especificador que irá abrigar o elemento movido e a existência do traço de Caso estrutural (não interpretável) torna esse elemento ativo para a relação sonda-alvo e movimentos subsequentes, como já dito.

Chomsky (1999 e trabalhos posteriores) afirma que relações de concordância podem ser estabelecidas sem necessidade de movimento. Os traços não interpretáveis de número, pessoa e gênero (chamados traços- ϕ) e os traços de Caso estrutural (tais como o nominativo) podem ser valorados/apagados *in situ*. Nesse sentido, torna-se desnecessário o movimento do alvo (*goal*) para a posição de especificador de uma sonda (*probe*).

Nesta linha de investigação, o princípio denominado Procrastinar (*Procrastinate*, cf. Chomsky 1995) implica que um constituinte só se desloca se houver uma motivação. Mais especificamente, esta é uma regra de economia que prediz que movimentos de constituintes devem ocorrer o mais tarde possível, de preferência depois de *Spell-out* (i.e. na sintaxe encoberta). Contudo, de acordo com o autor, “a força de um traço é um dos elementos da variação linguística: um traço formal pode ser forte ou não, obrigando no primeiro caso ao movimento visível, em violação de Procrastinar”¹⁰ (Chomsky 1995:232).

9 Legenda dos símbolos utilizados na configuração em (12) bem como no restante deste artigo. *iF:val* (traço interpretável e lexicalmente valorado); *uF:* (traço não interpretável e não valorado); *uF: val* (traço não interpretável e valorado na sintaxe); ~~*uF: val*~~ (traço não interpretável, valorado na sintaxe e deletado (Princípio da Interpretação Plena, Chomsky 1995)).

10 “feature strength is one element of language variation: a formal feature may or may not

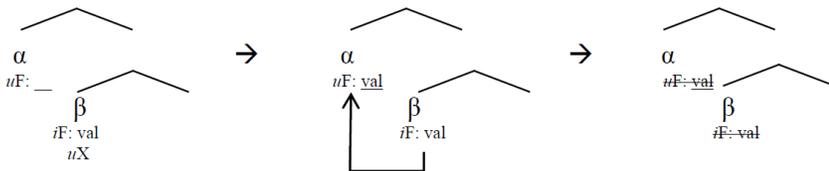
No modelo gerativo mais recente, apenas o EPP tem a capacidade de forçar um movimento, obrigando a projeção de uma posição de especificador necessária, a qual irá ser o local de pouso para que um elemento possa checar seus traços não interpretáveis.

Detalhando ainda mais a operação sintática *Agree*, nos termos de Chomsky (1995, 2000, 2001, 2005), a relação *Spec-Head* é considerada uma relação entre uma sonda e um alvo, *Downward Agree* (Concordância para Baixo). Essa concordância ocorre junto com um movimento engatilhado por um traço [EPP] independente no núcleo da sonda, a qual, carregando algum traço não interpretável e não valorado, procura em seu domínio de c-comando por um alvo que carrega um traço formal combinante interpretável e valorado. O traço combinante é uma exigência para que sonda e alvo possam ser legíveis para uma potencial relação de *Agree*. Ademais, reitera-se que o alvo mais baixo deve ser equipado com um traço não interpretável adicional, a Condição de Atividade, que irá ser checado/valorado com o núcleo mais alto como um efeito colateral de *Downward Agree*. O traço interpretável e valorado no alvo checa o traço não interpretável na sonda para valorá-lo. A checagem de traços é uma condição necessária para a deleção de traços formais não interpretáveis, uma vez que estes devem ser deletados no nível de LF. Cada traço não interpretável deve ser checado e valorado por meio da operação *Agree* no curso da derivação. Destarte, a versão padrão de *Agree* é definida em (12) e implementada de forma ilustrativa em (13).

Agree

- (12) α pode estabelecer uma relação de *Agree* com β se e somente se α carrega pelo menos um traço não valorado e não interpretável e β carrega um traço interpretável combinante valorado; α c-comanda β ; β é o alvo mais próximo para α ; β possui um traço adicional não valorado e não interpretável (Condição de Atividade).

(13)



Na próxima subseção, apresento minha proposta de como submeter o quadro teórico delineado acima à língua Tenetehára.

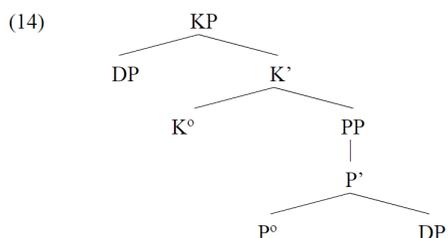
be strong, forcing over movement that violate Procrastinate” (Chomsky 1995:232).

4. Aplicações teóricas

Tendo em conta a teoria sintática assumida acima, o intuito é explicar como se dão as operações sintáticas que geram a ordem com núcleo final no âmbito dos sintagmas posposicionais nos contextos de contiguidade em Tenetehára.

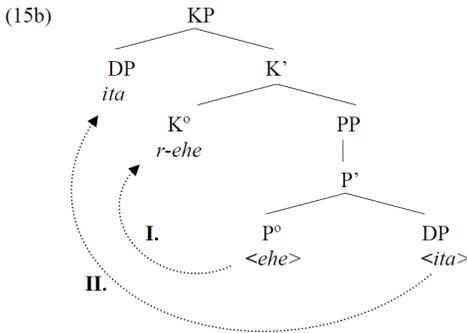
Base Universal, c-comando assimétrico e Agree

Considerando a hipótese de base universal, o c-comando assimétrico e o mecanismo *Agree*, assumirei, doravante, que o acionamento da flexão relacional no interior dos sintagmas posposicionais na língua Tenetehára é reflexo da relação sintática de transmissão de Caso oblíquo que se estabelece entre o complemento e o núcleo do sintagma posposicional. Essa hipótese se fundamenta no fato de que a estrutura dos sintagmas posposicionais obedece ao mesmo princípio de checagem de traços formais que se dá no domínio funcional de outras categorias. Neste sentido, assumirei que, assim como o sujeito se eleva para a posição de especificador de TP a fim de receber Caso nominativo, os complementos das posposições também se deslocam para uma posição de especificador de uma categoria funcional acima de PP, com o intuito de checar o Caso oblíquo. Rotulo, provisoriamente, esta categoria funcional de KP, conforme a estrutura arbórea delineada a seguir:



Note, em (15a) abaixo, que a estrutura dos PPs em Tenetehára apresenta a ordem [COMPL [X°]], diferentemente do que acontece com a ordenação sintática dos PPs em línguas românicas e germânicas, por exemplo, as quais apresentam a distribuição sintática [X° [COMPL]]. Estas diferentes ordenações são reflexo do fato de o núcleo F° no domínio funcional do PP, em Tenetehára, possuir um traço EPP, que obriga o movimento visível do complemento para posição de Spec-PP antes de *spell-out*. Isto permite propor que a derivação da estrutura sintática do sintagma *ita r-ehe* “na pedra”, em (15a), seja derivada como mostrado em (15b).

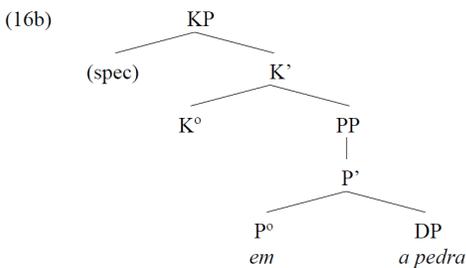
(15a) u-zar awa [_{pp} **ita** **r-ehe**] a'e
 3-encostar homem pedra C-em 3SG
 “O homem encosta na pedra”



Em relação à ocorrência dos prefixos relacionais $\{r- \sim \emptyset-\}$ e $\{h- \sim i-\}$ nas posposições, Duarte (2002, 2007) assume que sua função pode ser interpretada como sendo consequência da atribuição de Caso abstrato operando entre um núcleo funcional e um DP que esteja em seu domínio de c-comando. Assim sendo, acompanhando o essencial da proposta de Duarte (2002, 2007), adotarei aqui a teoria segundo a qual a flexão relacional emerge como corolário da relação sintática estabelecida entre o núcleo P° e o complemento movido para a posição de Spec-KP, numa relação Spec-Head. Em suma, a ocorrência desses prefixos pode ser vista como o reflexo, na sintaxe visível, do movimento do DP da posição sintática de complemento de PP para a posição de Spec-KP.

Tal situação não ocorre nas línguas românicas, uma vez que o núcleo de KP não aciona nenhuma flexão relacional nenhuma marca de concordância nas adposições. Assim, em português, o traço de Caso oblíquo é valorado/apagado à distância, conforme o princípio de economia *Procrastinate*, e o DP complemento de P° permanece *in situ* nos sintagmas preposicionais, como mostra o exemplo (16a) abaixo e sua respectiva estrutura arbórea (16b):

(16a) O homem encosta [_{PP} **na pedra**]



Em síntese, minha hipótese é a de que o engatilhamento da flexão relacional em Tenetehára sinaliza a valoração do Caso Oblíquo aos DPs complementos, que se movem para Spec-KP, o que não ocorre, por exemplo, em português. Nesta linha de investigação, assumo que em Tenetehára, o licenciamento do DP na estrutura do PP é vinculado à atribuição de Caso estrutural, situação em que

Caso e concordância estão associados. Na próxima subseção, apresento minha hipótese de como opera o mecanismo de checagem de traços, resultando tanto em movimentos sintáticos quanto no acionamento da morfologia relacional de contiguidade no interior dos PPs na língua em análise.

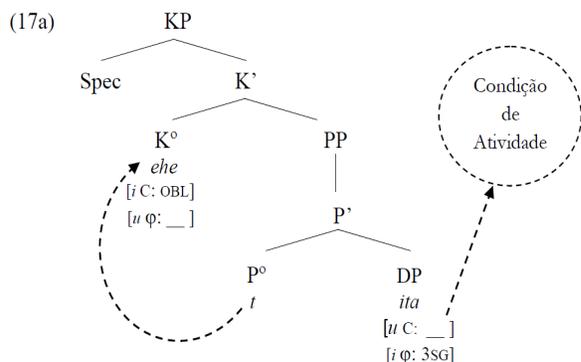
5. Acionamento da morfologia relacional de contiguidade

Chomsky (1981) propõe o Princípio da Projeção (*Projection Principle*), estabelecendo que as propriedades de seleção de um núcleo lexical devem ser preservadas (realizados) em cada nível de representação gramatical, ou seja, DS, SS e LF (estrutura profunda, estrutura superficial e LF, respectivamente).

Porém, Chomsky (1982) agrega o Princípio de Projeção à especificidade de que as orações devem ter sujeito, renomeando o princípio como o EPP (Princípio de Projeção Estendido - *Extended Projection Principle*). Ademais, Chomsky (1995:232) afirma que “o Princípio de Projeção Estendido (EPP), plausivelmente, reduz-se a um traço D-forte de I”¹¹.

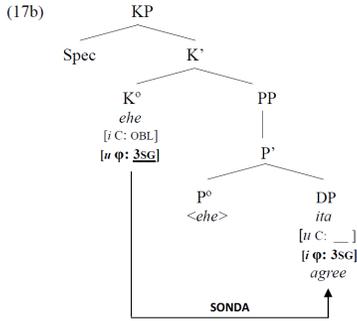
Além disso, Chomsky (2000) atualiza ainda mais esta definição afirmando que o EPP é o requerimento de que certos núcleos funcionais devem ter especificador. Neste sentido, avento a hipótese de que em Tenetehára, o núcleo funcional K^o abriga um traço EPP, exigindo que o DP complemento de P^o se mova para a posição de especificador de K^o com o objetivo checar traços de Caso oblíquo.

A seguir, passo a descrever pormenorizadamente a derivação sintática de atribuição da morfologia de contiguidade aos PPs em Tenetehára. Observe que, em (17a), a posposição *ehe* se desloca de P^o para K^o com o objetivo de se completar morfologicamente. Note o feixe de traços no núcleo posposicional P^o (=K^o), a saber: ([iC: OBL]; [uφ: __]) e os respectivos traços combinantes ([uC: __]; [iφ: 3SG]) no DP complemento de P^o. Repare, ademais, que o requerimento “Condição de Atividade” é satisfeito pelo traço de Caso oblíquo não interpretável [uC] que o DP *ita* “pedra” carrega.

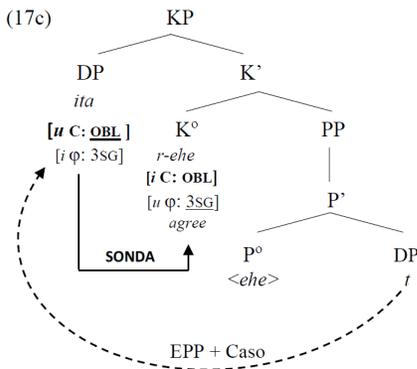


11 “the Extended Projection Principle (EPP) plausibly reduces to a strong D-feature of I.” (Chomsky 1995:232).

Perceba que, em (17b), a sonda F^o *ehe* “em” busca o alvo DP *ita* “pedra” de modo a poder valorar seus traços-φ não interpretáveis e não valorados [*uφ*: ___] numa relação de c-comando. Assim, logo que a relação de *agree* é estabelecida, os traços φ da sonda K^o são valorados, conforme a seguir.

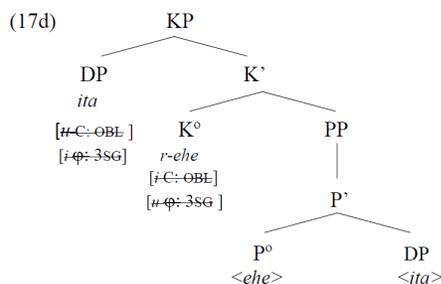


A derivação prossegue com o DP *ita* “pedra” se movendo para Spec-F^o a partir da posição de complemento do núcleo P^o, a fim de checar seu traço de Caso oblíquo não interpretável [*uC*]. Note que o traço EPP no núcleo K^o obriga que esta checagem seja via movimento e não à distância com este DP *in situ*. Nesse sentido, aqui, o Princípio Procrastinar não opera. Em K^o, ocorrerá o *Spell-out* da morfologia de atribuição de Caso abstrato nos termos de Duarte (2002, 2007). Mais precisamente, note que o prefixo {*r-*} emerge como subproduto da relação sintática de valoração de Caso oblíquo estabelecida entre o núcleo F^o e o complemento de P^o movido para a posição de Spec-KP, em uma relação Spec-Head. Observe abaixo a configuração arbórea abstrata delineada em (17c), que permite visualizar, de forma mais clara, a checagem de traços (*Agree*) e o acionamento da morfologia relacional de contiguidade.



Note, a seguir, que, ao final da derivação em (17d), todos os traços não interpretáveis e não valorados são valorados e apagados, conforme estipula o

Princípio da Interpretação Plena (Chomsky 1995:131).



Após a proposta de aplicação do quadro teórico assumido neste artigo, apresento a seguir as considerações finais.

6. Considerações Finais

Neste artigo, investiguei teoricamente a morfologia relacional de contiguidade que emerge nas adposições em Tenetehára (Tupí-Guaraní). Conforme Duarte (2007), a morfologia relacional pode ser sistematizada da seguinte forma: (i) os prefixos { \emptyset - ~ r -} indicam a contiguidade do complemento em relação ao seu predicador, enquanto os prefixos { i - ~ h -} indicam a não contiguidade desse complemento; (ii) as posposições que se iniciam com consoante recebem os prefixos { \emptyset - ~ i -} e as posposições que começam com vogal engatilham os prefixos { r - ~ h -}. Descrevi, de acordo com Kayne (1994), o pressuposto teórico de que há apenas uma ordem básica dos constituintes nas línguas naturais, a saber: SVO. Assim, as outras ordens são alcançadas por meio de movimento de constituintes. A partir desta premissa, as preposições seguem a ordem básica, núcleo-complemento, e as posposições são o resultado de uma ordem derivada com o movimento do seu complemento para uma posição acima do núcleo, no especificador de um sintagma o qual rotulei provisoriamente como KP. Ademais, apresentei como ocorre o mecanismo de checagem de traços formais de acordo com Chomsky (1995, 1999, 2000, 2001, 2005). Adicionalmente, teçi considerações acerca da flexão relacional que emerge como subproduto da relação sintática estabelecida entre a posposição no núcleo K° e o complemento movido para a posição Spec-KP. Finalmente, formulei minha hipótese sobre o modo como opera o mecanismo de checagem de traços que resulta em movimentos sintáticos e o acionamento da morfologia relacional de contiguidade no interior de sintagmas posposicionais em Tenetehára.

Referências

Cabral, Ana Sueli Arruda C. “Prefixos Relacionais na família Tupí-Guaraní”. 2001. In: M.E. (org). *Boletim da ABRALIN*. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, no25, p. 213-226.

- Camargos, Quesler F. 2017. *Aplicativização, causativização e nominalização: uma análise unificada de estruturas argumentais em Tenetehára-Guajajára (Família Tupí-Guaraní)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Camargos, Quesler F., e Ricardo C. Castro. 2013. “Paralelismo entre DP e CP a partir das nominalizações na língua Tenetehára.” *Revista da ANPOLL* 34: 393-434.
- Castro, Ricardo C. 2017. *Morfossintaxe Tenetehára (Tupí-Guaraní)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Chomsky, Noam. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, Noam. 1982. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge: MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1999. *Derivation by phase*. Cambridge, MIT Press.
- Chomsky, Noam. 2000. “Minimalist inquiries: The framework.” In *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*, editado por R. Martin, D. Michaels e J. Uriagereka, 89-115. Cambridge, MIT Press.
- Chomsky, Noam. 2001. “Derivation by phase.” In *Ken Hale: A life in language*, editado por M. Kenstowicz, 1-52. Cambridge, MIT Press.
- Chomsky, Noam. 2005. “Three factors in language design.” *Linguistic Inquiry* 36 no. 1 (Winter): 1-22.
- Duarte, Fábio B. 2002. “Negação e movimento do verbo na língua Tembé.” In *Atas do Encontro internacional do GT de Línguas Indígenas da ANPOLL*, Belém, 2002, 374-384. Belém: Universidade Federal do Pará.
- Duarte, Fábio B. 2007. *Estudos de morfossintaxe em Tenetehára*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- Hornstein, Norbert, Jairo Nunes, e Kleantes K. Grohmann. 2005. *Understanding minimalism: an Introduction to Minimalist Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kayne, Richard S. 1994. *The antisymmetry of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- Kenedy, Eduardo. 2013. *Curso básico de linguística gerativa*. Editora Contexto: São Paulo.
- Mithun, Marianne. 2017. “Argument marking in the polysynthetic verb and its implications.” In *The Oxford Handbook of Polysynthesis*, editado por Michael Fortescue, Marianne Mithun e Nicholas Evans, 30-58. Oxford: Oxford University Press.
- Rodrigues, Aryon D. 1953. “Morfologia do Verbo Tupi”. *Letras*, Curitiba, n. 1, p. 121-152.
- Rodrigues, Aryon D. 2011. “Argumento e predicado em Tupinambá”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 3, n. 1, p. 93-102.
- Silva Filho, Jomson T. (2018). *Linearização e hierarquia no sistema computacional da linguagem humana, retomando o paradoxo posicional a partir do programa*

minimalista. 143 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística: Linguística) - Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Young, Robert W., e William Morgan. 1980. *The Navajo Language: A Grammar and Colloquial Dictionary*. Albuquerque: University of Mexico Press.

Campbell, Lyle. 2016. Documentação lingüística e lingüística histórica

Traduzido por Thiago Costa Chacon¹

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28454

Recebido em dezembro/2019 e aceito em dezembro/2019.

Resumo

Este artigo examina a relação entre a documentação lingüística, especialmente a documentação de línguas ameaçadas, e a lingüística histórica. Ele aborda questões sobre o porquê de a documentação lingüística ser importante para a lingüística histórica e em que essa pode contribuir para a documentação lingüística. Com ilustrações de diversas línguas indígenas das Américas, este artigo discute várias maneiras pelas quais essas duas áreas interconectam-se, apoiam-se mutuamente e, juntas, contribuem para a lingüística em geral.

Palavras-chave: documentação lingüística; línguas ameaçadas; lingüística histórica

1. Introdução

O objetivo deste artigo é examinar a relação entre a documentação lingüística, especialmente a documentação de línguas em risco de extinção, e a lingüística histórica. Abordo as seguintes perguntas:

(1) por que a documentação lingüística é importante para a lingüística histórica? (Seções 2–5), (2) em que a lingüística histórica pode contribuir para a documentação lingüística? (Seção 6).

Apresento várias maneiras pelas quais essas duas áreas interconectam-se, apoiam-se mutuamente e, juntas, contribuem para a lingüística em geral.²

De início, é importante esclarecer o que se entende por documentação lingüística. As pessoas que trabalham nessa área nem sempre concordam em como defini-la. Muitos seguem a visão de Himmelmann (1998, 2006), que contrasta *descrição* e *documentação lingüística*, afirmando que essa última “visa o registro *das práticas e tradições lingüísticas de uma comunidade de fala*” (Himmelmann 1998: 9–10; ênfase no original) e que “documentação lingüística pode ser caracterizada como uma *coleção de textos radicalmente*

² Agradeço a um revisor anônimo por seus comentários prestativos numa versão anterior deste artigo.

expandida” (Himmelmann 1998: 2; ênfase no original). Himmelmann (2006: 1) ainda apresenta a seguinte definição:

a documentação lingüística é um registro duradouro e multifuncional de uma língua, um campo de investigação e de práxis autônomo, que se preocupa principalmente com a compilação e preservação de dados lingüísticos primários e como esses dados se relacionam com diversos tipos de análises possíveis baseadas nesses dados.

A definição de Woodbury (2010: 159) é semelhante: “Documentação lingüística é a criação, anotação, preservação e disseminação de registros transparentes de uma língua.” O site do *Hans Rausing Endangered Languages Project* diz que a documentação lingüística:

foca nas metodologias de coleta de dados em duas maneiras: primeiro, incentivando os pesquisadores a coletar e registrar uma ampla gama de fenômenos lingüísticos em situações comunicativas genuínas; e, segundo, no uso de registros audiovisuais de alta qualidade para garantir que os resultados resultem no melhor registro possível de uma língua. <www.hrelp.org/documentation/> (26 de outubro de 2014)

Com declarações como essas, de acordo com Himmelmann (2012: 187), não é de se admirar que tantas pessoas tenham interpretado mal essa área da lingüística, como se ela significasse que

A documentação lingüística fosse apenas sobre tecnologia e arquivamento digital.

A documentação lingüística se preocupasse apenas em coletar (sem reflexão) um monte de dados sem nenhuma preocupação com análise e estrutura.

A documentação lingüística fosse de fato oposta à análise lingüística.

Outros pesquisadores seguem a abordagem americanista, que sustenta que a documentação lingüística deve incluir uma gramática e um dicionário, além de textos/gravações representativas de uma grande variedade de gêneros de fala. Nesta visão, a documentação lingüística

envolve o desenvolvimento de descrições gramaticais de alta qualidade e um extenso léxico baseado em uma ampla gama de gêneros e registros textuais, além de gravações de áudio e vídeo, todas com anotações completas, e com qualidade para serem parte de arquivos digitais e possam ser acessadas publicamente. (Rehg 2007: 15)

Rhodes et al. (2007: 3), numa declaração do Comitê em Línguas Ameaçadas

de Extinção e sua Preservação³, apresenta uma lista de itens necessários e adequados que uma boa documentação lingüística deveria oferecer:

- Toda a fonologia básica [de uma língua];
- Toda a morfologia básica;
- Todas as construções sintáticas básicas;
- Um léxico que (i) cubra todo o vocabulário básico e áreas importantes de especialização cultural e (ii) forneça pelo menos glossários para todas as palavras/morfemas do corpus;
- Uma gama completa de gêneros e registros textuais.

Claramente, há discordâncias sobre a delimitação entre documentação versus análise ou descrição lingüística, mas, como Himmelmann (2012) explica, apesar de mal-entendidos, há de fato um ponto de vista amplamente compartilhado por lingüistas sobre o que é documentação lingüística, ainda que haja diferenças de ênfase em um ou outro aspecto. Todos concordam que a documentação deve incluir um rico corpus de registros audiovisuais, e a maioria concorda que uma gramática e dicionário podem ser uma parte valiosa da documentação lingüística. Alguns realçam mais o grande número de gravações representativas dos muitos gêneros textuais e o uso de alta tecnologia para a realização dessas gravações e o arquivamento dos dados, enquanto outros dão mais atenção à descrição e análise que inclua uma gramática e um dicionário.

Portanto, para os propósitos deste artigo, considera-se que a documentação lingüística adequada tem como objetivo (parafrazeando e acrescentando à definição de Woodbury [2010: 159]) a criação, anotação, preservação e disseminação de registros de uma língua em que esses registros incluam, explicitamente, a produção de uma gramática e um dicionário, juntamente com um rico corpus de gravações audiovisuais.

A seção 2 deste artigo analisa o contexto histórico e as lições das figuras fundadoras deste campo. A seção 3 aborda a questão: por que a documentação (de línguas ameaçadas de extinção) é importante para a lingüística histórica? A Seção 4 trata de hipóteses sobre os tipos de mudanças lingüísticas possíveis em idiomas ameaçados. A Seção 5 discute as maneiras pelas quais a documentação lingüística contribui para problemas de lingüística histórica, com vários dos exemplos lidando com casos de línguas em contato. A Seção 6 é dedicada a contribuições da lingüística histórica para a revitalização lingüísticas. As conclusões são apresentadas na seção final.

³ O comitê é parte da Associação lingüística da América e conhecido como CELP “Committee on Endangered Languages and their Preservation” [N.T].

2. Perspectivas históricas

Ao longo da história, a pesquisa em lingüística histórica normalmente envolveu tanto línguas bem documentadas e com amplo registro escrito quanto línguas conhecidas apenas pela documentação realizada em trabalho de campo. No entanto, uma visão comum tem sido a de que a lingüística histórico-comparativa restringiu sua atenção apenas a línguas com uma longa tradição escrita e com ampla atestação histórica (ver, por exemplo, Campbell 1994, 2013: 396–8; Haas 1969). No entanto, muitas famílias lingüísticas são compostas tanto por idiomas que não possuem tradição escrita nem foram atestados em registros mais antigos, quanto por línguas melhor atestadas e com tradições de escrita há muito tempo. Menciono apenas alguns exemplos.

Na família de idiomas urálicos, o húngaro possui registros escritos datados desde o século VIII, enquanto algumas das outras línguas da família não tinham essa tradição (por exemplo, Mansi [Vogul], Khanty [Ostyak] e algumas línguas samoiedas). As comparações envolvendo essas línguas não escritas dependiam dos esforços de documentação lingüística de pesquisadores engajados. Ainda assim, a família Fino-Úgrica foi uma das primeiras a serem comprovadas pela lingüística histórico-comparativa (veja Stipa 1990 para detalhes; veja também abaixo).

A família semítica tem entre seus membros idiomas com alguns dos primeiros registros escritos conhecidos ao lado de línguas irmãs etíopes, algumas das quais quase não foram documentadas (cf. Hetzron 1997).

Na família austronésia, são conhecidos os antigos registros escritos das línguas Cham (de 829 DC), Malaio (682-686 DC) e Javanês (séculos IX-XV), juntamente com muitas línguas que até hoje têm pouco ou nenhum registro audiovisual ou documentação escrita. Blust (1990: 136) argumenta que, às vezes, mesmo quando temos registros escritos mais antigos, eles podem não contribuir muito para a reconstrução ou classificação das línguas envolvidas, principalmente nos casos em que as línguas atestadas mais antigas já haviam mudado tanto quanto as línguas modernas:

O javanês antigo já havia mudado mais do que muitas línguas austronésias modernas, e o estudo de textos javaneses antigos, valioso por si só, não contribui muito mais para a reconstrução de proto-línguas mais antigas do que poderia ser feito apenas com o estudo do javanês moderno.

Em resumo, a ausência de registros escritos não impediu a pesquisa comparativa nessas famílias; antes disso, as contribuições da documentação lingüística para aquelas línguas sem história escrita foram importantes para a lingüística histórico-comparativa.

Além disso, uma tradição escrita nem sempre é uma vantagem para

comparação; e certamente a falta de escritos antigos não deve ser um obstáculo para tal (ver Haas 1969: 17–24), como mostra o trabalho de algumas figuras fundadoras da lingüística.

O Método Histórico-Comparativo, desde suas primeiras aplicações, foi desenvolvido tendo também como base a documentação lingüística em trabalhos de campo com línguas previamente não-escritas. O matemático húngaro Joannis [János] Sajnovics (1770), Jesuíta, é considerado o fundador do método comparativo por muitos (ver Stipa 1990; Campbell e Poser 2008: 25–6). Em uma viagem de pesquisa em astronomia ao ártico norueguês, Sajnovics extraiu palavras da língua Saami do Norte e as transcreveu em uma ortografia que ele mesmo inventou. Esses dados de campo foram a base para a aplicação do método histórico-comparativo, que demonstrou que Húngaro, Saami e Finlandês estavam relacionadas, servindo para se estabelecer a família Fino-Úgrica.

Mesmo assim, o valor atribuído pelo meio científico da época aos registros escritos dificultou o trabalho de Sajnovics. Sajnovics ponderou que, para convencer os céticos, ele deveria usar dados já publicados. Logo, Sajnovics (1770) não empregou nenhum de seus próprios dados coletados em campo da língua Saami do Norte em sua famosa publicação, mas citou exemplos das únicas fontes disponíveis, o livro de Knut Leem (1748) e amostras lexicais (1768-1781) de Saami do Norte, registradas em uma ortografia dinamarquesa inadequada e sem glosas. Ambos eram uma dificuldade para Sajnovics - enquanto sua própria documentação era muito melhor. (Veja Stipa 1990.)

Como se vê, dados de campo e documentação de línguas sem tradição escrita estão conosco desde o início do método histórico-comparativo. O trabalho de Sajnovics era tão conhecido e influente que Rasmus Rask (1818), famoso por seu trabalho em línguas germânicas e indo-européias, considerou que a evidência que ele apresentava para uma relação entre as línguas germânicas com grego e o latim (ponto fundamental para o Indo-Europeu) deveria ser considerada convincente porque era comparável com a “prova [oferecida por Sajnovics anos antes] de que os idiomas húngaro e lapão [saami] são os mesmos”, o que “ninguém negou até este dia” (Rask 1818 [1993]: 283).

Seguindo em frente cerca de cem anos, chegamos à demonstração de Sapir (1913, 1915–19) da validade da família de línguas Uto-Astecas. A prova de Sapir que estabeleceu essa família definitivamente envolveu evidências tanto de Nahuatl, uma língua com abundantes registros escritos desde os anos 1500, e do próprio trabalho de campo de Sapir com o Paiute do Sul, até então uma língua não documentada. Powell (1891), em sua classificação extremamente influente das línguas indígenas americanas ao norte do México, havia rejeitado os Uto-Astecas como uma família lingüística. O trabalho de Sapir demonstrou com elegância impressionante que a família Uto-Asteca é válida, que o método

comparativo pode ser aplicado com sucesso a idiomas não escritos e que a documentação lingüística pode e deve servir à lingüística histórico-comparativa.

O trabalho comparativo de Bloomfield com as línguas algonquinas se tornou ainda mais famoso que o de Sapir em Uto-Azteca por seu impacto na lingüística histórica. A reconstrução de Bloomfield do Proto Algonquino Central (PCA) envolveu dados de seu próprio trabalho de campo para alguns idiomas, como Cree e Menominee, além de contar com registros escritos de outros idiomas da família. A famosa prova de Bloomfield (1925, 1928) de que a mudança sonora é regular também em idiomas não escritos ou “exóticos” é uma importante contribuição para a lingüística em geral. Ele deliberadamente contestou as alegações de que a reconstrução pelo método comparativo não poderia ter sucesso sem registros escritos e talvez poderia não ser aplicável às línguas pouco conhecidas das Américas, como Meillet e Cohen (1924: 9) disseminaram em seu famoso livro *Les Langues du Monde*:

Pode-se perguntar se as línguas da América (que ainda são, em grande parte, pouco conhecidas e insuficientemente estudadas sob um ponto de vista comparativo) algum dia poderiam ser objeto de uma análise comparativa exata e exaustiva; as amostras oferecidas até agora têm poucas promessas ... nem sequer está claro se o princípio da classificação genealógica se aplica.

Bloomfield decidiu desmistificar essa e outras asserções semelhantes. Sua demonstração da regularidade da mudança sonora nesses tipos de idiomas se baseou em conjuntos distintos de correspondências sonoras envolvendo o mesmo conjunto limitado de sons, mas que se combinavam entre si em diferentes padrões nas línguas algonquinas centrais. Ele apontou um conjunto de cinco correspondências sonoras sistemáticas em que apenas quatro sons distintos estavam envolvidos em diferentes padrões de correspondências, conforme ilustrado na Tabela 1, onde os sons correspondentes ocorrem antes de *k*, em encontros consonantais.

Tabela 1. Algumas das correspondências sonoras algonquinas propostas por Bloomfield⁴

	FOX	OJIBWA	PLAINS	MENOMINEE	PCA
			CREE		
1.	hk	šk	sk	čk	*čk
2.	šk	šk	sk	sk	*šk
3.	hk	hk	sk	hk	*xk
4.	hk	hk	hk	hk	*hk

⁴ Bloomfield usava símbolos da tradição americanista de notação fonética, cuja correspondência com o IPA é a seguinte: š para *ʃ*, ç para *θ*, č para *tʃ*, x para *x*, k para *k* [N.T].

5. šk šk hk hk *çk[cf. *htk* Swampy Cree]

Observamos que no conjunto (1) Bloomfield comparou šk em Ojibwa com os agrupamentos correspondentes dos outros idiomas; no entanto, como ficará claro abaixo, houve um erro e a verdadeira correspondência Ojibwa para o conjunto (1) é *sk*.

Bloomfield reconstruiu *çk para o conjunto (5), distinto da reconstrução para os outros conjuntos, mesmo que o fonema *ç em (5) não seja encontrado nos outros idiomas. No entanto, como se vê, o padrão de como os sons correspondem é diferente neste conjunto com relação aos demais. Portanto, Bloomfield reconstruiu *çk para o conjunto (5), diferente das reconstruções propostas para os outros quatro conjuntos de correspondências, com base no pressuposto de que a mudança de som é regular e que a diferença do conjunto (5) não poderia ser explicada por nenhum outro. Sua decisão de reconstruir algo diferente para (5) foi confirmada mais tarde, quando descobriu-se que Swampy Cree tinha a correspondência *htk* para o conjunto (5), distinto em Swampy Cree dos sons dos outros quatro conjuntos de correspondências. A descoberta de que o conjunto (5) realmente tinha uma diferença na correspondência do Swampy Cree foi tomada como confirmação da hipótese de que a mudança sonora é de fato regular. Foi esse princípio que exigiu uma reconstrução diferente para o conjunto (5), mesmo se todos os conjuntos envolvessem basicamente os mesmos sons mas em diferentes combinações.

O famoso artigo de Bloomfield (1928) foi apresentado pela primeira vez no Encontro Anual da Sociedade lingüística da América (LSA) de 1927, em Nashville, intitulado “Uma reconstrução confirmada”. Essa prova foi muito influente na lingüística histórica. No entanto, a história não termina aí; existem outras lições a serem aprendidas neste caso. A prova de Bloomfield também mostra como a insistência em fontes escritas pode ser um obstáculo à reconstrução. Como mencionado, Bloomfield confiou em fontes escritas para os dados de algumas das línguas e em seus dados de trabalho de campo para outras. Ele usou fontes de Fox e Ojibwa escritas por William Jones, de Oklahoma, que era um falante nativo de Fox.⁵ Porém como Fox não contrasta *sk* e *šk*, ele não pôde percebê-lo em Ojibwa (e erroneamente teve *šk* em Ojibwa para os dois conjuntos (1) e (5)). Swampy Cree não teria sido a única testemunha da distinção do conjunto (5) se este erro sem o contraste em Ojibwa não tivesse sido cometido. Como afirmou Hockett (1948: 126): “Swampy Cree não era mais o único dialeto existente para manter o PA [Proto-Algonquino] separado; Ojibwa agora era conhecido por fazê-lo também”. Como Bloomfield (1946: 88)

5 Jones, de Oklahoma, era um falante nativo da Fox; ele foi treinado em antropologia e foi morto por caçadores de cabeças em 1909 enquanto fazia um trabalho de campo nas Filipinas. Não deve ser confundido com Sir William Jones, cuja fama na lingüística histórica remonta há muito mais tempo. [N.T: esse trecho constava anteriormente no corpo do texto]

reconheceu mais tarde:

*O barulho e os problemas por trás da minha nota em Language (Bloomfield 1928) teriam sido evitados se eu tivesse escutado o Ojibwa, que claramente distingue šk (<PA *çk [conjunto (5)]) de sk ([conjunto (1)]); em vez disso, eu dependia de registros escritos que não mostravam tal distinção.*

Em resumo, neste caso, a dependência de materiais escritos mais antigos era um obstáculo à reconstrução confiável usando o método histórico-comparativo; foi a documentação do trabalho de campo registrada com precisão que baseou a solução correta. Como Hockett (1948: 122) concluiu a partir deste caso, “os registros escritos são um meio para atingir um fim, e não há justificativa para mantê-los em alta estima ou mesmo em reverência (como às vezes é o caso), EXCETO como evidência indireta para o que se está tentando descobrir.”

Mais tarde, em um artigo sobre o método histórico-comparativo como método das ciências sociais, Sapir (1931) elogiou a prova de Bloomfield e acrescentou outro exemplo semelhante a partir de seu trabalho anterior sobre línguas Atabaska.

Em suma, Sapir e Bloomfield contribuíram significativamente para a documentação lingüística e para a lingüística histórica, bem como para o pensamento teórico em geral da lingüística. Todos os casos que acabamos de ver estabelecem a conexão entre a documentação lingüística em trabalho de campo e a lingüística histórica. Eles incluem especificamente contribuições que serviram para o desenvolvimento do método histórico-comparativo e que provaram a regularidade da mudança sonora mesmo em línguas sem registros escritos e menos documentadas, sem mencionar as demonstrações de relações de parentesco e o estudo da história das línguas relacionadas. É muito comum nas Américas, Austrália e Pacífico – e não é incomum em outros lugares – que os lingüistas que documentam as línguas também estejam envolvidos na classificação e no estudo histórico dessas línguas - muitas das publicações de Marianne Mithun ilustram a relação entre documentação e pesquisa em lingüística histórica de maneira exemplar.⁶

3. Por que a documentação lingüística, particularmente de línguas ameaçadas, é importante para a lingüística histórica?

Antecipando a resposta a esta pergunta, começemos com alguns números. Das 7105 línguas faladas no mundo hoje (de acordo com o Ethnologue.

⁶ Nesta seção, concentrei-me em exemplos em que o trabalho de campo produziu dados mais confiáveis do que os encontrados nos registros escritos. Naturalmente, não se trata apenas de dados de trabalho de campo superiores aos registros escritos, mas se aplica a qualquer tipo de material incorretamente registrado - alguns registros são melhores do que outros, sejam trabalhos de campo ou registros escritos.

com), 3232 estão em perigo, o que equivale a 45% das línguas ainda vivas (endangered-languages.com [acessado em 28-10-2014]). Cerca de 639 línguas sobre as quais temos de fato algum conhecimento estão extintas; dessas, 227 foram extintas após 1960. Em outras palavras, de todos os idiomas que foram extintos ao longo dos milênios da história conhecida, 35% deles foram extintos somente nos últimos 50 anos. Isso confirma que a taxa de extinção de idiomas é alarmante e mais acelerada agora do que no passado. Talvez mais significativo para a lingüística histórica seja o fato de que precisamente 100 famílias lingüísticas inteiras (incluindo línguas isoladas) foram extintas. Isso equivale a um quarto (24%) das c.420 famílias lingüísticas conhecidas no mundo (endangeredlanguages.com). Essas perdas e a ameaça de extinção de muitas línguas têm implicações significativas para a lingüística histórica.

A extinção de uma língua é uma perda monumental de informações científicas e antropológicas (cf. Evans 2010; Hale 1998; Harrison 2007; Nettle & Romaine 2000: 50–77; Maffi 2005), comparável em gravidade à perda de uma espécie biológica inteira, como o Tigre de Bengala ou a Baleia Franca. No entanto, a extinção de famílias inteiras de línguas é uma tragédia ainda maior, comparável à perda de ramos inteiros do reino animal, como à perda de todos os felinos ou cetáceos. Imagine o que seria tentar descobrir a história do reino animal com um quarto dos principais ramos desaparecidos, o que é uma realidade para a lingüística histórica, uma vez que 24% das famílias lingüísticas já estão extintas! Aquelas que foram perdidas com documentação inadequada ou inexistente deixam um enorme déficit: a história que poderia ter sido obtida a partir dessas línguas agora está para sempre perdida para nós. Sem a documentação adequada dessas línguas, não podemos determinar sua classificação genética, nem investigar os muitos outros tipos de evidências históricas que poderiam ser obtidas com as evidências lingüísticas - informações sobre migrações e contatos humanos, interações entre grupos, regiões originárias, relacionamentos entre línguas, mudanças lingüísticas, culturas (pré) históricas, e assim por diante. Por todas essas razões e muito mais, a documentação de línguas ameaçadas é extremamente importante para a lingüística histórica.

4. Hipóteses sobre possíveis tipos de mudanças lingüísticas em idiomas ameaçados

Não apenas a documentação de línguas ameaçadas pode fornecer informações cruciais para responder a perguntas sobre a história das línguas, e, por meio disso, sobre a história humana, mas também as informações sobre línguas ameaçadas também podem fornecer pontos de vistas sobre como os idiomas mudam, principalmente quando estão severamente ameaçados. As investigações de línguas ameaçadas têm levantado questões sobre a própria natureza da mudança lingüística, sobre as quais agora me concentrarei. Os

exemplos discutidos nesta seção foram selecionados a partir de línguas severamente ameaçadas que possuem apenas alguns semi-falantes; esses exemplos não refletem línguas ameaçadas que, apesar de seu status de perigo, ainda possuem um número de falantes completamente fluentes.

A primeira pergunta é: a mudança sonora em línguas ameaçadas seria necessariamente regular? Embora em idiomas não ameaçados a mudança sonora seja geralmente considerada regular (Campbell 1996, 2013; Labov 1994), a resposta a essa pergunta parece ser “não”: a mudança sonora em idiomas ameaçados não precisa necessariamente ser regular.⁷ Alguns irão achar esta conclusão chocante. Ilustro isso com exemplos de meu próprio trabalho com várias línguas indígenas ameaçadas das Américas.

As mudanças em línguas ameaçadas geralmente não alteram todas as instâncias de um som específico de forma igual. Algumas vezes alteram o som em algumas palavras e outras não. Por exemplo, em Tlahuica (também conhecido como Ocuilteco, um idioma otomano do México), os falantes fluentes vozeiam oclusivas após nasais, mas os semi-falantes da língua, que não são tão competentes quanto os falantes nativos, irregularmente às vezes as sonorizam (como *nd*) e às vezes não (como *nt*). Os semi-falantes de Cuisnahuat Pipil (uma língua uto-asteca de El Salvador) irregularmente às vezes ensurdecem /l/ em posição final e às vezes não, embora falantes fluentes sempre produzem o alofone desvozeado (veja Campbell & Muntzel 1989 para esses e outros exemplos). Essas não são mudanças regulares.

Exemplos como esses são contrários à hipótese da regularidade neogramática, de que leis sonoras não sofrem exceções. O que isto significa? Dado que a regularidade da mudança sonora é verdadeira em idiomas não ameaçados, não abandonaríamos esse valioso princípio apenas porque, às vezes, a fala dos semi-falantes possa fugir à regra, assim como não abandonaríamos um princípio lingüístico que de outra forma estivesse bem amparado em dados de línguas regulares se encontrássemos violações a esse princípio apenas na fala de aprendizes adultos de uma segunda língua ou de pessoas com diferentes tipos de patologias da linguagem.

7 Um revisor anônimo perguntou sobre a difusão de mudanças sonoras através do léxico, indagando se é verdade que a mudança sonora em idiomas não ameaçados é geralmente regular, “ou se o estudo de idiomas ameaçados nos leva de volta ao estudo de línguas não-ameaçadas, a fim de entender melhor a natureza da mudança sonora e como a variação funciona?” É claro que existem defensores da difusão lexical e de opiniões divergentes sobre a regularidade da mudança sonora em geral. No entanto, a maioria dos lingüistas históricos não concorda, rejeitando a difusão lexical da mudança sonora e apoiando a regularidade da mudança sonora. Pessoalmente, encontro os argumentos contra o primeiro (cf. Labov 1994: 421-543; Campbell 2013: 195-7) e o segundo (cf. Campbell 1996, 2013: 15, 135-42, 189-90, 337-8 ; Labov 1994: 452-74, 501) completamente convincentes.

4.1 Mudança normal?

Outra pergunta é: as línguas ameaçadas podem mudar de maneiras que normalmente não são possíveis em línguas não-ameaçadas? A resposta parece ser “sim”. Por exemplo, alguns semi-falantes de Jumaytepeque (uma língua Xinka da Guatemala) arbitrariamente glotalizaram essencialmente todas as consoantes oclusivas ($C > C'$) (Campbell & Muntzel 1989: 189) - essa não é uma mudança sonora normal. Isso não seria esperado em línguas em bom estado de vitalidade. Como dizem Campbell e Muntzel (1989: 189):

Elementos linguísticos marcados ou “exóticos” do ponto de vista de uma língua dominante podem não ser completamente dominados por aprendizes imperfeitos [de L2], e por não saberem exatamente a que lugar pertencem, esses falantes às vezes perdem o controle, por assim dizer, empregando o padrão “exótico” com maior frequência, o que seria inapropriado numa variedade não-ameaçada da mesma língua.

É essencialmente impossível que uma língua em situação normal de vitalidade mude todas as suas oclusivas desvozeadas para glotalizadas (ejetivas), não deixando nenhuma oclusiva desvozeada simples no seu inventário fonêmico. Isso violaria o universal de que a presença de consoantes glotalizadas (ejetivas) implica a presença de contrapartes não glotalizadas comuns em um idioma. Mudanças em línguas não-ameaçadas não violam os universais linguísticos (cf. Labov 1994).

Em outro exemplo, os semi-falantes de Teotepeque Pipil (Uto-Asteca, El Salvador) generalizaram o /l/ desvozeado, perdendo o /l/ com voz modal. Na variedade Pipil não-ameaçada, o /l/ desvozeado é um alofone de /l/ em final de palavra, como em: /čil / [čil] ‘pimenta malagueta’, mas / čiltik / [čiltik] ‘red’ (com base na raiz de ‘pimenta’ mais -tik’ sufixo adjetivo’). Os semi-falantes teotepeques perderam o contexto que condicionava a pronúncia do “l” desvozeado; eles mudaram $l > l'$ em todos os contextos, como por exemplo em peelu ‘cachorro’, čakałin ‘camarão’, čiltik ‘vermelho’ - nenhum dos quais tinha /l/ desvozeado na variedade de falantes fluentes mais velhos (ver Campbell 1985). Essa mudança é praticamente desconhecida em idiomas não-ameaçados; não é uma mudança esperada ou normal, e é tipologicamente difícil de acontecer.

Em um outro exemplo, também da Teotepeque Pipil, os semi-falantes mudaram $\check{s} > r$ (/š/ é uma fricativa laminal não-apical retroflexa, para um “r” vibrante múltiplo). Essa mudança é desconhecida em outras línguas; o Pipil nativo não possui r de nenhum tipo, e a mudança $\check{s} > r$ é antinatural e inesperada. A mudança parece ter a ver com os falantes que impõem os pré-julgamentos dos falantes da língua dominante, o espanhol, ao Teotepeque Pipil. O espanhol

local tem uma variante estigmatizada [ʃ̃] do /r/ vibrante múltiplo do castelhano e outras variedades de prestígio do espanhol da região. O estigma do alofone [ʃ̃] em espanhol fez com que os falantes mudassem o som nativo de Pipil para se adequar ao padrão de prestígio do espanhol, substituindo seu *ʃ* pelo *r*, por exemplo, *ručit* < *ʃučit* ‘flor’. Essa mudança não é natural e não seria esperada em idiomas não-ameaçados.⁸ (Para esses e outros exemplos, consulte Campbell & Muntzel, 1989.)

Essas duas questões - sobre a existência de mudanças sonoras irregulares e não-naturais em línguas ameaçadas - merecem mais investigações. Elas têm implicações importantes para a lingüística histórica.

5. Contribuições da documentação lingüística para a lingüística histórica

Passo agora a apresentar alguns casos em que a documentação lingüística contribuiu para a lingüística histórica. Lingüística histórica é definida aqui convencionalmente como aquilo que os estudiosos que se chamam “lingüistas históricos” fazem; isso abrange uma ampla variedade de temas - qualquer coisa que trate de como e por que as línguas mudam, incluindo a pré-história lingüística - que em geral são abordados nos livros introdutórios sobre lingüística histórica (como por exemplo, Campbell 2013).

Muitos exemplos podem ser citados; casos de Sajnovics, Sapir e Bloomfield já foram mencionados acima. Aqui cito apenas alguns dos meus trabalhos de documentação lingüística.

5.1 Agricultura entre os Xinka e visões sobre a diversificação lingüística

Xinka é uma pequena família de quatro idiomas no sudeste da Guatemala. Quase todos os termos para plantas cultivadas nas línguas dessa família são emprestados das línguas Maias (Campbell 2003). Deduzimos disso que os falantes dessas línguas não eram agricultores até seu contato com grupos Maias dos quais eles adquiriram agricultura. É a documentação do trabalho de campo dessas línguas que registrou essas palavras e nos permitiu identificá-las como empréstimos. Isso, por sua vez, permitiu-nos contribuir para o entendimento da história dessas línguas e, por meio disso, para entender aspectos da pré-história

⁸ Um revisor anônimo suspeita que uma mudança de uma fricativa retroflexa para um *r* “parece algo que não é tão antinatural, dado que a fricativa é retroflex. Mudanças semelhantes, no entanto, são praticamente desconhecidas em outras partes do mundo - a mudança seria envolver mudar sem voz para sonora, retroflexo (pós-alveolar) para dental e adicionar a vibração múltipla: não é algo simples e direto de forma alguma. (Como essas alterações não são conhecidas, não é possível encontrar referências para documentar sua inexistência.)

dos povos Xinka e da região da Mesoamérica como um todo. Um dos idiomas Xinka, Jumaytepeque, era desconhecido até 1972. Descobri esse idioma como parte de um projeto de documentação da língua Xinka. Determinar exatamente quais línguas existem é também uma parte importante da documentação lingüística. Assim, os materiais disponíveis para a investigação histórica da família Xinka foram, é claro, bastante ampliados pela descoberta de uma língua adicional pertencente a essa pequena família

Além disso, não apenas o caso de termos agrícolas emprestados nos falam algo sobre a pré-história Xinka (também uma contribuição para o estudo em geral da pré-história lingüística (ver Campbell 2013: 433)) mas também possuem implicações para pontos de vistas mais gerais sobre a diversificação lingüística, uma das principais questões para um lingüista histórico. O caso Xinka desafia aspectos do modelo de dispersão agrícola-lingüística (Renfrew 1996; Bellwood 2001, 2002; cf. Campbell 2003; Campbell & Poser 2008: 337–44), que realça o papel da agricultura como força motriz para a disseminação de famílias lingüísticas como a indo-européia, austronésia etc. A hipótese é a de que os agricultores se expandem, dominando grupos não-agricultores e seu território. Como Renfrew (1996: 70) coloca, “as dispersões agrícolas, geralmente através da expansão das populações de agricultores por um processo de colonização ou difusão dêmica, são responsáveis pela distribuição e extensão geográfica de muitas das famílias lingüísticas do mundo.” No entanto, as línguas Maias, faladas por povos com agricultora, não se espalharam e eliminaram as línguas Xinka, faladas por povos sem agricultora. A agricultura se espalhou, mas as línguas continuaram. Os povos Xinka mantiveram sua identidade e sua língua, primeiro como não-agricultores, depois como agricultores. A agricultura foi adquirida pelo contato com seus vizinhos Maias, e não por “propagação dêmica”, como o modelo prevê. O caso Xinka é um contraexemplo claro ao modelo de dispersão agrícola-lingüística e fornece informações relevantes para os modelos de diversificação lingüística em geral.

5.2 Contato entre línguas na ‘Misión La Paz’ e mudança lingüística em situações de intenso contato

Descrevo nesta seção várias descobertas em lingüística histórica que provêm da documentação de línguas da região de Misión La Paz, Província de Salta, Argentina (doravante MLP). Três línguas indígenas são faladas na MLP: Chorote, Nivaclé (também conhecido como Chulupí, Ashluslay) e Wichí (anteriormente chamado Matakó). Todas as três são membros da família lingüística Matakó, cujo grau de diversificação remonta ao das línguas germânicas. Em particular, concentro-me nas mudanças que envolvem o contato entre línguas e crenças sobre convergência lingüística. A visão comum sobre línguas em contato intensivo é que elas devem sofrer convergência estrutural, tornando-se mais

parecidas entre si e não sofrer mudanças que as tornem mais diferentes. Por exemplo, Bloomfield (1933: 476) declarou: “Quando duas comunidades de fala estão em comunicação contínua, espera-se convergência lingüística e qualquer grau de divergência requer uma explicação.” Labov (2011: 5) e várias outras pessoas repetem essa citação, e citações com conteúdo semelhante poderiam ser encontradas na obra de muitos outros lingüistas. Como veremos, exemplos de mudanças nas línguas de MLP se baseiam significativamente em afirmações desse tipo.

Para começar, forneço algumas informações sobre o multilingüismo na MLP, algo importante para a compreensão das mudanças descritas abaixo. (Para mais detalhes sobre o histórico e a intensidade do contato entre línguas na MLP, consulte Campbell & Grondona 2010.) Em diálogos na MLP, falantes e ouvintes normalmente não se comunicam pela mesma língua. Em vez disso, as pessoas se comunicam em diferentes idiomas, e não se acomodam às diferentes línguas de seus interlocutores. Esse uso não recíproco de diferentes idiomas tem sido chamado de duo-lingüismo (Lincoln 1979). A exogamia lingüística também é praticada na MLP - i.e. um indivíduo se casa com outro que fala uma língua diferente da sua. Nesse caso, cada cônjuge fala sua própria língua, enquanto é endereçado e entende a língua do outro - i.e. um cônjuge não se “acomoda” à língua do outro cônjuge, mas cada um fala sua própria língua (consulte Campbell & Grondona 2010 para obter detalhes). Em geral, as pessoas se identificam com um único idioma e o falam com todas as demais pessoas. As pessoas afirmam que compreendem, mas não falam uma ou nenhuma das duas outras línguas indígenas na MLP. No entanto, todas as línguas são faladas constantemente e geralmente as pessoas compreendem perfeitamente as línguas que dizem não falar. Na maioria das famílias, conversas multilíngues e duo-lingües acontecem o dia todo, todos os dias.

Geralmente, acredita-se que em situações intensas de contato lingüístico, as línguas em contato tendem a sofrer mudanças estruturais que as tornam mais parecidas entre si. Por exemplo, em casos famosos da Índia, diferentes idiomas em contato mudaram para se tornar estruturalmente mais semelhantes entre si, de modo que é possível uma correspondência estrutural bastante nas traduções exatas de morfema por morfema entre as diferentes línguas (ver Gumperz & Wilson 1971 ; Nadkarni 1975). No entanto, contra as expectativas, as três línguas indígenas na MLP não mostram evidências óbvias de mudanças que as tornaram estruturalmente mais semelhantes umas às outras; ao contrário, elas têm passado por mudanças que as têm tornado estruturalmente mais diferentes. Ilustro isso com três exemplos.

Todas as três línguas têm ou tiveram uma lateral desvozeada /h/, como em Nivaclé *huʔp*, Wichí *ʔup*, Chorote *lop/xlop* ‘ninho’, para citar um conjunto de formas cognatas. No entanto, os falantes de Chorote na MLP mudaram a realização desse fonema. Eles não têm mais [h]; em vez disso, eles mudaram

para uma sequência de consoantes /x/ + /l/ alternando com /l/ simples (sem /x/) em alguns contextos, especialmente em início e final de palavra, como em: xlop/lop ‘ninho’, xlaʔa/laʔa ‘fruta’, xlam/lam ‘he’, xloma/loma ‘dia’, samexl/samel ‘nós’, etc.

Essa mudança ocorreu apesar do fato de esses falantes de Chorote estarem em constante contato com os falantes das outras duas línguas, as quais preservaram o /l/ desvozeado. Mudar /l/ quando os outros idiomas o mantiveram contraria as expectativas sobre mudanças em línguas em contato intenso. Espera-se que, se os outros idiomas nessa situação de contato tiverem /l/, haverá pressão sobre Chorote para não perder ou alterar seu /l/, e permanecer estruturalmente semelhante aos outros dois idiomas em relação a essa característica.

Em outro exemplo, Nivaclé e Wichí têm formas pronominais contrastivas inclusivas e exclusivas no plural de primeira pessoa, como se vê em Nivaclé nos contrastes entre os pares (a) e (b) em (1), (2) e (3); o contraste em Wichí é visto nos pares (a) e (b) em (4), (5) e (6) mais abaixo:

- (1a) kas-waʔtʂa
1pl.incl.poss-pron.raiz
‘nós’ (todos nós)
- (1b) yi-waʔtʂa-ʔeʃ
1.poss-pron.raiz-pl.excl
‘nós’ (menos você[s])
- (2a) katsi-tata
1pl.incl.poss-pai
‘nosso pai’ (de todos nós)
- (2b) yi-tata-ʔeʃ
1.poss-pai-pl.excl
‘nosso pai’ (não de você[s])
- (3a) šta-sekkis
1pl.incl.act-arranhar
‘nós o arranhamos’ (todos nós)
- (3b) xa-sekkis-eʃ
1act-arranhar-pl.excl
‘nós o arranhamos’ (menos você[s])

O contraste inclusivo-exclusivo em Wichí é visto na diferença entre as formas (a) e (b) nos exemplos (4) a (6).

- (4a) n-ʔameʃ
1pl.incl.poss-pron.raiz
‘nós’ (todos nós)

- (9b) si-ʔwešiy=ayi [1est-caçar=prosp] ‘estou indo caçar e coletar’
 (10a) hi-kapehnan [2act-cozinhar] ‘você cozinha’
 (10b) in-kapehnan=ayi [2est-cozinhar=prosp] ‘você irá cozinhar’

A construção na qual o “prospectivo” requer uma concordância pronominal estativa no verbo (independentemente de o verbo ser inerentemente ativo ou estativo) é o estágio original dos sistemas dessas línguas. No entanto, Nivaclé da MLP mudou: a construção correspondente em Nivaclé não concorda da mesma forma com o prospectivo, usando apenas os prefixos ativos como em (11a) e tratando construções com prefixos estativos como agramaticais como em (11b):

- (11a) xa-woʔ=xayu [1act-caçar=prosp] ‘estou indo caçá-lo’
 (11b) *tsi-woʔ=xayu [1est-caçar=prosp]

Seria esperado que, devido ao contato intenso, a exigência gramatical que se vê em Chorote e outros dialetos do Nivaclé (cujos falantes também vivem na MLP) fora mantida no dialeto Nivaclé à Montante falado na MLP. No entanto, não foi o que aconteceu; apesar da influência das outras línguas para se manter a regra de concordância pronominal, o Nivaclé da MLP a mudou. (Veja Campbell & Grondona 2010.)

5.3 Empréstimo lexicais nas línguas Matakó

As línguas Matakó são notáveis por possuírem muito poucas palavras emprestadas do espanhol ou de outros idiomas. Essa tendência foi descoberta no trabalho de documentação lingüística na MLP e possui implicações mais amplas, cruzando-se com outros aspectos do contato lingüístico intensivo na região. Nivaclé e Chorote geralmente não permitem que itens culturais externos sejam acompanhados de material lexical vindo de outras línguas; em vez disso, eles utilizam recursos lingüísticos nativos para criar termos para itens culturais recém-adquiridos. Alguns dos mecanismos envolvidos são:

[1] Um sufixo derivacional: por exemplo, Nivaclé *tašinštax* ‘cabra’, derivada de *tašinša* ‘cervo-cinzento (Mazama gouazoubira)’ + *-tax* ‘semelhante a’ e Chorote *sona* ‘cabra’, de *sonaʔ* ‘cervo-cinzento’ *-ta* ‘semelhante a’; Nivaclé *itx* ‘fósforo’, de *itx-tax* ‘fogo-similar’.

[2] Onomatopéia: como em Nivaclé *kututut* ‘motocicleta’, Chorote *pohpoh* ‘motocicleta’.

[3] Descrição/metáfora: por exemplo, Nivaclé *tışxan* ‘rádio, gravador’, de *t-iřxan* ‘canta’; Chorote *t-ikyenisyen* ‘rádio, gravador’, de *t-ikyénisyen* ‘canta’; Nivaclé *siwakkak* ‘bicicleta’, de *siwakkak* ‘aranha’.

(Veja Campbell & Grondona 2012)

Haveria uma explicação para essa resistência ao empréstimo? Não existe uma análise segura, mas é possível especular que a relativa ausência de palavras emprestadas possa ser devida ao duo-lingüismo e outros padrões do multilingüismo local. A resistência às palavras emprestadas seria devido ao fato de as pessoas entenderem as outras línguas e optarem por falar apenas uma delas? Empréstimos, em geral, são relacionados a “falantes” multilíngues que trazem palavras de uma das línguas que eles falam para uma outra língua enquanto a falam. Seria então o caso de que, se eles realmente não falam outras línguas que entendem, haveria pouca motivação para importar palavras estrangeiras? Se eles nunca pronunciam uma palavra em voz alta de um outro idioma, por que eles usariam essa palavra estrangeira ao falar seu próprio idioma? Esse caso merece mais investigação.

5.4 Implicações mais amplas da situação da MLP

Casos como esses na MLP nos desafiam a investigar mais detalhadamente o que acontece em situações de contato intenso entre línguas. Nenhuma dessas mudanças relatadas acabaria sendo conhecida sem a documentação lingüística recente realizada na MLP; essas descobertas contribuem não apenas para entender a estrutura e a história desses idiomas específicos, mas também têm várias implicações para se compreender o que é a mudança lingüística em geral.

Os exemplos da MLP que acabamos de apresentar deixam claro que a pressão assumida para a convergência no contato intensivo não impediu que essas três línguas se tornassem mais distintas umas das outras. Em vez disso, elas sofreram mudanças que resultaram em uma maior diferença entre as três, enquanto nenhuma mudança em direção à convergência é evidente na MLP. Em suma, é errado insistir que as línguas em contato intensivo devam necessariamente mudar apenas na direção de uma maior semelhança estrutural e nunca na direção de uma maior diferença. Como Bloomfield (1933: 476) disse, e dito acima, esses casos exigem uma explicação.

6. Contribuições da lingüística histórica para a documentação e revitalização lingüística

Valeressaltar quem todas as contribuições estão na direção da documentação lingüística para a lingüística histórica. Às vezes, a lingüística histórica também pode contribuir para a documentação e revitalização de línguas. Por exemplo, os programas “Breath of Life” geralmente ajudam as comunidades indígenas a encontrar e interpretar documentos escritos mais antigos de seus idiomas. A interpretação algumas vezes requer técnicas filológicas (compreensão de como as anotações realmente funcionam).⁹

⁹ Neste caso, o autor está tratando a filologia como um dos métodos da lingüística histórica [N.T].

Túnica fornece um exemplo concreto. As principais fontes em Túnica são de Mary R. Haas (1941, 1946, 1950, 1953). Enquanto mesmo os trabalhos de Haas requerem interpretação para torná-los úteis para os indígenas que atualmente trabalham para revitalizar sua língua, os exemplos que vamos discutir aqui tratam da investigação filológica em trabalhos ainda mais antigos. Haas trabalhou com o último (semi)falante de Túnica, Sesostrie Youchigant, que não falava a língua havia vinte anos. Como disse Haas (1941: 10):

De fato, muitas vezes tive a sensação de que os sulcos do Tunica na memória de Youchigant poderiam ser comparados aos sulcos de um registro fonográfico; pois ele podia repetir o que ouvira, mas era incapaz de criar novas expressões por sua própria vontade.

A descrição de Haas da concordância do verbo em Túnica é confusa e, como sabemos agora, também foi errônea em algumas partes se tomamos como base a variedade dos falantes mais antigos e completamente fluentes. Heaton (2013), em uma investigação filológica das notas de campo de Albert S. Gatschet de c.1886 (publicada em Swanton 1921), descobriu que Túnica tinha alinhamento ativo-estativo, não marcado, conforme relatado na descrição de Haas. Gatschet havia listado paradigmas verbais completos e, a partir deles, Heaton foi capaz de descobrir o alinhamento original dos verbos em Túnica, o que não estava disponível para Haas porque Youchigant, como semi-falante, não o aprendeu completamente. O alinhamento ativo-estativo de Túnica é visto nos seguintes exemplos (de Heaton 2013).

Verbo transitivo

- (12) uhk-po-ni
3masc.sg.est-ver-1sg.act
'eu o vi'
- (13) ihk-po-wi
1est-ver-3masc.sg.act
'ele me viu'

Verbo Intransitivo Ativo

- (14) pata-wi
cair-3masc.sg.act
'ele caiu'
- (15) pata-ni
cair-1sg.act

‘eu caí’

Verbo Intransitivo Estativo

(16) uhk-yahpa
3masc.sg.est-ter.fome
‘ele tem fome’

(17) ihk-yahpa
1sg.stat-ter.fome
‘eu tenho fome’

Nesses exemplos, vemos que nos verbos ativos (“eventos”, em que algo acontece), o sufixo -ni ‘primeira pessoa do singular ativo’ marca o sujeito tanto do verbo transitivo ‘ver’ (em (12)) quanto do verbo intransitivo ativo ‘cair’ (em (15)). No entanto, o prefixo ihk- ‘primeira pessoa do singular estativo’ marca o sujeito dos verbos intransitivos estativos, como em (17), e o objeto dos verbos transitivos, como em (13). Ou seja, os sujeitos dos verbos intransitivos diferem dependendo se são ativos ((14) e (15)) ou estativos ((16) e (17)).

Haas disse a respeito de seus verbos “estáticos” (os estativos) que “não existem mais de trinta deles no material disponível” (Haas 1941: 59), que eles são flexionados “por meio de prefixos pronominais inalienáveis que funcionam no nível gramatical como objetos e no nível interpretativo como sujeitos” (p.40), e que os verbos “não podem ser usados sem eles [os prefixos possessivos pronominais inalienáveis] ”(p.59). Nos materiais de Gatschet, no entanto, os verbos estativos pronominais tomam os afixos equivalentes não aos prefixos pronominais inalienáveis, mas ao conjunto alienável de prefixos possessivos pronominais, como em (18) (compare o sujeito de verbo estativo em (16)):

(18) uhk-as
3masc.sg.alienável-cachorro
‘cachorro dele’

(19) u-ési-ku
3masc.sg.inalienável-pai-3masc.sg
‘pai dele’

Os prefixos possessivos alienáveis (como em (18)) são iguais na forma àqueles que marcam o sujeito dos verbos estativos em (16) e (17) e os objetos dos verbos transitivos em (12) e (13). A diferença entre Gatschet e Haas pode ser vista na comparação de (20) de Haas (que tem um prefixo de sujeito equivalente ao prefixo inalienável) com (21) de Gatschet (onde o prefixo de sujeito, em contraste, é equivalente ao prefixo possessivo alienável):

(20) u-wana [de Haas]

3masc.sg.inalienável/3masc.sg.est-quer
 ‘ele quer’

- (21) uhk-wana [de Gatschet]
 3masc.sg.alienável-quer
 ‘ele quer’

A categoria do verbo estativo é aparentemente aberta, não se limitando às poucas raízes verbais listadas por Haas. A análise de Heaton dos materiais mais antigos da língua Túnica, documentada por Gatschet, mostrou que a flexão verbal estativa empregava consistentemente os afixos de sujeito equivalentes aos afixos pronominais possessivos alienáveis, e não aos inalienáveis descritos por Haas. O sistema de alinhamento de verbos ativo-estativo é claro, aparentemente sem exceção. A descoberta de Heaton é usada agora nos materiais de revitalização da língua Túnica. Assim, a investigação filológica de Túnica contribuiu para a sua revitalização lingüística (Heaton 2013).

7. Conclusões

Os exemplos neste trabalho demonstraram o seguinte:

1. Sem documentação de línguas ameaçadas, podemos perder muito - já perdemos essencialmente um quarto das famílias de idiomas do mundo. Por outro lado, com a documentação, ganhamos muito, incluindo o acesso à história das línguas e, por meio dela, à história humana, conforme ilustrado nos exemplos apresentados aqui.

2. Na documentação lingüística, podemos encontrar evidências de mudanças específicas em determinadas línguas, tipos de empréstimos e mudanças devido ao contato entre línguas, além de outras coisas.

3. A pesquisa em línguas ameaçadas serviu de base para a descoberta de que a mudança sonora nessas línguas não precisa ser regular e muitas vezes não é normal ou natural (i.e., não está de acordo com as expectativas tipológicas e alguns universais lingüísticos). Nenhum desses resultados, no entanto, vale para línguas não-ameaçadas, em que a regularidade das mudanças sonoras e a naturalidade das mudanças lingüísticas se mantêm.

4. Podemos também descobrir os padrões de empréstimos, que em alguns casos têm implicações que contestam afirmações como a hipótese da dispersão agrícola-lingüística e que têm implicações gerais para hipóteses relacionadas à diversificação lingüística.

5. A documentação lingüística a serviço da lingüística histórica pode desvendar mudanças em situações multilíngues de contato intensivo, com implicações gerais sobre funciona o contato entre línguas.

6. Os exemplos da documentação das línguas em Misión La Paz (Argentina)

permitem compreender os padrões de como ocorrem as escolhas e os usos lingüísticos na interação entre exogamia lingüística e do duo-lingüismo.

7. A investigação em lingüística histórica de documentos antigos pode ajudar a recuperar aspectos da gramática das línguas, o que, por sua vez, pode ser útil para programas de revitalização e renascença de línguas, como no caso de Túnica.

8. Os lingüistas devem estar cientes das implicações da documentação lingüística e das contribuições que ela traz para a lingüística histórica em geral. Aqueles que fazem documentação lingüística devem estar cientes e prestar atenção às possíveis contribuições que seu trabalho possa fazer para a lingüística histórica, de modo que informações relevantes para a interpretação da história das línguas e para a compreensão da mudança lingüística não sejam ignoradas ou perdidas.

Referências

- Bellwood, Peter. 2001. Early agriculturalist population diasporas? Farming, languages, and genes. *Annual Review of Anthropology* 30: 181–207. doi: 10.1146/annurev.anthro.30.1.181
- Bellwood, Peter. 2002. Farmers, foragers, languages, genes: The genesis of agricultural societies. In *Examining the Farming/Language Dispersal Hypothesis*, Peter Bellwood & Colin Renfrew (eds), 17–28. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research.
- Bloomfield, Leonard. 1925. On the sound system of Central Algonquian. *Language* 1: 130–56. doi:10.2307/409540
- Bloomfield, Leonard. 1928. A note on sound-change. *Language* 4: 99–100. doi: 10.2307/408791
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. New York NY: Holt, Rinehart, and Winston.
- Bloomfield, Leonard. 1946. Algonquian. In *Linguistic Structures of Native America* [Viking Fund Publications in Anthropology 6], Harry Hoiyer (ed.), 85–129. New York: The Viking Fund.
- Blust, Robert. 1990. Summary report: Linguistic change and reconstruction methodology in the Austronesian language family. In *Linguistic Change and Reconstruction Methodology*, Philip Baldi (ed.), 133–54. Berlin: Mouton de Gruyter. doi: 10.1515/9783110881998
- Campbell, Lyle. 1985. *The Pipil Language of El Salvador*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Campbell, Lyle. 1994. Linguistic reconstruction and unwritten languages. In *Encyclopedia of Language and Linguistics*, Ronald E. Asher & James M.Y. Simpson (eds), 3475–80. London: Pergamon Press.
- Campbell, Lyle. 1996. On sound change and challenges to regularity. In *The Comparative Method Reviewed: Regularity and Irregularity in Language Change*, Mark Durie & Malcolm Ross (eds), 72–89. Oxford: Oxford University Press.
- Campbell, Lyle. 2003. What drives linguistic diversity and language spread? In

- Examining the Farming/Language Dispersal Hypothesis*, Peter Bellwood & Colin Renfrew (eds), 49–63. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research.
- Campbell, Lyle. 2013. *Historical Linguistics: An Introduction*, 3rd edn. Edinburgh: Edinburgh University Press, and Cambridge MA: The MIT Press.
- Campbell, Lyle & Grondona, Verónica. 2010. Who speaks what to whom?: Multilingualism and language choice in Misión La Paz – A unique case. *Language in Society* 39: 1–30. doi:10.1017/S0047404510000631
- Campbell, Lyle & Grondona, Verónica. 2012. Linguistic acculturation in Nivaclé (Chulupí) and Chorote. *International Journal of American Linguistics* 78: 335–67. doi: 10.1086/665672
- Campbell, Lyle & Muntzel, Martha. 1989. The structural consequences of language death. In *Investigating Obsolescence: Studies in Language Death*, Nancy Dorian (ed.), 181–96. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9780511620997.016
- Campbell, Lyle & Poser, William J. 2008. *Language Classification: History and Method*. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9780511486906
- Evans, Nick. 2010. *Dying Words: Endangered Languages and What They Have to Tell Us*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Gumperz, John J. & Wilson, Robert. 1971. Convergence and creolization: A case from the Indo-Aryan/Dravidian border in India. In *Pidginization and Creolization of Languages*, Dell Hymes (ed.), 151–67. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1093/acprof:oso/9780195181920.001.0001
- Haas, Mary R. 1941. *Tunica*. (Extract from Handbook of American Indian Languages, Vol. IV.) New York NY: J.J. Augustin.
- Haas, Mary R. 1946. A grammatical sketch of Tunica. In *Linguistic Structures of Native America* [Viking Fund Publications in Anthropology 6], Harry Hoijer (ed.), 337–66. New York: The Viking Fund.
- Haas, Mary R. 1950. Tunica texts. *University of California Publications in Linguistics* 6: 1–174. Haas, Mary R. 1953. Tunica dictionary. *University of California Publications in Linguistics* 6: 175–332.
- Haas, Mary R. 1969. *The Prehistory of Languages* [Janua Linguarum, Series Minor 57]. The Hague: Mouton.
- Hale, Ken. 1998. On endangered languages and the importance of linguistic diversity. In *Endangered Languages: Current Issues and Future Prospects*, Lenore Grenoble & Lindsay Whaley (eds), 192–216. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harrison, K. David. 2007. *When Languages Die: The Extinction of the World's Languages and Erosion of Human Knowledge*. Oxford: Oxford University Press.
- Heaton, Raina. 2013. Active-stative agreement in Tunica. Paper presented at the annual Linguistic Society of America meeting.
- Hetzron, Robert. 1997. *The Semitic languages*. Abingdon: Routledge.

- Himmelmann, Nikolaus. 1998. Documentary and descriptive linguistics. *Linguistics* 36: 161–95. doi:10.1515/ling.1998.36.1.161
- Himmelmann, Nikolaus. 2006. Language documentation: What is it and what is it good for? In *Essentials of Language Documentation*, Jost Gippert, Nikolaus P. Himmelmann, & Ulrike Mosel (eds), 1–30. Berlin: Mouton de Gruyter. doi: 10.1515/9783110197730
- Himmelmann, Nikolaus. 2012. Linguistic data types and the interface between language documentation and description. *Language Documentation and Conservation* 6: 187–207. <<http://nflrc.hawaii.edu/ldc/>>
- Hockett, Charles F. 1948. Implications of Bloomfield's Algonquian studies. *Language* 24: 117–31. doi:10.2307/410292
- Labov, William. 1994. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell. Labov, William. 2011. *Principles of Linguistic Change: Cognitive and Cultural Factors*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Leem, Knud. 1748. *En Lappisk grammatica, efter den dialect, som bruges af Field-Lapperne udi Porsanger-Fjorden, samt et register over de udi samme grammatica anførte observationers indhold*. Copenhagen: Gottman Friederich Risel.
- Leem, Knud. 1768–81. *Lexicon Lapponicum bipartitum: Lapponico-Danica-Latinum & Danico-Latino-Lappinicum, cum indice Latino*. Vol. 1: Trondheim, Vol. 2: Copenhagen.
- Lincoln, Peter C. 1979. Dual-lingualism: Passive bilingualism in action. *Tè Reo* 22: 65–72. Maffi, Luisa. 2005. Linguistic, cultural, and biological diversity. *Annual Review of Anthropology* 29: 599–617. doi: 10.1146/annurev.anthro.34.081804.120437
- Meillet, Antoine & Cohen, Marcel. 1924. *Les langues du monde* [Collection Linguistique 16]. Paris: Champion.
- Nadkarni, Mangesh V. 1975. Bilingualism and syntactic change in Konkani. *Language* 51: 67283. Nettle, Daniel & Romaine, Suzanne. 2000. *Vanishing Voices: The Extinction of the World's Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- Powell, John Wesley. 1891. Indian linguistic families of America north of Mexico. *Seventh annual report, Bureau of American Ethnology*, 1–142. Washington DC: Government Printing Office. Reprinted 1966, in: Franz Boas: Introduction to Handbook of American Indian languages; J.W. Powell: Indian Linguistic Families of America North of Mexico, Preston Holder (ed.). Lincoln NB: University of Nebraska Press.
- Rask, Rasmus K. 1818. *Undersøgelse om det gamle nordiske eller Islandiske sprogs oprindelse*. Copenhagen: Gyldendal. English translation by Niels Ege, 1993, *Investigations of the Origin of the Old Norse or Icelandic Language* [Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague 26]. Copenhagen: The Linguistic Circle of Copenhagen.
- Rehg, Kenneth L. 2007. The language documentation and conservation initiative at the University of Hawai'i at Mānoa. Documenting and revitalizing Austronesian

- languages. In *Language Documentation and Conservation, Special Publication No. 1, Documenting and Revitalizing Austronesian Languages*, D. Victoria Rau & Margaret Florey (eds), 13–24.
- Renfrew, Colin. 1996. Language families and the spread of farming. In *The Origins and Spread of Agriculture and Pastoralism in Eurasia*, David R. Harris (ed.), 70–92. London: University College London Press.
- Rhodes, Richard, Grenoble, Lenore A., Berge, Anna, & Radetzky, Paula. 2007. Adequacy of Documentation. (A preliminary report to the CELP.) Linguistic Society of America Committee on Endangered Languages and their Preservation.
- Sajnovics, Jo[h]annis [János]. 1770. *Demonstratio idioma Ungarorum et Lapponum idem esse*. First edition 1770 Copenhagen: Typis Collegi societatis Iesu; second edition 1770 Trnava (Tyrnau), Hungary. Photolithic reproduction of Second edition 1968, Thomas A. Sebeok (ed.), [Ural and Altaic Series 91]. Bloomington IN: Indiana University; The Hague: Mouton. German translation 1972, by M. Ehlers. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Sapir, Edward. 1913, 1915–1919. Southern Paiute and Nahuatl: A study in Uto-Aztecan. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, Part 1, 10: 379–425, Part 2, 11: 433–88. Part 2 also printed 1915 *American Anthropologist* 17: 98–120. doi: 10.3406/jsa.1913.2866
- Sapir, Edward. 1931. The concept of phonetic law as tested in primitive languages by Leonard Bloomfield. In *Methods in Social Science: A Case Book*, Stuart A. Rice (ed.), 297–306. Chicago IL: University of Chicago Press. Reprinted 1949, in: *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture, and Personality*, David Mandelbaum (ed.), 73–82. Berkeley CA: University of California Press.
- Stipa, Günter Johannes. 1990. *Finnisch-ugrische Sprachforschung*. Helsinki: Finno-Ugric Society (Suomalais-Ugrilainen Seura).
- Swanton, John R. 1921. The Tunica language. *International Journal of American Linguistics* 2: 1–39. doi:10.1086/463732
- Terraza, Jimena. 2008. Gramática del Wichí: Fonología y Morfosintaxis. Ph.D. dissertation, Université du Québec à Montréal.
- Woodbury, Anthony. 2010. Language documentation. In *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*, Peter Austin & Julia Sallabank (eds), 159–186. Cambridge: Cambridge University Press.

Campbell, L. and Muntzel, M. 1989. As consequências estruturais da morte de línguas¹

Traduzido por Leticia de Souza Aquino²

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28820

Recebido em dezembro/2019 e aceito em dezembro/2019.

1. Introdução

Neste capítulo nos preocupamos com as mudanças estruturais nas línguas obsoletas atribuídas ao processo de morte de línguas. Tomando por base nossas experiências com um determinado número de línguas obsoletas, propomos hipóteses sobre os desenvolvimentos estruturais característicos nessas línguas. Essas hipóteses podem ser confirmadas, ou contraditas e refinadas, na medida em que o conhecimento adicional de línguas agonizantes se acumula nas fontes que crescem rapidamente.

As línguas de nossas experiências, nas quais baseamos nossas observações, estão listadas a seguir, apresentadas com informações sobre suas respectivas localizações geográficas, afiliações genéticas e número de falantes. A habilidade linguística dos falantes ou o conhecimento estrutural das línguas obsoletas desta lista varia muito, e muitas comunidades exibem um *continuum* de proficiência que varia de falantes plenamente competentes a indivíduos com muito pouco conhecimento. Apenas à guisa de ilustração, para dar uma ideia dos tipos de falantes em cada uma das situações com as quais nós trabalhamos, caracterizamos aproximativamente os falantes em plenos com S para “strong” (forte) ou (quase) totalmente competente; I para “imperfeito”, ou seja, para “semifalantes” e SF para “semifalantes fracos” com competências de fala mais restritas (talvez semelhante às de Elmendorf [1981] “últimos falantes”), e L para os chamados “lembradores”, aqueles que se lembram apenas de poucas palavras ou frases isoladas (os “acrescentadores de palavras” podem pertencer a esse grupo: consultar Voegelin e Voegelin 1977b). Comunidades de língua

1 Campbell, L. and Muntzel, M. 1989. The structural consequences of language death. In: Investigating Obsolescence: Studies in Language Contraction and Death, N. Dorian (ed.), 181-196. Cambridge: Cambridge University Press. A tradução do artigo foi autorizada por Lyle Campbell.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. leticiaaquinos@yahoo.com.br

com o continuum de proficiência completo, variando de *S* a *SF* e/ou *L* são apresentadas como *CP* (Continuum de Proficiência).

Finlandês americano *CP* (Campbell 1980);

Cacaopera: El Salvador, Matagalpan do ramo Misumalpan; 2 razoavelmente *L*; extinta (Campbell, 1975 a e b);

Chiapanec: Chiapas, México, Chiapanec-Mangue ramo do Otoman-guean; 3*L* (um tinha a lembrança de um texto religioso inteiro para recitação em ocasiões rituais: embora não entendesse os constituintes do texto). (Campbell no prelo);

Dialetos Chiapas de Mam: ramo Mamean, Maia; dados de vários lugares de Chiapas representando os dois principais dialetos; Tuxtla Chico 1*W*; *PC* em outras aldeias; sem falantes jovens. (Campbell no prelo);

Chicomuceltec: Chiapas, México, ramo Huastecan, Maia; poucos *R*; extinta. (Campbell e Canger 1978; Campbell no prelo);

Dialetos Jicaques de Yoro: Honduras, Jicaque; poucos *S/I* (todos idosos), poucos *W*. (Campbell e Oltrogge 1980);

Lencan hondurenho: Honduras, Lencan; 1*W*; atualmente extinto. (Campbell, Chapman e Dakin 1978);

Lenca salvadorenho: El Salvador, Lencan; 1*S*; não, *I*, *W*, poucos *L*; atualmente extinta. (Campbell 1976a);

Ocuilteco: México Central, Oto-Pamean ramo do Otomanguean; aproximadamente 400 falantes em quatro cidades pequenas; aproximadamente 175 em Gustavo Baz; *CP* (todos com mais de 45 anos) (Muntzel 1982a e b, 1985, no prelo);

Pipil: El Salvador, Nahua ramo do Uto-astecas; apenas alguns *S* (nenhum com menos de 60 anos), em várias cidades, muito poucos *I*, muito raro *R*; Comapa, Guatemala: 1*R*. (Campbell 1985);

Tzeltal do Sudeste: Chiapas, México, ramo de Tzeltalan, Maia; apenas falantes anciões *S* (nenhum com menos de 55 anos) em várias cidades pequenas, algumas aldeias com *CP*. (Campbell no prelo);

Chiquimulilla Xinca: sudeste da Guatemala, Xincan; 1*S*, 3*I*, 2*W*; agora extinto. (Notas de campo: Campbell);

Guazacapan Xinca: sudeste da Guatemala: Xincan; *CP* fraco, *PC*, 1*S*, 6.*I*. (Notas de campo: Campbell);

Jumaytepeque Xinca: sudeste da Guatemala, Xincan; 5 razoavelmente fluentes (Imperfeito) *I*, 1*W*. (Campbell 1976a);

Yupiltepeque Xinca: sudeste da Guatemala, Xincan; extinto, 2*L* (Campbell

1976a).

2. Tipos de situações de morte de línguas

Iniciamos considerando os diferentes tipos de morte de línguas e suas características linguísticas.

“Morte repentina”. O caso em que a língua desaparece abruptamente porque quase a totalidade dos falantes morrem repentinamente ou são assassinados (por exemplo, o caso da Tasmânia), não deixando, por definição, nenhum estado obsolecente para ser investigado estruturalmente, portanto, fora de nosso exame.

“Morte radical”. “Morte radical de uma língua” é como “morte repentina”, em que a perda da língua é rápida e normalmente devida a severa repressão política, frequentemente com genocídio, na medida em que os falantes param de falar a língua como autodefesa, uma estratégia de sobrevivência. Esse tipo de morte é ilustrado em nossa amostra pelas línguas de El Salvador. Em 1932, após uma revolta camponesa em que os insurgentes eram considerados “índios de inspiração comunista”, daqueles identificados como indígenas por vestimentas ou características físicas foram reunidos 25 mil mortos por soldados salvadorenos, em um evento chamado *matanza* (matança). Mesmo três anos depois, programas de rádio e jornais ainda pediam o total extermínio dos povos indígenas de El Salvador para prevenir a repetição da insurgência (ver Adams, 1957; Anderson 1971; Marroquín 1975). Muitos simplesmente pararam de falar suas línguas nativas para evitarem ser identificados como índios. O resultado foi que Lenca e Cacaopera foram abandonadas e se tornaram extintas; Pipil foi severamente reduzida com quase nenhum novo falante após 1932.

A situação no início dos anos de 1970, quando o trabalho de salvamento linguístico estava sendo feito, ilustrou o processo.

Cacaopera foi, com efeito, extinta, embora alguns poucos chamados lembradores pudessem ser encontrados. Dois desses lembradores produziram um corpus considerável como lembradores, um lembrando formas de seu avô, o outro de sua avó que o criou. Lembradores nessa situação não parecem diferenciar-se muito daqueles no estágio terminal de morte gradual, salvo que a extensão de seus conhecimentos, no caso Cacaopera, tenha sido consideravelmente maior (aproximadamente cem palavras entre os dois melhores lembradores, em oposição ao punhado de falantes, talvez mais típico de outros casos). Os chamados lembradores nunca foram falantes competentes, mas são caracterizados por terem aprendido e lembrado de palavras isoladas e frases fixas da língua, que, considerando os muitos casos, poderia de outro modo estar extinta. Suas entregas dessas formas lembradas raramente ou quase nunca contêm material fonético inconsistente com sua língua nativa/dominante, o Espanhol nesses casos.

A língua Lenca Salvadorenha também possui poucos lembradores, embora nenhum com mais de meia dúzia de itens a oferecer. No entanto, havia ainda um falante sobrevivente, por sua vez plenamente competente. Acreditamos que sua língua pode tipificar uma situação radical de morte de língua, razão pela qual a usamos para hipotetizarmos características gerais sobre esse tipo de morte. Para um falante assim, uma vez fluente, mas não tendo feito uso ativo de sua língua durante muitos anos, a recordação está fadada a ser limitada (veja “ex-falantes” de Elmendorf (1981) e “anteriormente fluente” de Dorian (1982b).

Tipicamente a fonologia encontra-se intacta, com poucos se nenhum desvio do antigo modelo nativo, mas muito do léxico é esquecido ou apenas recordado após ponderação forçada; vocabulários mais frequentes e sobressalentes são retidos melhor que outros. A gramática também pode ser em grande parte a mesma do modelo nativo em seu estado completamente possível, embora a produção real seja caracterizada por construções e frases bastante simples, com acesso reduzido a variações estilísticas ou pragmáticas e a sentenças complexas; tais falantes são incapazes (ao menos inicialmente) de produzir um discurso normal. Situações que dão origem a esse falante podem ou não produzir os chamados semifalantes; no caso do Lenca Salvadorenho, o qual temos tratado como potencialmente típico da morte radical, não existe nenhum (veja também Elmendorf 1981). Todavia, no caso do East Sutherland Gaelic há um bom número. Talvez paralelo à nossa situação de morte radical de língua seja o “exílio” de Dorian (1982b:51-53), a qual, no entanto, cometeu alguns erros, apesar de sua fonologia e morfologia estarem intactas. Mais exemplos de “exílio” e “morte radical de língua” são necessários para explorar outras características que possam ter essas situações em comum. Essa investigação adicional parece ser tudo de mais importante nesse caso. Não apenas o exílio de Dorian é diferente. Andersen faz uma suposição bastante contrária à nossa; ele espera erosão em geral, ao que tudo indica incluindo casos de morte radical, em lugar da preservação da gramática, que é o que esperamos nesses casos:

Quando o *input* e a interação linguística tornam-se inadequados para manter distinções naquela língua, haverá uma hierarquia de distinções marcadas linguisticamente, variando desde erosões precoces dessas distinções à manutenção completa (Andersen 1982:92).

Portanto, é necessário mais estudo para determinar o que é típico dos casos de morte radical de língua, se é que há algo típico.

Pipil em El Salvador era falado por um número muito maior e menos aculturado na época da matanza; porém, tem-se aproximado de morte radical em muitos aspectos. Essa língua possui um continuum de proficiência baseado na idade, em algumas comunidades, mas com muito poucos representantes fora da classe de anciões, falantes mais plenamente competentes (poucos em número e

espalhados por várias pequenas cidades), com muito poucos semifalantes fracos (SF). Existem lembradores ocasionais em aldeias onde a língua já está extinta, um em Panchimalco, perto de San Salvador, e um em Comapa, no sudeste da Guatemala.

Com efeito, a morte radical pode não ter o continuum de proficiência em gradação de idade mais típico de situações de morte gradual da línguas. Como na maioria das vezes a estrutura da língua obsolescente pode estar intacta, mas a capacidade de produção nesta é atrofiada pelo outrora falante competente, situações de morte radical também podem ser menos relevantes para o nosso interesse nas consequências estruturais para as línguas obsolescentes.

“Morte gradual”. A maioria dos casos na literatura sobre línguas obsolescentes lidam com a morte gradual, como a perda de uma língua devido à mudança gradual para a língua dominante em situações de línguas em contato. Tais situações têm um estágio intermediário de bilinguismo no qual a língua dominante vem para ser empregada por um número cada vez maior de falantes, em um número crescente de contextos onde a língua subordinada era anteriormente usada. Essa situação é caracterizada por um continuum de proficiência determinado principalmente pela idade (mas também pela atitude e outros fatores). Gerações mais jovens, quando elas existem, têm maior proficiência na língua dominante e aprendem a língua obsolescente imperfeitamente. Alguns termos empregados nas discussões sobre tais situações de morte de língua são: aprendizado imperfeito, aprendizado parcial, código restrito, semifalante, último falante, falante saudável, falante pré-terminal, falante terminal, melhores/piores falantes terminais, ‘melhores’ falantes/ falantes fluentes de frases simples/ acrescentadores de palavras/entendedores, bilíngues passivos, língua híbrida, bilinguismo intermediário, interlíngua, crioulização reversa, desaquecimento, decaimento de língua, obsolescência linguística, língua danificada ou corroída, atrofia linguística, língua pressionada, etc. Não acidentalmente, esses diferentes termos sugerem diferentes crenças sobre orientações teóricas em direção ao processo de morte de língua. Não tentamos avaliar essas abordagens gerais, mas ao invés disso nos limitar ao que acreditamos que podem ser características gerais da morte de uma língua, conforme pode ser visto em nosso material.

“*Morte de baixo para cima*”. Outro tipo de morte de língua no qual o repertório de registros estilísticos sofre pressões de baixo para cima tem sido apelidado de “padrão latino”; neste, “a língua é perdida primeiro em contextos de intimidade familiar e permanece apenas em contextos ritualísticos” (Hill 1980). Não temos exemplos com padrão-perfeito desse tipo; apenas dois exemplos se aproximam dele. Nosso principal informante de Chiapanec recordou-se de um texto religioso Chiapanec memorizado, chamado *alabanza* (hino de louvor). Esse texto tinha sido usado publicamente em ocasiões rituais até recentemente, mas

não foi mais apresentado porque exigia o intercâmbio de dois participantes, e o outro companheiro, que também tinha memorizado o refrão, tinha morrido recentemente. Nosso informante não sabia do significado do texto, apenas de um modo bastante geral, e era incapaz de segmentá-lo em constituintes e, de fato, não falou outro Chiapanec, salvo um punhado de palavras isoladas “lembradas” (Campbell no prelo). Tzeltal do Sudeste, quase extinta, com apenas poucos falantes anciões em aldeias espalhadas, talvez ofereça um caso melhor. Gravamos quatro rezas, uma em particular, o *rezo* Tzeltal, que é bastante importante localmente, desde que falantes de Tojolabal (uma língua Maya saudável vizinha) exigiram essa reza do Tzeltal do sudeste em suas próprias cerimônias e peregrinações. Essa longa reza (45 minutos) emprega uma estrutura típica de ritual Maya (dícticos emparelhados, muita metáfora, etc). Somente quatro homens, cada um razoavelmente bom semifalante, puderam recitar as rezas, mas eram incapazes de traduzi-las em algo além de amplas paráfrases; falantes isolados geograficamente, mas totalmente capazes em dialetos Tzeltal também tiveram grande dificuldade na tentativa de traduzir essas orações, em parte devido às diferenças dialetais, mas principalmente porque a forma da linguagem ritual não era mais usada por eles. A situação do Tzeltal do sudeste não é completamente paralela ao “padrão latino” de Hill, pois também oferece um continuum de proficiência limitado, mais típico de outros casos de morte gradual de língua (Campbell no prelo).

Nossa preocupação aqui é com os tipos de mudanças na estrutura das línguas, que estão nesse processo de serem perdidas. Enquanto algumas manifestações de mudança pareçam naturais e prováveis de serem disseminadas, outras podem ser menos. Aproveitamos nossa experiência com essa variedade de língua obsolescente para ilustrar algumas mudanças de cada tipo.

3. Processos de mudança em línguas obsolescentes

A previsão mais óbvia que alguém pode fazer sobre línguas obsolescentes é aquela em que a estrutura está a sofrer, muito provavelmente, uma certa quantidade de mudanças, e em todos os seus componentes: fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical. No entanto, é muito mais difícil prever a natureza precisa das mudanças que podem ocorrer. Nós tentamos apresentar exemplos de vários tipos de mudança, dando preferência aos exemplos fonológicos apenas porque eles necessitam de menos espaço, embora fenômenos sintáticos e outros também ilustrem muitos desses tipos de mudança, de forma que alguns deles são aqui incluídos.

3.1 Mudanças previsíveis ou esperadas

No que concerne a fonologia, Andersen (1982:95) propõe três hipóteses; elas representam generalizações com as quais poucos discordariam, dado o que

há muito tem sido relatado para situações de línguas em contato: (1) o falante bilíngue de uma língua ameaçada (morrendo, para os fins de nossa discussão) fará menos distinções fonológicas em seu uso da língua do que um falante totalmente competente (dominante ou monolíngue) da mesma língua faria. (2) No entanto, ele ou ela preservará distinções comuns a ambas as línguas, mesmo fazendo menos distinções encontradas apenas na língua ameaçada. (3) Distinções com alta carga funcional (em termos de fonologia e/ou morfologia) sobreviverão mais tempo no uso do falante de sua língua mais fraca do que distinções que tenham uma baixa carga funcional. Os casos com os quais lidamos tendem a apoiar essas generalizações, embora o primeiro seja mais óbvio (ver também Dorian 1977b:24).

Por exemplo, muitos falantes de Pipil perderam o alongamento contrastivo das vogais, mesclando vogais longas com homólogas curtas; o contraste não é encontrado no Espanhol, a língua dominante. O Chiltiupan Pipil, em seu estado moribundo, fundiu a africada *ts* com a fricativa *s* (Campbell 1985). Tuxtla Chico Mam, quase extinto, fundiu a pós-velar (uvular) *q* do Mam em uso com a velar *k* (Campbell no prelo), eliminando assim um contraste não encontrado no Espanhol dominante. Semifalantes do Finlandês Americano também costumam não produzir o contraste de vogais longas e breves; também frequentemente eles reduzem consoantes geminadas a não-geminadas; e produzem uma variedade de substituições para as vogais arredondadas anteriores que variam de *yu* ou *u* ([ü]) a *schwas* retroflexos para *löl* (Campbell 1980). Esses contrastes são ausentes no Inglês dominante.

3.2 Mudanças de previsibilidade incerta

Nós observamos outros tipos de mudanças estruturais que podem ou não ser típicas de línguas obsoletas; evidências de um número muito maior de línguas, distribuídas em mais partes do mundo, provavelmente serão necessárias para determinar quais dessas características podem ser das situações de morte de língua em geral. Os casos particulares que discutimos aqui são de interesse precisamente por causa da natureza da questão aberta de sua generalização; sugeriremos, onde acharmos que há alguma base para tal, os princípios que suspeitamos poderem estar envolvidos.

Supergeneralização de características não marcadas. Parece haver uma tendência das formas marcadas serem substituídas por formas menos marcadas (ver Campbell 1976c; Rankin 1978; Dressler 1981a). Essa observação é naturalmente relacionada à hipótese de Andersen (1) considerada acima, de que falantes bilíngues de uma língua ameaçada farão menos distinções fonológicas do que os falantes plenos. A referência à marcação, no entanto, sugere algum refinamento dessa hipótese, prevendo potencialmente que, quando distinções são perdidas, é o membro marcado da oposição que é perdido. Assim, no caso

do Tuxtla Chico Mam, na fusão de *q* com *k*, o *q* perdido é o membro marcado da oposição, como é o alongamento vocálico perdido em Pipil e em Finlandês Americano, sendo as vogais curtas menos marcadas.

No entanto, essas duas hipóteses não são necessariamente e completamente compatíveis; a tendência de reduzir marcação não está necessariamente incluída na tendência de Andersen de reduzir oposições não encontradas na língua dominante. A perda de marcação pode incluir algumas coisas não cobertas pela generalização de Andersen. Assim, o fenômeno da marcação, que não envolve contrastes, mas subfonemas, variantes alofônicas, pode também ser coberto pela última hipótese. Por exemplo, alguns dialetos obsoletos do Pipil (p.187) eliminaram completamente a marcação não contrastiva de variantes surdas de sonoras ([ɫ , w , y]) as quais ocorrem em final de palavra no Pipil em uso, fundindo-se com as suas respectivas contrapartes sonoras não marcadas ([w , y]), as quais não ocorrem em posição final no Pipil em uso (ver Campbell 1985). Além disso, a observação pode também se estender a fenômenos não fonológicos (veja adiante o caso Ocuilteco relativo ao fracasso em realizar o contraste duplo/plural, com fusão para o plural não marcado).

As duas hipóteses diferem, no entanto, não apenas em substância, mas em espírito.

Sendo assim, a generalização de Andersen parece sugerir que é alguma coisa relacionada à estrutura da língua dominante, que está por trás da perda de oposições na língua ameaçada. (isto é, uma motivação externa). A proposta de marcação, embora seja parcialmente simpática à visão de Andersen, sugere que é outro fator, a saber, é a natureza (marcada ou não marcada) do fenômeno linguístico na estrutura da língua obsoleta que leva à perda (isto é, fatores internos). Assim, no caso do Tuxtla Chico Mam, a abordagem de Andersen parece enfatizar: a ausência de *q* no Espanhol dominante como fator causador de sua perda por meio da fusão com *k*; a visão de marcação, por outro lado, sugere que a natureza marcada (falta de naturalidade, dificuldade de pronúncia) da vogal *q* pode contribuir para sua fusão com *k* não marcado.

Alguns podem preocupar-se com que o mesmo caso (por exemplo, fusão de *q* com *k*) possa ser pensado como ilustrativo das duas “hipóteses” separadas e talvez concorrentes. No entanto, isso não deve ser fator angustiante. Por um lado, como o fenômeno em discussão parece encaixar ambas as hipóteses, sugere que um trabalho muito maior é necessário nessa área, a fim de resolver quaisquer conflitos lógicos e determinar em que medida essas diferentes hipóteses podem ser válidas ou valiosas. No nosso presente estado de conhecimento, no entanto, ambas são valiosas como hipóteses de trabalho a serem testadas contra outros casos.

Outra maneira de sair do conflito aparente é apelar para a *multiple causation* (causação múltipla), uma noção que tem se tornado cada vez mais padrão em

outras áreas da linguística histórica. Para ilustrá-la, consideramos uma analogia. Suponha que uma lista de fatores causais potenciais de acidentes automobilísticos contenham elementos variadas como velocidade excessiva, más condições da estrada, motorista comprometido (por exemplo, visão embaçada, embriaguez etc.), mau funcionamento mecânico etc.; agora, suponha uma colisão de um carro com uma árvore, onde está escuro, a estrada está gelada, o motorista está bêbado, um pneu estourou e o motorista estava em excesso de velocidade. Isso nos permite presumir que qualquer simples fator pode ter sido suficiente para causar o acidente, mas também é possível, e até provável, que esses fatores combinados, trabalhando em conjunto, contribuam para a multiplicação da causa da destruição. O mesmo acontece com a mudança linguística. Assim, em nosso exemplo, a falta do contraste *q* vs. *k* no Espanhol dominante e a tendência a reduzir a marcação (*q* sendo o marcado), concebivelmente podem ter trabalhado em conjunto, levando associadamente à perda da distinção no Tuxtla Chico Mam. Dadas as *multiple causation*, temos o potencial para reconciliar a aparente dificuldade de um único caso exemplificando diferentes hipóteses. Como ficará claro, alguns outros exemplos discutidos neste capítulo também exemplificam mais que uma hipótese. Tomamos esses exemplos como indicações tanto da *multiple causation* quanto de hipóteses insustentáveis a serem retificadas à luz de relatos de outros casos de morte de língua.

Supergeneralização de características marcadas. Formas marcadas podem ser usadas excessivamente. Embora muitas vezes possa haver uma tendência a reduzir ou eliminar formas marcadas (como discutido acima), o contrário também parece ser comum. Ou seja, as formas marcadas ou “exóticas” do ponto de vista da língua dominante podem não ser completamente dominadas por aprendizes imperfeitos, que podem também não identificar o lugar do pertencimento dessas formas; esses falantes algumas vezes ficam tão animados sobre como isso se dá, que acabam empregando a versão “exótica” com grande frequência e de maneiras inapropriadas à versão saudável da mesma língua. Por exemplo, a língua Jumaytepeque Xinca tem uma complicada regra que glotaliza consoantes em ambientes morfológicos específicos; um falante de Jumaytepeque glotaliza quase todas as consoantes possíveis, tendo falhado em aprender a regra, mas usando excessivamente a impressionante característica da glotalização. Poucos falantes da Guazacapan Xinca também usam inapropriadamente uma quantidade excessiva de glotalização de consoantes. Teotepeque Pipil, em seu estado moribundo, tem superenfaticado *l* surdo, empregando-o em todo lugar, não apenas em final de palavra como era anteriormente (Campbell 1985).

Essas mudanças são internas à estrutura da língua obsolescente na medida em que parecem não ter nenhum análogo direto na língua dominante. Hill (1980:4), sem apelar para a marcação, refere-se a tais casos como “atos de criação”. A supergeneralização da surda *l* em Teotepeque Pipil ou a excessiva glotalização por alguns falantes de Xinca são “atos internos de criação” que

parecem resultar do aprendizado imperfeito da língua moribunda, não tendo nada a ver com o Espanhol.

Desenvolvimento da variabilidade. Regras obrigatórias podem vir a ser aplicadas opcionalmente, podem sofrer falha na sua aplicação (ou seja, podem ser perdidas) ou podem mostrar substituições. Por exemplo, os falantes de Finlandês americano às vezes falham ao aplicar as regras de gradação de consoante. Assim, em Finlandês Padrão *t* muda para *d* em sílabas fechadas, por exemplo *äidille* ‘mãe’, *äitille* ‘para mãe’: mas frequentemente *äitille* é a forma em Finlandês Americano (Campbell 1980). Em Ocuilteco, a regra nativa de sonorização de oclusivas depois de nasais às vezes falha em sua aplicação na fala de falantes imperfeitos (p.189), produzindo variações livres (por exemplo, *nd* alternando com *nt*; veja Muntzel 1982a). Em Cuisnahuat Pipil, a regra anteriormente obrigatória de ensurdecimento de consoantes sonoras finais (veja acima) tornou-se opcional, resultando em variação livre entre, por exemplo, [l] final e [l̥]. (Para afirmações semelhantes relativas à morfologia, veja abaixo).

Desenvolvimento de irregularidades por extremos de regularização. Há, algumas vezes, falha em aprender (ou seja, aprendizado imperfeito de) regras por supergeneralização e/ou subgeneralização. Por exemplo, o Pipil em pleno uso tinha uma regra em que as sonorantes finais (*l*, *w*, *y*) foram ensurdecidas em final de palavra (*l̥*, *w̥*, *y̥*); Teotepeque Pipil, entretanto, supergeneralizou o *l* surdo, ensurdecendo todos os *l*'s, não apenas os finais. Em contraste, subgeneralizou a porção das regras relacionadas a *w* e *y*, não as ensurdecendo em nenhuma posição, nem mesmo na posição final original. Com efeito, então, por meio da supergeneralização (por exemplo de [l̥]) e subgeneralização (de [w̥] e [y̥]), a regra de ensurdecimento das sonorantes finais foi perdida. Um falante de Jumaitepeque Xinca ilustra um caso similar. Ele falhou no aprendizado da regra de glotalização em vários ambientes fonológicos e morfológicos e, por meio da supergeneralização (glotalizando todas as consoantes possíveis), a regra foi perdida em sua língua. Esse fenômeno está conectado à superextensão de formas marcadas (“exóticas”) características e à tendência em reduzir a marcação, discutida acima. A melhor maneira de visualizar tais casos e testar a validade dessas propostas parcialmente sobrepostas dependerá dos resultados encontrados a partir de outras situações de morte de língua.

Outro exemplo é a falha em aplicar a gradação consonantal no Finlândes Americano, o qual parece refletir a falha em aprender a regra por subgeneralização. Pode-se notar que este caso poderia se encaixar na primeira generalização de Andersen, uma vez que o Inglês dominante não possui uma regra de gradação. Novamente, então, estamos confrontados com duas alternativas, ambas de hipóteses ainda a serem testadas adequadamente ou *multiple causation*, como discutido acima. A proposta de Andersen, no entanto, não é compatível com a superextensão, por exemplo, do *l* ensurdecido em Teotepeque Pipil, uma vez

que o Espanhol local não tem / ensurdecido ([]), em posição final ou em outro lugar.

“*Atos de recepção*”. Algumas mudanças em línguas obsoletas podem ser “externamente” motivadas; isso é, algumas mudanças estruturais em línguas obsoletas podem ser resultado da influência de aspectos linguísticos da língua dominante, por exemplo “atos de recepção” (Hill 1980:4). Um exemplo provável é a mudança do Teotepique Pipil de *š* para *r̃* sob a influência externa de acordo com avaliações sociolinguísticas desses sons em Espanhol. A mudança é aparentemente motivada pelo fato de que em Espanhol local, que é a língua dominante, /r̃/ tem uma variante fortemente estigmatizada (Campbell 1976c). A avaliação sociolinguística negativa dessa variante em Espanhol tem aparentemente causado a troca do som nativo do Pipil pela variante de prestígio do Espanhol, produzindo uma mudança de som não natural, externamente induzida, devido às normas do Espanhol. Muitas mudanças gramaticais do Finlândes Americano podem somente ser atribuídas a influências externas do Inglês. Seguem alguns exemplos.

A chamada “passiva” no Finlândes é uma forma verbal impessoal a qual não permite agente abertamente especificado (como as *by phrases* no Inglês), mas o Finlândes Americano da não-primeira geração de falantes agora permite os sintagmas agentivos, especialmente quando o agente é um serviço organizacional como igreja, funerária, etc., empregando os casos –stA ‘de (dentro)’ ou –ltA ‘de (sem)’ ou a posposição *Kautta* ‘pelo’. Alguns exemplos são:

- (1) ãne-t hauda-ttiin kirko-sta
 he-ACC bury-past.pass church-from
 ‘he was buried by the church’
 ‘ele foi enterrado pela igreja’
- (2) hautajaiset pide-ttiin 30 pãivã heinãkuu-ta Kirko-lta
 funeral holdpast.pass 30 day July-prt church-from
 ‘the funeral was held the 30th day of July by the church’
 ‘o funeral foi realizado no dia 30 de julho pela igreja’
- (3) polttohautaus Lake Side Kappeli-n Kautta toimite-ttiin
 cremation Lake Side church-GEN through perform-past-pass
 ‘the cremation was performed by/through the Lake Side Chapel’
 ‘a cremação foi realizada pela/através da capela do lado do lago’
 (veja Eskola 1977:117-20)

Em outro exemplo, o Finlândes Padrão (FP) normalmente não permite infinitivas como complementos de substantivos ou adjetivos terem sujeitos; no entanto, o Finlândes Americano (FA) tem mudado tornando-se equivalente ao

inglês:

- (4) tamã oli ensimmainen kerta mei-lle men-na tã-llã
this was first time us-to-/for go-1.INF this- laiva-lla
on/by Milwaukee-seen
Milwaukee-into
‘this was the first time for us to go on this ship to Milwaukee’
‘esta foi a primeira vez que embarcamos neste navio para Milwaukee’

Uma forma equivalente em Finlandês Padrão seria, por exemplo:

- (4') tãmã oli ensimmainen kerta, kun oli-mme matkusta-neet
this was first time, when had-we travel-PAST.PART
Ta-lia laiva-lla Milwaukee-seen
this-on ship-on Milwaukee-into
(Veja Eskola 1977)

Essas mudanças parecem ser devidas ao impacto do Inglês na estrutura do Finlandês Americano dos falantes imperfeitos. Elas envolvem não a perda de material da língua ameaçada, como nos exemplos fonológicos de Andersen, mas adições à gramática do Finlandês Americano devido ao impacto do Inglês. (Para detalhes e vários outros exemplos, veja Campbell 1980).

4. Mudanças fora da fonologia

4.1 Redução morfológica

Morte de língua pode ser acompanhada por algum grau de redução morfológica (na qual incluímos a redução de alomorfa e o nivelamento de paradigmas). Embora tenhamos vários exemplos em nossos dados, uma vez que esse tipo de redução está razoavelmente bem estabelecida (ver Dorian 1977b; Andersen 1982:97), apresentamos aqui apenas dois exemplos. No Ocuilteco, falantes imperfeitos geralmente deixam de fora os marcadores dual e plural, conforme indicado nos exemplos seguintes pelo material entre parênteses:

- (5) kit-kwe-p-tyïï (-nkwe(-bí))
fut-1pl-exclus-sing (-dual(-exclus))
‘we (two, but not you) will sing’
‘nós (dois, mas você não) vamos cantar’
- (6) kit-kwe-p- tyïï (-hñə(-bi))
fut-1pl-exclus-sing (-pl(-exclus))
‘we (all, but not you) will sing’

Nosso segundo exemplo é do Finlandês Americano (FA). Enquanto o Finlandês Padrão exige adjetivos para concordar em caso (e número) com os nomes que eles modificam, o FA mostra uma tendência de perda de caso

terminando em adjetivos, por exemplo:

- (7) sai-n kirja-n vanha miehe-lta
 got-I book-ACC old man-FROM
 ‘I got the book from the old man’
 ‘eu recebi o livro do homem idoso’

Compare: SF:

sai-n kirja-n vanha-lta miehe-ltä
 old-FROM man-FROM

- (8) vanha miehe-n hevonen on
 valkoinen old man-GEN horse is white
 ‘the old man’s horse is white’
 ‘a casa do homem idoso é branca’

Compare SF:

vanha-n miehe-n hevonen on valkoinen
 old-GEN man-GEN
 (See Larmouth 1974; Eskola 1977)

Estes exemplos parecem estar em conformidade com as hipóteses de Andersen relacionadas à redução morfológica, em particular a:

Um [semifalante] exibirá um número menor de categorias ... marcadas morfológicamente do que um [falante totalmente competente] dessa língua. Além disso, ... o [semifalante] tenderá a exibir variabilidade, o [falante totalmente competente] a marcação categórica daquela categoria. (Andersen 1982:97). (Veja também Dorian 1973; 1977a; 1983; Dressler 1981; Elmendorf 1981)

4.2 Redução sintática

As línguas obsoletas também exibem modificação dos recursos sintáticos, um ponto bem estabelecido na literatura sobre a morte de línguas (ver Hill 1973, 1978; Andersen 1982). Consideramos apenas alguns casos de muitos existentes em nosso material.

No Pipil atual, os sufixos de “futuro” de textos antigos não são utilizados e quase sempre desconhecidos, substituídos por construções perifrásticas, por exemplo:

- (9) ni-yu ni-k-chiwa
 1-go 1-it-do
 ‘eu estou indo fazer isso’

Os sufixos de futuro do Pipil em uso, *-s* ‘singular’ e *-s-ke-t* ‘plural’, por exemplo *ni-panu-s* ‘eu irei passar’, *ti-panu-ske-t* ‘nós iremos passar’, agora não mais ocorrem, mesmo em textos tradicionais, embora possam continuar sendo elicitados com dificuldade junto a alguns falantes (Campbell 1985).

Outro exemplo do Pipil é a passiva que já foi produtiva (sinalizada por *-lu*, *-lw* e *-ua*); esses são agora encontrados apenas cristalizados em formas verbais. O equivalente atual é uma construção impessoal formada por verbos na ‘3. p. pl.’ (por exemplo, com o sufixo *-t* ‘3. p. pl.’), por exemplo:

- (10) *yaha ki-tahtan se: konse:hoh wan ki-maka-ke-t*
he it-asked an advice and it-give-PRET-PL
‘he asked for advice and then they gave it (to him)’ = ‘he asked for advice and was given it’
‘ele pediu conselhos e depois lhe deram (para ele)’ = ‘ele pediu conselhos e recebeu’
- (11) *k-ilwith-ke-t ma: ki-ma:walti chi:l*
him-tell-PRET-PL that her-smear chili
‘They told him to anoint her (with) chili’ = ‘He was told to smear chili on her’
‘Eles disseram a ele para ungi-la com seu chili’ = ‘Ele disse para espalhar chili nela’
- (12) *nech-ilwih-ke-t ka nu-siwa:-w bru:hah*
me-tell-PRET-PL that my-wife-Poss witch
‘They told me that my wife [was a] witch’ = ‘I was told my wife is a witch’
‘Eles me disseram que minha esposa era uma bruxa’ = ‘Foi-me dito que minha esposa é uma bruxa’

Pipil perdeu suas passivas morfológicas originais, mas as formas verbais impessoais da terceira pessoa do plural passaram a funcionar no contexto como passivas sem agente. As frases (10) - (12), de um texto sobre um ser sobrenatural, têm um agente específico do discurso: é o padre quem dá o conselho, diz para ele espalhar *chili* (pimenta) em sua esposa e diz que ela é uma bruxa, mas o padre como agente é retirado do contexto e o impessoal é usado para colocar outros traços em foco. Esse uso de formas plurais da terceira pessoa para enunciados impessoais substituiu as antigas construções passivas.

Esses dois casos podem muito bem exemplificar as hipóteses de Andersen:

Um [semifalante] usará um número menor de dispositivos sintáticos... do que um [falante totalmente competente] da mesma língua. O [semifalante] preservará e fará uso excessivo de construções sintáticas que afetam de maneira mais transparente as relações semânticas e sintáticas subjacentes. Onde há mais do que uma estrutura de superfície

possível para uma dada relação subjacente..., o [semifalante] tenderá a comprimir diferentes estruturas de superfície em uma. (Isso será evidenciado por uma variedade menor de estruturas de superfície para o [semifalante] em comparação ao [falante totalmente competente].) (Andersen 1982:99).

Se ambas as construções morfológicas e perifrásticas de “futuro” e “passiva” estivessem uma vez disponíveis, então o Pipil em seu estágio moribundo mostraria um “número menor de dispositivos sintáticos”, tendo eliminado as construções morfológicas dando lugar para as construções analíticas e perifrásticas. Essas construções perifrásticas foram “superutilizadas” – “elas refletem mais transparentemente as relações semânticas e sintáticas subjacentes?” As diferentes “estruturas de superfície” “colapsaram em uma”, construções perifrásticas vencendo às custas das morfológicas.

Nem todos os exemplos, no entanto, estão de acordo ou ilustram as hipóteses de Andersen sobre redução sintática, como é visto em alguns exemplos do FA. O chamado “segundo infinitivo” do Finlandês Padrão é uma forma gerundiva que não permite sujeito especificado abertamente. No modelo inglês de gerúndios apositivos em *-ing*, o FA agora permite esses sujeitos, mesmo quando eles não são correferenciais com o sujeito da oração principal:

- (13) vainaja syntyi Duluthi-ssa, vanhemmat oll-em
deceased was bom Duluth-IN, parents be-ING
Mr. ja Mrs Matt Salo
‘the deceased was bom in Duluth, bis parents being Mr and Mrs Matt Salo’
‘o falecido nasceu em Duluth, sendo seus pais o Sr. e a Sra. Matt Saio’

- (14) Entinen Hilda Paavola ja Frank Andersen vihi-ttiin,
former Hilda Paavola and Frank Andersen marry-past.pass
pastori Mänttâ vihki-en heidät
pastor Mänttâ marry-ING them
‘the former Hilda Paavola and Frank Andersen were married, pastor Mänttâ marrying them’ (see Eskola 1977)

O Finlandês Padrão pode empregar, por exemplo:

- (15) vihki-en heidät, pastori puhui hitaasti
marry-ING them, the pastor spoke softly

Nesse caso *vihkien* não pode ter sujeito aberto na mesma oração; a extensão do FA para permitir tais sujeitos, como ocorre com *pastori Miintta* em (14) é devida à influência do Inglês, um “ato de recepção sintática” (ver Hill 1980:4), diferentemente das “reduções” de Andersen.

O exemplo final envolve a ordem de palavras do Finlandês Americano

mu-wan ‘com você’, *i-wan* ‘com ele/ela’. *Wan* (juntamente com alguns outros poucos nomes relacionais), antes nome-relacional, perdeu o requisito de ocorrer apenas com prefixos possessivos, tornando-se uma preposição assim como no Espanhol, por exemplo:

- (18) nin nomo i nu-chan ti-se:n-nemit wan-se nu-amigu
 here I-am my-house we-together-are-PL with a my- friend
 ‘here I am at my house, sitting together with my friend’ (Formerly , . . .
i-wan se: nu-amiguh [his-with a my-friend])
 ‘aqui estou eu em minha casa, sentado junto com meu amigo’ (anterior-
 mente, ... *i-wan se: nu-amiguh* [dele-com um-amigo])

Similarmente, *pai* ‘a fim de, de modo a’ era um “nome relacional”, (*nu-pai* ‘para mim, meu’), mas agora funciona como uma conjunção subordinada, a qual formalmente nunca existiu, semelhante ao Espanhol *para* ‘a fim de’, por exemplo:

- (19) ni-mu-kets-ki ni-k-tatia ti-*tpai* ni-mu-tutu:nia I-
 REFLEX-arise-PRET I-it-burn fire-ABSOL so. that I-REFLEX-heat
 ‘I got up to light (the) tire in arder to warm myself’

Pode-se suspeitar que essas mudanças estruturais influenciadas pelo Espanhol, distanciando-se dos nomes relacionais, refletem o tipo de mudança que ocorreria apenas no estado obsolecente do Pipil. No entanto, mudanças completamente paralelas ocorreram em outros dialetos Nahuá, línguas irmãs de Pipil completamente vivas (ver Suárez 1977), mostrando a dificuldade de distinguir as mudanças induzidas por contato normal das mudanças devidas à situação da morte de línguas.

Para outras propostas relativas às características estruturais gerais das línguas obsoletas não discutidas aqui, ver, entre outras, Dorian (1980b, 1982b, 1983); Hill (1980); Dressler (1981); e Andersen (1982).

Notas

A pesquisa sobre a qual este artigo se baseou foi apoiada em parte por uma bolsa da *National Science Foundation*, nº BNS-8419143. Gostaríamos de agradecer a Nancy Dorian pelos comentários úteis sobre as versões anteriores deste artigo.

As abreviações empregadas nos exemplos citados são comuns; mas observe que aqui usamos PRT para ‘partitivo’ e PART para ‘participio’.

1. Na maioria dos casos aqui apresentados, palavras “lembradas” de uma língua outrora extinta parecem não ter função maior do que entretenimento ou diversão leve, e implica muito pouco para a identidade de alguém. Esse parece ser o caso dos lembradores de Cacaopera, Chicomuceltec, Salvadoran Lenca

e Yupiltepeque Xinca. A atitude mais típica nessa área é bastante negativa em relação às línguas indígenas; a maioria tem vergonha de falar a língua indígena, enquanto o Espanhol é apreciado. Esse estado de coisas contribuiu, sem dúvida, para a obsolescência dessas línguas. O caso é um pouco diferente em Pipil; isto é, sofre, na maioria das vezes, o mesmo estigma negativo que outras línguas, atitude mantida particularmente por seus falantes mais frequentes. Ao mesmo tempo, no entanto, houve uma inversão na década de 1970 entre os salvadorenhos não-indígenas, muitos dos quais vieram lamentar sua herança cultural perdida e começaram a valorizar a língua e cultura Pipil passadas como símbolo do orgulho nacional, semelhante ao orgulho do México de seus antecedentes astecas. Nesta situação, lembradores e falantes de línguas terminais receberam considerável prestígio. Os lembradores de Panchimalco e Comapa eram reverenciados em suas aldeias como indígenas “reais” que falavam a língua que agora desaparecia. A única idosa sobrevivente lembrada em cada uma das duas cidades era estimada como um símbolo do passado indígena; em ambos os casos, as mulheres tentaram falsificar ou criar palavras que não conheciam do nosso questionário usado na entrevista, presumivelmente para manter o *status* local, que cada uma parecia gostar, e talvez para salvar a face. Também encontramos dois falsos lembradores que se apresentavam como falantes de Pipil, um em outra cidade e um em uma vila do sudeste de Tzeltal. Esses dois homens pareciam não ter nenhum *status* específico em suas comunidades, mas aparentemente estavam interessados nos pagamentos que poderíamos fazer pelos serviços de informantes. As formas falsificadas ou criadas não violavam a fonética espanhola, exceto as do homem no território SE Tzeltal, que salgava suas formas com algumas consoantes glotalizadas, aparentemente aprendidas por ter crescido em torno de falantes indígenas, sem nunca ter aprendido mais do que um punhado de palavras reais.

Nota sobre o falecimento do Padre Bartomeu Melià

Faleceu no dia 6 de dezembro de 2019, o padre Jesuíta Bartomeu Melià, um dos maiores defensores dos povos Guaraní e demais povos indígenas. Sua memorável contribuição ao conhecimento das línguas e culturas dos povos Guaraní têm sido fonte fundamental para linguístas, antropólogos, arqueólogos, sociólogos e historiadores. O padre Bartomeu Melià destacou-se também como educador em diferentes Universidades, notadamente na Universidade Católica de Assunção, na Unicamp e na Universidade de São Paulo, e como editor do *Suplemento Antropológico e Estudios Paraguayos*. Deixa uma obra de valor inestimável, que reúne uma trintena de livros e inúmeros artigos, parte importante do seu legado, não mais importante do que o seu repeito aos povos indígenas, expresso, principalmete, pela sua incansável luta de notório humanista, defensor incansável desses povos.

II Congresso Internacional sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Minorizadas (II International Conference on the Revitalization of Indigenous and Minoritized Languages)

Realizou-se nos dias 1-4 de outubro do corrente ano, na Universidade de Brasília, o II Congresso Internacional sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Minorizadas (II International Conference on the Revitalization of Indigenous and Minoritized Languages). O Congresso reuniu cerca de 300 participantes, dentre os quais, linguístas, antropólogos, educadores, ativistas e lideranças indígenas representando 40 países e 70 etnias indígenas das Américas, Europa, África, Índia, Austrália e Oceania. O Evento, que contou com o apoio da Embaixada da Nova Zelândia, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito federal (FAP-DF), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto de Letras da Universidade de Brasília promoveu a troca de ideias e experiências, com ênfase em metodologias inovadoras de documentação e revitalização de línguas ameaçadas de extinção, deixando a imagem de um dos mais importantes eventos sobre línguas indígenas já realizado no Brasil.

FOTOS DO II CIRLIN





fotos crédito II CIRLIN.

Subscriptions

Revista Brasileira de Linguística Antropológica is a semi-annual publication which may be acquired outside Brazil by the following prices, including shipping costs:

annual subscription	US\$ 130.00
single issue	US\$ 65.00

Payment outside Brazil should be made by check or postal money order.

In Brazil, the Revista Brasileira de Linguística Antropológica may be acquired by the following prices:

annual subscription	US\$ 140.00
single issue	US\$ 70.00

All inquiries about subscriptions, change of address, and other business communications should be directed to:

Revista Brasileira de Linguística Antropológica
Caixa Postal 4395, Campus Universitário Darcy Ribeiro
CEP 70.904-970 Brasília – DF
Fax: 55 61 32730255
Tel.: 55 61 33072177

Assinaturas

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica é uma publicação semestral que pode ser adquirida no Brasil pelos preços abaixo indicados:

Para instituições e indivíduos fora do Brasil, os valores incluindo custos de correio são:

assinatura anual	US\$ 130.00
números avulsos	US\$ 65.00

Pagamento a partir do exterior deve ser feito por cheque ou por ordem bancária.

Para aquisição no Brasil, os valores são:

assinatura anual	US\$ 140.00
números avulsos	US\$ 70.00

Para instituições brasileiras e estrangeiras, estimula-se a permuta de revistas. Para aquisição de exemplares, os interessados deverão contatar os diretores da revista pelo e-mail: lali@unb.br

Perguntas sobre assinaturas, mudanças de endereço, e outros assuntos comerciais deverão ser encaminhadas à:

Revista Brasileira de Linguística Antropológica
Caixa Postal 4395, Campus Universitário Darcy Ribeiro
CEP 70.904-970 Brasília – DF
Fax: 55 61 32730255
Tel.: 55 61 33072177

Texto

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica segue The Chicago Manual of Style.

Citações

As referências no texto devem ser indicadas entre parênteses. Quando o nome de um autor for mencionado no texto, datas e páginas seguem imediatamente o nome deste, por exemplo, Thomason and Kaufman (1988:40-45). Citações de autores e de seus respectivos trabalhos devem figurar entre parênteses, por exemplo: (Thomason and Kaufman 1988:87).

Notas de rodapé

Notas explicativas devem ser feitas em notas de rodapé numeradas em sequência única.

Referências

Todas as referências feitas deverão figurar na seção Referências bibliográficas, ao final do trabalho, e devem seguir The Chicago Manual of Style.

Fontes especiais

É necessário enviar as fontes especiais usadas no manuscrito, junto com as cópias deste.

Recensões

Recensões não devem exceder sete páginas.

Traduções

Cada volume da Revista Brasileira de Linguística Antropológica poderá publicar apenas uma tradução, exceto em eventuais volumes especiais.

Os artigos serão avaliados por dois membros do conselho editorial (e por um terceiro, em caso de pareceres discordantes). Autores e consultores permanecerão anônimos durante a análise dos trabalhos.

Manuscritos para publicação devem ser enviados para lali@unb.br

Instruções para submissão de trabalhos

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica aceita textos em português, espanhol, francês ou inglês. Os artigos devem ser submetidos unicamente por meio de e-mail em formato doc (Word for Windows) com cópia em pdf.

Manuscritos de artigos, relatórios de viagem, diários de campo e vocabulários: três cópias em formato doc e três cópias em pdf.

Recensões de livros: duas cópias em formato doc e duas cópias em pdf.

Traduções de artigos: duas cópias em formato doc e duas cópias em pdf, acompanhados de cópia em pdf do trabalho na língua original.

Formato dos manuscritos

Tamanho do papel: 8,5 x 11 ou A4

Texto principal:

- fonte: Times New Roman
- tamanho da fonte: 12
- espaço entre linhas: 1,5

Citações e notas de rodapé:

- fonte: Times New Roman
- tamanho da fonte: 10
- espaço entre linhas: simples

Todos os quadros, mapas e figuras devem ser colocados em uma página separada, com indicação dos respectivos pontos de inserção.

A página zero do manuscrito deve conter o título do trabalho, nome(s) do(s) autor(es), filiação, assim como o endereço postal, o endereço eletrônico e o número de telefone de um dos autores.

Resumos

Cada artigo deverá conter no alto da página 1, três linhas após o título, dois resumos com no máximo 150 palavras, um na língua em que foi escrito e outro em inglês. Entretanto, sendo o artigo escrito em inglês, um resumo em português será adicionado.

Palavras-chave

Cada resumo deverá ser seguido de cinco palavras-chave separadas por vírgula.

Text

Revista Brasileira de Linguística Antropológica follows The Chicago Manual of Style.

Citations

References in the text are indicated parenthetically. When an author's name is mentioned in the text, dates and pages immediately follow the author's name, e.g., Thomason and Kaufman (1988:40-45) and citations to authors and their works appear within parentheses (Thomason and Kaufman 1988).

Notes

Explanatory notes should appear as footnotes in increasing sequence.

References

Complete references to all works cited in the manuscript should appear in a bibliography at the end of the manuscript, under the title References, following The Chicago Manual of Style.

Special fonts

Special fonts must be sent together with the manuscript.

Reviews

Critical and informative reviews should not exceed seven pages.

Translations

Only one translation of a previously published paper will be accepted for each journal issue, except in special cases.

Articles will be reviewed by two members of the editorial board (and a third reviewer in the case of disagreement). During the reviewing process, authors and reviewers will remain anonymous.

Manuscripts for publication should be sent to lali@unb.br

Guidelines for submitted materials

Revista Brasileira de Linguística Antropológica accepts texts in Portuguese, Spanish, French, or English. Articles may only be submitted by e-mail in doc (Word for Windows) format and a pdf copy.

Manuscript articles, research reports, field reports, and vocabularies should be submitted in three copies, book review manuscripts in two copies.

Book reviews: two copies in doc format and two copies in pdf format.

Translations: two copies in doc format and two copies in pdf format, plus a pdf copy of the original work.

Manuscripts

Paper size : 8,5 x 11 or A4

Main text :

- font: Times New Roman
- font size: 12
- space between lines: 1,5

Citations and foot notes:

- font: Times New Roman
- font size: 10
- space between lines: single

All tables, maps and figures should be placed on a separate page with indication of their respective place of insertion.

The zero page of a manuscript should have the title of the work, the autor(s) name(s) and affiliation(s), as well as mailing address, e-mail address and telephone number of one of the authors.

Abstract

Each manuscript must have at the outset of page 1, three lines after the title, two abstracts no longer than 150 words each, summarizing the conceptual content of the article. The abstracts should be written in the language of the text and in English. If the language of the text is English, then the abstract will be translated into Portuguese.

Keywords

The abstracts must be followed by five keywords separated by commas.

